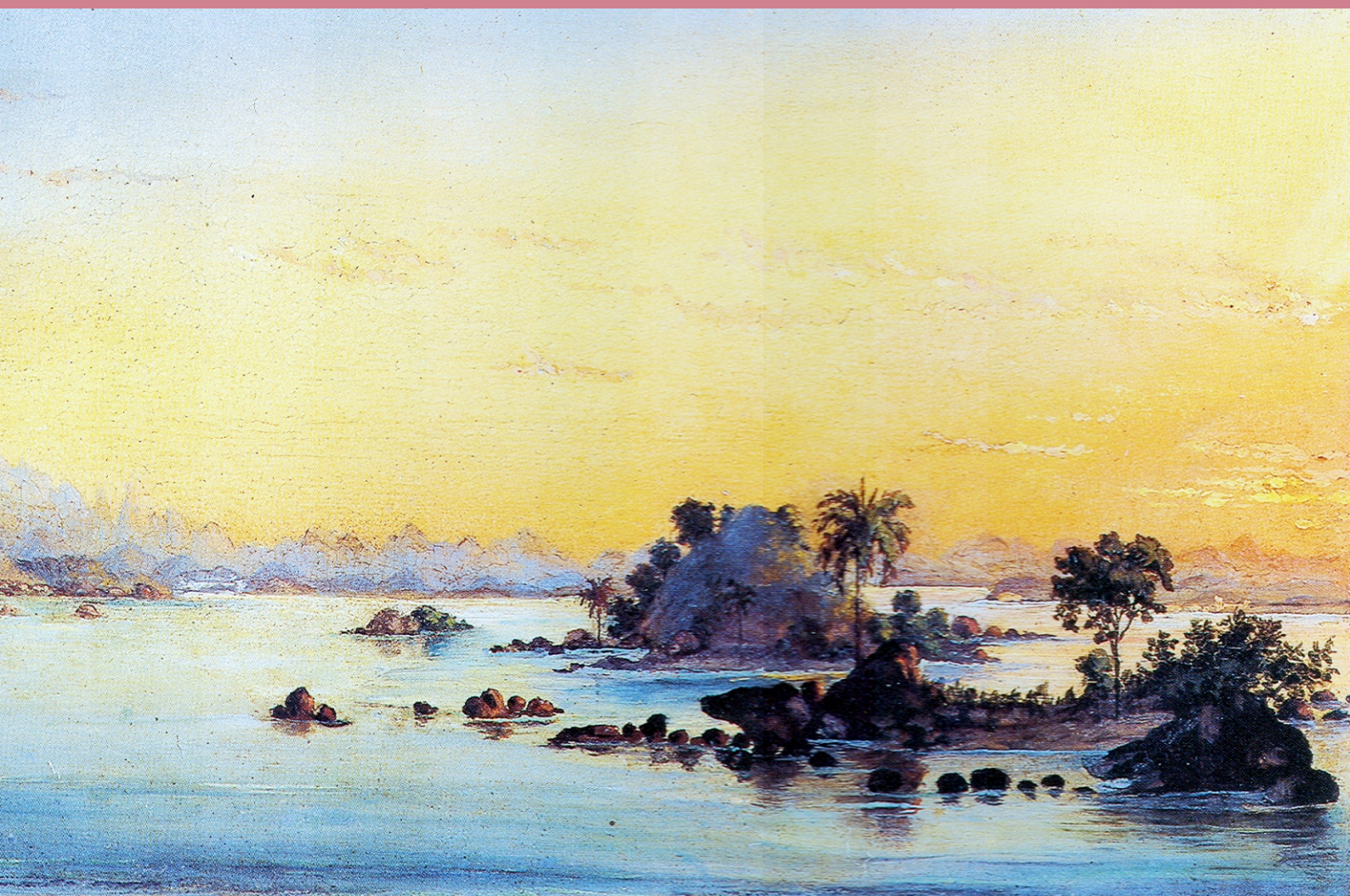


13

dezembro • 2013

História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



História da Historiografia

issn 1983-9928

Conselho Executivo

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

Conselho Editorial

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade Nova de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polônia)
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Editoração, revisão técnica e capa

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)

Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Contato

Rua Fernandes Vieira, 597/602 • Porto Alegre - RS • 90035-091 • Brasil

www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2013, número 13, dezembro, 2013, 281 p.

Quadrimestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

8

DOSSIÊ
DOSSIER

A história em questão: diálogos com a obra de Manoel Luiz Salgado Guimarães
History in question: dialogues with the work of Manoel Luiz Salgado Guimarães

Apresentação
Introduction

Temístocles Cezar e Rodrigo Turin

11

Aristóteles e a história, mais uma vez
Aristotle and History Once More

François Hartog

14

Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita
Doubts on a method beyond suspicion

Francisco Murari Pires

24

Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Morais lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
Compiling and plagiarizing: Abreu e Lima and Melo Morais in the reading of the Brazilian Historical and Geographical Institute

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

45

O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história
The historian as a reader: history of historiography and the reading of history

Fernando Nicolazzi

63

História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero
History of historiography and disciplinary memory: reflections on a genre

Rodrigo Turin

78

A lição da pedra: usos do passado e cultura material
The lesson of the stone: uses of the past and material culture

Francisco Régis Lopes Ramos e Aline Montenegro Magalhães

96

Diálogos históricos e historiográficos: séculos XIX e XX
Historical and historiographical dialogues: 19th and 20th centuries

Marcia Naxara

114

Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão
Historiography, memory and history teaching: pathways of a reflection

Maria da Glória de Oliveira

130

Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil

One Master of Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães and the delimitation of the field of studies in historiography in the Brazil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

144

ARTIGOS ARTICLES

- Desarraigo e ironia al filo de las nuevas historias: *Últimos días coloniales en el Alto Perú* (1896) de Gabriel René Moreno
Uprooting and irony on the edge of new stories: Gabriel René Moreno's Últimos días coloniales en el Alto Perú (1896)
Sergio Mejía 155
- Causa diz-se em quatro sentidos: sobre a hermenêutica droyseana e a teoria da causalidade aristotélica
The four meanings of "cause": on Droysen's Hermeneutics and Aristotle's Theory of Causality
Renata Sammer 172
- Um debate sobre a descontinuidade temporal: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel e Georges Gurvitch
A polemic on temporal discontinuity: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel and Georges Gurvitch
André Fabiano Voigt 188
- A escrita da história em *Terra Sonâmbula* de Mia Couto
The writing of history in the novel Sleepwalking Land, by Mia Couto
Flavia Renata Machado Paiani 204

RESENHAS REVIEW ESSAYS

- Questionamentos à historiografia do cordel brasileiro
Questioning the historiography of Brazilian cordel literature
LUCIANO, Aderaldo. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Edições Adaga; Luzeiro, 2012, 96 p.
Geraldo Magella de Menezes Neto 220
- Jacques Rancière, cenografias políticas
Jacques Rancière, political scenographies
RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de l'égalité: entretien avec Laurent Jeanpierre et Dork Zabanyan*. Paris: Bayard, 2012, 333 p.
Marlon Salomon 226
- Lázarus de papel: sobre a arte de reviver manuscritos
Lazarus of paper: on the art of reviving manuscripts
GREENBLATT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 291 p.
Marcos Antônio Lopes 235
- Notas sobre a dissimulação honesta
Notes on truthful dissimulation
MÍSSIO, Edmir. *A civilidade e as artes de fingir: a partir do conceito de dissimulação honesta de Torquato Accetto*. São Paulo: EDUSP, 2012, 245 p.
Cleber Vinicius do Amaral Felipe 241

| | |
|---|------------|
| Afinal, para que serve a história? <i>After all, what is history for?</i> NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). <i>Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão</i> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 256 p. João Couvaneiro | 246 |
| A Universidade e os muitos caminhos da História <i>The University and the many paths of History</i> ROIZ, Diogo da Silva. <i>Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)</i> . Curitiba: Appris, 2012, 266 p. Fábio Franzini | 252 |
| Luis de Gusmão contra a <i>hybris</i> teórica <i>Luis de Gusmão against the theoretical hybris</i> GUSMÃO, Luis de. <i>O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social</i> . Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, 258 p. Sérgio da Mata | 260 |
| Debates historiográficos <i>Historiographical debates</i> HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; MYSKIW, Antônio Marcos. <i>Ensaio historiográfico: temas, tendências e interpretações</i> . Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010, 226 p. Surama Conde Sá Pinto | 268 |
| PARECERISTAS DESTE NÚMERO <i>REVIEWERS OF THIS ISSUE</i> | 274 |
| NORMAS DE PUBLICAÇÃO <i>EDITORIAL GUIDELINES</i> | 276 |
| DIRETRIZES PARA AUTORES <i>GUIDELINES FOR AUTHORS</i> | 281 |

Editorial

editorial

A *História da Historiografia* promove neste novo número a recordação da vida e da obra de Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (1952-2010). Nos seus cinco anos de existência, é a primeira vez que na revista se consagra um espaço tão revelante a um único indivíduo. Para quem porventura não tenha tido o privilégio de conhecê-lo pessoalmente, as contribuições aqui reunidas sob a segura coordenação de Temístocles Cezar e Rodrigo Turin dão bem a ideia de um profissional exemplar, que marcou os seus pares tanto pelos escritos inovadores, criteriosos e empenhados na reflexão sobre o papel social da história, como pela intensa atividade de docência e orientação de jovens talentos. Pouco mais de duas décadas bastaram-lhe para formar cerca de 30 mestres e 22 doutores. Uma parte desses discípulos e alguns candidatos de provas que avaliou comparecem agora a prestar-lhe tributo e valorizar o seu rico legado.

A natureza de semelhante operação poderia ser ela própria enunciada entre os motivos do texto de Rodrigo Turin em torno das proposições de Peter Szondi. É, no entanto, Durval Muniz de Albuquerque Júnior que, num quase depoimento, se encarrega de resumir os diversos aspetos de toda a herança de Manoel Salgado, sublinhando que nela se deve buscar estímulo para outros trabalhos. Assim justamente procedem Francisco Régis Lopes Ramos e Aline Montenegro Magalhães, Maria da Glória de Oliveira, Pedro Afonso Cristovão dos Santos, Marcia Naxara e Fernando Nicolazzi, em artigos que ora procuram um diálogo direto com algumas das mais marcantes proposições do homenageado sobre a cultura material, o ensino e a escrita da história, ora se servem de breves *insights* ou sugestões, para propor abordagens originais na releitura de autores menos citados. Completam o dossiê a tradução de um texto recente de François Hartog a propósito das diferentes presenças da *Retórica* e da *Poética* de Aristóteles nas obras de Paul Ricoeur e Carlo Ginzburg, e um muito instigante trabalho de Francisco Murari Pires acerca dos fundamentos de autoridade sobre o afamado “paradigma indiciário”: contributos que se iluminam mutuamente e reavivam a vontade de frequentarmos com maior insistência a lição dos clássicos greco-romanos. Tendo em conta os argumentos esgrimidos, apetece, aliás, recordar, com Hans-Georg Gadamer, que Aristóteles chegou a referir de passagem a tripartição da *philosophia* em “teórica”, “prática” e “poética”. Por esse caminho, talvez se consiga recuperar de uma maneira menos polémica, para a velha estirpe da história, a centralidade da hermenêutica. É provável que Manoel Salgado não se opusesse.

Dentre os artigos que compõem a secção de contribuições genéricas, volta a haver um encontro com Aristóteles, e curiosamente, também, por via alemã, no trabalho de Renata Sammer. André Fabiano Voigt prefere convidar o leitor a uma reflexão ancorada em autores franceses, que antes e depois de Braudel debateram o problema da descontinuidade do tempo, tão fecundo em implicações de cunho político. Sergio Mejía surpreende a mudança de um paradigma historiográfico continental na obra do boliviano Gabriel René Moreno. Por fim, Flavia Renata Machado propõe-se a interpretar o romance *Terra Sonâmbula* do moçambicano Mia Couto como uma voz alternativa à da historiografia sobre o período da guerra que se seguiu à independência de Portugal. Quatro propostas

que avançam para além do Brasil, compreendendo três continentes e, com eles, três oceanos.

A secção de resenhas prossegue a tendência para a apresentação e análise de livros que, no seu todo, extrapolam os limites estritos da história e da historiografia, para se abrirem à literatura, à filosofia e às ciências da sociedade. Muito embora a maioria dos títulos escolhidos seja nacional, voltam aqui a não estar ausentes os estrangeiros, pelos olhos de Marlon Salomon e Marcos Antônio Lopes. O primeiro debruça-se sobre uma recente entrevista que Jacques Rancière concedeu a Dork Zabunyan, estudioso de cinematografia, e Laurent Jeanpierre, professor de Ciência Política. O segundo apresenta a tradução brasileira do mais recente grande livro de um dos fundadores do chamado *New Historicism*: Stephen Greenblatt. Nessa nova história do Renascimento, dá-se lugar de destaque a Gian Francesco Poggio Bracciolini, homem de letras, acadêmico e humanista que no seu tempo se notabilizou pela redescoberta de manuscritos antigos em institutos monásticos do Sacro Império Romano-Germânico, do reino da França e da Confederação Helvética. No mundo de língua portuguesa, seria igualmente interessante lembrar que se trata do autor do mais expressivo elogio erudito de que foi alvo o filho terceiro do fundador da dinastia de Avis, infante D. Henrique, mais conhecido como “O Navegador”, por patrocinar a exploração da costa africana ao sul das Canárias, desde o cabo Bojador até à Serra Leoa. Afinal, tão criticável como o nacionalismo acadêmico será certamente o seu reverso, travestido de cosmopolita.

A partir de 2014, os dossiês temáticos da *História da Historiografia* restringir-se-ão ao último número de cada ano. O próximo, sob o título “Historicidade e Literatura”, organizado por Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio) e Verónica Tozzi (UBA), tem chamada já disponível, com prazo de entrega de manuscritos até ao dia 3 de Agosto. Renova-se entretanto o convite para a submissão de propostas de artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos que respeitem o tema geral da revista, não esquecendo as propostas de leitura que regularmente se publicitam na sua página eletrônica.

9

Pelo Conselho Editorial
Tiago C. P. dos Reis Miranda (CHAM/ FCSH-UNL)

Dossiê

dossier

A história em questão: diálogos com a obra de Manoel Luiz
Salgado Guimarães
*History in question: dialogues with the work of Manoel Luiz
Salgado Guimarães*

Apresentação

Introduction

Temístocles Cezar

t.cezar@ufrgs.br
Professor associado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Bento Gonçalves, 9500 - Agronomia
Caixa-postal: 91501970
91509-900 - Porto Alegre - RS
Brasil

Rodrigo Turin

rodrigoturin@gmail.com
Professor adjunto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Escola de História
Av. Pasteur, 458 - Urca
22290-240 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

O tempo entre o sopro e o apagar da vela
Paulo Leminski (1976, p. 23).

Which is to say, I guess, that in the end I come back to Aristotle's insight
that history without poetry is inert, just as poetry without history is vapid
Hayden White (2010, p. XI).

11

Aquele “probleminha” que Aristóteles causou a alguns historiadores durante muito tempo em decorrência do que escreveu no capítulo IX de a *Poética* – a ideia de que a poesia era superior à história por tratar do geral enquanto a história tratava apenas do singular – não afetava muito nosso Manoel. Até onde sabemos nunca perdeu o sono por causa disso. Ao contrário, seus escritos e aulas revelavam um professor e pesquisador aberto às formas eruditas de existência, nas quais os gêneros ficcionais e a história conviviam, como se não tivessem sido afetadas pelo anátema aristotélico, muito menos pelo estatuto científico da história adquirido no século XIX.

Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (1952-2010) foi um exemplo de incentivo à diferença, respeito à pluralidade temática e à tolerância teórica. De muitos foi professor, e de muitos se tornou amigo. Daqueles com os quais podíamos contar. Desde o empréstimo de um livro difícil de se conseguir na biblioteca até o conselho solidário e maduro. Manoel foi um parceiro intelectual de primeira hora. Acima de tudo um acadêmico rigoroso, que acreditava na pesquisa e em certa capacidade regenerativa do conhecimento histórico. Expliquemos: Manoel acreditava que a história poderia ser útil para alguma coisa: para a crítica constante de sua própria evidência; e para a vida!

Nesse espírito de um pensamento histórico ainda capaz de se lançar para o futuro, alimentando-se da abertura que só o diálogo constante proporciona, o objetivo deste dossiê não é apresentar um “balanço” de sua diversificada produção – ainda que apontamentos a este respeito não estejam ausentes dos artigos –, mas antes potencializar, reverberando, os ecos de suas investigações e ensinamentos na historiografia contemporânea dedicada a pensar a historicidade da escrita da história e seus desdobramentos.

Dentro do escopo de reflexões que orientavam a produção de Manoel Salgado a respeito da escrita da história, duas questões, essencialmente interligadas, se mostravam centrais: as diferentes linguagens através das quais o passado podia se tornar visível ao presente, seus efeitos e constrangimentos, assim como a problematização do alcance e dos limites da crítica histórica erudita em suas diferentes tradições e configurações intelectuais. Estas duas questões se fazem aqui presentes nos artigos de dois de seus interlocutores: François Hartog e Francisco Murari Pires. O primeiro analisa certos desdobramentos na disciplina histórica da chamada virada linguística, centrando-se nas distintas apropriações – mediadas pela reação a Hayden White – que Ginzburg e Ricœur realizaram da obra aristotélica. Já o texto de Murari Pires concentra-se em desvelar as aporias e as artimanhas que se dissimulam nas considerações de Ginzburg a respeito do método histórico e seu caráter indiciário, também apontando para as apropriações que este realiza de autores (ou *auctoritas*) como Tucídides e Lorenzo Valla.

12

Na continuidade, essa reflexão sobre o papel e a historicidade das práticas eruditas na representação historiográfica se verticaliza na análise realizada por Pedro Afonso Cristóvão dos Santos acerca dos debates envolvendo as noções de plágio e de compilação no oitocentos brasileiro. A partir da sugestão de Manoel Salgado de seguir as diferentes disputas acerca do passado e dos modos de escrita da história, o autor resgata o confronto entre distintos protocolos envolvendo o modo de leitura e as formas de exposição dos documentos no texto historiográfico. Leitura que também é o foco do artigo de Fernando Nicolazzi, cuja cuidadosa análise do tratado setecentista de Claude-François Menestrier revela como a escrita da história, entendida em sua pluralidade, demanda, antecipa e só se realiza, efetivamente, no encontro com seus leitores.

Investigar a historicidade da escrita da história, como ensinou Manoel Salgado, implica problematizar a própria forma na qual essa investigação se realiza. É o que procura desenvolver Rodrigo Turin em seu ensaio, explorando o alcance da noção de “memória disciplinar”, cara a Manoel Salgado, para o entendimento dos constrangimentos sedimentados historicamente na história da historiografia. E pensar uma história da historiografia atenta aos diferentes dispositivos através dos quais o passado pode se fazer visível é o tema dos artigos de Francisco Régis Lopes Ramos, Aline Montenegro Magalhães e Márcia Naxara, seja investigando os usos e as formas da cultura material na elaboração de uma história nacional, seja resgatando os projetos de fundação de uma identidade histórica que, para além da dimensão textual, também se fazia valer da cartografia como forma de espacializar o tempo da nação.

As inquietações e reflexões que Manoel explorava em suas pesquisas não se limitavam a ser expressas em artigos e capítulos de livros, indicadores mais visíveis e valorizados hoje na produção acadêmica, mas também na experiência de sala de aula, de cuja intensidade os seus ex-alunos foram, ao mesmo tempo, testemunhas e cúmplices. Essa íntima relação que Manoel nutria entre a reflexão sobre a escrita da história e a experiência docente é explorada no artigo de Maria da Glória de Oliveira, abordando “o ensino da história nos desdobramentos de suas proposições teóricas sobre a historiografia”. Por fim, Durval Muniz relembra Manoel, justamente, como um “mestre do rigor”: atento, crítico e generoso nas diversas searas intelectuais nas quais transitou e cujos ecos, como os artigos aqui reunidos evidenciam, ainda reverberam fortemente em nosso meio acadêmico.

Finalmente, o dossiê guarda algo da fórmula através da qual Paulo Knauss e Temístocles Cezar, na apresentação à versão em português da tese de Manoel, procuraram sintetizar sua vida e obra: um historiador-viajante (2011). Mas comporta também um pouco do que Durval Muniz, em outro momento, chamou de “a amizade como método de trabalho historiográfico”. O certo é que entre o sopro e o apagar da vela o tempo de Manoel ficou entre nós.

Referências bibliográficas

- GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LEMINSKI, Paulo. Quarenta clics em Curitiba (1976). In: _____. **Toda poesia**. Companhia das Letras: São Paulo, 2013.
- WHITE, Hayden. **The fiction of narrative: essays on history, literature and theory (1957-2007)**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.

Aristóteles e a história, mais uma vez*

Aristotle and History Once More

François Hartog

hartog@ehess.fr

Professor

École des Hautes Études en Sciences Sociales

Bureau 544

190-198, avenue de France, 75244

Cedex 13 - Paris

France

Resumo

O objetivo deste artigo é o de analisar algumas questões e desdobramentos para a escrita da história provenientes da chamada *virada linguística* na história. Mais do que reconstituir os percursos que caracterizam essa virada, ou delimitar seus contornos, nos propomos a observar o ponto de oscilação ou o contra-ataque brusco marcados pela publicação, em 1992, do livro *Probing the Limits of Representation*, editado por Saul Friedländer, colocando em paralelo os estudos mais recentes de Paul Ricoeur e Carlo Ginzburg e destacando suas respectivas leituras das obras clássicas de Aristóteles, a *Poética* e a *Retórica*, mediadas pela leitura de Hayden White.

Palavras-chave

Giro linguístico; Historiografia; Escrita da história.

14

Abstract

This article aims to analyze some questions and developments for the writing of History stemming from the so-called *linguistic turn* in History. More than re-establishing the paths which define this turn, or circumscribing its outlines, we propose to observe the unsteadiness or the harsh counter-attack indicated in the publication of the book *Probing the Limits of Representation*, edited by Saul Friedländer in 1992, by making a parallel with recent works of Paul Ricoeur and Carlo Ginzburg, and to emphasize their own readings of the classic pieces of Aristotle, the *Poetics* and the *Rethoric*, mediated by Hayden White's reading.

Keywords

Linguistic turn; Historiography; History writing.

Recebido em: 27/11/2013

Autor convidado

* Entre o Brasil, a Alemanha e a França, Manoel Salgado circulava. Ele soube, no espaço de alguns anos, tecer fortes laços. Durante suas estadas em Paris, ele passava pelo meu seminário, e sua conversa simples e amigável muito me ensinou sobre a história do Brasil e no Brasil. Quando eu estive no Rio, na UFRJ, para um *workshop* com doutorandos, ele soube fazer deste encontro um belo momento de camaradagem intelectual. A última vez que o vi, foi em São Paulo. Ele estava cheio de entusiasmo, de sorrisos e de projetos. Depoimento de François Hartog. Paris, 22 de outubro de 2013.

Este artigo foi publicado originalmente em *Critique*, Paris, juin-juillet, 2011, p. 540-552. Agradecemos ao professor Hartog e aos editores da revista a autorização para a presente tradução, realizada por Eliane Misiak (FURG). Agradecemos também a Eliete Lúcia Tiburski pela formatação final e ajuste do texto às normas, e a Marina Araújo pela tradução do resumo. Agradecemos, finalmente, à Direção do IFCH da UFRGS pelo financiamento que viabilizou a tradução. Revisão técnica de Temístocles Cezar.

O *linguistic turn is over*.¹ Desde quando? Ainda se discute. Certos historiadores dirão, inclusive, que ele jamais começou! Como havia constatado Péguy em *Clio*: obstinamo-nos com uma questão durante quinze ou vinte anos e, “de repente, damos as costas”. “Não sabemos mais do que falávamos”. Há pouco tempo, foi-me relatado que, atualmente, nas universidades americanas, os jovens estudantes de história não sabem mais do que se trata, enquanto que seus professores lhes falam somente de arquivos. Seja como for, recentemente, duas historiadoras, interrogando-se sobre o estado de suas disciplinas, constatam seu refluxo, como uma onda que acaba de se retirar antes que a próxima quebre. Em seu discurso sobre o estado da história, Gabriele Spiegel, presidente da *American Historical Association* no ano de 2009, começa lembrando que o termo (*linguistic turn*) aparece em 1965, com o filósofo Richard Rorty, antes de avaliar qual foi seu impacto e de se interrogar sobre o que resta dele nos questionários e nas maneiras de trabalhar dos historiadores hoje (SPIEGEL 2009). Do mesmo modo, Caroline Baynum, professora de história medieval do Instituto de Estudos Avançados de Princeton, dedica-se a um rápido inventário de todos os *turns e returns* propostos ou proclamados desde o primeiro da série, aquele da linguística dos anos 1960 (BYNUM 2000).

Como não faz parte do meu propósito reconstituir os percursos dessas viradas, nem delimitar seus contornos, limitar-me-ei a observar este ponto de oscilação ou este contra-ataque brusco marcados pela publicação, em 1992, do livro *Probing the Limits of Representation*, editado por Saul Friedländer (FRIEDLÄNDER 1992). O objetivo era o de interrogar as consequências do relativismo pós-moderno e de indagar os equívocos que ele mantém sobre a questão do real e da verdade histórica, a respeito “deste acontecimento limite” que foi o Holocausto. É nessa ocasião que Carlo Ginzburg conduz o ataque final contra as posições de Hayden White, contra quem Arnaldo Momigliano havia, pela primeira vez, iniciado as hostilidades em 1981 (MOMIGLIANO 1984). Apesar de seus esforços, Hayden White não poderá sair das aporias de sua posição tropológica, de seu pantropologismo e, em pouco tempo, Paul Ricœur, pouco suspeito de desconfiança em relação às abordagens narrativistas, concluirá por um “impasse” e pela “suspeita legítima quanto à capacidade dessa teoria retórica de traçar uma linha limite entre narrativa histórica e narrativa de ficção” (RICŒUR 2000, p. 328).

Para falar a verdade, essa questão dita, frequentemente, da história e da ficção é apenas uma expressão local e relativamente tardia de um movimento muito mais amplo, nem simples, nem unívoco, mais dramático também, e iniciado bem mais cedo, de interrogações sobre esta que é “a mais nobre e mais misteriosa faculdade do homem”, a linguagem (BENVENISTE 1966, p. 45). Iniciado, pelo menos na França, com Mallarmé e Rimbaud, continuado por Maurice Blanchot (leitor de Kafka e amigo de Levinas), em cuja obra tantos fios se entrelaçam, ele se estendeu sobre um século aproximadamente e tomou formas

¹ “A virada linguística acabou”. Todas as expressões em línguas estrangeira seguem de acordo com o original (Nota do revisor).

diversas até o estruturalismo dos anos 1960 e os pós- que se seguiram. Ainda que os principais protagonistas distanciem-se rapidamente dessas apelações, subsiste que a linguagem, essa linguagem que sempre escapa, permanece no centro.

O que fez com que, na Europa, a linguagem tenha sido metódica e apaixonadamente escrutada? O que fez com que, após a publicação do *Curso de Saussure*, em 1916 (em plena guerra), a linguística, com a distinção entre *língua e fala*, tenha se tornado, progressivamente, a ciência piloto das ciências humanas? Celebrando Saussure, em 1963, por ocasião do cinquentenário de sua morte, Émile Benveniste sublinhava “o alcance desse princípio do signo instaurado como unidade da língua [...]. Ora, vemos agora se propagar esse princípio para fora das disciplinas linguísticas e penetrar nas ciências do homem, que tomam consciência da sua própria semiótica. Não é a língua que se dilui na sociedade, é a sociedade que começa a reconhecer-se como ‘língua’” (BENVENISTE 1966, p. 43). O que fez ainda com que, após 1945, a linguagem, sempre ela, tenha sido tida por quase tudo, sem deixar de ser associada à falta, à ausência, ao silêncio e à morte? “Aquilo que não se pode dizer, é preciso calar”, dizia Wittgenstein, “(não) é preciso calar”, corrige Jacques Derrida (PEETERS 2010, p. 204). A essas colocações fazem eco as últimas palavras de Blanchot, em *Après coup*, “mesmo sobre a morte sem frases, ainda é preciso meditar, talvez sem fim, até o fim” (BLANCHOT 1983, p. 100). Responder a tais questões, arriscar-se apenas, excederia não apenas o espaço de um artigo, mas também minhas capacidades. Entretanto, creio que ao negligenciar esse movimento profundo, complexo, corre-se o risco de, como dizia Péguy, não mais compreender do que se falava, quando Roland Barthes, por exemplo, escrevia que “o fato tem tão somente uma existência linguística”. Caso contrário, o propósito, retirado de seu contexto, oscila entre trivialidade e absurdidade (BARTHES 1984).

16

Narrativa, retórica, história

Para retornar à história e as suas formas de negociar a virada linguística, pode ser esclarecedor traçar um paralelo entre duas abordagens, certamente bem diferentes, mas que possuem em comum o fato de interrogar, no curso dos anos 1980, os poderes da narrativa. Paul Ricœur publica *Tempo e Narrativa* entre 1983 e 1985. A partir de 1984, Carlo Ginzburg engaja-se em um combate, jamais abandonado, contra aqueles que ele chama, desde então, de céticos.² Nada de equívoco: o único objetivo dessa projeção é o de convidar a considerar suas *démarches* como duas maneiras de apreender uma conjuntura e de replicá-la, de modo algum de associá-las, e menos ainda de opô-las: o defensor do realismo face ao advogado da narrativa!

Com relação à história, um deles é um *outsider*. Ele traça seu caminho filosófico, e aprofunda a enquete sobre as capacidades da narrativa, não por complacência com uma moda, mas por preocupação em aproximar ao máximo possível as aporias do tempo e experimentar, simultaneamente, os limites da narrativa. Ele mobiliza, torna útil esse saber renovado e recente, em plena

² Ver seu prefácio à Natalie Zemon Davis, *Le retour de Martin Guerre*, reeditado em anexo em *Le fil et les Traces*.

elaboração, com vistas a explorar as potencialidades da narrativa. Ele é também o *outsider* que mais se aproximou da história. Ele leu os historiadores, não para anexá-los ou para fazer filosofia da história pelas suas costas, mas com vistas a, graças a eles, aprofundar seu questionário filosófico. Se é verdadeiro que o tempo pensado somente existe quando narrado, é imperativo demonstrar que mesmo a história, que pretende ter rompido com a narrativa, aquela dos *Annales* (para resumir), conservou, se observarmos de perto, um elo, ainda que tênue, com ela. Tal é o caso deste “manifesto” que é o *Mediterrâneo* de Braudel. Bastava ousar dizê-lo para que isso se tornasse evidente.

O outro é um *insider*: no coração da disciplina, historiador da época moderna, ele, rapidamente, encontrou-se em posição de falar por ela. Com esta particularidade: ele está longe de ser o inimigo da narrativa. Realista, sim, mas em nada positivista. Tivesse sido ele um historiador preocupado sobretudo em enumerar, teria tido, é verdade, menos razões para inquietar-se com as formas de ler. Em seus livros e artigos, ele, de fato, não cessou de confrontar-se com a questão da narrativa, quer se trate da questão da forma de interrogar suas fontes (os arquivos dos processos de feitiçaria), de delimitar aquilo que ele chama, em *História noturna: decifrando o sabá*, de “núcleo narrativo elementar que acompanhou a humanidade durante milênios” (GINZBURG 1992, p. 284). Persistentemente, ele se pretende atento às “possibilidades cognitivas de qualquer narrativa, incluindo-se todas as formas de historiografia”. A respeito de *A educação sentimental*, ele se dedica a valorizar a “riqueza cognitiva da obra de Flaubert” (GINZBURG 2003, p. 97); ou, estudando uma *Histoire des îles Mariannes*, publicada, em 1700, por um jesuíta, ele observa que os textos têm “fendas” das quais se pode ver “sair o real” e que “falar de realidades situadas fora do texto seria uma ingenuidade positivista” (GINZBURG 2003, p. 82). Mais ainda, e, desta vez, colocando-se antes do texto acabado, ele estima que um lugar deve ser dado às “interações entre dados empíricos e restrições narrativas no interior do processo de pesquisa” (GINZBURG 2003, p. 95). Se considerarmos a forma de conceber seu papel de historiador, o próprio título de seu último livro o exprime: *O fio e os rastros*. Por fio é preciso compreender, claramente, precisa o autor, o “fio” da narrativa. “Procuro contar, servindo-me dos rastros, histórias verdadeiras (que às vezes têm como objeto o falso)” (GINZBURG 2010, p. 7).

Ricœur leu Ginzburg. Este último está presente em dois momentos de *A memória, a história, o esquecimento*: na parte consagrada à epistemologia histórica e naquela dedicada à condição histórica. O “paradigma indiciário”, o prefácio a Lorenzo Valla (sobre retórica e filologia), *O Juiz e o historiador* (com a questão da prova) e, finalmente, o “impasse” tropológico de Hayden White, são todos elementos que possuem lugar na reflexão do filósofo. A recíproca se verifica? No meu entender, não. O historiador não menciona e não discute os trabalhos de Ricœur.³ O que é um direito seu. Em todo caso, trata-se de um indício de que ele não precisou desse filósofo que, durante aproximadamente

³ Uma menção à “ambiciosa obra de P. Ricœur, *Temps et récit*” (GINZBURG 2010, p. 459). Trata-se do prefácio à obra *Le retour de Martin Guerre*, publicado em 1984.

vinte anos, interrogou-se sobre “a inquietante estranheza da história” (HARTOG 2011, p. 65).

Tanto um quanto outro se deparam com a questão da representação, aquela da lancinante interrogação sobre a relação entre o passado real e o conhecimento histórico, aquela sobre a qual a fórmula de Ranke, mil vezes repetida, do *wie es eigentlich gewesen* terminou por dispensar a reflexão. Ricœur detêm-se longamente sobre ela em *Tempo e Narrativa*; Ginzburg consagra-lhe um artigo: “Representação, a palavra, a ideia, a coisa”, primeiramente publicado nos *Annales*, em 1991. Questionar o uso da palavra e todos os “jogos de espelho” que ela permite entre ausência e presença, em um momento em que se exige uma história das representações, particularmente nos *Annales* e à volta, é, evidentemente, apropriado. Segue um percurso virtuoso que, em poucas páginas, conduz o leitor ignorante da primeira aparição da palavra no *Dictionnaire* de Furetière, no qual “representação” é empregado no contexto dos funerais reais (para designar seja um manequim do rei defunto, seja um leito funerário vazio e simplesmente recoberto por uma mortalha), até as interrogações sobre os efeitos da presença real na eucaristia, passando pelo Colosso grego (GINZBURG 1998, p. 73-88). Insatisfeito, por sua vez, com o conceito de representação, Ricœur forja um outro, o de “representância”, que ele reconhece ser “difícil”. Para abordar essa relação, que ele qualifica de “enigma”, ele recorre, sucessivamente, às categorias do Mesmo, do Outro e do Análogo, que são três maneiras de decompor e, depois, de sintetizar a visada do discurso histórico em relação a seu “vis-à-vis” terminado, qualificado de “alusivo” e “imperioso” simultaneamente (RICŒUR 1985, p. 269). Pois se o historiador é um “mestre de intrigas”, ele é, ao mesmo tempo, “um servidor da dívida para com os mortos”.

18

Pelos caminhos que levam do Mesmo ao Outro, ao Análogo, Ricœur encontra, inevitavelmente, Hayden White, o mestre *ès tropes*, cujo livro, rapidamente famoso, *Metahistory*, é qualificado por ele de “poética da historiografia”. Para White, leitor de Vico, a retórica é, com efeito, o núcleo da criatividade da linguagem e o *troping* é, diz ele, “a alma do discurso”. Sua *Metahistory* poderia intitular-se igualmente *Pre-History*, na medida em que o recurso a um ou outro tropo prefigura uma narrativa possível, de modo que da dispersão daquilo que ainda não foi narrado emerge uma forma e um sentido: uma narração e uma explicação. O único ponto que gostaria de evidenciar aqui é que, fazendo isso, White engloba a poética na retórica ou faz da poética “a alma” da retórica. O que, do ponto de vista da narrativa histórica, tem por primeira consequência ignorar a velha interdição colocada por Aristóteles, para quem a história, não sendo uma arte mimética, não pertence à *poiesis*.

Para Ginzburg, o encontro se faz por meio do artigo de Momigliano “The History of Rhetoric and Rhetoric of History: on Hayden White’s Tropes” que, em 1981, abriu seus olhos para as consequências das posições do autor de *Metahistory*. Pouco me importa, diz, basicamente, Momigliano, se tais historiadores usam a metonímia ou a sinédoque, pois a única coisa que conta é que “suas histórias devem ser verdadeiras” (MOMIGLIANO 1984, p. 51).

Quanto às relações entre retórica e história, se elas iniciaram com Isócrates, seria necessário, pelo menos, considerar o fato de que elas foram ambivalentes ao longo da Antiguidade e que, em um certo momento, na época moderna, elas foram cortadas. Em resumo, sem o apoio de uma história séria da retórica, as considerações sobre retórica e história permanecem muito etéreas. Em todo caso, a associação entre Hayden White e a retórica sai ainda fortalecida por sua inscrição em uma linhagem que inicia com Isócrates. Mais do que de uma virada linguística, dever-se-ia falar de “virada retórica”, propõe então Ginzburg.

Aristóteles, mais uma vez

Sem que seja necessário estender-me mais sobre as posições de Hayden White, sobre a leitura rigorosa feita por Ricœur ou sobre as críticas reiteradas de Ginzburg, o leitor terá compreendido que o White de Ricœur está mais do lado da poética, enquanto que aquele de Ginzburg está, primeiramente, do lado da retórica. Nesse ponto, o leitor também terá compreendido que aquele que, desde o início, encontra-se no plano de fundo e que, de fato, torna possível (e espero pertinente) o paralelo esboçado não é outro senão Aristóteles, como autor da *Poética*, naturalmente, mas também da *Retórica*.

Ambos, de fato, cedem-lhe lugar, mas eles não se dirigem ao mesmo Aristóteles. Ricœur reconhece, imediatamente, que “o impulso inicial” de *Tempo e Narrativa* veio da *Poética*. O que, de maneira alguma, é evidente, visto que na *Poética* não se tratava diretamente da questão do tempo! Por outro lado, retém toda a sua atenção “a composição da intriga promovida por Aristóteles à posição de categoria dominante na arte de compor obras que imitam uma ação”. É o que lhe permite “extrair da *Poética* o modelo de composição da intriga” que ele se proporá “a estender a toda composição que chamamos narrativa” (RICŒUR 1983, p. 61, 317). Incluindo, portanto, a história. Quanto a Ginzburg, se ele conhece, evidentemente, as anotações da *Poética* sobre a história, ele está mais interessado na *Retórica*. Por quê? Por duas razões ao menos. Primeiramente, porque White, após Roland Barthes, reabre, de forma ruidosa, a questão dos laços entre retórica e história. Depois, porque ao lado da retórica de Isócrates, existe aquela de Aristóteles, para quem a questão da prova é central. Em outras palavras, a) contrariamente ao que imaginam os céticos e outros pós-modernos, a retórica não se reduz à arte de persuadir,⁴ b) retórica e provas podem estar e estiveram estreitamente ligadas. Porque se demonstra com o auxílio do entimema, que é o silogismo da retórica, e o entimema é, para Aristóteles, “o corpo da prova” (Aristóteles, *Rhétorique* 1354a, 15) .

Tal ponto atingido, que se aparenta um pouco a um puxão do tapete sob os pés do adversário (ainda que Hayden White não recorra à retórica de Aristóteles), Ginzburg vai, nitidamente, mais longe. Em “Aristóteles e a história, mais uma vez”, ele procura mostrar que a arqueologia (no sentido dos primeiros capítulos de Tucídides) e a retórica (no sentido de Aristóteles) partilham a mesma

⁴ “Procurei mostrar que o sentido da palavra [retórica] em Aristóteles era muito diferente do que entendemos hoje pelo termo retórica” (GINZBURG 2003, p. 52).

preocupação com a prova e recorrem ao entimema, de modo que “retórica, história e prova estão estreitamente ligadas na Grécia do século IV” (GINZBURG 2003, p. 51). Quando, como continuador de Híppias (o sofista zombado por Platão), ao estabelecer uma primeira lista de vencedores olímpicos, Aristóteles faz-se epigrafista e compila uma lista de vencedores nos jogos píticos, ele pratica a arqueologia (essa história posteriormente será nomeada antiquária). Em sua arqueologia, Tucídides serviu-se, “várias vezes”, desse modo de conhecimento que recorre a entimemas. “Se [portanto] supormos que a dimensão arqueológica da obra de Tucídides pode ter suscitado o interesse de Aristóteles, a atitude desse último com relação à história poderia ser reexaminada à luz das alusões a um conhecimento inferencial do passado presentes na *Retórica*” (GINZBURG 2003, p. 51). A *Retórica* poderia, assim, permitir revisar o julgamento (aparentemente definitivo) da *Poética* sobre a história. Pode, então, surgir a conclusão (que não deixaria de surpreender o leitor que teria perdido o que precede): “a obra em cuja qual Aristóteles fala mais detidamente da historiografia (ou, ao menos, de seu núcleo fundamental), no sentido em que a entendemos, não é sua *Poética*, mas sua *Retórica*” (GINZBURG 2003, p. 43) .

20

Detenhamo-nos, então, um instante sobre os primeiros capítulos de Tucídides, que ocupam um lugar importante no raciocínio. De fato, eles lembram uma proeza, na medida em que eles são, ao mesmo tempo, a tentativa mais refletida e acabada de reconstruir os tempos antigos da Grécia e a demonstração definitiva que uma história científica (para empregar um termo moderno) do passado é, de fato, impossível. Baseando-se em indícios (*semeia*), reunindo e confrontando elementos de prova (*tekmêria*), o historiador pode suprimir o falso, circunscrever o mítico (*muthôdes*), “encontrar” fatos e, o melhor, chegar a uma convicção (*pistis*), mas não a um conhecimento claro e distinto. “Ora, as coisas anteriores e mesmo as que eram ainda mais antigas era impossível descobrir com clareza, em vista da grande distância temporal, mas, a partir do que sou levado a crer, examinando os indícios de um longuíssimo período, não considero que foram grandes nem com relação a guerras, nem com relação a mais nada” (HARTOG 1999, p. 59).

O objetivo perseguido por essa reconstrução é, portanto, duplo: provar que em comparação à guerra presente – que Tucídides, imediatamente, estimou como devendo ser a maior –, todos os conflitos do passado são inferiores (estamos no registro da amplificação, cuja *Retórica* de Aristóteles tornará o traço característico do discurso epidídico); convencer por meio do exemplo que somente a história contemporânea importa realmente, porque ela é a verdadeira ciência política.⁵ Acrescentemos ainda que o modelo, que serve de padrão para a reconstrução dos tempos distantes, é o da potência (*dunamis*) ateniense atual, com seus três componentes (o dinheiro, a frota e as muralhas). De Agamêmnon até Polícrates, o tirano de Samos, passando pelo rei Minos, trata-se de uma mesma história de dinheiro, frota e muralhas, compreendendo-se que o império

⁵ Tucídides não emprega a palavra *historia* nem no sentido de Heródoto nem no sentido que será aquele de Aristóteles.

ateniense representa a sua versão mais acabada. Atenas é o *telos*: vai-se do presente ao passado (inferior), revelando um modelo de inteligibilidade que depende mais de uma teoria do poder do que de uma história antiqüária.

O entimema, definido como o cerne da prova, é suficiente para ligar a história e a retórica a ponto de sustentar que é na *Retórica* que Aristóteles fala mais prolongadamente de história? À primeira vista, entretanto, ele não lhe atribui nenhum lugar específico. Os discursos se repartem, com efeito, em três gêneros, o deliberativo, o judiciário e o epidídico. Cada um visa um ouvinte, que se encontra em posição de juiz. O deliberativo está voltado para o futuro, o judiciário, para o passado e o epidídico inscreve-se no presente. Mais tarde, a história tenderá a ser inspirada pelo epidídico (veremos Políbio batalhar contra e Luciano sustentar que uma "muralha" separa a história do elogio, enquanto outros proporão um quarto gênero para a história).

A enquete de tipo histórica aparece, todavia, na *Retórica*, por ocasião do exame dos temas sobre os quais se delibera e para os quais é útil munir-se de argumentos. Assim, em matéria de receitas da cidade, é necessário estender sua experiência conduzindo uma enquete histórica sobre o que se praticou em outro lugar (Aristóteles, *Rhétorique* 1359b, 32). Do mesmo modo, naquilo que concerne à guerra e à paz, é necessário ter examinado (*theôrein*) as guerras conduzidas pela cidade mas também pelas outras (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 4). No que diz respeito, finalmente, à constituição e às leis, não somente é útil ter um conhecimento "teórico" desses assuntos, mas também ter conduzido enquetes de campo no estrangeiro. "As relações de viagem são, assim, evidentemente úteis para a legislação [...] como as enquetes (*historiai*) daqueles que escrevem sobre as ações humanas o são para as deliberações políticas" (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 33-37). Eis a parte reconhecida a essas enquetes, concebidas como coletas de dados e destinadas a fornecer premissas, permitindo argumentar corretamente no âmbito das deliberações da assembléia. E, a Aristóteles, concluir com esta precisão, que não é desprovida de importância. "Mas tudo isso (essas enquetes), é assunto da política, não da retórica" (Aristóteles, *Rhétorique* 1360a, 37). Elas visam fornecer premissas instruídas com o objetivo de formular conselhos, que são a própria finalidade do gênero deliberativo. Estamos, portanto, longe de Heródoto, mas também longe de Tucídides, não francamente na arqueologia, mas muito próximo, por outro lado, da coleção das cento e cinquenta e oito constituições coletadas por Aristóteles e por seus alunos.

Para Ricœur, o texto central de sua meditação sobre a narrativa e, portanto, sobre a história, é, certamente, a *Poética*, na qual ele vê o modelo de composição da intriga que ele se propõe a estender a toda composição narrativa, como vimos, quer se trate de história ou de ficção. Essa extensão é seu direito mais estrito. Mas ele infringe, ao mesmo tempo (assim como Hayden White), a interdição aristotélica. Pois Aristóteles (e limitar-me-ei aqui unicamente a esses pontos) indica, da maneira mais clara possível, que a história, a dos historiadores (*historikoi*), não ascende nem à *poiesis* nem à *mimesis*, reservadas ao poeta. Não esqueçamos que a história não está aqui por ela mesma, mas apenas como

vis-à-vis, para exaltar a tragédia. É poeta não tanto aquele que se expressa em versos, mas aquele que compõe narrativas (*muthoi*), intrigas (traduz Ricoeur): “É claro, a partir do que foi dito, que não é obra do poeta dizer o que aconteceu, mas o que poderia acontecer –, e o possível é conforme o verossímil ou o necessário” (HARTOG 1999, p. 109). Seguramente, não se deve esperar nada assim do historiador: ele diz e somente pode dizer aquilo que se passou. Ele diz os fatos (*legei ta genomena*) da melhor maneira, em sua sucessão. Como ele poderia “fazê-los” (*poiein ta genomena*)? Naturalmente, não no sentido de forjá-los totalmente, mas no sentido de compor uma narrativa representando uma ação única e que forma um todo, do qual não se pode mover nem retirar nenhum elemento?

Aristóteles apresenta uma prova suplementar dessa separação ao imaginar o seguinte caso. Suponhamos que um poeta efabule “o que aconteceu, nem por isto é menos poeta, pois nada impede que algumas coisas que aconteceram sejam tais que tenham sido verossímeis e possíveis. É por isso que ele é poeta” (Aristóteles, *Rhétorique* 1451b, 29-33).⁶ Aristóteles escreve exatamente um poeta “fazendo” *genomema*. O que importa não é que os acontecimentos tenham ocorrido, mas que eles respondam às exigências (inegociáveis) do verossímil e do possível. Alguns comentadores servem-se dessa passagem para sugerir que a *poiesis* não é completa nem definitivamente interdita para a história. Eu não creio nisso. Aristóteles está preocupado com o poeta e não com o historiador, e aquilo que vale para um não vale, no sentido contrário, para o outro. Por certo, o poeta não está interessado no que aconteceu, mas apenas na medida em que se reconhece nisso uma organização de acordo com o verossímil e o possível, enquanto que o historiador é requisitado, primeiramente, por aquilo que aconteceu (que isso seja da ordem do verossímil ou do possível, ou mesmo necessário, não é, literalmente, seu problema). Para Aristóteles, o historiador não é um “mestre de intrigas” e, no século II de nossa era, Luciano de Samósata o repetirá, a sua maneira: as únicas questões às quais ele deve responder são aquelas da escolha dos *genomenas* e da maneira de dizê-los.

Evidentemente, outra é a direção de Ricoeur. Pois, para validar sua grande hipótese, segundo a qual o tempo pensado somente existe quando narrado, ele deve provar “o caráter, em última análise, narrativo da história”, começando por examinar essa história que pretendia, de forma um pouco precipitada, ter renunciado à narrativa. Ele não pode, portanto, partir da separação inicial de Aristóteles que, ao excluir a história da *mimesis* e da *poiesis*, resolvia brutalmente a questão. Ele concederá, assim, à história toda a *poiesis* que for possível, sem, entretanto, comprometer o “primado” de sua intenção referencial. Aqui está todo o desafio do conceito de representância.

⁶ Diferentemente da citação anterior da *Poética* de Aristóteles, Hartog não se serve aqui da tradução de M. Casevitz, mas da tradução de R. Dupont-Roc e J. Lallot, publicada pela Editora Seuil, em 1980. Para a citação em português de a *Poética* nos servimos tanto nessa passagem quanto na anterior, bem como da citação de Tucídides, da tradução brasileira da obra de Hartog, *A história de Homero a Santo Agostinho*, realizada por Jacyntho Lins Brandão, publicada em 2011 pela Editora da UFMG (Nota do revisor).

Partindo do *linguistic turn*, fomos conduzidos a sugerir um paralelo entre Ricœur e Ginzburg, que nos levou “mais uma vez” a Aristóteles. Talvez esse percurso entre retórica e poética possa ter uma utilidade, ainda que, dos modernos aos antigos e dos antigos aos modernos, ainda faltem algumas etapas?

Referências bibliográficas

- ARISTOTE. **Rhétorique**. Paris: Gallimard, 1998.
- BARTHES, Roland. **Le discours de l’histoire**: le bruissement de la langue. Essais Critiques IV. Paris: Éd. du Seuil, 1984.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966.
- BLANCHOT, Maurice. **Après Coup**. Paris: Éd. de Minuit, 1983.
- BYNUM, Caroline W. Perspectives, Connections, Objects: What’s Happening in History Now?, **Daedalus**, vol. 138, nº 1, hiver 2009, p. 71-86.
- FRIEDLÄNDER, Saul. **Probing the Limits of Representation**: Nazism and the “Final Solution”. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1992.
- GINZBURG, Carlo. **Le Sabbat des sorcières**. Traduction Monique Aymard. Paris: Gallimard, 1992.
- _____. **Rapports de force**. Paris: Gallimard, 2003.
- _____. **Le fil et les traces**: vrai faux fictif. Traduction Martin Rueff. Lagrasse : Verdier, 2010.
- HARTOG, François. **L’histoire, d’Homère à Augustin**. Préfaces des historiens et textes sur l’histoire, réunis et commentés par François Hartog. Traduction par M. Casevitz. Paris: Éd. Le Seuil, 1999.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. The History Rhetoric and Rhetoric of History: on Hayden White’s Tropes. **Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico**. Rome: Ed. di storia e letteratura, 1984, p. 49-59.
- PEETERS, Benoît. **Derrida**. Paris: Flammarion, 2010.
- RICŒUR, Paul. **Temps et Récit**. Tome I: l’intrigue et le récit historique. Paris: Éd. Seuil, 1983.
- _____. **Temps et Récit**. Tome III: les temps raconté. Paris: Éd. Seuil, 1985.
- _____. **La mémoire, l’histoire, l’oubli**. Paris, Éditions du Seuil, 2000.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The task of the historian. **American Historical Review**, vol. 114, nº 1, fév. 2009, p. 1-15.

Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita*

Doubts on a method beyond suspicion

Francisco Murari Pires

murari@usp.br
Professor titular
Universidade de São Paulo
Av. Prof. Lineu Prestes, 338
05058-900 - São Paulo - SP
Brasil

Resumo

Este ensaio coloca algumas indagações questionando a inconsistência da trama argumentativa porque Carlo Ginzburg concebeu os fundamentos de sua proposição do *paradigma indiciário*. Um primeiro movimento reflexivo dessa interpelação questionadora intriga a exploração de algumas considerações porque o espectro da bibliografia crítica avaliou a tese de Ginzburg. Consequente a ele, desdobra-se o segundo movimento porque a reflexão crítica toma por foco o eventual diálogo da proposição epistemológica de Ginzburg com o congênere conceito, originalmente tucidideano, de *indiciamento* (*tekmérion*) como procedimento metodológico de veracidade factual, diálogo este, senão totalmente silenciado, efetivamente elidido pela (des) consideração com que Ginzburg o irreleva.

24

Palavras-chave

Carlo Ginzburg; Tucídides; Metodologia da história.

Abstract

This essay casts some doubts on the consistency of the argumentative plot on which Carlo Ginzburg founded his evidentiary paradigm. A first moment of this reflective questioning will address the way Ginzburg's thesis was assessed by the critical literature. A second step will then focus on the interrelations between Ginzburg's epistemological considerations and the Greek notion of indictment (*tekmérion*), as originated in Thucydides' work. For Thucydides, as also for Ginzburg, indictment is the methodical procedure that guarantees the factual accuracy in historiography. The essay suggests that Ginzburg disregarded his dialogue with Thucydides, not simply by being entirely silent about it, but rather by eliding it.

Keywords

Carlo Ginzburg; Thucydides; Methodology of history.

Recebido em: 7/11/2013

Aprovado em: 16/12/2013

* O título presta homenagem à ideia do filme de Elio Petri protagonizado por Gian Maria Volonté: *Indagine su un cittadino al di sopra di ogni sospetto*.

No meio do caminho tinha uma pedra, tinha uma pedra no meio do caminho
(Carlos Drummond de Andrade).

Manoel Luiz Salgado Guimarães, *in memoriam*: rememoração do espírito de uma conversa

7 de setembro de 2007, sessão de encerramento do I Simpósio "Antigos e Modernos: diálogos sobre a (escrita da) História". Porque a iniciativa então inaugurada tivesse significativa marca identitária, coincidentemente prevista a realização do Evento justo na *Semana da Pátria*, destaque foi dado à análise da *Historiografia Brasileira* para que seu aporte de reflexão crítica o encerrasse. A participação de Manoel Luiz Salgado Guimarães ancorava a excelência da proposta. Ao ensejo das circunstancialidades da data, sua conferência historicizava o "debate em torno de uma história nacional no Brasil oitocentista", tendo por foco nuclear de análise o que Manoel Salgado categorizou como "textos de fundação", assim atinentes à proposição instituinte do *IHGB*. Em meio à sua exposição, uma referência singular a uma passagem do texto de Raimundo José da Cunha Matos ("Dissertação acerca do sistema de escrever a História Antiga e Moderna do Império do Brasil") ressoou em nosso espírito ecos que maravilhosamente reverberavam o espírito que inspirava e promovia o evento. Por uma intrigante fórmula, Cunha Matos nomeava, em conjugação figurativa de "cor local", a práxis historiográfica de estabelecimento de veracidade de textos por "o *escalpelo* da boa crítica" (GUIMARÃES 2008, p. 409). Uma fagulha livre em nosso espírito fez pensar alguma similaridade de irreverência com a célebre declaração provocativa de afirmação de identidade brasileira por Oswald de Andrade: "*Tupy or not tupy, that is the question*". Tanto mais que o deslocamento identitário promovido pelo conceito indigenista (cor)respondia com certa precisão à condizente reversão ou antídoto aos nexos da teorização original de matriz europeizante. Por um lado, a acuidade crítica da "ciência médica": operação cirúrgica a extirpar o "mal" que atacava o texto, apurando e depurando sua verdade histórica. Por outro, ainda mais (im)pertinente, podia-se aventar uma similitude com veneranda criação historiográfica de congênere matriz, esta de marca tucidideana: a crítica de veracidade categorizada por "*basanizo*". Em sentido primário, testar a "falsidade da moeda de ouro" pelo risco da "pedra de toque" (o basalto) que denunciasses sua "corrupção" por material vil. E também, em sentido derivado, "torturar" o escravo porque declarasse a verdade do que soubesse de um acontecimento criminoso sob investigação. Pelos (pre)conceitos do imaginário aristocrático grego antigo, o escravo, ser "inferior", era dado a mentir, (des)razão ideológica porque então se justificasse legalmente subtrair-lhe por violência a revelação da verdade a que naturalmente não estava afeito. Não só, pois, ciência médica, mas também afinidades policiais rondam a crítica de veracidade porque responde, por exemplo, a práxis historiográfica do *indiciamento*, o "*tekmérion*" originalmente tucidideano. Mas agora, pela irreverência do *escalpelo*, alguma aspiração porque se combata o jogo de papéis contaminado por vicissitudes históricas de passado colonial mais avatares recentes de dominação ideológica, quer de ultramar além Atlântico, quer por certo lugar no Continente ao Norte.

Aspirações de uma *Teoria da História* no Brasil e do Brasil, sem descair por atavismos nacionalistas nem degenerações de ignorância xenófoba. Que Manoel Luiz Salgado Guimarães nos seja o emblema de tal espírito!

Mais de dois milênios depois de Tucídides ter proposto o indiciamento como procedimento metodológico de reconstituição dos acontecimentos passados, assim também propôs similar método um outro historiador, este, entretanto, paradoxalmente desleixando (ou escamoteando) justo a consideração desse acontecimento histórico de ponderação tucidideana.

Paradigma indiciário

Pelo último quarto do século XX adentrando a primeira década do novo milênio, Carlos Ginzburg elaborou, em uma série de artigos e ensaios, proposições de teses porque intentasse dar uma resolução a um velho dilema, algo fantasmagórico, que há bom tempo já assombra a (des)confiança na história: comporta essa modalidade de conhecimento respeitante aos modos porque atuam os homens no mundo diferenciados e específicos fundamentos metodológicos que lhe assegurem singular estatuto de (alguma) cientificidade? A atualidade do velho dilema vinha de ser (re)ativada pelos então recentes ares epistemológicos *pós-modernistas* que instigaram atualizadas intrigas de mazelas querelantes. Intrigas agora mais graves porque, ao que argumentaram Arnaldo Momigliano e Carlo Ginzburg na sua esteira, insuflavam teses de *revisão histórica*, especialmente agudas por (re)avivarem as chagas do *holocausto* em renhidas disputas e debates por quem ideologiza preservar a realidade viva dessa memória contra quem ideologiza, em contrapartida, dissipar o espectro oportunista de sua (cor)respondente politização; uns a promover a visão horrorizada daquele fenômeno em estigma da *II Guerra Mundial*, outros a cegarem. Como se a questão fosse, ao que induz a peroração de Carlo Ginzburg contra os por ele ditos “céticos relativistas”, ditar o imperativo de que a todo historiador se impõe o dever de decidir qual o certo, qual o errado, quem virtuoso, quem vicioso: “pós-modernismo por história-literatura-ficção x modernismo da história de (in)certa cientificidade” ... “Ginzburg x Derrida” ... “Momigliano x Hayden White” ... e ainda politizações de “sionismo x revisão histórica”? A perversidade do procedimento assim reclamado descai¹ por imperativo (alegado como de ordem moral ou ética) maniqueísta de quem proclama falar em nome de alguma ciência e da verídica realidade factual porque se arvora a nos impor mais outro mandamento, agora historiográfico, como se dez já não nos bastassem!

No ensaio que inaugura a investida reflexiva de Ginzburg – *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (GINZBURG 1989, p. 143-179) –, o historiador busca identificar o procedimento metodológico que, mais especialmente conceitualizado no domínio das “ciências humanas” na modernidade (fins do século XIX a inícios do XX), atravessara e acompanhara como *práxis* investigativa toda a história humana, tendo suas raízes em tempos primordiais, desde as

¹ Os desvios e deslizes mais equívocos porque descai a reflexão nos termos em que a perpetrada Ginzburg são agudamente clarificados pela crítica argumentada por Jacques Rancière em seu ensaio (2011, p. 476-484).

sociedades de caçadores do Neolítico. Tal modalidade de atuação inquiridora, ao que argumenta Ginzburg, perpassa inúmeros campos da atividade humana: perseguições de caça, artes divinatórias, práticas médicas, imaginários literários de romances policiais e detetivescos, perícias eruditas de “*connoisseurs* de obras de arte”, saber psicanalítico freudiano, técnicas grafológicas, exegese de crítica textual histórico-filológica, vindo a alcançar, ainda, os procedimentos burocráticos de identificação do indivíduo na sociedade burguesa contemporânea. Reconhece-se, assim, ao longo de toda essa história, o paradigma epistemológico que lhe corresponde sob distintas nomenclaturas: ou “indiciário” ou “venatório” ou “divinatório” ou “semiótico”.

Enquanto categoria de discurso epistemológico, o paradigma decantara conceitualmente, ao que detecta a análise de sua gênese por Ginzburg, pelo findar do século XIX (GINZBURG 1989, p. 143), então articulado em três agenciamentos sucessivos, senão mesmo conexos. Primeiro, entre 1874 e 1876, por Giovanni Morelli (sob o pseudônimo de Ivan Lermolieff) em “proposta de método” por que intentava regravar procedimentos de análise de quadros capazes de identificar a autoria dos mesmos por meio do reconhecimento de detalhes pictóricos reveladores de traços idiossincrásicos de determinado pintor (GINZBURG 1989, p. 143-145). A seguir, por Conan Doyle por fins dos anos 1880 (GINZBURG 1989, p. 145-146), que operava o paradigma na criação de suas novelas detetivescas, figurando-o pela arte indiciadora de crimes porque primava a arguta perícia de Sherlock Holmes. E também por Sigmund Freud em torno de 1898 a 1901, quando arquitetava os fundamentos da técnica psico-analítica de “desvendar segredos e verdades ocultas a partir de resíduos negligenciados”, de que o método morelliano, ao que o próprio Freud apontou anos depois, provera-lhe manancial inspirador (GINZBURG 1989, p. 146-149).

Por todos os três, ao que ajuíza Ginzburg, perpassa a mesma proveniência fundamentadora do método paradigmático: “o modelo de semiótica médica de alcance diagnóstico” que identifica a doença por meio do (re)conhecimento perspicaz de “traços ou pistas infinitesimais” que, desconsiderados senão negligenciados pelo olhar comum como “triviais, superficiais, irrelevantes ou insignificantes”, não obstante indiciam “a realidade patológica oculta, inapreensível pela observação direta” que a perde porque extraviada, desatenta daquele preciso foco extraordinário de percepção tão inteligente quão (im) pertinente. Modelo de metodologia médica que, por sua vez, supunha e remetia, precisamente na década de 1870-1880, diz Ginzburg, ao “paradigma indiciário que então se afirmava no horizonte das ciências humanas baseado justamente na semiótica” (GINZBURG 1989, p. 150-151).

Apreciando a conjugação cumulativa das operações definidoras do paradigma indiciário por Morelli, Sherlock Holmes mais Freud, Ginzburg (re) compõe o complexo de atributos que caracterizam sua distintiva natureza, conferindo-lhe identidade metodológica. Jogos de contraposições marcam a ambígua (des)qualificação da natureza do *indício* (traços, pistas) enquanto objeto que embasa o método por axiologia de revertida hierarquia (historiográfica): pequeno ou minúsculo (mesmo infinitesimal) *versus* grande; detalhe *versus*

importante; trivial *versus* fundamental; parte *versus* todo; individual *versus* social; menosprezado *versus* eleito; restos *versus* proveito; baixo *versus* alto; inferior *versus* superior; marginal *versus* central; oprimido *versus* poderoso; tangível, concreto *versus* imaterial, formal; opaco *versus* transparente; observável *versus* invisível; manifesto *versus* oculto; evidente *versus* latente; ciente *versus* inconsciente; reprimido *versus* idealizado, sublimado; superficial *versus* profundo; subterrâneo *versus* celeste; trevoso *versus* brilhante; infernal *versus* divino. Jogo expresso em retórica de paradoxos ambíguos porque se proclama a capacidade cognitiva de método eficiente em detectar, alcançar e apreender a realidade histórica maior a partir da menor.²

O *motto* virgiliano da *Eneida* em epígrafe do tratado freudiano emblematiza tal retórica de definição do *mét-hodos* dizendo *a via ou caminho* porque essa categoria epistemológica responde por sua própria etimologia definidora: *Flectere si nequeo Superos, Acheronta movebo*.³ Uma nomenclatura conceitual, transitando dos antigos aos modernos, *divinatio*, especialmente articula as virtudes singulares dessa modalidade metodológica de conhecimento que opera por indiciamento na reconstituição de realidade histórica factual apurada e depurada por argumentos de veracidade.

Detalhes

A epígrafe com que Ginzburg encima a reflexão do ensaio *Sinais* por que aponta o sentido sintético de seu alcance cognitivo diz: “Deus está nos detalhes” (GINZBURG 1989, p. 143). Marco Bertozzi, em comentário ao ensaio de Ginzburg, contrapõe-lhe o aforisma atribuído a Karl Kraus que reconhecia que “nos detalhes, é o diabo que se esconde”. Pelo que Bertozzi nos adverte:

Mas ao entrar nos detalhes, corremos o risco de ser o brinquedo de algum pequeno diabo divertindo-se às nossas costas. Nossos ancestrais diziam, quando alguma coisa escapava de suas mãos e não conseguiam agarrá-la: Olhe! É o diabo que joga... A investigação é cansativa, não chegamos sempre ao final na primeira tentativa. Os detetives e os sábios, na busca do culpável, na busca da verdade relativa à sua investigação, enroscam-se com frequência em falsas pistas: a presa não se deixa facilmente ser apanhada (BERTOZZI 2007, p. 29).⁴

Que seja! À caça indiciária do diabo pela trilha de (alguns) detalhes ginzburgianos!

² Não deixa de ser irônico que a pretensão de operar a interpretação mais axiologia metodológica proclamando-a pela hierarquia invertida a assim apreender a história pelo lado do “baixo”, “inferior”, “marginalizado” como o declaram as proposições ginzburgianas tenham encontrado estranhamentos, senão rejeições, justo da parte dos agentes e sujeitos mesmos que ativam as razões dos oprimidos: vejam-se as manifestações do *revolucionário* mais as da *feminista* a esse respeito, plenas naquele e parciais nesta, ambas integradas no artigo de Stephanie Jed (JED 2001, p. 372-384).

³ “Se não posso mover os deuses superiores, moverei o Acheronte”.

⁴ No original: “Mais en entrant dans les détails, nous risquons à notre tour d’être le jouet de quelque petit diable aimant à se moquer de nous derrière notre dos. Nos ancêtres disaient, quand quelque chose leurs filai des mains et qu’ils ne parvenaient pas à l’attraper: Regardez! c’est le diable qui joue ... L’enquête est fatigante, on ne parvient pas toujours au but du premier coup. Les détectives et les savants, qui dans la recherche du coupable, qui celle de la vérité relative à leur enquête, s’embrouillent souvent dans de fausses pistes: la proie ne se laisse pas facilement piéger”.

Há algo de *ilusionismo oportunista* senão *mistificação protéica*⁵ que transparece das argumentações discursivas com que Ginzburg trama as intrigas de suas teses, espécies de *(dis)simulados* icebergs de que se mostram apenas a ponta visível acima da água,⁶ a vagar soltos, desgarrados da geleira narrativa da *micro-* porque atravessem o oceano epistemológico da *história*.

Peter Burke comentando em resenha a *Miti, emblemi, spie* a vasta bibliografia mais extensas temáticas que alimentam o livro, aponta algo sucintamente: “Ginzburg é um leitor voraz” (BURKE 1990, p. 108). Desse ambíguo cumprimento por que se saúda o historiador italiano a aludir quer à sua sede de conhecimentos quer à pressa com que avidamente os sorve, dizem similarmente outros comentadores por formulações de críticas algo ambigualmente *(dis)simuladas*. O próprio Burke acresce: “os leitores são levados a acabar cada ensaio com a cabeça repleta de questões não respondidas” (BURKE 1990, p. 110).⁷ Assim também o faz David Herlihy: “os ensaios têm um alcance tão vasto, são tão ricos e provocativos, que uma revisão completa acabaria por ser mais longa que o próprio livro” (HERLIHY 1991, p. 502).⁸ Já Tony Molho dá sinais críticos mais claros: “gostaríamos que Ginzburg tivesse adicionado algumas páginas a mais a fim de clarificar os obscuros, ainda indefinidos aspectos de sua formulação. Ele aventurou-se nessa questão em incursões posteriores. Mas, se formos julgar pelas respostas de alguns de seus críticos, não o fez satisfatoriamente” (MOLHO 2004, p. 137).⁹ E Perrine Simon-Nahum refere já a idiosincrasia como estigma das leituras: “Carlo Ginzburg despeja um saber que não pertence senão a ele, ousando analogias e ligações cujos detalhes fortuitos mascaram a erudição prodigiosa sobre a qual repousam” (SIMON-NAHUM 2011).¹⁰ Ambíguos cumprimentos que ponderam a conjugação “virtuosa/viciosa” com que Ginzburg argumenta proposições reflexivas tão ricas de desafios quão insatisfatórias de (des) entendimentos.

Mais contundentemente o ajuíza James Elkins:

⁵ Emblemático o parágrafo no prefácio do livro *Sinais* em que, apresentando espécie de *mimesis de daimon* *socrático* dada à guisa de argumento, o Autor intriga (con) fusão de (ir) reflexão (dis) simulada de autocrítica com sua negligência (GINZBURG 1989, p. 10-11).

⁶ Para indicações das partes submersas que descobrem as insuficiências mais deficiências pontuais das argumentações de Ginzburg porque se possa suprir aquelas e concertar estas, confirmam-se: VEGETTI 1980, p. 8-10; VATTIMO 1980, p. 23-24; ROVATTI 1980, p. 36-37; VALERI 1982, p. 141-143; HARTOG 1982, p. 25; LaCAPRA 1985, p. 45-69; BURKE 1990, p. 108, 110; DUMÉZIL 1985, p. 985-989; ZAMBELLI 1985, p. 983-999; BLACK 1986, p. 67-71; CARRIER 1987, p. 76-77; BARTLETT 1991; MARTIN 1992, p. 613-626; SCHUTTE 1992, p. 576; STRUEVER 1995, p. 1203; BUTTI de LIMA 1996, p. 8-9; UZEL 1997, p. 28, 31-32; EGMOND-MASON 1999, p. 241, 244-245, 247-250; AYA 2001, p. 151-152; JED 2001, p. 372, 373-374; COHEN 2003, p. ix; HARTOG 2005, p. 228-229; BORGHESI 2006, p. 110-111, 114, 118-119, 121-126; THOUARD 2007, p. 12-13, 16-17; BERTOZZI 2007, p. 33; MOST 2007, p. 63, 65, 67-68, 70, 73; HAMOU 2007, p. 190-194; COHEN 2007, p. 222-223; DOJA 2007, p. 93-94); PAPE 2008, p. 1; OGAWA 2010; SIMON-NAHUM 2011, p. 2; VOUILLOUX 2011, p. 2-3, 4, 6, 7-8, 9-10; RANCIÈRE 2011, p. 474-484; HARTOG 2011, p. 540-552; BOULAY 2011.

⁷ No original: “Readers are likely to finish each essay with their heads full of unanswered questions. If such abundance is a fault, it is one which is all too rare in historical writing today”.

⁸ No original: “The essays are so far-ranging, so rich, and so provocative that a full review would likely be longer than the book itself”.

⁹ No original: “One wishes Ginzburg had added a few more pages to clarify the dark, still undefined sides of his formulation. He ventured into this issue in subsequent forays. But, if one were to judge by the response of some of his critics, he did not do so satisfactorily”.

¹⁰ No original : “Carlo Ginzburg déploie un savoir qui n’appartient qu’à lui, osant des analogies et des rapprochements dont les dehors fortuits masquent la prodigieuse érudition sur laquelle elles reposent”.

Existem muitos problemas neste ensaio, o qual tem sido, ao mesmo tempo, muito usado e pouco criticado; podemos questionar a sufocante voz autobiográfica ao longo do ensaio, na qual o autor implícito torna-se ele mesmo um 'detalhe desprezado' e seus trabalhos tornam-se mais exemplos inconscientes do método "baixo" do que propriamente aplicações controladas dele; e somos levados a querer indagar sobre o sentido da curiosa, não científica tentativa de Ginzburg em excluir do domínio da ciência o que ele descreve como a intenção de observar sem teorizar (ELKINS 1996, p. 279-280).¹¹

Por quais alternativas de prediletas exemplificações de indiciamento na reconstituição de fatos avança a argumentação por que Ginzburg (com)prove sua efetividade operacional? Pelos inúmeros indiciamentos bibliográficos referidos por Ginzburg, alguns especiais relatos ilustram a maravilhosa eficiência do método indiciário em revelar a verdade, todavia oculta, de um acontecimento passado, justo apenas a inferindo a partir da concatenação das pistas e indícios subsistentes.

Assim o conto dos *Três príncipes de Serendip* que, ajuizando com argúcia e perícia de discernimento o complexo de marcas deixadas pela trilha de um animal ao longo da estrada, são capazes de descrevê-lo com precisão rigorosa de detalhes apesar de *jamais o terem visto*: um camelo coxo (pelas marcas de passos de três patas nítidas contra apenas uma outra arrastada), cego de um olho (pela falta de grama por ele comida apenas de um dos lados da estrada, entretanto ali menos verde), falta de um dente (pelas bolotinhas de grama semi-mastigada deixadas cair da largura de um), levando uma mulher (pelas marca de um calçado associadas às de um camelo ajoelhado deixadas junto a uma poça de urina feminina identificável por odor mais gosto) grávida (pelas marcas de mãos ao lado da poça porque apoiasse o esforço de se levantar) mais cargas de mel de um lado (pelas moscas atraídas para uma borda da estrada pelo que ali respingara) e de manteiga de outro (pelas formigas para a outra) (MÉSSAC 2011, p. 37-46). Similarmente ocorre em um dos contos integrados por Voltaire em *Zadig*, certamente inspirado nos originais orientais, com o decifrador de pegadas animais agora conseguindo reconhecer a passagem ou de uma cadela ou de um cavalo, por ele então descritos em minúcias e detalhes, não obstante jamais tê-los visto.

Tem-se por tais contos, acrescenta Ginzburg, a origem ou embrião das novelas policiais que narram histórias de crimes misteriosos maravilhosamente descobertos por engenhosos detetives, tais como Dupin, na criação de Edgar Allan Poe, e sobretudo Sherlock Holmes, pela de Conan Doyle, este último justamente figurando como uma das instâncias reflexivas porque se decanta a formulação conceitual do paradigma indiciário por fins do século XIX.

Sim, certamente, nenhum dos três príncipes de Serendip nem Zadig haviam visto anteriormente e por isso conheciam ou aquele camelo ou aquela cadela

¹¹ No original: "There are many problems with the essay, which has arguably been overused and undercritiqued: one might question the stifling of the autobiographical voice throughout the essay, so that the implied author himself becomes a "despised detail" and his works become unreflective examples of the "lower" method rather than controlled applications of it; and one might want to inquire into the meaning of Ginzburg's curious, unscientific attempt to exclude from the domain of science what he describes as the intention to observe without theorizing".

que tão maravilhosamente descreveram em abundantes detalhes. Tampouco Sherlock Holmes presenciara os crimes que tão inteligentemente descobre. E, no entanto, assim se representa ficcionalmente apenas o que o autor desses contos e histórias de princípio sabia plenamente, tendo imaginado ou a visão daqueles animais¹² ou o presenciamento destes crimes, de que a configuração de atos e decisões cognitivas atribuídas a seus personagens confunde a ilusão. Pois, se Zadig não viu a cadela e o cavalo, Voltaire os viu, já que os (re)criou.¹³ E se Sherlock não testemunhou o crime, Conan Doyle¹⁴ o fez, tendo-o imaginado.

Ginzburg ilude por demonstração comprovadora da eficiência metodológica do paradigma indiciário, decifrador de realidade factual, a razão invertida da operação lógica implicada: dá por inferência conclusiva do acontecimento passado supostamente desconhecido, operada por meio da concatenação dos indícios identificados como o que dele restou e existe presentemente manifesto, o que é tramado por intriga de decomposição em indícios produzidos a partir do acontecimento ficcionalmente dado e conhecido de início, de modo que aquela inferência conclusiva de apreensão do acontecimento reconstituído reduz sua validade lógica a uma tautologia. Não há equivalência de transitividade lógica entre as duas vias, pois o todo é mais do que a soma das partes por supor justo a modalidade de razão ou nexos que as estrutura univocamente ou que, pelo contrário, as desestrutura pluralmente. E a decomposição em indícios dispõe pluralidade de concatenações de versões de diferenciadas semânticas de percepção (re)constituidora.¹⁵

Os exemplares de indiciamentos configurados por esses contos orientais¹⁶ em que se fundamenta a argumentação de Ginzburg comportam a natureza fantasiosa correspondente às obras de relatos maravilhosos que os integram. Eles se ordenam na estruturação narrativa do conto por um gradiente progressivo de fantasias que imaginam (ir)realidades (menos ou mais) maravilhosas tendo por desígnio simular provas de (menor ou maior) perspicácia com que se defrontam e resolvem a inteligência e perícia superlativa dos protagonistas a, pois, apresentá-los por estatura heroica. Num primeiro nível mais elementar de nexos indiciários se os escalonam quer pelas formas distintivas de pegadas das patas (do camelo ou do cavalo ou da cadela), quer dos gêneros de alimentos por eles preferidos (gramíneas para camelos, açucarados para moscas, gordurosos

¹² Aliás diversamente (re)criados de modo a conjugar diferenças de indícios assinalados conforme as variantes dos contos narrados correspondentes aos nexos imaginativos que distinguem cada versão (MÉSSAC 2011, p. 37-46).

¹³ Afinal, alguém viu o animal (na origem cognitiva da codificação categorizadora de suas pegadas) pois quem seria capaz de identificar pegadas de animal que jamais foi visto?

¹⁴ A (con) fusão Sherlock Holmes por Conan Doyle é ou indireta ou alusivamente apontada já pelos comentários de Marcelo Truzzi: "a grande maioria das inferências de Sherlock não resiste a um exame lógico. Ele as conclui satisfatoriamente pelo simples motivo que o autor das histórias o permite" (1991, p. 79) e de Umberto Eco: "Como ele [Sherlock Holmes] tem o privilégio de viver em um mundo construído por Conan Doyle que, adequadamente, se encaixa em suas necessidades egocêntricas, então, ele não carece de provas imediatas de sua perspicácia" (1991, p. 241). Considere-se ainda o que diz Umberto Eco sobre a estrutura *teleológica* do juízo operado por Zadig ao partir do princípio de que os dados indiciários em que se baseia "fossem harmoniosamente relacionados" (ECO 1991, p. 236), assim os sendo justo pela decisão criativa de Voltaire.

¹⁵ Emblemático nesse sentido a reflexão proposta em *Rashomon* de Akira Kurosawa/Ryunosuke Akutagawa. Confira-se ainda a crítica que Robert Bartlett dirige ao "método associacionista" de "alegados indícios" operado por Ginzburg em "Ecstasies" (BARTLETT 1991).

¹⁶ Confirmam-se os relatos apresentados por Roger Méssac (2011, p. 37-46).

para formigas), quer de alguns de seus distintivos modos de comportamento (o espalhamento das fezes pela cauda na defecação do camelo contra sua concentração em bloco na do boi). Tais são os tipos de indícios a que se apegam as argumentações quer de Méssac, quer de Voltaire, e nessa esteira também Ginzburg, assim redutoramente condizentes com o foro de racionalidade factual mais plausível¹⁷ porque as conjecturas divinatórias ganhem aspecto comprovatório de realidade. Pois, eles silenciam, elidem o prosseguimento da história memorizada pelos contos orientais, as quais progridem aventando indiciamentos bem mais audaciosos e inauditos: a vinha (ou o trigo) plantada sobre um sepulcro de que fora fabricado o vinho (ou o pão) porque seu gosto inspira pensamentos fúnebres; o cordeiro que foi amamentado por uma cadela porque sua carne tinha tal paladar, ou o cabrito assim aleitado porque sua carne concentrava o depósito de gordura junto ao osso; o sultão que não passa de um bastardo, filho de pai escravo e mãe adúltera, porque afeito a comportamento indigno de bisbilhotar escondido as conversas de seus hóspedes.

Contos maravilhosos enquadrados, pois, por contextualizações tópicas de histórias de sucessão régia porque se memorizava a ideologia antiga de legitimação do poder monárquico, figurando as virtudes e méritos superlativos do rei porque herói. Memórias históricas que afirmam a arte da *divinatio* por sobreposições cumulativas de registros literários e científicos que as acompanham ao longo dos séculos de seu percurso pela história da civilização humana, assim configurando códigos categorizadores de indiciamentos. Percurso, pois, milenar, porque a disponibilidade do nosso método indiciário encontra-se bem longe de qual remota origem paleolítica o tivesse inaugurado. Que o método, então, remeta à perspectiva do olhar da história pelo lado social *inferior, marginal* ou *oprimido* operando por *intuição baixa* contraposta à alta, científica, responde antes pelos vezos da retórica ilusionista ginzburgiana, seja lá a qual fantasia de oportunismo ideológico ela satisfaça.¹⁸

Condizente com a metodologia da *microhistoria*¹⁹ de que Ginzburg figurava como seu proponente mais famoso e destacado, a formulação do paradigma indiciário tanto a fundamenta em termos mais imediatos de proposição de uma disciplina historiográfica particular, quanto almeja conferir-lhe alcance de projeção modelar porque se generalize por essa modalidade de método a distintiva virtuosidade cognitiva da história. Figuração metodológica especialmente apropriada para o conhecimento histórico que arvora capacidade de compor discurso assegurado por modos argumentativos estruturadores de declarações providas de referencialidade factual. E, todavia, da casuística ampliada e extensa porque Ginzburg mapeia o espectro empírico comprovador da realidade histórica do paradigma, percorrendo assim praticamente todo o percurso da história humana, a indicação do procedimento particularmente

¹⁷ Confira-se o comentário de Méssac (2011, p. 39).

¹⁸ Confira-se, similarmente, a crítica de Dominick LaCapra ao livro de Ginzburg (*O queijo e os vermes*), introduzida por alusiva referência ao "methodological populism" como uma tendência presente em variantes da historiografia dos anos 1980 (LACAPRA 1985, p. 45-69).

¹⁹ Os nexos que imbricam o ensaio "Sinais" com as proposições da microhistória são apontados pelo próprio Ginzburg no texto de 2007 "Refléxions sur une hypothèse vingt-cinq ans après" (GINZBURG 2007, p. 37-47).

experenciado no domínio próprio da escrita da história, que não esse singular *hors concours* da *microhistória*, não se encontra pelo ensaio do historiador italiano qualquer evidenciamento exemplificador. Tanto mais paradoxal lapso por elipse ou esquecimento que, entretanto, as pistas aproximadoras de suas lembranças afloram pelos argumentos então explorados.

Peter Burke, em singular declaração de *crítica expressa* ao ensaio de Ginzburg, estranha que ele dê a "divination" como sendo "o método" da práxis historiográfica, quando antes apenas constitui um de seus procedimentos operacionais.²⁰ O comentário de Harry C. Paine aponta na mesma direção pois, ao se referir à especificidade operacional da *divinatio* em termos de "instinct, insight, intuition", assimila o conceito pela ideia de *gênio* como era definida por fins do século XVIII.²¹ O que Payne assim alude apenas em termos genéricos, comporta identificação mais precisa e singularizada, pois foi precisamente como *divinatio* que Barthold Georg Niebuhr,²² por inícios do século XIX, nomeou sua proposição de *método histórico-filológico* enquanto fundamento de uma história de pretensão científica. A mesma nomenclatura comparece igualmente em Leopold von Ranke ainda por essa mesma época. Em ambos, Niebuhr e Ranke, a instância modelar por que respondesse a proposição do método histórico, qual seja, Tucídides, é justamente figurada como "o gênio" da história.

Já François Hartog aproximara a tese metodológica de Ginzburg da de Ranke, reconhecendo no desígnio factual da concepção de história do primeiro ecos seculares do famigerado lema que imortalizou o segundo: *zeigen wie es eigentlich gewesen*. Despistamentos de ressonâncias historiográficas ainda mais antigas, milenares mesmo, se denunciam agora pela fórmula de álgebra elementar com que Ginzburg reitera, em texto de 1991, a profissão de fé no aporte realista da história que tem por vocação decidir os fatos ocorridos:

Podemos concluir, então, que a tarefa tanto do juiz como do historiador implica a habilidade de demonstrar, de acordo com regras específicas, que X realizou Y, onde X pode designar o ator principal, ainda que não nomeado, de um evento histórico ou de um ato legal, enquanto Y designa alguma forma de ação (GINZBURG 1991, p. 84-85).²³

²⁰ "No seu aspecto crítico, o autor deixa para si mesmo muito pouco espaço para refinar seu contraste básico entre dois modos de investigação - sua visão implícita 'do' método científico borra as distinções entre experimentadores, observadores, entre outros, assim como não considera a possibilidade de que o que ele denomina "divinação" é um elemento presente em toda pesquisa séria, mais do que 'o' método de pesquisa em determinados campos". No original: "On the critical side, the author allows himself too little space to refine his basic contrast between two methods of inquiry- his implied view of "the" scientific method blurs the distinctions between experimenters, observers, and so on and does not allow for the possibility that what he calls "divination" is an element in all serious research, rather than "the" method of research in some fields" (BURKE 1985, p. 109).

²¹ "A única saída que ele encontra é um sistema que vincula de algum modo 'instinto, insight, intuição', através dos quais quer significar um processo não distinto de algumas definições oitocentistas do gênio, isto é, a recapitulação iluminada de um processo racional". No original: "The only way out, he finds, is a system that relies to some extent on "instinct, insight, intuition," by which he means a process not unlike some eighteenth-century definitions of genius, that is, "the lightning recapitulation of rational processes" (PAYNE 1992, p. 1176).

²² Confira-se: MURARI PIRES 2012 (no prelo).

²³ No original: "We can conclude, therefore, that the tasks of both the historian and the judge imply the ability to demonstrate, according to specific rules, that x did y, where x can designate the main actor, albeit unnamed, of a historical event or of a legal act, and y designates any sort of action".

O que temos aqui se não o travestimento da célebre definição aristotélica da história em oposição à poesia, apenas transmutando em incógnitas genéricas “x” e “y” o que o filósofo declarara nominalmente: “o que Alcibiades fez ou experienciou”? Mas as ponderações aristotélicas suscitadas pela *Poética*, Ginzburg as evita, escamoteia em sua argumentação preterindo-as pelas da *Retórica*, assim operando um esquecimento de referência analítica que justamente estorvaria a consecução de seu próprio argumento.²⁴

Ora, por aquele dístico emblemático Ranke pondera similar aporte cognitivo ao que é referido por Ginzburg como marca de Aby Warburg, com o historiador alemão em 1824 definindo sua proposição de escrita da história em termos de apenas “dizer [mostrar] como realmente ocorreu”. Mas o que em Ranke era profissão de fé luterano-pietista, em Ginzburg não se sabe como (des)qualificar em termos de (des)crença em Deus, ao que se pode apreciar por informe de entrevista em que ele antes diz de (in)certo ateísmo.²⁵

Elisões historiográficas no ensaio sobre *Sinais* tanto mais surpreendentes quando Ginzburg desconsidera a contribuição de Tucídides que justamente operara o indiciamento em suas reconstituições respeitantes ao passado histórico na assim dita *Arqueologia* de sua *História*. Lapsos algo estarrecedor por não se tratar de ignorância ou desconhecimento, já que referida a lembrança tucidideana, todavia marginalizada, em nota-de-rodapé, por assim ambígua (des)lembrança que (des)considerasse sua (ir)relevância enquanto instância de contribuição reflexiva sobre o paradigma

34

Lembrança mesmo (im)pertinente por interpelação inaugurada já no nascedouro do ensaio, então formulada por Luciano Canfora no debate promovido em Milão no ano de 1980. Afinal, inquiriu Canfora a Ginzburg: como traduziria ele o *tekmérion* tucidideano? ... “indício” ou “prova”? Pergunta capciosa! Pouco depois, mais dois anos (1982), François Hartog também estranha o silêncio de Ginzburg: “podemos nos surpreender que C. Ginzburg, em seu artigo ‘Sinais: traços, pistas, raízes de um paradigma indiciário’ não se atenha, no que diz respeito à Grécia, a Tucídides” (HARTOG 1982, p. 25).²⁶ Pelo que prossegue o comentário de Hartog agora acrescentando alusão algo (des)velada quanto à (in)conveniência porque (não) respondesse o silêncio ginzburgiano: “entendendo-se que, para Tucídides, o conhecimento por indício é fundamentalmente insatisfatório”.²⁷ A crítica retorna em texto recente em que Hartog novamente aponta as inconsistências da (des)leitura ginzburgiana de Tucídides, nestes termos estabelecendo o contraponto apreciativo do movimento intelectual que promove a dita “Arqueologia” do historiador ateniense: “vai-se do presente ao passado (inferior), revelando um modelo de inteligibilidade que depende

²⁴ A questão foi já incisivamente marcada por François Hartog (2011, p. 546-550). Em obra anterior também a assinalamos ao analisar o diálogo justo contra a *Poética* porque Lorenzo Valla elabora sua apreciação da escrita da história (MURARI PIRES 2007, p. 210-217).

²⁵ Confira-se a resenha de Harry C. Payne (1992, p. 1176).

²⁶ No original: “On peut s’étonner que C. Guinzburg, dans son article ‘Signes: traces, pistes, racines d’un paradigme de l’indice’, ne s’arrête pas, à propos de la Grèce, à Thucydide”.

²⁷ No original: “Étant entendu que pour Thucydide la connaissance par indice est fondamentalement insatisfaisante”.

mais de uma teoria do poder do que de uma história antiquária” (HARTOG 2011, p. 549).²⁸

Vinte e cinco anos depois (2005), quando do colóquio promovido pela universidade de Lille em comemoração do já um quarto de século de repercussões do ensaio original, Ginzburg (re)ativa a memória porque agora ensaiasse (o arremedo de) sua resposta, tendo-a encontrado nos ensaios que compõem a coletânea de *History, Rhetoric, and Proof, The Menahem Stern Jerusalem Lectures* (GINZBURG 2007, p. 39-40). Ambíguo despiste de (não) resposta tão sinuosa quão escorregadia que oscila a (des)dizer, interpelado acerca de Tucídides, o que por Flaubert é exemplificado, de modo a então generalizar em (con)fusão as respectivas declarações porque (todos) os *indícios sejam provas!*

Pois, por quais teores argumentativos Ginzburg constrói os nexos de sua tese que projeta o paradigma indiciário como desdobramento de metodologia historiográfica que articula em termos da categoria retórico-aristotélica da prova as concepções de Tucídides às de Lorenzo Valla?

Valla tudideano

A *Retórica* de Aristóteles, mediada por Quintiliano, deu a Valla a oportunidade para escapar das limitações da retórica ciceroniana. Não por acaso, em 1448, Valla começou sua tradução de Tucídides, um historiador que Cícero desprezou por sua obscuridade, apontando-o como um modelo negativo a ser evitado pelos oradores (GINZBURG 1999, p. 64).²⁹

Nesses termos, Carlo Ginzburg encerra seu argumento porque aproxima Lorenzo Valla de Tucídides, especialmente marcando os nexos de afinidades que solidarizam suas respectivas concepções de história.

A aproximação não era nova, fora feita já bem antes de Ginzburg, então aventada por outros críticos. Justamente, a intriga maior porque vários comentadores assim associaram os nomes de Valla e Tucídides tem por ação catalisadora a respectiva fama de ambos, tidos como *fundadores do método de crítica histórica de veracidade factual*.

Para Valla, a obra que especialmente o qualifica nesse sentido é a *Declamatio de falso credita et ementita Constantini Donationae*, quando o humanista romano teria inaugurado modernamente os fundamentos da crítica exegética averiguadora da autenticidade dos documentos históricos por meio de ajuizamentos de racionalidade filológica. O ensaio compunha contundente refutação das pretensões papais firmadas pela *Doação de Constantino*, desacreditando seu alegado fundamento histórico. Pelo texto mesmo se denunciavam teores espúrios e desígnios fraudulentos: *anacronismos*, quer de latim degenerado a acusar medievalidade bárbara, quer de ignorância histórica a apontar rudezas de “um asno”, mais várias ordens de incoerências,

²⁸ No original: “on va du présent vers le passé (inférieur), em déployant un modèle d’intelligibilité qui relève plus d’une théorie de la puissance que de l’histoire antique”.

²⁹ No original: “Aristotle’s *Rhetoric*, mediated by Quintilian, gave Valla the opportunity to escape from the limitations of Ciceronian rhetoric. It is not by chance that in 1448 Valla started his translation of Thucydides, a historian whom Cicero had despised for his obscurity, pointing to him as a negative model for orators to avoid”.

contradições e equívocos a revelar rudimentariedade “estúpida”. Conjugando recursos de artes retórica e filológica, por argumentações de plausibilidade mais de evidenciação e prova, o texto de Valla realizava obra de crítica solidária dos desígnios de patronato político porque seu discurso precipuamente respondia: secretário e historiador real de Afonso de Aragão, rei de Nápoles, desde 1435 a 1448, a *Declamatio* tinha alvo bem mirado, cortando as raízes da (forjada) legitimação com que o Papado fundava suas pretensões ao poder secular.

Em texto datado de 1921, Wilamowitz reconhecia inspiração tucidideana na origem da práxis historiográfica de Valla, dando-a por constatação óbvia e imediata, que não reclamava de sua erudição maior exame, razão porque a afirmou peremptoriamente: Valla “descobriria a falsificação da Doação de Constantino” apenas sob os efeitos do “contato com Tucídides”, assim impregnado, como que por osmose, por seus critérios de juízo histórico. O equívoco da tese, entretanto, foi apontado por Rudolf Pfeiffer, que nela acusou a grosseira inversão cronológica em que incidira o célebre filólogo germânico: a *Declamatio* data de 1440, ao passo que a tradução de Tucídides lhe é posterior em oito anos, iniciada em 1448 (PFEIFFER 1976, p. 39). Ainda no entender de Pfeiffer, também as lógicas de racionalidade crítica de um e outro, Tucídides e Valla, operariam em termos de categorias conceituais diferentes enquanto fundamentação de sua razão crítica: ao passo que o ateniense baseava seu juízo em “cuidadosas inferências derivadas de comparações, *eikazei*, que reclamam *tekmeria* e *semeia*,”³⁰ Valla obra sua análise fundamentalmente por meio de argumentos linguísticos, consoante o mesmo “método empregue em seus outros escritos”, que “um mundo de diferenças distancia do de Tucídides”.

36

Uma vez acertada a cronologia que antes vitimara Wilamowitz, outros críticos renovaram argumentos insistindo na mesma tese porque se vinculassem preceitos metodológicos tucidideanos na base da modalidade de crítica histórica formulada por Valla. Edmund B. Fryde a insinua, ao lembrar que “Valla admirava enormemente Tucídides, por ele associado a Salústio como expoente de uma visão política madura” (FRYDE 1983, p. 28). Giacomo Ferraù, seguido por Marianne Pade (PADE 2000, p. 256), a aventa mais claramente, apontando a “congenialidade entre o historiador grego e o pensamento do humanista romano no que tange ao método histórico”. Nestes termos Ferraù argumenta tal nexu tucidideano atuante “na concepção historiográfica de Valla” firmada nos *Gesta Ferdinandi Regis Aragonum* (FERRAÚ 1986, p. 270-1).

Pelo paralelismo metodológico estabelecido entre Valla e Tucídides, Ferraù diz da

acuidade e da seriedade dos procedimentos na escrita da história, não somente enucleada sob a vertente da qualificação técnica, mas que ainda desemboca em uma firme reivindicação da autoridade moral de que o historiador deve ser o portador, na fundamental capacidade de escrever *sine ira et studio*.

³⁰ Para o e exame dessa questão, confira-se nosso ensaio “The Rhetoric of Method” (MURARI PIRES 1998).

Pelo que, em Valla, “a imparcialidade pode ser assegurada pelo fato de que ele não pertence a nenhum dos partidos em oposição: pode assim, por essa dimensão, reivindicar uma função notarial, pretender para o historiador a mesma confiança na imparcialidade e boa fé que comumente se atribui a um notário-escrivão” (FERRAÚ 1986, p. 272). Anthony Grafton, por sua vez, a corrobora incisivamente com todas as letras (GRAFTON 1997, p. 12, 50, 52).

Foi por ocasião do ensaio composto quando de sua participação nas *The Menachem Stern Jerusalem Lectures*, por inícios da década de 1990,³¹ que Carlo Ginzburg rearticulou o exercício hermenêutico porque outra vez se vinculasse a práxis historiográfica de Valla à de Tucídides, agora encadeando seus nexos desde a *Declamatio*, passando pelos *Gesta*, até finalizar pela tradução de Tucídides.

Seu ensaio define-se claramente como reação contra a intrigante epistemologia *pós-modernista* em moda nos anos 1970 e 1980, a qual, em sua implicância extrema voltada contra as orientações de cientificidade (dita “positivista”, quer a vetusta original, quer a renovada pelo “estruturalismo ciência” (“o positivismo burguês das ciências humanas) (GINZBURG 1999, p. 58), tendia a equiparar a escrita da história com a ficção literária, insistindo que tivesse a história uma dimensão de construto essencialmente retórico, razão porque a ideia de “prova” no ofício do historiador ficasse relegada a mera “ingenuidade positivista”. Situando a inauguração desse “linguistic trend” e sua “turn toward rhetoric” nos textos de Roland Barthes, Ginzburg volta-se, em particular, contra as teses de Nancy Struever que, em sua obra de 1970 (*The Language of History*), moldava por essa perspectiva a hermenêutica da historiografia do humanismo *quattrocentista*, a qual estaria antes alicerçada em uma abordagem retórica “hostil à moderna noção de filologia.

A nova moda epistemológica, diz Ginzburg, não se deu conta do desvio de concepção de arte retórica que assumira. Era a modalidade de teorização ciceroniana que se afastava das argumentações precisas de prova enquanto fundamentação de verdade discursiva, antes operando sobre o jogo das emoções e paixões por que o orador “seduz os espíritos e convence as vontades” do público a que se dirige. Pelo contrário, a teorização aristotélica contemplava justamente o “escrutínio das provas” enquanto fundamento operatório essencial da arte retórica na apreensão racional da realidade referenciada pelo discurso (GINZBURG 1999, p. 63).

Ora, Lorenzo Valla na composição da célebre *Declamatio*, por ele próprio avaliada como sua “peça a mais retórica”,³² instrumentara também sua argumentação em convergência com a operação da categoria das provas preceituadas por Quintiliano em sua *Institutio Oratoria*, especialmente as documentais (*tabulae*), assim finalizando a evidenciação de (ir)realidade histórica do fato, por princípios que remontam, na origem, à tradição teórica aristotélica (*syngraphai*). Na linhagem de pensamento retórico que encadeia Aristóteles a

³¹ “Lorenzo Valla on the Donation of Constantine”, publicado na coletânea de *History, Rhetoric and Proof* (GINZBURG 1999, p. 54-70).

³² Carta de 31 de dezembro de 1443 a Aurispa.

Quintiliano, e este a Valla, retórica e prova não são incongruentes entre si, antes, esta é o núcleo racional basilar daquela (GINZBURG 1999, p. 60-62).

Mas se, ao que avança a argumentação de Ginzburg, a retomada, via Quintiliano, da tradição aristotélica de arte retórica por Valla comporta verdadeiro paradoxo dada a "hostilidade" geral de seu pensamento em relação às teorias do estagirita, é decididamente esta contraposição que se impõe nos comentários por ele externados sobre a escrita da história nos *Gesta Ferdinandi regis Aragonum*. Polemizando contra a conceituação aristotélica de história consagrada na *Poética*, Valla, pelo contrário, (re)valoriza a história em termos da proposição justo de um saber voltado para a apreensão do "universal" na conduta humana. Sua visão da história era bem outra que a do estagirita, com Ginzburg expondo nestes termos as considerações do humanista romano: "escrever a história é difícil, diz ele, como podemos ver a partir da divergência entre testemunhos de determinado evento. Com o objetivo de estabelecer a verdade, o historiador precisa tanto acurácia quanto intuição, assim como qualquer juiz ou físico – uma dupla analogia particularmente intrigante" (GINZBURG 1999, p. 64).³³

A melhor fundamentar a impressão deste seu último comentário acerca da "intriga da dupla analogia" da figura do historiador como que situada entre "juiz e médico", Ginzburg remete para: o artigo de Arnaldo Momigliano, assim justamente intitulado ("History Between Medicine and Rhetoric"), mais ensaios de sua autoria ("Clues" e "Il giudice e lo storico"), e ainda, completando a atualização de suas referências bibliográficas, para a obra de Paulo Butti de Lima ("L'inchiesta e la prova"). Que as alusões da reflexão de Ginzburg apontem a presença de concepções tucidideanas atuando na reflexão historiográfica de Valla ("Gesta") é óbvio já pela indução do paralelo de seus teores com a célebre declaração de "método" formulada por Tucídides (I, 22.3), e tanto mais confirmadas pelas referências bibliográficas anexadas por Ginzburg com esse propósito. Mas, curiosamente, o nome mesmo de Tucídides Ginzburg não externa, até aqui, em sua própria construção reflexiva!

E, todavia, assim o faz tanto mais enigmaticamente no comentário com que fecha seu pensamento:

É difícil ver qualquer contradição entre essa ênfase no lado factual e antiquário da história e a afirmação, também feita por Valla na introdução de sua *Gesta Ferdinandi*, de que a retórica é a 'mãe da história'. A *Retórica* de Aristóteles, mediada por Quintiliano, deu a Valla a oportunidade para escapar das limitações da retórica ciceroniana. *Não por acaso, em 1448, Valla começou sua tradução de Tucídides*, um historiador que Cícero desprezou por sua obscuridade, apontando-o como um modelo negativo a ser evitado pelos oradores (*Orator* 9.30-32) (GINZBURG 1999, p. 64, grifos nossos).³⁴

³³ No original: "Writing history is difficult, he said, as we can see from the divergences among eyewitnesses speaking of a given event. In order to ascertain the truth, the historian needs as much accuracy and insight as any judge or physician – a particularly intriguing double analogy".

³⁴ No original: "It is hard to see any contradiction between this emphasis on the factual, antiquarian side of history and the statement, also made by Valla in the introduction to his *Gesta Ferdinandi*, that rhetoric is "the mother of history. Aristotle's *Rhetoric*, mediated by Quintilian, gave Valla the opportunity to escape from the limitations of Ciceronian rhetoric. *It is not by chance that in 1448 Valla started his translation of Thucydides*, a historian whom Cicero had despised for his obscurity, pointing to him as a negative model for orators to avoid (*Orator* 9.30-32)".

Que a estratégia discursiva de Ginzburg tenha clara teleologia polemizante, facilmente se percebe: a tessitura do argumento é catalisada pela contestação das teses daquela epistemologia em moda, que desqualificara a conjunção de práxis retórica com prova documental de realidade, entendendo-as como instâncias historiográficas inerentemente incongruentes. Justamente porque retórica, mas de fundamentação última aristotélica e não ciceroniana, a escrita da história opera categorias conceituais (prova, documento, testemunhos) e situa proximidades de ofício (juiz, médico) que referenciam a factualidade, isto é, o objeto real a que ela remete discursivamente. A imbricação do nome de Tucídides nessa tessitura argumentativa de modo a selar pelo prestígio de sua marca historiográfica o encadeamento consecutivo da obra valliana (*Declamatio-Gesta-Tucídides*), enquanto o passo a mais dado para a plena contundência crítica daquela teleologia, é, entretanto, estranhamente tortuosa.

No preciso momento reflexivo em que a indicação do nome de Tucídides era evidente e impositiva, Ginzburg o elide! Já quando, pelo contrário, o nomeia, mais confunde a argumentação “comprovadora” de sua tese do que decisivamente a plenifique. Que precisa implicação semântica tem aquele enigmático “it is not by chance”? O quê, decididamente, quer Ginzburg dizer com isso? A que sujeito, e sua correspondente proposição deliberativa, se refere essa ação para que fique negada sua “casualidade”? Se assim for entendido que tal sujeito seja Valla mesmo, como parece induzir a frase de Ginzburg, tem-se um contrassenso, porque a iniciativa da tradução não fora dele, mas a ele solicitada da parte de Nicolau V, sendo Valla, portanto, antes seu objeto! Se, pelo contrário, nos atemos ao entendimento suposto pelo efetivo sujeito referenciado pela frase de Ginzburg – ou o papa ou o cardeal Bessarion que (supostamente, ao que conjecturava o próprio Valla) recomendara os serviços do tradutor –, é a coerência do objeto transitivo da ação que fica comprometida, assim implicando que pelo menos um destes dois últimos, ou Nicolau ou Bessarion, estivesse ciente de que o pensamento e a obra de Valla fossem particularmente impregnados pela singular metodologia tucidideana, precisa razão porque se recomendava especialmente seu nome para aquela obra de tradução do historiador ateniense.

E, todavia, as intrigas dessa impregnação de ecos tucidideanos na fundamentação de sua metodologia crítica parece que não estivessem claras nem para o próprio Valla, a julgar pelos termos com que ele comenta sua tradução do historiador ateniense!

Os dizeres apologéticos com que o próprio Valla aprecia as virtudes da história de Tucídides, externados na carta em que apresenta sua tradução ao papa Nicolau V, apontam outros teores de excelência historiográfica que não são precisamente aqueles que Ginzburg assim ressalta como sendo as marcas de atenção porque Valla valorizasse especialmente a obra do historiador ateniense. A avaliação do desempenho historiográfico tucidideano ali configurada reproduz os parâmetros de louvor mais os delineamentos conceituais porque os antigos romanos o haviam memorizado, como, aliás, o declara o próprio Valla ao fazer, na conclusão de seu proêmio, expressa menção de que tal era o juízo “testemunhado pelos latinos”.

Por um lado, Valla afirma a excelência da obra tucidideana em termos que apelam essencialmente para a figuração de autoridade: o historiador ateniense realiza com tal virtuosidade os fundamentos da linguagem discursiva da escrita da história – “transparentes de seriedade, veemência e veracidade” – que firma nos leitores a convicção de que “tudo o que ele narra é verdade”. Similarmente, Valla também a recomenda em termos das convenções que, desde tempos romanos, mais particularmente a partir de Políbio, foram seladas para o ofício do historiador, lembrando, em especial, que “aquele que escreve a história tenha visto as coisas de que fala respaldado por sua própria experiência atuante”. Por quais consonâncias de supostos procedimentos “metodológicos” de crítica analítica Valla atestasse a “comprovação” de veracidade ou “realidade” dos fatos narrados por Tucídides, o humanista romano não explicita, antes silencia.

Por outro, as virtudes porque mais detidamente Valla celebra o primor da história tucidideana respeitam particularmente às figuras estilísticas que caracterizam sua narração, então diferenciadas pelo confronto com as de Heródoto. Tal juízo deriva, ainda outra vez, dos termos com que os antigos romanos haviam disposto tal paralelismo. Cícero (*Orator* 39) dissera que em Heródoto a escrita “fluía serena como as águas de um rio que corre sempre tranquilo”. Valla ecoa sua apreciação, ainda mais a reforçando por imagens algo desdobradas, porque o elogia por estilo de “fluência uniforme e fácil, que desconhece qualquer aspereza, como um rio que corre docemente sempre igual, sem sobressaltos e sem ondulações”. Diferente de Heródoto, o estilo de Tucídides, ao que dissera Cícero, se caracterizava pela escrita antes “mais fortemente vigorosa, com suas descrições bélicas como que soando as trombetas da guerra”. Valla reproduz os dizeres de Cícero, (re)formulando-os em sinonímias: escrita de “curso mais impetuoso, que ao falar das coisas da guerra parece ali estar presente, a emitir os sinais de combate”. Às lembranças dos ditos ciceronianos, Valla então aduz o juízo de Quintiliano (*Institutio oratoria* X, 1.73) que mais o avaliza, agora expressamente citado e reproduzido em seu texto.

40

Tampouco os apontamentos marginais com que Valla ressaltou itens e aspectos da história tucidideana, que dele reclamaram algum zelo elucidador, indiciam uma especial atenção porque o humanista romano destacasse na obra do historiador ateniense aquela ordem de reflexão (modernamente) “metodológica” assimilada à que ele mesmo, Valla, similarmente operasse em suas razões de ajuizamento crítico de textos históricos. Nas indicações registradas junto aos célebres capítulos (ditos) “metodológicos” de Tucídides (I, 20-22), o foco do interesse de Valla marca que neles o ateniense polemizava contra Heródoto, assim apenas reproduzindo notícias encontradas nas escolias antigas.³⁵ Também no desenvolvimento narrativo que Tucídides dá no livro VI à reflexão externada no livro I (capítulo 20) em que denunciava as tradições orais com que os atenienses equivocavam-se ao memorizar como tiranicídio o atentado contra Hípias e Hiparco, a atenção de Valla não manifesta ter-se impressionado com as virtudes de ajuizamento crítico do historiador ateniense

³⁵ Confirmam-se os comentários de Marianne Pade (2000, p. 272, 276).

porque este “indiciava” o exercício da tirania apenas por Hípias. Pelo contrário, o apontamento então assinalado por Valla conjectura como a razão do interesse de Tucídides por aquele episódio impressionante por sua narrativa e loquacidade amplificada, devia-se antes, ao que entende Valla, a aspectos de ordem pessoal, dado que sua família descendia da de Pisístrato.³⁶

Tanto mais paradoxalmente perturbador, então, aventarmos que a leitura valliana de Tucídides reconhecesse cabalmente no historiador ateniense a consciência das manifestações daquela excelência de “método crítico” por que ele veio a ser posteriormente distinguido.³⁷

Pelo que indiciam especialmente as partes submersas dos icebergs aristotélico-tucidideanos desprendidos por Ginzburg a enredar os nexos da *historiografia retórica* (e mutatis mutandis) *da prova*³⁸ porque se diz o *télos do conhecimento histórico* em termos da *álgebra da realidade verídica do fato histórico* (“x did y ...”), emergem figurações discursivas que conjugam *divinatio precipitada* de associações conjecturais.

Pois, há nós falsos que (des)amarram os lances de malhas que tramam a rede argumentativa de Ginzburg.

Referências bibliográficas

- ARISTOTE. **Poétique**, texte établi et traduit par J. Hardy. Paris: Les Belles Lettres, 1932.
- AYA, Rod. The Third Man; or, Agency in History; or, Rationality in Revolution, **History and Theory**, Vol. 40, No. 4, Theme Issue 40: Agency after Postmodernism, Dec., 2001, p. 143-152.
- BARTLETT, Robert. Witch Hunting. **The New York Review of Books**. New York: June 13, 1991
- BERTOZZI, Marco. Chasseurs d’indices. Quelques réflexions sur les formes de rationalité et les ruses de l’intelligence. In: THOUARD, Denis (éd.). **L’interprétation des indices**: enquête sur le paradigme indiciare avec Carlo Ginzburg. Villeneuve d’Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 25-36.

³⁶ “Ideo tot uerbis de hac re loquitur Thucydides quia ipse a Pisistrato fuit oriundus” (PADE 2000, p. 279). A provável fonte de que Valla deriva seu informe seria Marcelino, no entender de Fryde (1983, p. 90, 94). Este crítico, entretanto, ao acusar a falha de juízo exegético do humanista romano naquela: “Valla was guilty here of accepting uncritically an ancient authority who is most unlikely to have had any sources of information unknown to us”, acaba (des)entendendo o comentário valliano, nele fazendo incidir sua própria ordem metodológica de análise documental, assim (con)fundida com o de Valla.

³⁷ Confira-se, por exemplo, como a atenção do crítico moderno, Edmund B. Fryde (1983, p. 94), destaca como significativo que Valla acrescesse um apontamento, todavia apenas como glosa informativa traduzida de uma escolia, respeitante ao mito da morte de Itys, o que atestaria os ecos da consciência crítica tucidideana de ajuizamento histórico em Valla, quando, pelo contrário, naquelas passagens em que Tucídides expressamente externa seus posicionamentos acerca dessa problemática que opõe a história ao mito, Valla nada tenha assinalado no manuscrito de sua tradução! Sobre tal projeção operada pela crítica dos séculos XIX e XX que faz aderir em Valla (ou Leonardo Bruni) a configuração de modernidade “metodológica” antes atinente a esta (con)sciência historiográfica atualizada, vejam-se nossos ensaios integrados em *Modernidades Tucidideanas* (MURARI PIRES 2007).

³⁸ Particularmente no que respeita aos desentendimentos das proposições da *Retórica* de Aristóteles aventados pelas articulações argumentativas de Ginzburg vejam-se as precisas análises de François Hartog (2011, p. 549-550). Confirmam-se igualmente as análises de Carlos Eduardo de Almeida Ogawa em sua dissertação de Mestrado *História, Retórica, Poética e Prova: a leitura de Carlo Ginzburg da Retórica de Aristóteles* (2010).

- BLACK, Robert. Review: The Uses and Abuses of Iconology: Piero della Francesca and Carlo Ginzburg, **Oxford Art Journal**, Vol. 9, No. 2, 1986, p. 67-71.
- BORGHESI, Francesco. Che cos'è um "problema storico"? Riflessioni metodologiche su Carlo Ginzburg e dintorni, in La struttura subatomica dell'esperienza. Questioni di teoria della storiografia, a cura di Barnaba Maj, **Discipline Filosofiche**, Anno XVI, numero 1, 2006, p. 109-126.
- BURKE, Peter. Resenha crítica de Miti, emblemi, spie: Morfologia e storia, by Carlo Ginzburg. **The Journal of Modern History**, Vol. 62, No. 1, Mar., 1990, p. 108-111.
- BUTTI DE LIMA, Paulo. **L'Inchiesta e la Prova**: immagine storiografica, pratica giuridica e retorica nella Grecia classica. Torino: Einaudi, 1996.
- CANFORA, Luciano. Paradigma Indiziario e Conoscenza Storica. Dibattito su Spie di Carlo Ginzburg. **Quaderni di Storia**, Anno VI, numero 12, Luglio/Dicembre 1980, p. 3-54.
- CARRIER, David. Resenha crítica de The Enigma of Piero de Carillo Ginzburg, **Art Journal**, Vol. 46, No. 1, Mysticism and Occultism in Modern Art, Spring, 1987, p. 75-79.
- COHEN, Claudine. De la trace au tracé. Les empreintes humaines préhistoriques, in THOUARD, Denis (éd.). **L'interprétation des indices**: enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 211-224.
- COHEN, Ralph. Introduction. **New Literary History**, Volume 34, Number 2, Spring 2003, p. IV-XIV.
- DOJA, Albert. Creative misreading and bricolage writing: a structural appraisal of a poststructuralist debate, **Revista Portuguesa de História do Livro e da Edição**, Ano XI, nº 22, 2007, p. 89-104.
- DUMÉZIL, Georges. Science et politique. Réponse à Carlo Ginzburg, **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, 40e Année, No. 5, Sep-Oct., 1985, p. 985-989.
- ECO, Umberto. Chifres, Cascos, Canelas: Algumas Hipóteses Acerca de Três Tipos de Abdução. In: ECO, Umberto; SEBEOK, Thomas A. (orgs.). **O Signo de Três**: Dupin, Holmes, Peirce. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 219-243.
- EGMOND, Florike; MASON, Peter. A Horse Called Belisarius, **History Workshop Journal**, No. 47, Spring, 1999, p. 240-252.
- ELKINS, James. Why Are Our Pictures Puzzles? Some Thoughts on Writing Excessively, **New Literary History**, 27.2, 1996, p. 271-290.
- GINZBURG, Carlo. Checking the Evidence: The Judge and the Historian, **Critical Inquiry**, Vol. 18, No. 1, Autumn, 1991, p. 79-92.
- _____. Lorenzo Valla on the "Donation of Constantine". In: _____. **History, Rhetoric and Proof**. Hanover; London: University Press of New England, 1999, p. 54-70.

- _____, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História.** Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001 [1989].
- _____, Carlo. Réflexions sur une hypothèse vingt-cinq ans après. In: THOUARD, Denis (éd.). **L'interprétation des indices:** enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg. Villeneuve d'Ascq : Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 37-47.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CERMO, Laura do (orgs.). **História social da língua nacional.** Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.
- HAMOU, Philippe. "The Footsteps of Nature" : raisonnement indiciaire et "interprétation de la nature" au XVIIe. siècle. Quelques considérations historiques et épistémologiques. In: THOUARD, Denis (éd.). **L'interprétation des indices:** enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 189-210.
- HARTOG, François. Aristote et l'histoire, une fois encore, **Critique**, n°769-770: "Sur les traces de Carlo Ginzburg", juin-juillet 2011, p. 540-552.
- _____. Conjoncture de fin de siècle: l'évidence en question. In:_____. **Évidence de l'histoire:** ce que voient les historiens. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Scienccees Sociales, 2005, p. 215-235.
- _____. L'oeil de Thucydide et l'histoire véritable, **Poétique**, 49, 1982, p. 22-30.
- HERLIHY, David. Resenha crítica de Clues, Myths, and the Historical Method by Carlo Ginzburg, **The Journal of Interdisciplinary History**, Vol. 21, No. 3, Winter, 1991, p. 501-502.
- JED, Stephanie. Proof and Transnational Rhetorics: Opening up the Conversation, **History and Theory**, Vol. 40, No. 3, Oct., 2001, p. 372-384.
- MARTIN, John. Journeys to the World of the Dead: The Work of Carlo Ginzburg, **Journal of Social History**, Vol. 25, No. 3, Spring, 1992, p. 613-626.
- MÉSSAC, Régis. **Le "Detective Novel" et l'Influence de la Pensée Scientifique**, Paris, Encrage, 2011.
- MOLHO, Anthony. Carlo Ginzburg: reflections on the intellectual cosmos of a 20th-century historian, **History of European Ideas**, v. 30, 2004, p. 121-148.
- MOST, Glenn. Philologie et interprétation indiciaire. In: THOUARD, Denis (éd.). **L'interprétation des indices:** enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 59-74.
- MURARI PIRES, Francisco. **Mithistoria**, São Paulo: Humanitas, 1999.
- _____. **Modernidades Tucidideanas.** São Paulo: Edusp; Fapesp, 2007.

- _____. A apoteose tucididana, **Revista de História**, primeiro semestre de 2012 (no prelo).
- PAPE, Helmut. Searching For Traces: How To Connect the Sciences and the Humanities by a Peircean Theory of Indexicality, **Transactions of the Charles S. Peirce Society: A Quarterly Journal in American Philosophy**, Volume 44, Number 1, Winter 2008, p. 1-25.
- PAYNE, Harry C. Resenha crítica de Clues, Myths, and the Historical Method by Carlo Ginzburg, **The American Historical Review**, Vol. 97, No. 4, Oct., 1992, p. 1176.
- RANCIÈRE, Jacques. De la vérité des récits au partage des âmes, **Critique**, LXVIII n° 769-770, Juin-Juillet 2011, p. 474-484.
- ROVATTI, Pier Aldo. Dislocazione della contraddizione e sapere dell'individuale, **aut aut**, 175-176, Gennaio-aprile, 1980, p. 27-40.
- SCHUTTE, Anne Jacobson Schutte. Resenha crítica de Storia notturna de Carlo Ginzburg, **The Journal of Modern History**, Vol. 64, No. 3, Sep., 1992, p. 575-576.
- SIMON-NAHUM, Perrine. Resenha crítica de Le Fil et les Traces e Mythes emblèmes traces de Carlo Ginzburg, **La vie des idées.fr**, le 4 avril 2011. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Carlo-Ginzburg-ou-la-polyphonie-de.html?lang=fr>.
- STRUEVER, Nancy S. Resenha crítica de Rediscovering History, edited by Michael S. Roth, **MLN**, 110.5, 1995, p. 1200-1204.
- THOUARD, Denis. L'Enquête sur l'indice. Quelques préalables. In: _____ (éd.). **L'interprétation des indices: enquête sur le paradigme indiciaire avec Carlo Ginzburg**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2007, p. 9-21.
- TRUZZI, Marcello. Sherlock Holmes: Psicólogo Social Aplicado In: ECO, Umberto; SEBOK, Thomas A. (orgs.). **O Signo de Três: Dupin, Holmes, Peirce**. São Paulo: Perspectiva, 1991, p. 59-88.
- UZEL, Jean-Philippe. Pour une Sociologie de l'indice, **Sociologie de l'Art**, 10, 1997, p. 25-51.
- VALERI, Valerio. Resenha crítica de The Cheese and the Worms de Carlo Ginzburg, **The Journal of Modern History**, Vol. 54, No. 1, Mar., 1982, p. 139-143.
- VATTIMO, Gianni. L'ombra del neo-razionalismo. Note a "Crisi della ragione", **aut aut**, p. 175-176, Gennaio-aprile 1980, p. 19-26.
- VEGETTI, Mario. Potenza dell'astrazione e sapere dei soggetti, **aut aut** 175-176, Gennaio-aprile, 1980, p. 5-18.
- VOUILLOUX, Bernard. Soupçons sur l'indice : le syndrome de Benito, **Textes & Cultures**, Volume XVI, n° 2, 2011. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=2880>.
- ZAMBELLI, Paola. From Menocchio to Piero Della Francesca: The Work of Carlo Ginzburg, **The Historical Journal**, Vol. 28, No. 4, Dec., 1985, p. 983-999.

Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Morais lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*

Compiling and plagiarizing: Abreu e Lima and Melo Morais in the reading of the Brazilian Historical and Geographical Institute

Pedro Afonso Cristovão dos Santos

pedroafonsocs@gmail.com

Doutorando

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes - Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

Retomando a perspectiva de Manoel Luiz Salgado Guimarães a respeito da escrita da história no Brasil no século XIX como um campo de disputas em aberto, "um debate que se travava sem que o vencedor estivesse definido a priori", buscamos recuperar uma forma de escrita da história relegada a segundo plano naquele contexto, presente em dois autores que tiveram obras suas consideradas plágio no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) e Alexandre José de Melo Morais (1816-1882). A leitura de plágio vinha da maneira como ambos utilizaram suas fontes; é nossa hipótese que ambos realizaram uma historiografia que se aproximava da *compilação*, gênero de longa duração, mas que seria descartado no século XIX enquanto possibilidade de oferecer um modelo para a escrita da história do Brasil.

45

Palavras-chave

Historiografia brasileira; Escrita da história; Historiografia do século XIX.

Abstract

Inspired by Manoel Luiz Salgado Guimarães' argument that the writing of history in nineteenth-century Brazil was an open field, "a debate without pre-defined winners", this paper focuses on a form of history writing that was much criticized in that context, that can be found in two authors whose works were regarded as examples of plagiarism by the Brazilian Historical and Geographical Institute: José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) and Alexandre José de Melo Morais (1816-1882). Their works were considered to be copies of texts by other authors because of the way they used their sources and bibliography. The paper's hypothesis is that both authors produced a kind of historiography that is rather close to the genre of *compilation* - an old historiographical genre that was on the process of being rejected as valid model for the writing of history in nineteenth-century Brazil.

Keywords

Brazilian historiography; History writing; 19th century historiography.

Recebido em: 5/5/2013

Aprovado em: 3/9/2013

* Pesquisa com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) e Alexandre José de Melo Moraes (1816-1882) tiveram trajetórias de vida consideravelmente distintas no Brasil do século XIX. Se há um espaço comum a ambos na historiografia brasileira, este encontra-se na história da historiografia, na história da escrita de nossa história, e não é um espaço muito nobre: ambos são vistos como autores cuja forma de escrever história estaria notavelmente descompassada das tendências contemporâneas, a tal ponto que ambos tiveram obras suas consideradas como plágio dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ao escrever, em artigos separados, sobre Abreu e Lima e Melo Moraes, e relacioná-los ao contexto do período em que publicaram suas obras, José Honório Rodrigues caracteriza esse momento como aquele em que a escrita da história nacional é renovada por autores que trazem o rigor da crítica documental. Os dois autores que analisaremos nesse artigo são, por outro lado, considerados fora desse movimento, por não alcançarem, como disse José Honório sobre Abreu e Lima, "o apuro e a competência dos que o seguem imediatamente, como Joaquim Caetano da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa, ou porque lhe faltasse tempo e obstinação para pesquisas demoradas ou porque carecesse de seriedade no trato da matéria histórica" (RODRIGUES 1965, p. 62). Para Melo Moraes, na visão ainda de José Honório, a história não era "construção baseada em documentos, mas transcrição, e, o que é pior, nem sempre íntegra e autêntica" (RODRIGUES 1965, p. 101). O "trato da matéria histórica", a concepção sobre o uso dos documentos, marcaria a diferença entre Abreu e Lima e Melo Moraes e seus contemporâneos.

Essa avaliação não era apenas de José Honório Rodrigues, e a percepção de um descompasso entre Abreu e Lima e Melo Moraes e outros estudiosos de seu tempo aparece também em outras apreciações da historiografia oitocentista brasileira, especialmente quando se trata de Melo Moraes. Francisco Iglésias caracterizou sua produção como "crônica" e concluiu que, no "fim do século [XIX], já não era razoável tal procedimento, comum e explicável no princípio, não agora, quando alguns nomes haviam trilhado caminhos bem superiores" (IGLÉSIAS 2000, p. 97). Um juízo próximo ao de Alcides Bezerra, que caracterizara Melo Moraes como um "retardatário cronista" (BEZERRA 1927, p. 10).

Nosso propósito nesse trabalho é problematizar essas diferenças no trato dos documentos observada em Abreu e Lima e Melo Moraes, propondo que a forma de escrita da história de ambos remete a uma concepção então em desuso, e rumando efetivamente para o descrédito: a compilação, com raízes que remontam à Antiguidade. Nosso ponto de vista acompanha as visões sobre a historiografia oitocentista brasileira que a entendem como um campo aberto, de concepções em disputa. Nas palavras de Manoel Luiz Salgado Guimarães, na apresentação de uma coletânea de textos oitocentistas sobre escrita da história do/no Brasil,

O conjunto aqui apresentado nos permite visualizar uma interessante disputa em torno do passado desejado para a nação brasileira e das formas necessárias para uma adequada escrita da história nacional. Pela leitura desses textos, percebe-se que tal momento foi marcado por tensões e

disputas, já que não se havia afirmado ainda um modelo canônico para a escrita da história; dessa forma, viria a se constituir uma memória que tenderia a apagar esse momento, a fim de consagrar a lembrança de um modelo único e coeso para a escrita da história oitocentista no Brasil.

Em suma, trata-se de um momento caracterizado por “um debate que se travava sem que o vencedor estivesse definido a priori” (GUIMARÃES 2010, p. 10 e p. 11, respectivamente). Procuramos aqui contribuir para o estudo desse debate, oferecendo os casos de Abreu e Lima e Melo Moraes como vias para nos aproximarmos de algumas dessas disputas. Centraremos nas concepções de historiografia em jogo, deixando em segundo plano outros elementos que possam ter marcado a leitura desses autores por seus contemporâneos, como, por exemplo, a filiação de Abreu e Lima ao Partido Caramuru, restaurador, na década de 1830. Começaremos por apresentar as situações em que Abreu e Lima e Melo Moraes enviaram ao IHGB as obras que receberiam as acusações de plágio, e o trajeto, até onde pudemos reconstituir, das leituras e pareceres que essas receberam no Instituto.

Abreu e Lima lido no IHGB

A polêmica de Abreu e Lima com o IHGB, envolvendo o cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), então secretário perpétuo do IHGB, e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), deveu-se ao “Primeiro Juízo” publicado no tomo 6 da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, acerca do *Compêndio da História do Brasil* (1843), de autoria de Lima, então sócio do Instituto.¹ O juízo foi elaborado por Varnhagen, e, no mesmo tomo da *RIHGB*, foi incluído o parecer da Comissão de Redação, lido na sessão de 19 de janeiro de 1844, que considerou o *Compêndio* “menos recomendável” “para a instrução elementar” que o manual de Henrique Bellegarde (1802-1839), *Resumo de História do Brasil*, de 1831 (adaptação de obra de Ferdinand Denis [1798-1890], *Resumé de l’histoire du Brésil*, Paris, 1825). Mais do que isso, o parecer, baseado no juízo de Varnhagen, acusa o *Compêndio* de “plágio tomado do insignificante escritor francês Beauchamp” (*REVISTA* 1844, p. 124-125). O juízo de Varnhagen destacava o fato do *Compêndio* basear-se largamente (embora declaradamente) na *Histoire du Brésil* (1815) de Alphonse Beauchamp (1767-1832), que seria plágio da *History of Brazil* (1810-1819) de Robert Southey (1774-1843). Varnhagen aponta uma série de inexatidões na obra, reclama o desconhecimento de fontes primárias por Abreu e Lima, censura-o por não citar devidamente autores, entre outros pontos.

A réplica de Abreu e Lima, a *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*, de 1844, foi virulenta. Permeada de insultos a Januário da Cunha Barbosa, ao próprio Instituto e, naturalmente, a Varnhagen, trazia argumentos para a refutação de todos os

¹ Oferecido por Abreu e Lima ao Instituto, em carta transcrita no tomo 5 da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1843, p. 395-397.

pontos criticados pelo visconde de Porto Seguro no “Primeiro Juízo”, além de questionamentos à legitimidade da nacionalidade brasileira deste último, à sua idoneidade e a suas qualidades literárias (estes dois últimos aspectos também criticados, por Abreu e Lima, em Janeiro). A resposta provocou uma tréplica de Varnhagen, a *Réplica Apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general*, publicada em Madri, em 1846. Abreu e Lima dera por encerrada a polêmica em sua *Resposta*, prometendo não mais refutar Varnhagen; volta, porém, a combatê-lo em sua obra historiográfica seguinte, a *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1845). Varnhagen também não encerra a polêmica com sua *Réplica*, de 1846, retomando-a ao reproduzir a segunda parte da mesma, em 1850, na *Revista* do IHGB.

O “Primeiro Juízo” de Varnhagen não mostra misericórdia na avaliação do *Compêndio* de Abreu e Lima. A dureza da crítica de Varnhagen contrasta com a clareza de pretensões do *Compêndio*. No prefácio, Abreu e Lima deixa explícita a natureza da obra. Afirma tratar-se de uma compilação, reconhece a variedade de estilos decorrente da alternância de muitos autores distintos, dos quais se utiliza, e especifica em quem se baseou para cada capítulo. Reconhece ter sido Beauchamp um dos principais autores de que se valeu, mas não o trata como plagiário de Southey, e sim como autor de uma “recopilação” da obra do escritor inglês (LIMA 1843, p. IX); assim como se valeu do Bellegarde citado na aceitação do parecer de Varnhagen, cuja obra era, no termo de Abreu e Lima, “recopilação” do *Brésil* de Ferdinand Denis (na verdade, Varnhagen o corrige no “Primeiro Juízo”, afirmando que Bellegarde havia se baseado no *Résumé de l’histoire du Brésil*, de Denis, e não no *Brésil*, dois escritos diferentes do mesmo autor).

48

De modo que parece bem claro ao leitor que Abreu e Lima não se arroga autor de pesquisa original, e muito menos definitiva, em história do Brasil. Na realidade, Abreu e Lima afirma que apenas o último capítulo, o oitavo, já do tomo 2º, que trata do período 1831-1841, é de sua autoria ou “de redação própria” (LIMA 1843, p. X), pois, segundo diz, obra alguma havia sobre essa época. De todo modo, seu uso da bibliografia foi motivo para que seu *Compêndio* fosse lido como plágio; problema semelhante ao que enfrentaria Melo Moraes.

Melo Moraes lido no IHGB

Em 1861, Melo Moraes ofertou algumas obras suas ao IHGB, como aparece no tomo 24 da *Revista do Instituto*, referente a este ano. Foram elas: o terceiro volume de sua *Corografia histórica*,² e as biografias de Diogo Antônio Feijó,

² A *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil...*, publicada em cinco tomos entre 1858-1863, parece ter sido o grande projeto de Melo Moraes relativo à história do Brasil. Antes de ter de interromper a publicação por falta de recursos, Melo Moraes conseguiu dar à luz cinco volumes: o tomo I em 1858, os tomos II e III em 1859, o tomo IV em 1860, e o que chamou de segunda parte do tomo I, em 1863. Um deputado de sua província natal, Alagoas, chegou a conseguir uma subvenção do governo para mil exemplares da *Corografia*, que permitiria sua continuidade. O projeto passou na Câmara e no Senado, mas a verba não foi liberada pelo ministério do Império, sob a alegação de que tinha de fazer economias naquele momento, considerando alguns fatores que pesavam sobre o orçamento imperial, em particular os gastos com a Guerra do Paraguai.

Joaquim Marcelino de Brito e Manoel Joaquim de Menezes. Esta última biografia motivou proposta de Joaquim Norberto de Sousa e Silva (1820-1891), para que o IHGB nomeasse uma comissão para apurar se a descrição da bandeira da Confederação do Equador (1824) presente na obra estava correta, para o que foi comissionado Pedro de Alcântara Bellegarde (1807-1864). Bellegarde não apenas corrigiu a descrição da bandeira dada por Melo Moraes naquela biografia, como, tendo lido a mesma, fez a crítica do que nela afirma Melo Moraes sobre Luiz do Rego Barreto (1777-1840), governador de Pernambuco entre 1817 e 1821, que atuou na repressão à Revolução Pernambucana de 1817. Como cita o próprio Bellegarde, uma monografia sobre Luiz do Rego Barreto estava então sendo concluída por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, àquele momento primeiro secretário do Instituto.³

No tomo IV da *Corografia*, Melo Moraes responde a Bellegarde em um "Apenso", numa argumentação que fugiria a nossos propósitos reconstituir aqui. Interessa-nos como o foco de Melo Moraes passa efetivamente a Joaquim Norberto. Primeiramente, estranhando que este último tenha pedido a revisão da descrição da bandeira, afirmando que a copiou, no arquivo da secretaria do Império, *na presença* de Norberto, então responsável por aquela repartição, segundo indica Melo Moraes (MORAIS 1860, p. 599-600). Sua insatisfação contra Joaquim Norberto cresceu sobremaneira com nova crítica deste, desta vez à *Corografia*. Basicamente, como consta no relatório do secretário Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, o "erudito consócio Sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva" elaborara um "longo parecer, relativo às memórias para a *História do extinto estado de Maranhão*, pelo padre José de Moraes, editadas pelo Sr. Dr. Cândido Mendes de Almeida", no qual "demonstra que leves diferenças existem entre o manuscrito de que se servira para esta publicação e aquele a que recorrera o Sr. Dr. Melo Moraes para nortear-se nesta importante monografia, exarada no 3º volume da sua *Corografia histórica*" (PINHEIRO 1861, p. 788).

Em sua resposta, Melo Moraes compreende haverem duas acusações graves a seu trabalho: primeiro, fizera plágio da obra do padre Moraes no tomo III da *Corografia*; segundo, transmitira um texto incorreto desta mesma crônica. Em suas palavras, Joaquim Norberto estaria afirmando que "eu [Melo Moraes], não só plagiei o cronista *José de Moraes*, como mesmo estropeiei o que achei no mesmo autor". Melo Moraes se diz enojado com a acusação, "que se respondo antecipadamente é para explicar ao Sr. Dr. Fernandes Pinheiro, os motivos que tive, em alterar o que achei nos manuscritos inéditos dos jesuítas, que agora se acham no arquivo do Instituto Histórico" (MORAIS 1860, p. 604, grifo no original).

Primeiramente, em uma nota de rodapé, Melo Moraes acusa o próprio Joaquim Norberto de plágio, afirmando ter este extraído uma biografia de Maria Quitéria da obra da inglesa Maria Graham (MORAIS 1860, p. 604, nota 1). Ao defender-se, afirma que a imputação de plágio não se aplica a seu caso, pois:

³ Como mostra Maria da Glória de Oliveira (OLIVEIRA 2010, p. 296-297), esse artigo de Fernandes Pinheiro visa refutar a caracterização de Rego Barreto presente na *História da Revolução Pernambucana* (1840) de Muniz Tavares.

Servindo-me da crônica do jesuíta José de Moraes, citei o seu nome em mais de um lugar, e, estando o leitor prevenido, entendi na página *cem*, empregar a expressão *continua* o padre *José de Moraes*, etc., sem me lembrar, que teria de responder ao Sr. Joaquim Norberto, por não citar o nome do jesuíta em cada linha (MORAIS 1860, p. 605, grifos no original).

Com efeito, o autor, na página 100 do tomo III, usa a expressão “continua o padre José de Moraes”, para indicar de onde extrai seu relato. O relato parece começar na página 18, com o título “Dos provinciais do Brasil, e reitores dos colégios (crônica manuscrita)”. Não há referência direta, no início, a José de Moraes. Melo Morais julga-se desculpado, entretanto, porque “previne” o leitor, em momentos como a página 100, de que se trata deste autor. Por várias vezes na *Corografia* seu procedimento é semelhante, sua narrativa confundindo-se com a da fonte que utiliza, mas havendo alguma citação ao original.

Melo Morais responde a Norberto, evocando exemplos da historiografia luso-brasileira:

Não me lembrei que plagiava, porque quem cita uma vez o nome da fonte donde extrai, não pode ser considerado de [*sic*] plagiário, e, se o Sr. Joaquim Norberto, apesar de ser membro do Instituto Histórico, tivesse conhecimento de tudo, o que se tem escrito sobre o Brasil, havia de se recordar (para se não expor), que o padre Santa Maria, transcreve períodos inteiros no *Santuário Mariano*, e não menciona a *Crônica da Companhia* do padre Simão de Vasconcelos, donde extraiu; que o padre Aires do Casal, com tantos créditos, e que mereceu o título de pai da geografia brasileira, copia períodos inteiros das *Memórias do bispo do Pará*, sem mencionar donde extraiu; que Monsenhor Pizarro serve-se das *Memórias*, que ora possui o Instituto Histórico, e nem toca nelas etc., e nem por isso ninguém os têm censurado, porque os homens estudiosos não são embirrantas, e sabem, que as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente, ficando reservado ao leitor circunspecto e grave, saber se são exatas [...] (MORAIS 1860, p. 605-606).

50

Melo Morais exime-se do plágio alegando ter citado a fonte que utiliza; não o fez em nota de rodapé, nem de margem, mas julgou cumprida sua tarefa/ obrigação de citação. Mostra exemplos da historiografia luso-brasileira em que os autores não citam de onde extraem suas informações, o que não os impediu de adquirirem reputação. Extrai, da situação, como que uma lei da escrita da história: “as verdades históricas não se inventam, e podem ser reproduzidas livremente”. Em raciocínio que nos parece semelhante ao de Abreu e Lima, conforme veremos, defende aqui que o historiador deve buscar em alguma parte as informações que formam sua obra, isto é, uma obra de história é necessariamente formada de outras obras, cuja reprodução é livre (porque necessária). Para Melo Morais, o importante é saber se as informações que compõem a narrativa histórica são verdadeiras ou não.

Os exemplos que Melo Morais cita possuíam modelos de citação e referência que de fato não dispunham as fontes ao leitor da forma como Joaquim Norberto cobrara-lhe, em censura semelhante à que Varnhagen fizera a Abreu e Lima; muito embora entre a declaração de princípios dos autores oitocentistas e sua

prática pudesse, às vezes, haver uma distância significativa. Capistrano de Abreu, pesquisando o paradeiro da *História do Brasil* (1627) de frei Vicente do Salvador, afirma que o frei Agostinho de Santa Maria, citado por Melo Morais, no *Santuário Mariano*, extratou ou transcreveu textualmente “grande número de capítulos” de frei Vicente, “umas vezes com o nome do autor, outras sem ele”. Mas Capistrano também observará que Varnhagen, na *História Geral*, “não cita quanto devia” a mesma obra de frei Vicente, por ele utilizada (*ANAI*s 1885-1886, p. II-III).

Se Melo Morais evoca exemplos da historiografia luso-brasileira para justificar seus procedimentos metodológicos, não menciona, por outro lado, uma parte dela familiar a Varnhagen (SILVA 2006), e que poderia ter alterado consideravelmente sua forma de escrever história, e, principalmente, sua noção de erudição: a historiografia crítica portuguesa. Sua escrita da história não parecia estar alinhada à produção das academias setecentistas, aos ensinamentos de Luís Antônio Verney (1713-1792), autor de um *Verdadeiro Método de Estudar* (1746), e, principalmente, aos de João Pedro Ribeiro (1758-1839) e Alexandre Herculano (1810-1877). Para Luís Reis Torgal:

Pode dizer-se por isso que João Pedro Ribeiro inicia em Portugal o que se chamará a “história metódica”, que passa por um notório labor de análise paleográfica e diplomatista, focado sobretudo para a história da Idade Média e da Época Moderna, que ficaria no centro quase exclusivo das atenções de uma certa historiografia erudita. “Não basta escrever a História em boa frase, mas é necessário que o fundo dela seja exacto” [...] esta afirmação da Dissertação XV é a síntese da ânsia de rigor sempre perseguido por João Pedro Ribeiro [...] (TORGAL; MENDES; CATROGA 1998, p. 34).

51

Torgal apresenta um panorama em que, embora a historiografia ainda apareça como algo difuso, há um aumento geral no rigor da produção portuguesa entre os séculos XVIII e XIX. Estudos sobre as academias de História setecentistas mostram que as preocupações metódicas já se apresentavam antes, estando ligadas, também no mundo luso-brasileiro, ao aumento do rigor metodológico motivado especialmente pelas disputas religiosas entre católicos e protestantes, após a Reforma, no século XVI, mas também entre diferentes ordens religiosas dentro do catolicismo (KANTOR 2004, p. 23-45; SILVEIRA 2012, p. 44-61; MOTA 2004). O mencionado Luís Antônio Verney, cujo projeto filosófico foi descrito por Breno Ferraz Leal Ferreira como uma tentativa de conciliar a filosofia moderna (isto é, de seu tempo, o século XVIII) com a teologia católica, entendia o método crítico como imprescindível para esse objetivo (FERREIRA 2009, p. 128 *et seq*). Nesse movimento, os instrumentos da crítica, como a paleografia e a diplomática, se faziam fundamentais.

Em uma passagem da *Corografia*, Melo Morais afirma não possuir conhecimentos de paleografia. Neste trecho, revela ter-se deparado, em suas pesquisas, com documentos antigos em bom estado de conservação, mas que não conseguia decifrar, por não compreender os caracteres, já que lhe faltava o domínio daquela técnica: “convinha que a paleografia traduzisse esses livros, que

sem dúvida trariam muita luz ao senado da câmara, em relação às sesmarias” (MORAIS 1859, p. 241).

Historiadores compiladores

Retornando ao caso do *Compêndio* de Abreu e Lima, encontramos uma possibilidade de compreensão para a forma de escrita da história que, malgrado algumas diferenças, fizera tanto Abreu e Lima como Melo Morais serem considerados plagiadores. Abreu e Lima define-se, no prefácio do *Compêndio*, como um “compilador”, e defende, na sua *Resposta* a Varnhagen, que todo historiador é um compilador, na medida em que escreve articulando textos de terceiros (à exceção dos que tratam de história contemporânea, porque – ou quando – a presenciaram):

Ouçã bem, Sr. Varnhagen, pois já lho disse: os fatos não se inventam; estão consignados na história já escrita por outrem, ou em documentos e registros autênticos; servir-se pois da história antiga ou de documentos, ou de uma e outra coisa, e vertê-los em linguagem nova, se assim se quiser, ou copiá-los, eis aí o que se chama compilar; isto é, reunir em um corpo ou livro coisas ou matérias extraídas de vários autores (LIMA 1844, p. 37-38).

52

A compilação é um gênero que remonta à Antiguidade. Bernard Guenée (1985) argumenta, entretanto, que apenas na Idade Média o termo teria assumido um sentido positivo. O primeiro caso, nesse período, de um autor de obra de história que se definiu como compilador, de acordo com Guenée, foi no século XIII (o autor anônimo da *Historia Regum Francorum*, de 1214). Neste século, *compilação* assumiu o sentido de extrair, fazer extratos de obras de outros. Nesse sentido, pôde ser utilizado para definir o trabalho do erudito, conforme há vários séculos se pensava, qual seja: o de “fazer extratos; depois reuni-los” em uma obra nova⁴ (GUENÉE 1985, p. 120) – que é como Abreu e Lima define seu trabalho.

De acordo com Guenée, após 1170 o termo compilar torna-se banal nas obras de história, mas em sua origem antiga, especialmente em Cícero e Horácio, a palavra tinha conotação negativa. Até o século XI, ainda apareceria este sentido negativo: compilar significava *roubar, pilhar*. O compilador era um ladrão (GUENÉE 1985, p. 122). É no começo do século XII que *compilar* se livra de sua conotação negativa, tornando-se não mais que fazer extratos, excertos (GUENÉE 1985, p. 123). Equivale a outro termo em voga naquele período, mas também com raízes na Antiguidade, que sobrevive até o século XIX, *deflorare*, a base da expressão *florilégio*, que aparecerá, por exemplo, em Varnhagen, no seu *Florilégio da Poesia Brasileira, ou coleção das mais notáveis composições dos poetas brasileiros falecidos* (1850-1853); na Idade Média, por volta do século XII, relata Guenée, proliferam compilações com títulos como *Flores Historiarum, Flores Temporum, Flores Chronicorum*. Desse modo, *compilação* adquire, no século XII, a condição de definir o trabalho dos eruditos, conforme era feito há séculos: fazer extratos e compor, a partir deles, uma obra

⁴ No original: “faire des extraits; puis les assembler”. Tradução minha.

nova (GUENÉE 1985, p. 124). O termo é reabilitado de tal forma, que, em especial a partir da segunda metade do século XIII, ponderando as virtudes da compilação, os compiladores passam a se ver como autores de obras novas, e passam a assinar seus nomes nas compilações, ao contrário do autor da *Historia Regum Francorum*, que se manteve anônimo (por sua obra só conter textos de terceiros, não julgou que lhe cabia a autoria). Os autores agora declarados anunciam com orgulho que suas obras são compilações. Com orgulho, afirmam que não inventam nada, que se atêm a suas fontes: são compiladores, não inventores (GUENÉE 1985, p. 135).

No final do século XVII, início do século XVIII, o fato do trabalho do “compilador” definir-se essencialmente por ser baseado em textos fez com que Pierre Bayle (1647-1706) preferisse essa definição, ao invés da de historiador, como mostra Anthony Grafton (GRAFTON 1998, p. 198-199). Em um ambiente de contestações céticas à possibilidade do conhecimento histórico, tais como as oriundas do cartesianismo e do pirronismo, o “compilador” poderia, através da demonstração dos textos em que se baseava, mostrar de onde extraía seus fatos, e colocá-los à prova pelo leitor, escapando das acusações de invenção que pesavam sobre os “historiadores”. Estudando Fustel de Coulanges (1830-1889), François Hartog aproxima alguns traços, ou momentos, do trabalho desse historiador com os do “compilador”:

Oscilando do *auctor* ao *scriptor*, o historiador moderno [isto é, o historiador oitocentista] apareceria e reapareceria de preferência com os traços do *compiler*, esse que, visando a anular-se como autor, acrescenta ao texto notas cada vez mais numerosas e eruditas, tendendo até, a rigor, a converter-se em *scriptor*, o simples copista [...] (HARTOG 2003, p. 129).

53

O uso de compilação para definir o trabalho do historiador aparece, de certa forma, sutilmente disseminado no século XIX, não faltando autores dos quais Abreu e Lima possa ter partido para defender que todo historiador é um compilador. A presença do termo, evidentemente, não significa que as obras oitocentistas tivessem a mesma concepção e composição que as dos séculos XII e XIII; creio que o sentido de “compilação” em algumas obras oitocentistas tendia a servir para demonstrar que as obras eram baseadas em documentos e fontes, tinham um substrato que atestava a veracidade de seu conteúdo. Por exemplo, o título completo da obra de John Armitage (1807-1856) é *History of Brazil, from the period of the arrival of the Braganza family in 1808, to the abdication of Don Pedro the First in 1831. Compiled from State documents and other original sources. Forming a continuation to Southey's history of that country*. O prefácio do terceiro volume da *History of Brazil* (1819), de Robert Southey abre-se com esta frase do autor:

Foi minha intenção, que a parte conclusiva da História do Brasil contivesse um Relato Crítico de todos os Documentos, impressos ou em manuscrito, *a partir dos quais foi compilada* [a História]; mas isto teria aumentado consideravelmente o volume, que já excede em muito o tamanho usual (SOUTHEY 1819, p. V, grifo nosso).⁵

⁵ No original: “It was my intention, that the concluding part of the History of Brazil should have contained a Critical Account of all the Documents, printed or in manuscript, *from which it has been compiled*; but this would have considerably enlarged a volume, which already far exceeds the usual size”. Tradução minha.

A *History of Brazil* é, inclusive, chamada de “une compilation sur l’histoire de Buenos-Ayres et du Brésil jusq’ en 1640” por Beauchamp, no prefácio da *Histoire du Brésil*, de que se vale Abreu e Lima para o *Compêndio* (BEAUCHAMP 1815, p. X).

Um caso contêrraneo e contemporâneo a Abreu e Lima são as *Memórias Históricas da Província de Pernambuco* (cinco tomos), de José Bernardo Fernandes Gama (1809-1853), impressas a partir de 1844 na Tipografia de M. F. de Faria, em Pernambuco, a mesma que imprimiu a *Resposta* e a *Sinopse* de Abreu e Lima. O autor expõe da seguinte forma seu método, em trecho um pouco longo mas que consideramos significativo para nosso argumento:

Ora, eu para minha instrução, *nada mais tinha feito do que copiar, quase fielmente, os diversos autores, que trataram dos negócios de Pernambuco, servindo-me de guia a História do Brasil por Mr. Alphonse de Beauchamp, do qual só me apartei, ou ampliando aquelas notícias em que foi omisso, aproveitando-me para isto dos mesmos autores que ele copiou, como Rocha Pita, Brito Freire, Fr. Rafael de Jesus, Joboatão [sic], e outros; ou corrigindo a exposição d’alguns fatos, que combinada com a dos escritores que ele seguiu, me pareceu carecer de exatidão. Acrescentei porém às notícias que me deu Mr. Beauchamp as que colhi nos Arquivos das Secretarias, nas Memórias de Monsenhor Pizarro, e em vários manuscritos, e folhetos, que com muito trabalho, e alguma despesa alcancei, para completar as Memórias Históricas de Pernambuco até o fim do século passado.*

Nas do século presente porém não segui autor algum na ordem dos fatos, e até mesmo me apartei de vários escritores modernos: recopilei o que me foi possível extrair dos Arquivos Públicos, consultei os jornais, e muitos impressos, manuscritos, e cartas que encontrei entre os papéis de meu pai o Sr. José Fernandes Gama, que Deus tem em Glória, e dando também tratos à minha memória, descrevi os fatos como chegaram à minha notícia, e alguns como vi suceder.

São pois os três primeiros tomos destas Memórias, pela maior parte um plagiato, que eu evitaria, se não estivesse convencido de que dizer o mesmo, que outros disseram (e disseram bem) por diferentes palavras é pura, e inútil perda de trabalho. O 4º e o 5º tomos são todos meus (FERNANDES GAMA 1844, p. VIII, grifos nossos).

54

A obra, segundo a apresenta seu autor, é notavelmente parecida com o *Compêndio* de Abreu e Lima: na maior parte, uma cópia de outros autores, tendo o mesmo guia que tomou Abreu e Lima, Alphonse Beauchamp. Fernandes Gama assume como seus os tomos que tratam da história contemporânea, à semelhança de Abreu e Lima no *Compêndio*, que só vê como original, como escrita sua, a parte sobre o século XIX. Fernandes Gama chega mesmo a entender sua cópia de outros autores como “plagiato”. Vale dizer que o autor não entendia sua obra como *história*, mas sim como “um Memorial” que oferecia aos historiadores para auxiliá-los na escrita de uma história de Pernambuco (FERNANDES GAMA 1844, p. IX).

Também vale notar trecho do tomo I da *Corografia histórica* (1858), de Melo Moraes, a respeito do uso do termo *compilação*. Nessa obra, Melo Moraes refere-se à *História Geral* de Varnhagen, lançada nos anos anteriores, como a “compilação que ultimamente fez [Varnhagen] dos acontecimentos dessas eras”

(MORAIS 1858, p. 79). O autor, então, *reproduz* praticamente toda a seção II do tomo I da *História Geral* de Varnhagen, sem citar as páginas, ou mesmo indicar, no texto, que se trata de escrito de outro autor (apenas após dez páginas de transcrição, aspas são postas no início de cada parágrafo). Melo Morais reproduz, inclusive, as notas de rodapé de Varnhagen, incorporando, ao rodapé, as notas que, na *História Geral*, são alocadas no fim do volume. Em suma, Melo Morais faz com Varnhagen o que Abreu e Lima fez com Beauchamp, Armitage e os demais autores de que se valeu: o transcreve, o reproduz, sem a citação ou indicação precisa de que o faz, *mas apontando, no início, o autor original*; numa palavra, Melo Morais *compilou* Varnhagen. E, ao introduzi-lo, igualou a obra varnhageniana ao mesmo procedimento, ao chamá-la de “compilação”.

Evidentemente, há a questão de que a denominação “compilação” possa servir para relativizar a importância da obra do outro autor citado. O que não vale, entretanto, para casos como Armitage e Southey, que descrevem as próprias obras assim. Por isso pensamos haver algo próximo ao que Grafton observou em Pierre Bayle, isto é: o autor, ao afirmar que fez uma compilação, procuraria chamar atenção para os documentos e fontes que utilizou, assegurando assim a origem comprovada dos fatos que narra. A presença da expressão “compilação” não quer dizer, por outro lado, que Southey, Armitage e outros tenham *procedido* da mesma forma que Abreu e Lima em relação a suas fontes; isto é, o fato de terem declarado que suas obras foram compiladas não equivale a dizer que usaram do mesmo método de Abreu e Lima, não sendo suas histórias, como o *Compêndio*, uma colagem de transcrições de outros autores. Vale distinguir que Abreu e Lima essencialmente compilou autores de estudos históricos; enquanto Melo Morais mesclava em sua compilação obras de história (como a *História Geral* de Varnhagen, no exemplo que expusemos acima) e crônicas manuscritas, copiadas diretamente dos arquivos, escritos que estariam mais próximos do que chamaríamos de “fontes primárias”.

Segundo Abreu e Lima, faltavam-lhe as condições necessárias para a realização de uma pesquisa de maiores dimensões: “nem me era possível compulsar arquivos, e muito menos repassar centenas de livros para recolher um ou outro fato, uma ou outra relação, quando antes de mim tinham alguns praticado este exame”. De modo que o *Compêndio* resulta “uma compilação de vários autores, que julguei mais habilitados” (LIMA 1843, p. VIII). O caso de Melo Morais é completamente diferente: o autor alagoano fazia questão de destacar os grandes esforços e despesas que tinha em suas pesquisas. O prólogo “Ao Leitor” do primeiro tomo da *Corografia* abre-se com o seguinte parágrafo:

Não é sonhando, ou inventando fatos adrede, que se escreve a história de um povo, e sim buscando instantaneamente as notícias e documentos, como temos feito, não poupando diligências e despesas, para as conseguir. Colocamo-nos na posição excepcional do historiador, ouvindo a todos, e consultando aos mais experimentados nos fatos contemporâneos, e em face dos numerosíssimos documentos originais, a maior parte inéditos, escrevemos a obra, que entregamos ao domínio público (MORAIS 1858, p. VII).

A descrição das condições de preparação do *Compêndio* e da *Corografia* diferem consideravelmente, senão completamente: no primeiro caso, o autor, Abreu e Lima, justifica a forma (compêndio) e seu método (compilação) pela incapacidade que tinha de fazer pesquisas diretamente em arquivos. No segundo caso, Melo Morais assevera que sua *Corografia* era baseada em “documentos originais”, conseguidos à custa de suas “diligências e despesas”. E, entretanto, no momento de se valerem de suas fontes, fossem estas a bibliografia formada pelos autores “mais habilitados” (Abreu e Lima), ou os “numerosíssimos documentos originais, a maior parte inéditos” (Melo Morais), ambos procederam de forma semelhante, compilando os textos que consideraram autorizados enquanto fontes de conhecimento do passado. No entanto, a justificativa de Abreu e Lima sugere um não-dito: ao dizer que apenas compilou porque não pôde fazer pesquisas originais, e que, na parte da história em que tinha condições de apresentar conhecimento original (a história contemporânea), assim o fez, Abreu e Lima dá a entender, creio, que se tivesse condições de fazer as “diligências” e arcar com as “despesas” para as pesquisas, como podia Melo Morais, não teria feito uma compilação, e sim uma obra inteira de própria lavra.

Na obra seguinte de Abreu e Lima, a *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1845), já em elaboração quando escreveu sua *Resposta a Varnhagen*, o autor abandonou de fato a compilação. Elaborou um texto sob o formato de efemérides, reunindo fatos sob a rubrica do ano em que aconteceram, narrados de maneira simples e direta, sem uma narrativa contínua ligando os eventos e com transcrições de outros autores limitadas a curtas citações. Nessa obra, argumentou ter feito mais pesquisas, mencionando “Vários e importantes MSS, que existem em meu poder, ou pertencem a diversas pessoas, que nos confiaram, como Memórias, Informações, Registros Oficiais, Extratos, Coleções de antigos documentos, etc., etc.” (LIMA 1845, p. 436). Cita pessoas que o auxiliaram na pesquisa e casos em que lhe foram negadas informações, não obtendo nada, por exemplo, no Arquivo Público da Corte, sob a alegação de seus funcionários de que ali nada havia. De modo que, embora tenha defendido a prática da compilação na polêmica com Varnhagen, Abreu e Lima parecia enxergá-la como uma modalidade de escrita da história adequada apenas para determinadas situações, em que as condições de pesquisa são limitadas. Melo Morais, por outro lado, a entendia como forma aceitável mesmo para dispor os resultados de pesquisas originais em arquivos. Isto é, em sua compreensão, a compilação não era exclusividade de compêndios ou de memórias históricas, como no exemplo de Fernandes Gama que citamos anteriormente; não cabia apenas em obras cujo método era fazer extratos de outras narrativas históricas. Para Melo Morais, era aceitável compilar também documentos originais, copiados de arquivos. Nesse movimento, não apenas o autor poderia expor os fatos históricos, entendidos como colhidos dos relatos de primeira mão, como ainda cumpria uma segunda função à qual Melo Morais dava grande valor: a divulgação das fontes da história. Transcrever, para aqueles que não tinham condição de consultar os arquivos, os textos que neles se encontravam, e preservá-los, em suas obras, da deterioração e dos extravios

que por vezes sofriam. Cremos que aqui reside um aspecto importante de sua defesa do método que adotava, e da própria adoção da compilação quando o autor havia feito ele mesmo pesquisas em arquivos, validando essa modalidade para além dos casos em que a única pesquisa possível era fazer extratos da bibliografia de narrativas históricas já existentes.

A “compilação” não teria ainda, no momento em que escreve Abreu e Lima, o valor negativo que adquiriria depois, no espaço de pouco mais de uma geração, que se observa em autores como Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, escrevendo por volta de 1880. Romero, por exemplo, em resenha da edição póstuma da *Crônica Geral* (1886) de Melo Moraes, de 25 de abril de 1886, afirma, sobre um tipo de obra da historiografia oitocentista brasileira: “livros de compilação, como [os de] Abreu e Lima, e Macedo, livros sem erudição, sem crítica, sem vida, sem estilo” (*apud* FILHO 1886, p. 119). Capistrano de Abreu, em artigo publicado em 1882, define Abreu e Lima como “um compilador, inteligente, é verdade, mas já antiquado quando apareceu sua obra, muito mais agora que sobre ela passaram mais de quarenta anos de estudos históricos”; Capistrano ainda afirma, sobre Melo Moraes, no mesmo artigo, que se tratava de “um colecionador. [...] ele publicou muita coisa importante, porém alheia. O que lhe pertence é tão pouco, que não é fácil encontrar” (ABREU 1975, p. 146).

Podemos aventar a hipótese de que, baseando-se em Beauchamp, e usando outras obras que utilizaram o termo “compilar” para definir sua feitura, Abreu e Lima, que já imaginara seu trabalho como uma compilação (vide o prefácio do *Compêndio*), tendo de defender-se, procurou desenvolver as consequências do que os demais historiadores diziam, quando caracterizavam suas obras como “compilação”, ou afirmavam tê-las feito “compilando” diversos materiais, fossem estas narrativas históricas de outros autores, documentos oficiais ou crônicas manuscritas. Chegou, então, à sua conclusão de que todo historiador é, de fato, um compilador, e acabou por definir esse trabalho de forma muito próxima à que remonta à Idade Média, a partir do século XII, segundo nos apresenta Bernard Guenée (GUENÉE 1985; 1980).

Abreu e Lima, em sua *Resposta* a Varnhagen, considerou o trabalho de reconstituir o passado a partir de relatos de terceiros como essencialmente compilação: “à exceção da história contemporânea, porque são fatos presenciais, não conheço historiador algum que não fosse compilador” (LIMA 1844, p. 37). Varnhagen, por sua vez, descaracteriza essa identificação entre historiador e compilador ao interpor, entre o recolhimento dos relatos de terceiros existentes sobre o passado e a confecção final da narrativa histórica, o trabalho de “ajuizar os fatos”; que, em sua visão, superava em muito a simples compilação.⁶

⁶ “Para ajuizar os fatos é necessário que o historiador tenha erudição no assunto, crítica histórica, independência de caráter, luzes gerais dos conhecimentos humanos e consciência: é necessário que seja grave, urbano, e que tenha miras de bom estadista - Para ser compilador, e ainda melhor *plagiário* [do que acusava Abreu, por ter compilado obra de Alphonse Beauchamp, autor francês que teria plagiado Robert Southey], basta ter ido à escola e saber copiar traslados, e ter muito atrevimento, - como têm sempre os mais ignorantes” (VARNHAGEN 1850, p. 400).

Abreu e Lima defende-se da acusação de plágio, na *Resposta*, dando a definição deste termo contida no dicionário de Moraes Silva, e mostrando que o conceito não se aplica ao *Compêndio*:

Plágio, como define o nosso Moraes, quer dizer – a fraude ou vício do plagiário – e Plagiário – o que usa de pensamentos e expressões alheias como suas, e sem as referir a seu autor – Taxar pois a minha Obra de plágio é atribuir-me a fraude de usar de expressões alheias sem as referir ao seu autor. Poderá prová-lo o Padre Januário ou alguém por ele [Varnhagen]? Poderá dizê-lo alguém sem a mais revoltante impudência? [...].

Felizmente tive tanta prevenção no meu Prefácio, que fui até minucioso demais [...] (LIMA 1844, p. 10, grifos no original).

Em seguida, Abreu e Lima transcreve os trechos do prefácio em que disse que pouco havia de seu no *Compêndio*, e cita os autores que compilou. Bruno Franco Medeiros estudou a questão do plágio na historiografia nas primeiras décadas do século XIX, a partir justamente da obra de Alphonse de Beauchamp. Medeiros mostra como a legislação sobre o plágio estava se formando neste momento, e sua aplicação não era unívoca. O argumento de Abreu e Lima acima é, de fato, plausível: se plágio definia-se, então, pelo uso do texto sem referência ao autor, o *Compêndio* não é plágio, pois seu autor cita as obras de que se valeu.

58

Concordamos com Bruno Franco Medeiros, ao apontar que a questão, de fato, a envolver Beauchamp, e o debate entre Abreu e Lima e Varnhagen, não é o plágio, mas o confronto entre formas distintas de se conceber a escrita da história – e vale retomar aqui as colocações de Manoel Luiz Salgado Guimarães presentes no início deste artigo, caracterizando a historiografia oitocentista brasileira como um campo aberto, permeado por disputas entre formas de escrita da história. “O projeto de escrita da história elaborado por Abreu e Lima”, afirma Bruno Franco Medeiros, “estava ligado às formas tradicionais de escrita da história, as quais, desde o início do século XIX, vinham sendo sobrepujadas por uma crescente historicização da realidade, assim como pela necessidade de documentos originais retirados de arquivos para atestar a veracidade do passado que era representado” (MEDEIROS 2011, p. 96). Vale assinalar que a questão não era apenas no que se basear, isto é, ter como fontes “documentos originais retirados de arquivos” não assegurava que um escrito escapasse da acusação de plágio, como o demonstra a polêmica envolvendo Melo Moraes. Nesse caso, a crônica do jesuíta José de Moraes foi documento original copiado de arquivo, e ainda assim Melo Moraes foi censurado. Isso porque estava em jogo, também, a *forma* como o autor utilizava suas fontes no texto final de sua narrativa. Era também uma crítica à compilação. Ou seja, mesmo que o autor declarasse abertamente a partir de quais textos havia compilado o seu próprio, como o fizera Abreu e Lima, o que em tese o eximia do plágio (pela definição da época a respeito dessa prática), a compilação em si já começava a deixar de ser aceita.

Creemos que as formas de escrita da história de Abreu e Lima no *Compêndio* e de Melo Moraes, por quase toda sua obra, mas especialmente na *Corografia*

histórica, se aproximavam em vários aspectos. Notadamente, o modo de ambos mobilizarem a bibliografia, fosse esta composta de narrativas históricas ou de documentos manuscritos copiados de arquivos, incorporando-a a seus textos de maneira que as transcrições de terceiros confundiam-se com suas próprias palavras. Essa transição entre bibliografia (entendida de modo amplo) e texto próprio às vezes ocorria na mesma frase, sem indicação, como era comum em Melo Morais.

José Honório Rodrigues compara Melo Morais a Abreu e Lima. De início, é verdade, os enxerga parecidos na desmedida pretensão com que ambos se consideravam, cada qual se entendendo lido e citado em toda parte, no que parece um misto de vaidade e paranoia. A partir daí, entretanto, Rodrigues passa a ver semelhanças ideológicas entre ambos: "Como Abreu e Lima, [Melo Morais] é anticlerical e contra a Santa Sé".

A semelhança da formação ideológica de Abreu e Lima e Melo Morais não passa despercebida dos que leem sua obra. Um claro sentimento religioso fora dos quadros da Igreja, um anticlericalismo à flor da pele, preocupações políticas militantes, envolvendo inclusive a própria construção historiográfica. *A Independência e o Império do Brasil* [de Melo Morais, obra de 1877] relembra muito, nos seus processos, o *Bosquejo Histórico* [1835] do General Abreu e Lima, ambos retratando a vida contemporânea ao lado dos fatos passados e recriminando todos ou quase todos os homens públicos do Brasil. Ambos gostam de citar exemplos inesperados da história grega e romana, buscados em manuais franceses de divulgação (RODRIGUES 1965, p. 96).

59

Uma formação religiosa forte pertence à biografia de ambos,⁷ conjugada com independência em relação à Igreja; bem como uma crítica social e política que, no entanto, dificilmente chega a uma contestação do modelo monárquico (o *Bosquejo* de Abreu e Lima, citado por Rodrigues, é escrito *contra* dois projetos que corriam na Câmara dos Deputados: um que propunha a mudança do sistema de governo para uma república democrática, e outro que pretendia a separação da Igreja brasileira do Vaticano). José Honório Rodrigues poderia ter aproximado o *Bosquejo do Brasil Social e Político, ou O que fomos e o que somos* (1872), de Melo Morais, em que este, em fins de encerrar sua participação como deputado na legislatura 1868-1872, descreve as mazelas da política do país em um texto duplo: nas notas de rodapé, transcreve sermões e cartas do padre Antônio Vieira, criando uma semelhança entre as críticas do jesuíta e as suas e conseqüentemente mostrando quão pouco mudara o Brasil (MORAIS 1872).

A recepção que tiveram dentro do IHGB o *Compêndio* de Abreu e Lima e o tomo III da *Corografia* de Melo Morais antecipa o juízo que a história da historiografia fará destes autores, como exemplares de concepções anacrônicas de historiografia. Antes que viesse "a se constituir uma memória que tenderia a apagar esse momento, a fim de consagrar a lembrança de um modelo único e

⁷ Melo Morais ficou órfão aos onze anos de idade, sendo criado por dois tios, um frei carmelita e um frei franciscano. Biografia escrita por Pedro Paulino da Fonseca, publicada no *Cruzeiro*, de 23 de setembro de 1882, reproduzida em FILHO 1886, p. 58. Abreu e Lima era filho de um padre, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima (1768-1817), conhecido como Padre Roma, condenado à morte por seu envolvimento na Revolução Pernambucana de 1817.

coeso para a escrita da história oitocentista no Brasil”, nas palavras de Manoel Luiz Salgado Guimarães acima citadas, vale recuperar Abreu e Lima e Melo Moraes enquanto representantes de algumas das possibilidades que havia para a escrita da história no Brasil oitocentista. Para além de juízos quanto a seu valor historiográfico, suas alternativas expõe o grau de variedade e liberdade do processo histórico de constituição de uma escrita da história do Brasil.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. **Ensaio e Estudos**: crítica e história. Rio de Janeiro; Brasília: Civilização Brasileira; INL, 1975.

ANAIIS da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, volume XIII, 1885-1886.

BEAUCHAMP, Alphonse de. **Histoire du Brésil, depuis sa découverte en 1500 jusqu'en 1810...** Paris: Librairie d'Éducation et de Jurisprudence d'Alexis Eymery, 1815.

BEZERRA, Alcides. **Os historiadores do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Arquivo Nacional, 1927. Separata do Relatório anual da Diretoria do Arquivo Nacional referente a 1926, apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

FERNANDES GAMA, José Bernardo. **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**. Tomo I. Recife: M. F. de Faria, 1844.

60

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Contra todos os inimigos. Luís Antônio Verney**: historiografia e método crítico (1736-1750). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

FILHO, Alexandre José de Melo Moraes (org.). **O Dr. Mello Moraes**: homenagens, Juízos Póstumos, Últimos Deveres. Rio de Janeiro: Lombaerts & Comp., 1886.

GRAFTON, Anthony. **The footnote**: a curious history. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

GUENÉE, Bernard. **Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval**. Paris: Editions Aubier-Montaigne, 1980.

_____. L'historien et la compilation au XIIIème. Siècle. **Journal des Savants**, jan.-set. 1985.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HARTOG, François. **O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira e Belo Horizonte, EdUFMG, 2000.

- KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo; Salvador: Hucitec; Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- LIMA, José Inácio de Abreu e. **Compêndio da História do Brasil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1843.
- _____. **Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil**. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844.
- _____. **Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil**. Pernambuco: Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, 1845. Reedição: Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983.
- MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores**: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, dissertação de Mestrado em História 2011.
- MORAIS, Alexandre José de Melo. **Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil....** Rio de Janeiro: Americana de José Soares de Pinho, cinco tomos, 1858-1863. Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/179475>. Acesso em janeiro de 2012.
- _____. **O Brasil social e político, ou o que fomos, e o que somos...** Rio de Janeiro: Pinheiro & Comp., 1872.
- MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico. Coimbra: Minerva, 2004.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Brasileiros ilustres no tribunal da posteridade: biografia, memória e experiência da história no Brasil oitocentista. **Vária história**, Belo Horizonte, vol. 26, no. 43, jan./jun. 2010.
- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. Relatório do Primeiro Secretário Cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 24, 1861, p. 771-796.
- REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo 5, 1843.
- RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. São Paulo: Obelisco, 1965.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **A Reescrita da Tradição**: a invenção historiográfica do documento na *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1857). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em História, 2006.

SILVEIRA, Pedro Telles da. **O cego e o coxo**: crítica e retórica nas dissertações históricas da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724-1725). . Mariana, MG: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, dissertação de Mestrado em História, 2012.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. Vol. III. London: Longman, Hurst, Rees, Ormne and Brown, 1819. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01726730#page/1/mode/1up>. Acesso em: outubro de 2011.

TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando. **História da História em Portugal**: séculos XIX-XX. Volume 1. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Primeiro Juízo. Submetido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo seu sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, acerca do "Compêndio da História do Brasil" pelo Sr. José Inácio de Abreu e Lima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 6, 1844, p. 60-83.

_____. **Replica apologética de um escritor caluniado e juízo final de um plagiário difamador que se intitula general**. Madri: Viúva de D. R. J. Dominguez, 1846.

_____. Carta escrita ao secretário do Instituto em 1846 em aditamento ao Juízo, sobre o compêndio da História do Brasil, publicado no n. 21 da Revista (T. 6º p. 60). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo 13, 1850, p. 396-401.

O historiador enquanto leitor: história da historiografia e leitura da história*

The historian as a reader: history of historiography and the reading of history

Fernando Nicolazzi

f.nicolazzi@hotmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avenida Bento Gonçalves, 9500 - Agronomia
91501-970 - Porto Alegre - RS
Brasil

Resumo

Este ensaio parte de uma sugestiva colocação feita por Manoel Luiz Salgado Guimarães a respeito dos procedimentos de pesquisa para a história da historiografia. Ao sugerir que a atenção voltada para os textos e suas condições de produção supõe sempre a existência de um "certo tipo de leitor", o autor traz para o primeiro plano da investigação o tema da leitura da história. Nesse sentido, partindo da hipótese de que a legitimidade do discurso historiográfico reside não apenas no cumprimento dos protocolos de escrita efetivados pelo historiador, mas também no ato correlato da leitura realizada por seus leitores, este texto oferece um estudo sobre as considerações a respeito da leitura da história feitas pelo historiador e antiquário francês Claude-François Menestrier em sua obra *Les divers caracteres des ouvrages historiques*, publicada em 1694.

Palavras-chave

História da historiografia; Erudição; Claude-François Menestrier.

Abstract

This essay has as its starting point a suggestive statement made by Manoel Luiz Guimarães Salgado about the research procedures used in the history of historiography. By suggesting that the attention usually given to historical texts and their conditions of production always presupposes the existence of a "certain kind of reader", the author brings to the foreground the issue of the reading of history. Based on this assumption that the legitimacy of historiographical discourse lies not only in the historian's compliance with written protocols, but also in the intellectual performance of readers, this text offers a study of the reflections on historical reading developed by the French historian and antiquarian Claude-François Ménéstrier in his work *Les divers caractères ouvrages des historiqués*, published in 1694.

Keywords

History of Historiography; Historical Scholarship; Claude-François Menestrier.

Recebido em: 15/7/2013

Aprovado em: 17/8/2013

* Este ensaio se insere no projeto "Erudição, ceticismo, historiografia: a cultura histórica francesa no século XVI (Bodin, Montaigne, La Popelinière)", financiado pelo CNPq na modalidade de Bolsa de Produtividade em Pesquisa. Agradeço aos amigos Rodrigo Turin e Pedro Telles da Silveira pela leitura e pelos comentários feitos ao texto.

“Não basta falar ou escrever, cumpre ainda ser ouvido ou lido”.
Chaim Perelman e
Lucie Ollbrecht-Tyteca

Clio e seus leitores

A história é uma filha ressentida. Ela não aprecia muito os laços familiares que a ligam a seu pai.

Nosso pobre pai, como vocês sabem – lamenta ela –, não se ocupava quase nunca conosco. Tinha hábitos deploráveis [...] Eu, a história, estou obrigada a dizer tudo e a não ignorar muitas coisas. Nosso pobre pai nunca estava em casa. Nossa (pobre) mãe era muito infeliz. É necessário dizê-lo?, nosso pai estava sempre em busca de aventuras. Sempre enredado em alguma história de saias (PÉGUY 1961, p. 101).

Os leitores de Cícero, para quem o pai da história seria Heródoto de Halicarnasso, não devem se enganar: a história que profere estas amargas palavras não é aquela do saber livresco que hoje se toma como evidência, mas sim Clio, a musa mitológica filha da memória, fruto da desditosa relação entre Mnemosine e Zeus.

Tal ressentimento talvez tenha tornado a história uma leitora mais exigente que o ordinário. Comprova-se isso por meio das considerações por ela tecidas em torno da leitura feita sobre os poemas épicos de Homero, o aedo inspirado pelas musas e de onde, é possível assim sugerir, o saber histórico emergiu na narrativa de Heródoto (HARTOG 2000a; 2000b). Sua leitura avalia traduções, julga as edições, condena os exageros e estipula os parâmetros para um “leitor ideal”. No entendimento de Clio, “a leitura é ela mesma uma operação, uma colocação em prática, uma passagem ao ato, que não é de forma alguma indiferente, nula, que não é ausência de atividade, uma passividade pura, uma tábula rasa”. Ainda nas suas palavras, “a leitura é um ato comum, a operação comum daquele que lê e daquilo que é lido, da obra e do autor, do livro e do leitor, do autor e do leitor”. Consequência marcante disso é o fato de que, para a musa, um texto apenas encontra seu significado pleno na prática da leitura: “ela não é menos que a verdadeira, a autêntica, inclusive, e, sobretudo, a real culminação do texto, a real culminação da obra” (PÉGUY 1961, 104-106).

Estas considerações, para além da sua aparente banalidade, fazem pensar em uma questão ao mesmo tempo evidente e pouco problematizada: a história, não a musa, mas aquela que é escrita pelo historiador, é ela mesma algo dado a ler. É possível ainda dizer mais: ela apenas encontra sua completude, ou seja, apenas é tornada *legítima* através do gesto complexo daquele que a lê – a culminação de que falava Péguy através da voz de Clio. Ou seja, na produção do discurso histórico, na realização plena da “operação historiográfica” (CERTEAU 1975, p. 63-121) que define esta forma específica de saber, não é forçoso estabelecer uma relação intrínseca entre a *legitimação do discurso* e a *prática da leitura*, ainda que nos contornos traçados por Michel de Certeau ao definir aquela operação, a leitura seja justamente o termo ausente da reflexão, embora objeto de preocupações as mais variadas desde o humanismo renascentista (NICOLAZZI 2010).

Leitor atento da obra do historiador francês, Manoel Luiz Salgado Guimarães não deixou passar despercebida a importância do tema para a prática historiográfica em geral e, particularmente, para o âmbito da história da historiografia. "Se nosso trabalho de investigação supõe os textos escritos, em sua materialidade, como a fonte por excelência da reflexão a ser desenvolvida, a história do livro e da leitura pode trazer algumas sugestivas indicações para este trabalho." E na sequência do argumento, uma sugestão inspiradora dada pelo autor, quando considera que "reconstituir as condições de produção e de possibilidade do texto significa igualmente reinscrevê-lo no cenário em que foi produzido, em diálogo com outros textos e *supondo um certo tipo de leitor*" (GUIMARÃES 2005, p. 33, grifo meu). Não seria exagero sugerir que ele próprio se enquadrava nesta categoria e, na condição de historiador, ocupava o lugar de "um certo tipo de leitor". Justamente ele que apreciava tanto a leitura e que, por vezes, deixava de lado, para um segundo momento, a tarefa também fundamental da escrita. Sobre isso já se disse que "Manoel Luiz Salgado Guimarães pode ter escrito menos do que se esperava dele, e mais, talvez, do que tenha desejado. Ele gostava mais de ler, ensinar e orientar do que de escrever. [Para ele] escrever era parar de ler" (CEZAR; KNAUSS 2011, p. 18).

Mas que leitor de "certo tipo" é este, qual a sua especificidade? O que espera ele de um texto historiográfico e qual sua atitude diante dele? Se a escrita da história vem há tempos definindo o ofício dos historiadores, quais as implicações da reflexão que procura perceber a dimensão complementar da tarefa, isto é, pensar o historiador enquanto leitor, mas também os leitores da história? Tais indagações, nascidas da própria atividade de leitura, nortearão as considerações esboçadas abaixo, ecoando, ainda que de forma lacunar, a sugestão dada por Manoel Salgado Guimarães.

Leitura e legitimação do discurso histórico

Ler ou ouvir uma história é um evento tão antigo quanto a própria existência humana. Se, como Carlo Ginzburg já sugeriu, os caçadores foram os primeiros narradores de uma história, eles também foram, por conseguinte, os primeiros que *leram* uma história através dos rastros deixados pela caça. Seguindo a reflexão do historiador italiano,

talvez a própria ideia de narração tenha nascido pela primeira vez numa sociedade de caçadores, a partir da experiência da decifração das pistas [...] O caçador teria sido o primeiro a 'narrar uma história' porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos (GINZBURG 1989, p. 152).

A leitura do sinal deixado pela marca da futura presa criava as condições para se estabelecer a ligação entre um antes e um depois, de onde veio a caça e para onde ela foi.

No plano da história ocidental, creio que dois casos podem ser mencionados como momentos fundadores para o tema aqui ensejado. O primeiro deles, espécie de cena inaugural, remonta ao banquete que

os feácios ofereceram a Ulisses em um dos episódios mais marcantes de seu périplo em retorno a Ítaca. Em tal ocasião, o herói grego de tal modo sensibilizou-se com o canto do aedo Demódoco, que narrava os feitos do próprio Ulisses no confronto contra os troianos, a ponto de verter lágrimas e chamar a atenção dos presentes para a sua sincera comoção. Em seguida, é o próprio herói quem se converte em narrador, revelando seu nome (até então desconhecido pelos convivas), e contando os infortúnios por que passou desde a partida de Tróia até a chegada como um naufrago na Feácia (Homero, *Odisseia* VIII-IX). O segundo caso, talvez não menos poético, mas ainda assim relevante, é a cena de Tucídides chorando ao ouvir as histórias narradas por seu ilustre predecessor de Halicarnasso. Tal emoção, segundo consta, teria sido importante na sua decisão de, por inspiração herodoteana, narrar a guerra entre atenienses e peloponesos, tornando-se, com isso, um autor decisivo na definição da história enquanto um saber elaborado por meio de indícios (GAGNEBIN 1997). Ou seja, entre as lágrimas de Ulisses e as lágrimas de Tucídides, passando pelo marco fundador que foi Heródoto, o saber histórico pôde se constituir em seus fundamentos principais: uma narrativa sobre feitos passados, amparada no uso controlado dos rastros deixados no tempo.

O que importa destacar dos dois exemplos mencionados é que, em ambos, o indivíduo que ouviu uma história narrada lançou sobre ela um juízo de valor, acatando (ou não) a validade do relato e atestando (ou não) sua legitimidade enquanto narrativa fidedigna aos fatos. Ulisses avaliza a narrativa do aedo de forma muito particular, considerando que o poeta, ainda que cego, cantava como se tivesse visto com seus próprios olhos:

66

Mais do que a todos os outros mortais, te venero, ó Demódoco!
Foste discíp'lo das Musas, as filhas de Zeus, ou de Apolo?
Tão verazmente cantaste as desgraças dos homens Aquivos,
quanto fizeram, trabalhos vencidos, e o mais que sofreram,
como se o visses tu próprio, ou soubesses de alguém fidedigno
(Homero, *Odisseia* VIII, 487-491).

Já Tucídides, na definição de seu próprio percurso, julga problemática a postura dos "logógrafos" (entre os quais Heródoto) que contavam suas histórias tão somente para entreter as plateias. Em famosa passagem da sua *Guerra do Peloponeso*, escreveu o historiador grego:

com base nos indícios que foram enunciados, entretanto, não erraria quem, de modo geral, julgasse dessa maneira aquilo que eu expus e não desse crédito maior nem ao que fizeram os poetas adornando seus hinos com o intuito de engrandecê-los, nem ao que os logógrafos compuseram visando ao que é mais atraente para o auditório de preferência ao que é verdadeiro (Tucídides, *Guerra* I, XXI, 1).

Como se percebe, em um contexto ainda marcado sobremaneira pela oralidade, o viajante e o historiador desempenharam o papel crítico que hoje é esperado para os leitores da história. Ulisses, ouvinte antes que narrador, validou

ou, nos termos aqui intentados, *legitimou* o relato de Demódoco, uma vez que se tratava dos próprios feitos por ele sofridos e realizados na guerra de Tróia. Discípulo das musas, o poeta “verazmente” cantou algo diante do que não estava presente, mas que pôde ser respaldado pelo choro convulsivo do herói de Ítaca. Para François Hartog, “a presença de Ulisses, lá e cá, atesta que ‘aquilo’ realmente aconteceu”. As consequências são sublinhadas pelo historiador francês: “desenha-se assim uma configuração até então inédita, uma ‘anomalia’, já que na epopeia a veracidade da fala do aedo depende inteiramente da autoridade da Musa, que é ao mesmo tempo inspiradora e fiadora” (HARTOG 2003, p. 21). A “anomalia” reside justamente no deslocamento operado nesta cena, fazendo passar as condições de atestação do relato, anteriormente situadas ao lado das Musas com seu saber onisciente, ao olhar humano, mesmo que atribuído a um personagem desprovido da visão. “Para Ulisses, por uma curiosa reviravolta, é a visão humana que, pelo menos durante esses três versos, torna-se o padrão pelo qual se pode medir a justeza da visão divina. Tem-se portanto a justaposição de um Demódoco ‘aedo’ e de um Demódoco ‘historiador’, mesmo que este último aí apareça somente pelo tempo de ‘autenticar’ o outro, o aedo” (HARTOG 2003, p. 24).

Em Tucídides, ouvinte de Heródoto, a audição assume um tom crítico que o faz recortar a história legítima, pautada no acesso aos indícios e às testemunhas dignas de fé, daquela elaborada tão somente como forma de divertimento, e não como uma séria “aquisição para sempre”. Resulta disso o tom mais direto com que sua narrativa é elaborada, sem oferecer aos leitores os meios pelos quais seguir a construção dos argumentos por ele realizados. Como advertiu Francisco Murari Pires,

67

a narrativa historiográfica tucidideana não faz aflorar a dialética de suas fontes informativas, e tampouco revela os procedimentos de sua metodologia crítica porque derivou a reconstituição dos fatos consagrados na redação de sua história [...] O discurso narrativo tucidideano é predominantemente, senão avassaladoramente, composto por impressões de apenas resultados factuais, quaisquer que sejam as identificações dos informantes e quaisquer que sejam as operações analíticas de uma sua suposta crítica averiguadora de veracidade (PIRES 1999, p. 280-281).

A consequência disso, através deste “ocultamento do historiador” e, por conseguinte, dos próprios princípios heurísticos que conduziram sua investigação, é a tentativa de aproximar o leitor do objeto narrado, transformando o ato da leitura em uma espécie de visão do acontecido. A *autópsia*, enquanto procedimento que coloca a visão como eixo investigativo (HARTOG 2005), ocupa este duplo lugar: ao mesmo tempo ela é condição para a prática do historiador e resultado ao qual este almeja alcançar. O “ver com seus próprios olhos” passa a ocupar o lugar tanto do historiador quanto do seu leitor. Assim, em um mesmo gesto, ao colocar historiador e leitor no mesmo plano, Tucídides provoca também uma situação relevante: quando confere o registro da utilidade da boa história como “aquisição para sempre”, define igualmente o papel assumido pelo bom leitor da história: aquele que não busca tão somente o divertimento, mas úteis lições para a vida.¹

¹ Não se quer com isso criar uma falsa justaposição entre a história como “aquisição para sempre” e o modelo

O modelo de história pragmática de Políbio parece se estabelecer em conformidade com esta sugestão, como se percebe, por exemplo, em sua denúncia voltada para “impedir que em história a mentira possa se impor da mesma forma que a verdade”. Assim, ao criticar historiadores que se ocuparam com a narrativa da guerra de Cleómenes, estabelece seu alvo em Filarco que, segundo ele, teria escrito procurando antes alcançar a simpatia dos leitores do que escrever a verdade sobre os fatos. Para Políbio, “o historiador não deve buscar emocionar o leitor com a ajuda de cenas comoventes; também não lhe cabe emprestar aos personagens as palavras que eles teriam podido pronunciar, nem de tirar, à maneira dos poetas trágicos, todos os efeitos possíveis de uma situação” (Políbio, *Histoire* II, 56, 2-10). Dessa maneira, ao definir sua história a partir do gênero pragmático, Políbio recorta também o tipo de leitor específico ao qual ela é destinada: aquele com espírito político, preocupado antes com a utilidade da história do que com o possível prazer provocado por ela (Políbio, *Histoire* IX, 1, 1-6)

Entre os antigos ainda, o escritor satírico Luciano de Samosata deixou para a posteridade aquele que é reconhecido hoje como o mais antigo tratado sobre a escrita da história (pelo menos entre aqueles a que nós modernos tivemos acesso). Em seu *Como se deve escrever a história*, título destinado a ter vida longa em suas pequenas variações, Luciano escreveu a partir das histórias que leu e ouviu, elaborando, dessa maneira, um juízo crítico a respeito da forma de receber os relatos sobre eventos passados. Um trecho é significativo dessa posição. O autor sugere que a função da história, ligada ao registro do verdadeiro, deve se mostrar distante do simples panegírico. Nas suas palavras,

68

nela [na história], o completamente fabuloso e o elogio voltado exageradamente para um só lado não são prazerosos para os ouvintes, se você não pensa na chusma e na massa do povo, mas, por Zeus! naqueles que o ouvirão como juízes e acusadores, aos quais nada passaria despercebido, por lançarem um olhar mais agudo que o de Argos por todas as partes do corpo e avaliarem cada coisa dita como se fossem cambistas, de modo a rejeitar imediatamente o que for falso, recebendo as moedas verdadeiras, legal e perfeitamente cunhadas (Luciano *Como*, 10).²

A analogia do ouvinte com o cambista é relevante em função do olhar apurado e, sobretudo, treinado que é demandado a este, afinal ele é, no exercício da sua profissão, aquele capaz de distinguir o falso do verdadeiro, a boa moeda daquela forjada com o intuito de ludibriar uma das partes da relação. Como se sabe, o trabalho do bom falsário possui inúmeras, ainda que nem sempre reconhecidas, proximidades com o do crítico (GRAFTON 1990).

De qualquer forma, estes poucos e dispersos exemplos oriundos da antiguidade servem aqui para indicar a questão proposta: se parte do intuito do historiador ou daquele ocupado em relatar eventos do passado é elaborar um

ciceroniano de *historia magistra vitae*, ainda que aproximações entre elas sejam possíveis.

² Na edição da Loeb Classical Library, é significativa a forma como o tradutor definiu o público ideal da história: “those who will listen in the spirit of judges and indeed of *fault-finders* as well” (LUCIANO, *Works* VI). O leitor aqui é também aquele ocupado em “encontrar os erros” (*fault-finders*) do registro lido.

discurso legítimo, obedecendo aos princípios e requisitos que, de tempos em tempos, são normalmente aceitos como condições suficientes para se confiar na veracidade do registro elaborado, da qual é dependente a possível utilidade da história, a *legitimidade* esperada não se limita apenas à tarefa de elaboração do registro (no caso dos historiadores, à escrita da história), mas ocupa igualmente, e de forma mais importante do que se costuma supor, o âmbito da prática da leitura da história. O “certo tipo de leitor” a quem o texto historiográfico é dirigido, personagem que, assim como a escrita da história, apenas pode ser percebido quando situado historicamente, é também aquele capaz de atestar sua validade, conferindo a ele credibilidade e depositando nele uma confiança sem a qual todo o esforço se encontraria injustificado. É na leitura que a *crença na história* – crença de que ela diz a verdade e que, portanto, oferece certa utilidade – se manifesta de forma mais cabal. Por conseguinte, pode-se sustentar que a história tem por pretensão menos persuadir o leitor do que convencê-lo, considerando a persuasão como uma “relação de força” em mão única, espécie de imposição àquele que é persuadido (o leitor desempenharia um papel passivo nesta relação), ao passo que o convencimento é uma prática com dupla direção, na qual o próprio leitor, de forma ativa, estabelece sua própria confiança no texto lido (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA 2005, p. 29 *et seq*). No fundo, convencer-se da história é acreditar nela; crer na história, eis aí o ponto nodal entre seu escritor e seu leitor.³

Claude-François Menestrier e a *Introdução à leitura da história*

69

Saltando direto dos antigos para os modernos, detenho-me em outro caso interessante para a análise. Trata-se do padre jesuíta, historiador e antiquário, especialista em heráldica, Claude-François Menestrier, nascido em 1631, em Lyon, e morto no ano de 1705, em Paris. Autor de uma miríade de escritos, que atravessaram os mais variados temas, publicou em 1659 duas obras sobre o estudo de brasões: *Esboço da ciência do brasão* e *A verdadeira arte do brasão*. Dois anos depois, após algumas polêmicas letradas na qual se envolveu, publica *A arte do brasão justificada*, com “provas e autoridades” que justificavam a prática de estudo sobre os escudos (*armoiries*).⁴

Em 1694, Menestrier lança o plano de uma nova história da cidade de Lyon, precedido de algumas páginas sobre “os diversos caracteres das obras históricas”, que serviriam ao autor para definir com maior precisão o lugar ocupado por sua futura obra (MENESTRIER 1694). O título dado a esta preleção é bastante significativo: *Introdução à leitura da história. Sobre os diversos caracteres de todas as espécies de obras históricas*. O intuito do autor, que se propõe a escrever uma história que cobriria mais de vinte séculos e abarcaria múltiplas perspectivas sobre a cidade, é estabelecer uma classificação dos tipos

³ Sobre a questão da crença na história, embora seguindo uma perspectiva que, se se aproxima desta em alguns pontos, em outros se mostra bastante distante, remeto a HARTOG 2013.

⁴ Para um registro bio e bibliográfico sobre Menestrier, remeto à obra do historiador e arqueólogo Paul-Auguste Allut, *Recherches sur la vie et sur les oeuvres du P. Claude-François Menestrier de la compagnie de Jésus. Suivies d'un recueil de lettres inédites de ce père à Guichenon, & de quelques autres lettres de divers savans de son temps, inédites aussi*, publicada em Lyon, no ano de 1856 (ALLUT 1856, p. 1-205).

ou “espécies” possíveis de escrita da história. O dado marcante disso, me parece, é o fato desta taxonomia historiográfica não ser destinada aos historiadores, que já estão bastante esclarecidos para necessitar da sua, como ele próprio diz, “fraca iluminação”, mas sim àqueles dispostos a ler seus escritos, isto é, aos leitores da história. Há, é verdade e como de costume, um tom de modéstia afetada na escolha, mas não é menos verdade que se trata de uma opção consciente e que procura trazer para o primeiro plano da discussão o papel importante da leitura da história. Menestrier, assim, como que prepara o leitor para a história que ele próprio projeta escrever, convertendo-se ele mesmo em um leitor das histórias alheias.

A *Introdução à leitura da história* é algo um tanto distinto daquilo que o leitor atual está acostumado a ver no início de muitos trabalhos historiográficos contemporâneos, ou seja, uma revisão bibliográfica crítica, por meio da qual o autor posiciona sua obra diante de outras surgidas anteriormente. Ali, Menestrier intenta elaborar critérios gerais de classificação das modalidades possíveis da prática historiográfica, os quais se situam, conforme o autor, no âmbito da *matéria* e no âmbito da *forma*. No primeiro critério, são classificadas seis modalidades que, em alguns casos, permitem subdivisões: história natural (trata da natureza, mas também de fenômenos considerados sobrenaturais, como monstros, prodígios, espectros etc); história eclesiástica e sagrada (que não podem ser confundidas: a primeira estuda o estabelecimento da Igreja, a outra os atos propriamente divinos); história civil (ocupada com povos, Estados, repúblicas, cidades; subdivide-se em tópica – descrição das cidades; pragmática – reporta as ações; crônica – representa a ordem do tempo; genealógica – voltada para as filiações e linhas de descendência); história didascálica (discute a origem das artes e das ciências); história singular (que tanto pode ser a descrição de ações ou intrigas com longa sequência como de uma única e breve ação); e história pessoal (definida como o quadro da vida de uma pessoa). O autor menciona ainda a existência de histórias fingidas (*histoires feintes*), isto é, aquelas “supostas, apócrifas, que são falsas histórias, imposturas e mentiras públicas”, colocando neste balaio tanto as obras de Nanni de Viterbo,⁵ quanto os romances, contos, “historietas” escritas sem pretensões de verdade ou com a clara pretensão da mentira (MENESTRIER 1694, p. 30-31).

Quanto à forma, Menestrier estabelece uma divisão mais ampla, ainda que mais confusa. São de início divididas treze formas de se escrever a história: universal; particular; simples; figurada; explicativa (*raisonée*); autorizada; poética; crítica; apologética; política; moral; jovial; misturada. Destaco a definição de “história simples”, considerada como o “relato nu e fiel das coisas passadas, da maneira como elas se passaram, sem nenhum artifício ou ornamento de discurso”. Ele insere nesta categoria as crônicas escritas por monges e religiosos que apenas registravam os fatos do seu próprio tempo. Estas crônicas, “que a poeira e os versos ruminaram durante muitos séculos

⁵ Sobre o papel de Nanni de Viterbo como um dos primeiros críticos e, curiosamente, notório falsário da historiografia moderna, ver GRAFTON 1990.

nos arquivos e nas bibliotecas dos antigos mosteiros, são agora tesouros e riquezas da história, pois se descobre nelas aquilo que ocorreu em diversos tempos com tanta aparência de verdade que se vê nelas menos de artifício” (MENESTRIER 1694, p. 34-35). Por tais razões, são consideradas a “mina da história”, cujos metais em estado bruto ali encontrados deveriam ainda passar por um cuidadoso processo de lapidação.

A “história figurada”, por sua vez, é aquela, ao contrário das histórias simples, com algum tipo de “ornamento de espírito e de destreza dos historiadores”, mas que não se confunde também com a “história poética”, já que, para além da descrição dos fatos, carrega um esforço explicativo no sentido de buscar causas e motivos para os fatos, além de esboçar uma reflexão de caráter político voltada para a condução dos negócios públicos; dessa maneira, destina-se aos sábios e aos “grandes ministros de Estado”. É como uma “história explicativa (*raisonée*) que, sem parar na casca e na aparência das coisas, vai até o pensamento das pessoas que agiram, descobre suas intenções e faz ver sobre o evento coisas em que empreenderam a sabedoria da sua conduta ou o erro de seu julgamento” (MENESTRIER 1694, p. 39). À diferença das histórias poéticas, as figuradas não se valem de “ficções engenhosas, de ornamentos ou de artifícios” meramente inventados, mesmo que nelas seja concedida a possibilidade do uso de figuras ou imagens que lhe dão um caráter alegórico ou simbólico.

Como se percebe, portanto, ainda que a definição do historiador ali seja clara, como aquele que descreve “exatamente as coisas acontecidas e passadas, da maneira como aconteceram” (MENESTRIER 1694, p. 43), as fronteiras entre sua prática e aquela dos poetas, por exemplo, não é tão nitidamente traçada. Trata-se, antes, de um recorte de gênero bastante poroso, onde os limites da invenção não ficam plenamente claros. Assim, a história poética é aquela dos poemas épicos e dos romances, que podem ter um fundo de verdade, mas cujas circunstâncias foram transformadas pelo autor. Tal a importância, então, de um outro gênero ali levantado, a “história crítica”, como aquela “que se ocupa de apontar os defeitos dos historiadores que precederam e que escreveram as mesmas coisas que se quer tratar” (MENESTRIER 1694, p. 57). Todavia, mais que uma modalidade voltada para a definição própria da história, se trata de um tipo de postura que objetiva antes a condenação ou o elogio dos historiadores do que de seu próprio escrito. Assim, na “história crítica” julga-se mais o praticante que realizou mal a prática do que o resultado de sua atividade.

Outro tipo de história classificado por Menestrier que merece aqui menção é a “história autorizada”, ou seja, aquela que, “ao contrário dos ornamentos da história figurada, possui provas que são retiradas da história simples e que ela fornece sem arte para apoiar aquilo que expõe com mais artifício e disposição” (MENESTRIER 1694, p. 60). Continua o autor ressaltando, com plena consciência do momento em que escrevia, que

esta maneira de escrever é particular a este século, que, não amando menos a verdade do que as invenções engenhosas, encontrou os meios de uni-las acrescentando às narrativas explicativas e figuradas (*narrations raisonnées & figurées*), os títulos, os diplomas (*chartes*) e os extratos

de crônicas e de memórias que serviram para seu estabelecimento (MENESTRIER 1694, p. 60).

Menestrier certamente conhecia os esforços da erudição monástica que desempenharam importante papel diante do ceticismo filosófico que ocupou lugar no ambiente francês do século XVII. Jean Mabillon, por exemplo, é citado em outras passagens do texto. Mas sua percepção do contexto vai além disso, ressaltando o papel importante que a publicação e circulação mais efetivas de edições de “velhas crônicas e de histórias antigas” desempenhava em tal momento, tornando mais acessível o contato, não apenas com temas variados, mas também com uma profusão de fontes que permitiria autorizar de forma mais bem fundamentada os escritos historiográficos (cf. BLAIR 2003).

Sem entrar em detalhes sobre os demais gêneros sugeridos por Menestrier, cabe destacar que para ele a história se mostra como a mais importante e vasta das “artes”, da qual pretende “sucintamente marcar os diversos caracteres para fazer em resumo toda a enciclopédia da história” e que, espera o autor, tenha tempo para “descrever todas as [suas] partes segundo o método de Aristóteles [usado] para a retórica e para a poética” (MENESTRIER 1694, p. 70). Em outras palavras, o tipo singular de *ars historica* pretendida pelo autor equivalia a definir para a história sua “essência e [suas] várias espécies, com a função característica de cada uma”, tal como o filósofo antigo definiu para a poesia (Aristóteles, *Poetics* 1447a), ainda que, no caso do historiador de Lyon, a atenção sobre as formas de constituição de enredo não tenham sido sinalizadas no escrito sobre a leitura da história. Da mesma forma, se levarmos em consideração o que o autor grego escreveu em sua *Arte retórica* sobre o uso do discurso argumentativo pela maioria das pessoas, e como elas fazem isso “de forma aleatória ou com uma familiaridade decorrente de hábito”, salientando que, “uma vez que estas duas formas são possíveis, é evidente que as matérias podem ser reduzidas a um sistema” (Aristóteles, *Art* 1.1, 2), podemos pensar na função das considerações feitas por Menestrier no sentido de constituírem-se enquanto uma *technê* da história, ou seja, uma espécie de discussão sistemática que, ao mesmo tempo em que favorece o praticante da história, privilegia aqueles a quem ela é endereçada, trazendo a leitura ao primeiro plano da discussão “técnica” sobre a história.

72

História da historiografia e leitura da história

A importância da leitura da história, ao menos para autores que sobre ela escreveram entre o período do humanismo renascentista e os primeiros clarões das luzes no século XVIII, residia no caráter central que a tópica magistral formulada por Cícero ainda assumia em tal contexto (KOSELLECK 2006). Para a história ter eficácia enquanto *magistra vitae*, para que do passado pudessem ser extraídas úteis lições e apropriados proveitosos exemplos, fazia-se necessário um procedimento criterioso de leitura. Afinal, aprender com a história vivida equivalia, até certo ponto, ao aprendizado através da história lida (NICOLAZZI 2011).

Menestrier, nesse sentido, não destoava do ambiente no qual o encontramos. Para ele, a catalogação tão minuciosa quanto possível da história se tornava

relevante pelo fato de que na tarefa de leitura se demandava um grau elevado de discernimento a fim de “julgar *comme il faut* as obras histórias”. O risco que a falta de cuidado com tal procedimento acarretava era condenar o que deveria ser elogiado ou acusar aquilo que deveria se mostrar objeto de admiração. Dessa maneira, “é preciso, antes de se pronunciar sobre uma obra histórica, examinar cuidadosamente qual a sua matéria e a qual espécie de história a que ela pertence. Qual o fim do autor, e por quais meios ele se dirige para lá” (MENESTRIER 1694, p. 115-116). Cada tipo de história possui suas regras próprias e uma maneira particular pela qual ela deve ser realizada. De igual forma, a expectativa que se pode projetar para determinada história deve levar em consideração a espécie na qual ela se insere. A história genealógica, por exemplo, requer “dedução e a distribuição dos ramos de uma família, sua união com o tronco e a linha direta de descendentes, os nomes, as ocupações, as qualidades e as alianças de todos aqueles que descenderam destas famílias, com os títulos e as provas autênticas”; não pode, por isso, ser confundida com a história de um Estado. Por sua vez, “aquele que empreende a história de uma coisa só [como a história do Concílio de Trento, por exemplo] não é obrigado a seguir as leis da história universal” (MENESTRIER 1694, p. 117). A boa leitura, então, é aquela capaz de separar as coisas e criar as expectativas de acordo com aquilo que lhe é dado a ler; se cada história pressupõe um critério específico para sua escrita, este mesmo critério deve ser levado em consideração no momento em que ela é lida.

Assim, na fauna e flora historiográficas estabelecidas pelo autor francês, tão variadas quanto as espécies de história são as espécies de historiador por ele classificadas. A lista é longa e contam-se dezesseis tipos específicos: historiadores gramáticos (estudam as etimologias dos nomes e palavras), historiadores críticos (examinam peças históricas estabelecendo o recorte entre o verdadeiro e o falso), historiadores poetas (escritores épicos que tomaram da história seus temas poéticos), historiadores historiadores (*historiens historiens*, “são aqueles que expõem simplesmente e sem artifício a verdade, como os escritores de crônicas”), historiadores oradores (aqueles que inserem discursos, *harangues*, e outros ornamentos narrativos em seus relatos), historiadores físicos (escrevem história natural), historiadores juristas (tratam de questões do direito através das histórias), historiadores políticos (“são aqueles que não se propõem apenas descrever o passado, como o resto dos historiadores, mas vêm o presente para regrá-lo e o futuro para prevê-lo e para se preparar para ele com os exemplos do passado”), historiadores morais (fazem considerações sobre os costumes privados das pessoas), historiadores geógrafos (ocupados com as descrições físicas dos países, tal como o fazem os cosmógrafos), historiadores bibliógrafos (criam catálogos de autores e obras), historiadores prosopógrafos (estudam os grupos de pessoas de um determinado Estado), historiadores cronógrafos (seguem a ordem do tempo e de quem depende a fidelidade das datas e da cronologia), historiadores “estematógrafos” (*stemmatographes*,⁶

⁶ O termo não é dicionarizado em francês, inclusive não consta no dicionário de Furetière publicado em 1690 (FURETIÈRE 1690). Do mesmo modo, não encontrei menção à palavra em língua portuguesa.

são aqueles que escrevem história a partir das armas e brasões), historiadores teólogos (voltados para as questões da Igreja, como concílios e assembleias eclesiais), historiadores canônicos (*canonistes*, preocupados com o direito canônico e com as regras da liturgia), historiadores misturados (*meslez*, que são aquelas que, de acordo com as necessidades da situação, misturam alguns dos gêneros de história já salientadas) (MENESTRIER 1694, p. 118 *et seq*).

Após todas estas considerações classificatórias, Menestrier passa a elencar suas opções para a escrita da história de Lyon pretendida, em quais fontes ou autores irá buscar suas informações relevantes, oferecendo um juízo crítico sobre os autores que o antecederam em tal empreitada. Ou seja, na sua prática de historiador, a leitura da história aparece como uma condição prévia para a escrita, por meio da qual é efetivada não apenas uma revisão da bibliografia existente, mas uma sistematização classificatória das espécies de história possíveis de serem mobilizadas pelos historiadores. Neste caso em particular, a leitura é, portanto, uma operação taxonômica compreendida dentro do conjunto de tarefas esperadas para a realização plena do ofício.

Na classificação das histórias realizada por nosso autor, alguns pontos podem ainda ser sugeridos. Em primeiro lugar, é significativo o fato de que não há ali uma *historicização da história* propriamente dita, isto é, a historiografia não é pensada como uma prática temporalizada. Tal como muitos dos seus contemporâneos e antecessores imediatos, Menestrier, ao citar seus exemplos escolhidos, não parece fazer muita distinção entre um autor da antiguidade clássica e outro que tenha escrito há apenas algumas décadas. É bem verdade que não deixa de reconhecer a diversidade de épocas que separam os autores modernos dos antigos, mas é relevante também notar que, por exemplo, a mesma história universal que encontra Políbio como um de seus fundadores, foi também praticada por Diodoro da Sicília, no século I a.C., e pelo Cardeal Baronius, um dos encarregados dos *Anais eclesiais* publicados no final do século XVI. Ou seja, ainda que a atenção cronológica seja um dos requisitos para a atuação dos historiadores, o tempo não é um fator classificatório das histórias para Menestrier. A plena compreensão da história implica, com isso, antes a atividade de situá-la entre as espécies definidas (no espaço da classificação, por assim dizer) do que colocá-la em perspectiva histórica (portanto, no tempo).

Por outro lado, talvez se possa enxergar na *Introdução à leitura da história* um exemplo lapidar da pluralidade de histórias que somente a partir da virada do século XVIII para o XIX vão assumir o estatuto de um "singular coletivo" tal como sugerido por Reinhart Koselleck (KOSELLECK 2013; 2006; 1997). As diversas espécies de histórias elencadas não são apenas adjetivações variadas de uma história singular. Em outras palavras, se a *forma* e a *matéria* são princípios fundamentais do sistema elaborado pelo antiquário de Lyon, elas não são apenas variantes de uma mesma e singular história; pelo contrário, acabam por conformar uma pluralidade de histórias possíveis que, se assumem o mesmo substantivo designador que a língua latina oferece (afinal, a obra diz respeito à leitura d'a história), não deixam de se apresentar como práticas profundamente variadas. Tal é a razão pela qual, ainda no entendimento de

Menestrier, a própria figura do historiador é um personagem pluralizado; não se trata de apenas um ator desempenhando múltiplos papéis, mas de diversos autores que, no limite, não fazem necessariamente a mesma coisa, mesmo que um requisito em comum os una pela necessidade de escrever apenas a verdade.

Na distribuição proposta por Menestrier, o recorte entre aquilo que pode ser considerado história e aquilo que não o pode ainda não assumiu os contornos que os séculos seguintes lhe dariam. Cabe lembrar, por exemplo, que algumas décadas depois da publicação de sua obra, Voltaire já realizará, na escrita do verbete história para a *Encyclopédia* de Diderot e D'Alembert, distinções mais evidentes e que serão mantidas dali por diante: em primeiro lugar, a fábula é expurgada do espaço da disciplina, não cabendo mais nem no invólucro de uma história figurada ou poética; em segundo lugar, à história natural já é imputada uma impropriedade nominal ("impropriamente dita *história*", segundo o filósofo), sendo empurrada para o âmbito da física (VOLTAIRE 1765, p. 220-221). Ou seja, correlata a uma nova compreensão da história que a converte em um singular coletivo, transformando-a em sujeito dela mesma, parece ocorrer no século XIX também uma singularização dos procedimentos práticos da história: sua autonomia enquanto ciência dependia da definição de critérios homogêneos para a prática, que possibilitassem evitar a pluralização confusa que os séculos anteriores lhe atribuíam e para a qual Menestrier, como se viu, contribuiu ativamente.

O historiador como leitor

Voltando ao ensejo deste texto proposto por Manoel Luiz Salgado Guimarães, cabe retomar a ideia de que a história da historiografia, pelo menos aquela ocupada com as condições de produção do texto historiográfico, deveria atentar para a dimensão da leitura da história, procurando refletir sobre o "certo tipo de leitor" que, de fato, realiza esta prática. A obra de Claude-François Menestrier aqui mencionada me parece significativa de uma forma de se lidar com tal questão, fazendo do historiador não apenas aquele que escreve a história, mas igualmente aquele que a tem por objeto de uma leitura também "de certo tipo".⁷

É evidente que a sua *Introdução à leitura da história* não é bem uma história da historiografia com a qual os historiadores estão atualmente acostumados, pois é justamente aquilo que define a consciência histórica moderna, ao menos na definição koselleckiana de modernidade que tem se tornado canônica, o que faltava na compreensão do historiador de Lyon: uma compreensão temporalizada da experiência. Todavia, as considerações acima esboçadas fazem pensar em um objeto instigante de estudo: as formas possíveis de historicização da leitura da história, o que permitiria considerar, por conseguinte, que a história da historiografia poderia assumir as vezes de uma *leitura temporalizadora* sobre a história. Assim, antes do trabalho da escrita efetiva da história, o historiador se converteria em *um certo tipo de leitor da história*.

⁷ Neste ensaio, como se percebe, a atenção não foi voltada ao estudo das características efetivas deste "certo tipo de leitor", pois isto implicaria em outros procedimentos de análise, sejam eles voltados para as formas de recepção dos textos historiográficos, sejam voltados para os modos pelos quais os próprios historiadores estabelecem, em seus textos, um leitor implícito.

Referências bibliográficas

- ALLUT, Paul-Auguste. **Recherches sur la vie et sur les oeuvres du P. Claude-François Menestrier de la compagnie de Jésus**: suivies d'un recueil de lettres inédites de ce père à Guichenon, & de quelques autres lettres de divers savans de son temps, inédites aussi. Lyon: Imprimerie de Louis Perrin, 1856.
- ARISTÓTELES. **Art of rethoric**. Translated by J. H. Freese. Loeb Classical Library, vol. XXIII. Cambridge: Harvard University Press, 1926.
- _____. **Poetics**. Translated by Stephen Halliwell. Loeb Classical Library, vol. XXII. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- BLAIR, Ann. Reading strategies for coping with information overload, ca. 1550-1700. **Journal of the History of Ideas**, vol. 64, n. 1, 2003.
- CEZAR, Temístocles; KNAUSS, Paulo. O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- FURETIÈRE. Antoine. **Dictionnaire universel contenant generalement tous les mots françois tant vieux que modernes, & des termes de toutes les sciences et des arts**. Paris, 1690.
- GRAFTON, Anthony. **Forgers and critics**: creativity and duplicity in Western scholarship. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, Revista de História e Geografia (Santa Cruz do Sul), v. 11, n. 1, 2005.
- HARTOG, François. A fábrica da história: do "acontecimento" à escrita da história. As primeiras escolhas gregas. **História em Revista**, v. 6, 2000a.
- _____. The invention of history: the pre-history of a concept from Homer to Herodotus. **History and Theory**, v. 39, n. 3, 2000b.
- _____. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. In: _____. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: Editora da UNB, 2003.
- _____. L'oeil de Thucydide et l'histoire véritable. In: _____. **Evidence de l'histoire**: ce que voient les historiens. Paris: Gallimard, 2005.
- _____. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **L'expérience de l'histoire**. Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.
- _____. *Historia magistra vitae*: sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: _____. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

- _____; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LUCIANO. **Works**. Vol. VI. Translation by K. Kilburn. Loeb Classical Library. Cambridge: Harvard University Press, 1959.
- _____. **Como se deve escrever a história**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.
- MENESTRIER, Claude-François. **Les divers caracteres, des ouvrages historiques avec le plan d'une nouvelle histoire de la ville de Lyon**: le jugement de tous les auteurs qui en ont écrit, & des dissertations sur la fondation, & son nom; sur le passage d'Annibal, la division des champs, le titre de colonie romaine, & les deux tables, d'airain de l'Hôtel de Ville. Lyon: J.-B. et N. de Ville, 1694.
- NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia História**, vol. 26, nº. 44, 2010.
- _____. Como se deve ler a história: Jean Bodin e a *ars historica* do século XVI. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de. (orgs.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- PÉGUY, Charles. Clio. Dialogue de l'histoire et de l'âme païenne. In:_____. **Oeuvres complètes en prose**. Vol. 2. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1961.
- _____. **Clío**: diálogo entre la historia y el alma pagana. Buenos Aires: Cactus, 2009.
- PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIRES, Francisco Murari. **Mithistória**. São Paulo: Humanitas Publicações, 1999.
- POLÍBIO. **Histoire**. Traduction de Denis Roussel. Paris: Gallimard, 2003.
- TUCÍDIDES. **Guerra do Peloponeso**. Livro I. Tradução de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- VOLTAIRE. Histoire. In: **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres**. Tome VIII. Neufchastel, 1765.

História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero*

History of historiography and disciplinary memory: reflections on a genre

Rodrigo Turin

rodrigoturin@gmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Escola de História

Av. Pasteur, 458 - Urca

22290-240 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

A partir das proposições de Peter Szondi a respeito de uma "poética histórica dos gêneros", este ensaio tem por objetivo interrogar os usos e os sentidos que configuram a história da historiografia como gênero de escrita da história. A partir dessa interrogação da história da historiografia em função de suas características enquanto gênero, procuro apontar para certos constrangimentos sedimentados historicamente em sua forma e que incidem diretamente nas possibilidades e nos limites de sua (re)definição como um campo de pesquisas e de reflexão.

78

Palavras-chave

História da historiografia; Manoel Salgado Guimarães; Gênero.

Abstract

The aim of this paper is to cross-examine, in light of Peter Szondi's "historical poetics of genres", the uses and meanings that configure history of historiography as a genre of historical writing. By doing so, this paper points out some constraints that were historically settled within the genre's form and that exert direct influence on the possibilities and restrictions for re(defining) the history of historiography as a research field.

Keywords

History of historiography; Manoel Salgado Guimarães; Gender.

Recebido em: 14/7/2013

Aprovado em: 18/9/2013

* Este ensaio contou com o apoio do CNPq.

Desde a década de 1980, é possível perceber um crescimento significativo no número de publicações sobre a história da historiografia, que se expressou na instituição de linhas de pesquisa de pós-graduação, na organização de eventos especializados, assim como na criação de revistas dedicadas exclusivamente a promover e divulgar esse gênero de reflexão e produção historiográfica. Diante desse pujante crescimento, em um propalado contexto de crise epistemológica e do papel social da disciplina histórica (NOIRIEL 2005; HARTOG 2013), faz-se necessário interrogar quais são as expectativas e os constrangimentos que demarcam a atual inserção e a expansão da história da historiografia. Em que medida é possível identificar para ela uma identidade que a legitime e lhe dê estabilidade como um campo autônomo ou, mesmo, como um subcampo de pesquisas? É possível delimitar essa especificidade através da unidade de seu objeto, de sua metodologia, dos problemas em torno dos quais se desenvolve? Deve a história da historiografia exercer, ou exerce, algum tipo de função normativa diante da disciplina histórica como um todo? Estas são apenas algumas das questões que se colocam diante da comunidade de pesquisadores que vem se constituindo em torno dessa forma de escrita e pesquisa.

Os trabalhos de Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães representam, para essas questões, uma referência incontornável. Desde sua tese de doutorado, produzida na década de 1980, até seus últimos artigos e capítulos de livros, ele não apenas contribuiu como poucos para a enorme expansão de uma agenda de pesquisas e de reflexões sobre a história da historiografia brasileira, como também submeteu-a a uma constante reflexão acerca de seus alcances e de seus limites epistemológicos. Não há como abordar o conjunto de sua obra sem atentar para essa dupla dimensão, na qual a pesquisa sobre as formas de representação do passado e, mais especificamente, sobre a disciplina histórica, caminhava paralelamente a um questionamento constante em relação aos constrangimentos e às possibilidades legadas por essa mesma tradição disciplinar na qual se inseria.¹ Uma das noções recorrentes em seus trabalhos e que mais sintetiza essa postura é, justamente, a de "memória disciplinar". Presente em diferentes textos, esta noção visava introduzir uma dimensão crítica necessária a todo trabalho hermenêutico da história da historiografia. Ela implicava reconhecer, acima de tudo, que o próprio surgimento deste lugar de enunciação, a história da historiografia, estava estritamente vinculado a um trabalho de memória, submetendo o passado a uma narrativa de identidade disciplinar (GUIMARÃES 2005). Uma memória que, em seu ordenamento narrativo, ao mesmo tempo dá a ver e silencia, condicionando invariavelmente a percepção de seus herdeiros a respeito do passado. Como ele afirmou, por exemplo, em relação ao (não)lugar ocupado pelos antiquários:

¹ Como destacaram Temístocles Cezar e Paulo Knauss em sua apresentação à tese de Manoel Salgado: "As pesquisas de Manoel Luiz Salgado Guimarães marcam um momento em que os historiadores (inicialmente um pequeno grupo) dubruçam-se sobre a sua disciplina e passaram a estudar sua própria memória disciplinar e os motivos de seus esquecimentos" (GUIMARÃES 2012, p. 15). Para uma análise de certas questões e antinomias que orientavam a produção historiográfica à época em que Manoel Salgado produzia sua tese, conferir ARAUJO (2012).

Prisioneiros desta mesma memória disciplinar, reafirmamos as demarcações e as rupturas que era necessário este procedimento disciplinar constituir para se afirmar como portador de um conhecimento legítimo sobre o passado, deixando de perceber não apenas certas continuidades, mas, sobretudo, o jogo de silenciamento e de escolhas a que se procedeu para que os antiquários fossem vistos como incapazes de conhecer verdadeiramente o passado (GUIMARÃES 2007, p. 15).

Esta postura crítica, deve-se ressaltar, não se caracteriza pela falsa expectativa de conquista de uma completa autonomia frente à tradição. Trata-se, antes, de reconhecer os efeitos dessa tradição e, simultaneamente, enfrentá-los. Não há a busca de um olhar puro, despido de suas heranças. Há, isso sim, o constante e difícil esforço de tornar-se herdeiro. O que disso resulta para o trabalho da história da historiografia, tal como o entendia Manoel Salgado, era a necessidade de traduzir o reconhecimento desses constrangimentos materializados em uma memória disciplinar em uma vigilância ao mesmo tempo epistemológica e ética. Ou seja, a necessidade de explicitar os pontos de vista, expressos em problemas e categorias, como condição para melhor controlá-los, seja em sua dimensão cognitiva, seja em sua dimensão ética.

80

Nesse sentido, é possível identificar no conjunto de sua obra um movimento no qual as pesquisas acerca da história da disciplina e das culturas históricas são acompanhadas por uma crescente problematização da *forma* através da qual aquelas pesquisas se realizavam e se expressavam. Se, em sua tese de doutorado, o problema centrava-se em reconstituir “a conexão entre a consolidação do Estado nacional e o início da historiografia” brasileira (GUIMARÃES 2011, p. 55), desvelando as funções legitimadoras da escrita da história e seus efeitos no desenvolvimento histórico nacional; em seus trabalhos posteriores, sem jamais abandonar a preocupação com a relação entre política e história, Manoel Salgado passa cada vez mais a complexificar os instrumentos de investigação sobre aqueles vínculos, assim como a fraturar a linearidade narrativa de sua representação. Essa preocupação manifestou-se tanto em uma maior problematização do objeto de pesquisa da história da historiografia – a escrita da história –, em sua historicidade e em suas relações com diferentes culturas históricas, como também no esforço de reinserir em suas análises a indeterminação dos diferentes futuros que orientavam aquelas experiências do passado. É o que se percebe, por exemplo, seja em suas reflexões sobre tradições silenciadas pela memória disciplinar, como a dos antiquários, seja na compreensão daquilo que ele denominou de “textos fundadores” como formas de “disputas pelo passado” e pela própria normatização de uma história disciplinar no Brasil oitocentista (GUIMARÃES 2000; 2007). De acordo com Manoel Salgado:

A historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe como condição primeira reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultando de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas travadas nas sociedades para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe

tende a silenciar sobre o percurso que a levou à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo como parte do drama social humano, quando escolhas são efetuadas, que definem o passado que se deseja, ou que se necessita, como forma de inventar um futuro (GUIMARÃES 2003, p. 23-24).

Desse modo, o objeto de investigação não pode ser deduzido de forma a-histórica, a partir de sua suposta natureza ou autenticidade, mas definido no confronto controlado entre as categorias de análise e os textos investigados, identificando as formas e os usos, eles próprios históricos, que configuravam os diferentes suportes e suas texturas temporais. Os textos, nessa perspectiva, não são tratados como exemplos de uma filosofia da história qualquer, mas pensados a partir do reconhecimento de sua própria obscuridade que, como já ressaltava Schleiermacher, demanda e justifica todo o esforço hermenêutico. Como consequência dessa problematização do texto em sua historicidade, a investigação da história da historiografia acaba por se constituir como um espaço eminentemente aberto de investigação e reflexão, inserida "necessariamente numa teia em que o diálogo com outros campos da pesquisa histórica se faz necessário" (GUIMARÃES 2005, p. 32).

A partir desses questionamentos presentes na obra de Manoel Salgado a respeito da relação entre história da historiografia e memória disciplinar, aqui apenas esboçados, o que procuro neste ensaio é propor uma ferramenta analítica que permita sistematizar essa relação a partir da interrogação de certos aspectos que demarcaram a formação da história da historiografia como um gênero específico e reconhecido de escrita histórica. O que me interessa aqui é a relação entre forma e historicidade, ou, melhor dizendo, pensar a historicidade *através* da forma. A partir dessa interrogação da história da historiografia em função de suas características enquanto gênero de escrita, procuro apontar para certos estrangulamentos sedimentados historicamente em sua forma e que incidem diretamente nas possibilidades e nos limites de sua (re)definição como um campo de pesquisas e de reflexão.

81

A historicidade do gênero

A proposta de uma abordagem a partir do gênero, aqui sugerida, faz uso dos encaminhamentos hermenêuticos que Peter Szondi elaborou acerca de uma "poética histórica dos gêneros" (SZONDI 2011; 2004).² Para Szondi, não é possível pensar os gêneros como formas autosuficientes que demandam determinados tipos fixos de conteúdos (como o dramático, o épico, o lírico). A descrição aristotélica dos gêneros e suas distintas recepções normativas entre os séculos XV e XVIII estabeleceram relações estáveis e universais entre as diferentes formas e seus conteúdos. Diferentemente dessa definição aristotélica dualista, presente também em teóricos como Emil Steiger, Szondi retira da estética hegeliana e do diálogo com as reflexões de Lukács, Benjamin e Adorno a necessidade de pensar, ao mesmo tempo, a relação de identidade e a historicidade

² Sobre Szondi, conferir os dossiês em *Boundary* (1983), *Telos* (2007).

de forma e conteúdo. Essa poética histórica, e não mais normativa, requer a tematização da forma como “conteúdo sedimentado”, resultado da relação entre dois enunciados: “enunciados de conteúdo” e “enunciados formais”.³ É a isto que Szondi define como uma “semântica das formas”, cuja historicidade se daria na tensão interna provocada entre os constrangimentos sedimentados nos conteúdos das formas, ou seja, nos enunciados formais, e os novos conteúdos provenientes da experiência. Cito Szondi:

Com isso, porém já está dada a possibilidade de ambos entrarem em contradição. Se no caso da correspondência entre forma e conteúdo, a temática do último se desenvolve como que no quadro do enunciado formal, como um conjunto de problemas situado no interior de algo não problemático, a contradição surge quando o enunciado fixo e não questionado da forma passa a ser posto em questão pelo conteúdo (SZONDI 2011, p. 20).

82

É esta antinomia, continua Szondi, que torna problemática uma forma literária, como é o caso da crise do drama moderno por ele analisado. Seu foco é a contradição crescente que é possível perceber desde Ibsen entre o enunciado da forma do drama, enquanto modelo não problemático, e os novos conteúdos da sociedade burguesa tematizados pela dramaturgia. A incorporação pelo drama de elementos épicos, resultado de uma oposição entre sujeito e objeto, acaba por relativizar a forma dramática, na medida em que insere nela seja a dimensão do passado como plano de inteligibilidade dos personagens (Ibsen), a perspectiva subjetiva pela qual a dimensão inter-humana é tematizada (Strindberg), ou a apresentação das condições objetivas, sociais, dos acontecimentos (Hauptmann). Essa tensão entre o gênero e os novos conteúdos levou da crise do drama às tentativas de sua superação, encaminhadas pela própria problematização de seus constrangimentos formais sedimentados.⁴ A historicidade, portanto, resulta aqui de um processo dinâmico, na qual “a ideia da obra só se revela em seu movimento para fora, em sua saída à diferença temporal” (SZONDI 2006, p. 167).

Essa abordagem da historicidade do gênero, como ressalta Szondi, não pode abstrair-se da materialidade dos textos analisados, reduzindo-os a alguma modalidade de “espírito de época” ou a algum “princípio constitutivo universal”, pois é somente a partir das próprias obras, em seu caráter idiomático, que é possível reconstituir os critérios de suas tensões constitutivas. O desafio da proposta de Szondi está em reconhecer as implicações gnosiológicas da historicização do trabalho hermenêutico levada a cabo desde o idealismo alemão, evitando ao mesmo tempo que o círculo hermenêutico, incorporado como axioma ontológico, se torne uma espécie de tranquilizante ao esforço crítico de interpretação das obras.⁵

³ Algumas analogias, e diferenças, poderiam ser traçadas com as propostas de White, a partir do esquema desenvolvido por Hjelmslev, e sua afirmação da necessidade de elaboração de novas formas para lidar com aquilo que denomina de “eventos modernistas” (WHITE 1987; 2010).

⁴ Algo também desenvolvido em sua obra posterior sobre o drama burguês, onde se destaca uma orientação maior aos condicionamentos sociológicos da historicidade da forma.

⁵ “O conceito de círculo, de suma importância gnosiológica para a hermenêutica, tanto no que concerne a seus fundamentos filosóficos como no que se refere a sua metodologia, desempenha na prática atual

Se a hermenêutica literária quer ser hoje uma hermenêutica material, sem renunciar aos conhecimentos da consciência histórica e aos juízos da poética pós-ilustrada, não poderá ser uma hermenêutica de regras que faça abstração da especificidade do objeto da compreensão, senão uma hermenêutica cuja relação com a matéria se expresse precisamente no esclarecimento dos critérios que as determinações do texto impõe à compreensão. Destes critérios, os mais importantes são talvez o da historicidade e o pertencimento a um gênero [...] (SZONDI 2006, p. 225).

Com isso, abre-se também a possibilidade de estender essa proposta de uma “hermenêutica material” para além dos gêneros literários propriamente ditos, com a condição de que os demais gêneros, em seus critérios formais e históricos, possam ser reconstituídos em um contato direto e atento com as próprias obras. O que me interessa retirar dessa discussão de Szondi é, justamente, como essa abordagem acerca da historicidade do gênero pode contribuir para a visualização e a problematização de determinados constrangimentos implícitos da história da historiografia. De que modo essa sedimentação de conteúdos como enunciados formais ocorreu na história da historiografia? Quais características lhe são próprias? E como a demanda de novos conteúdos, oriundos da experiência, acaba por promover uma tensão – longe de estar superada – diante daqueles constrangimentos formais? Ou seja, na medida em que a história da historiografia se sedimenta enquanto um gênero reconhecido, ela implica a adoção não problematizada, porque pressuposta, de determinados objetos, regras e funções que são atualizados pelos locutores em suas enunciações. Enquanto houver uma harmonia nessa relação entre os dois enunciados, a funcionalidade e a legitimidade do gênero não são colocadas em questão. É o caso, podemos adiantar, da emergência da história da historiografia no campo historiográfico durante o século XIX e boa parte do século XX, quando a “evidência da história” – enquanto enunciado base do conteúdo – não promovia uma necessidade de questionamento do gênero. O crescente interesse e a problematização acerca da história da historiografia nas últimas décadas podem ser vistos, nessa linha, como sinal de uma desestabilização daquela relação harmônica. A necessidade de legitimação e de (re)definição do gênero, em suas diversas vertentes, se dá justamente quando a perda da evidência de seu conteúdo, assim como a absorção de novos, geram uma tensão com os constrangimentos que regem seu funcionamento formal.

O artigo de Horst Blanke a respeito dos debates alemães sobre a história da historiografia pode se mostrar ilustrativo a este respeito. Sua abordagem, centrada nos critérios teórico-metodológicos, permite identificar um movimento análogo ao aqui sugerido. Além disso, sob a perspectiva de gênero aqui adotada, é possível indicar de que modo certos impasses apontados por ele nos debates contemporâneos podem ser lidos igualmente como resultados de uma tensão existente entre os enunciados da forma do gênero, tal como instituídos e legados pela tradição, e as demandas de novos conteúdos expressos em debates metodológicos e problemas teóricos e políticos contemporâneos.

da interpretação um papel que parece dispensar a hermenêutica da crítica de sua particular forma de conhecimento” (SZONDI 2006, p. 45). Conferir igualmente BLUMENBERG 2011, p. 153-155.

Como ressalta Blanke, é necessário reconhecer, de início, que a delimitação do gênero e sua institucionalização se processa de forma simultânea à disciplinarização do saber histórico. Segundo o historiador alemão, ao “lado do desenvolvimento da história como disciplina independente e com pretensões científicas, ela [a história da historiografia] tem início na época do iluminismo com o livro de Ludwig Wachler, *História da arte e da pesquisa históricas desde o seu redescobrimento na cultura literária na Europa*” (BLANKE 2006, p. 27). Para Blanke, ainda, as *historiae historiae* publicadas no Humanismo, como as de Vossius e La Popelinière, deveriam ser vistas como “preliminares do que genuinamente pode ser considerado história da historiografia”. Enquanto os textos humanistas buscavam preceituar regras de composição atemporais do gênero histórico, entendido em sua pluralidade, a história da historiografia assume uma “competência teórica”, na qual a investigação da história da escrita da história passa a ser orientada a partir das definições teórico-metodológicas que legitimariam a nova disciplina em constituição, entendida, agora, e o que é fundamental, como uma unidade discursiva. Não por acaso, ressalta Blanke, uma análise dessas novas obras de história da historiografia revela de que modo elas “trabalham com um ideal de historiografia moderna”. Ou seja, é esta unidade discursiva que permitiu a emergência da história da historiografia como um gênero, garantindo sua eficácia no processo de disciplinarização ocorrido nos séculos XIX e XX.

84

O artigo de Horst Blanke é igualmente interessante por apontar o quanto a história da historiografia deixou de ser, nas últimas décadas, um gênero normalizado no mesmo movimento em que se tornou objeto privilegiado de novas reflexões teóricas. Nesse sentido, o aumento de interesse acerca de sua produção está diretamente vinculada à sua problematização. É indicativo que seu balanço bastante informativo e arguto acerca das discussões alemãs sobre história da historiografia nas últimas décadas acabe por passar longe de ofertar uma nova definição estável dessa forma de escrita. Ao contrário, o que aquelas discussões parecem revelar é, na multiplicação e dispersão de abordagens apresentadas, uma completa desestabilização de algo que parecia ter sua existência e funcionalidade pouco problematizadas até então. Os inúmeros debates mapeados em seu artigo podem ser vistos, nesse sentido, como o sinal da crise de um gênero, na medida em que a extensão e a variedade de novos enunciados de conteúdos entrou em contradição com os constrangimentos sedimentados e previstos pela forma.

As múltiplas causas dessa tensão e como ela se expressa e se atualiza em diferentes obras abre-se como uma agenda de análise e reflexão. O que procuro aqui é apenas elaborar um primeiro esboço de alguns traços desse movimento, testando a ferramenta analítica proposta a partir de Szondi e, ao mesmo tempo, delimitando certas características que definiram a formação e a inserção do gênero dentro do campo historiográfico; assim como busco sugerir, ao final, alguns dos efeitos que podem esclarecer seus impasses atuais.

Conteúdos da forma, memória disciplinar e abertura temporal

Voltando à normalização do gênero, convém retomar como certas características de sua forma foram sedimentadas, a fim de problematizar, em seguida, de que modo questões metodológicas e problemas teóricos que buscam orientar sua escrita são, no limite, por elas constrangidos. Os exemplos aqui levantados não serão objetos de uma análise verticalizada, como deveriam, mas apenas referenciados na medida em que permitam delimitar as características em questão.⁶

Junto com sua obra de 1824 sobre os povos românicos e germânicos, Ranke publica uma *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber*. Neste texto, a análise que Ranke faz dos historiadores progressos tem por função principal marcar uma distinção frente a uma produção historiográfica marcada pelo viés retórico, como a de Guicciardini. De modo mais enfático que seu antecessor, o já citado Ludwig Wachler, a quem admirava, Ranke acusa nesses historiadores uma série de erros que comprometinham a validade cognitiva e, portanto, a autoridade de suas obras.⁷ A inserção de discursos, a ausência de referências, a falta de sinceridade, são alguns dos aspectos ressaltados de forma negativa em seu texto. Em oposição a esse modelo, Ranke orienta a efetivação de sua própria proposta historiográfica, a qual, em suas palavras, não visava “agradar” e “ensinar”, *topoi* centrais do gênero histórico renascentista – ou, ao menos, de parte dele –, mas apenas mostrar “o que realmente aconteceu” (RANKE 2011, p. 86). Assim, o trabalho de escrever uma história dos historiadores insere-se em um esforço de fundação e legitimação disciplinar – pautada no princípio metódico de controle da relação sujeito/objeto, estranho aos textos renascentistas –, onde narrar o passado da “escrita da história”, instituindo-a como objeto evidente e singular, confunde-se com o ato de defini-la no presente. A partir de determinados critérios, em boa parte implícitos, que qualificam a prática disciplinar da escrita da história, os diferentes “historiadores” do passado passam a ser catalogados e ordenados em uma narrativa cujo enredo os aproxima ou os distancia daquele modelo. Configura-se, desse modo, uma identidade – “o historiador”, “a história” –, ao mesmo tempo que se estabelece uma diferença. É na mediação entre a identidade e a diferença, entre continuidades e rupturas, costuradas pelo texto, que o gênero encontra sua funcionalidade de legitimação e orientação da disciplina. É o que faz Ranke, uma vez mais, quando analisa as obras de Heródoto e Tucídides, cotejando os avanços e as limitações, medidas pela relação de identidade e diferença, que conferem a ambos esse lugar de fundação de um saber. Tucídides, em especial, é apontado por Ranke como aquele que mais próximo chegou daquilo que definiria propriamente a *identidade da história*

⁶ Importante ressaltar que meu objetivo aqui é ensaiar uma primeira delimitação, em linhas gerais, dos critérios históricos constitutivos do gênero. Com isso, em nome dessa generalidade, não privilegiarei as especificidades que caracterizam as obras referidas, reconhecendo que a homogeneidade produzida é um efeito de escala da linguagem utilizada e que sua pertinência deve direcionar-se, em último caso, à heterogeneidade dos casos particulares e de seus contextos intelectuais. Afinal, como afirma Szondi: “As contradições entre forma dramática e os problemas do presente não devem ser expostas de maneira abstrata, mas apreendidas como contradições técnicas, ou seja, como ‘dificuldades’ no interior da obra concreta” (SZONDI 2011, p. 20).

⁷ Como destaca Grafton, ao contrário de Ranke, Whaler admirava a capacidade de descrição de Guicciardini (GRAFTON 1998, p. 74).

como uma narrativa compreensiva dos atos humanos: “uma de suas *condições imanentes* é que a história busca captar, compreender e tornar compreensíveis as questões humanas como elas são” (RANKE 2011b, p. 256, grifos meus).

A definição do gênero “história da historiografia”, que Ranke jamais chegou a sistematizar em uma narrativa única, pode ser identificada com a função, já apontada aqui a partir da obra de Manoel Salgado Guimarães, de elaboração de uma memória disciplinar. Esse viés será seguido e desenvolvido por diferentes autores desde o século XIX, como George Gooch, Camille Jullian, Gabriel Monod, Eduard Fueter, Friedrich Meinecke, Benedetto Croce, Georges Lefebvre, François Chatêlet, Charles-Olivier Carbonnel, José Honório Rodrigues, entre outros, acompanhando, orientando e alimentando o processo de institucionalização da disciplina nas universidades. Todos esses trabalhos selecionam, interrogam e ordenam aqueles identificados como “historiadores” e os seus “textos de história” (o que implica, também, em um trabalho de exclusão), seja sob uma perspectiva “universal” –entenda-se ocidental –, expressa em uma narrativa que se inicia com o “milagre grego” e passa pela Renascença até chegar à normatividade da disciplina; seja, ainda, em uma perspectiva nacional, cujas narrativas se caracterizam por uma costura, medida por “avanços” e “retrocessos”, por rupturas e continuidades, entre aquela narrativa universal e as suas expressões particulares. Nesse sentido, a funcionalidade e a eficácia do gênero demandam o horizonte de (ao mesmo tempo em que produzem) uma certa “evidência da história” e de seu praticante, “o historiador”, definidos por algum princípio constitutivo que lhes identifique uma unidade na dispersão temporal. Em um mesmo espaço simbólico, ainda que ocupando posições distintas de acordo com cada ordem narrativa, autores como Heródoto, Tucídides, Políbio, Plutarco, Maquiavel, Guicciardini, Voltaire, Vico, e mais uma plêiade diversa de “antigos” e “modernos”, podem ser reconhecidos (mesmo que em negativo) como “pares” que compartilham, figurando, o exercício de uma mesma atividade.⁸ Daí a recorrência e as metaformoses da metáfora, tão comum nesse discurso historiográfico, dos “pais da história” (PAUL 2011). Um texto de história da historiografia, portanto, traz em si próprio, como enunciado base da forma, a expectativa da evidência (e da evidenciação) da unidade de seus objetos, “a escrita da história” e “o historiador”, cujas identidades são tecidas no trabalho hermenêutico sobre os textos, ao mesmo tempo em que o orientam.

Fueter, por exemplo, ao escrever sua obra sobre a história da historiografia europeia desde o Humanismo até o presente, excluía do seu escopo obras de “filosofia da história” e de “crítica erudita”, abarcando apenas as obras daqueles que ele denominava de “historiadores” (FUETER 1914, p. I-II). Nesse sentido, não entravam em sua análise textos como o *Methodus* de Bodin, por não ter

⁸ No sentido proposto por White, a partir de Auerbach: “O modelo figural-cumprimento outorga a esta ‘conversão auto-justificatória’ com textos do passado o sentido de uma promessa sempre renovada e não-cumprida, na medida em que o estabelecimento de todo novo cânone inovador é um ato no qual se produz a expropriação de textos do passado por um texto presente, sem que este último chegue jamais a ser ‘completo’ na realização da promessa em que foram constituídas as representações prévias. Sempre ‘permanecerá aberto’ a futuras expropriações que construirão novos cânones que desafiarão as já cristalizadas” (MARTINI 2013, p. 141).

rendido “frutos à historiografia”, mas incluía obras de Petrarca e Bocaccio. Os critérios precisos que permitiriam justificar teoricamente a distinção, por ele operada, entre “história”, “filosofia da história” e “crítica erudita” não são trabalhados de maneira sistemática, mas apresentam-se de forma difusa e fluida em meio às análises. Pode-se afirmar que para Fueter era tarefa do historiador da historiografia buscar aquilo que, décadas depois, afirmaria François Châtelet em sua obra sobre o nascimento da história: “o que há de efetivamente historiador nos textos de pensadores os mais significativos” (CHÂTELET 1965, p. 9). Sem essa definição, implícita ou não, do que há de “efetivamente historiador nos textos”, o próprio gênero se diluiria em uma dispersão de textos descritos, que jamais poderiam ser ordenados em uma forma narrativa minimamente coesa.

Uma das tensões que vem caracterizar o gênero é, justamente, resultado dessa busca do que há de “efetivamente historiador” nos textos. Ela se manifesta na dificuldade em lidar com a diversidade histórica dos textos ao mesmo tempo em que se delimita uma unidade que os qualifica como “historiográficos”. Esta tensão diante da variedade de materiais resulta, muitas vezes, em subclassificações fluidas, como faz Georges Lefebvre ao falar, em sua obra sobre o nascimento da historiografia moderna, em história “artística” e “pragmática” (LEFEBVRE 1971, p. 22). Ainda que inseridas na unidade “história”, estas vertentes são por ele caracterizadas como “desvios”, uma vez que, afetadas por motivos exógenos à definição imanente de história, esquecem da tarefa que qualifica aquela unidade, tal como a define: “ressuscitar o passado em sua verdade”.

Talvez para escapar dessas tensões que trabalhos carregados de erudição, como o de Fueter, acabam por acarretar na elaboração de uma narrativa da história da historiografia, é que Meinecke procurou distinguir seu trabalho daquele de seu antecessor. Ao contrário de Fueter, seu objetivo não era fazer uma história da historiografia carregada de erudição, abarcando uma grande variedade de livros e autores – e cuja costura da identidade e da diferença tornava-se mais complexa –, mas antes uma “história dos princípios estruturais e dos critérios de valoração sobre os quais repousam a historiografia e o pensar histórico em geral [...]” (MEINECKE 1982, p. 16). Identificando os critérios do “pensar histórico em geral” com aquilo que definia como “historicismo” – a valorização de uma individualidade evolutiva – Meinecke procura dar um caráter mais sistemático à sua narrativa, que vai dos “precursores”, como Vico e Shaftsbury, àqueles que o elevaram a uma “consciência reflexiva”, como Herder, Goethe e, finalmente, Ranke. Esta sistematização permite, graças ao seu grau de generalidade, escapar das dificuldades que o acúmulo de material acarretava em obras como a de Fueter, resultando em uma narrativa mais linear e ilustrativa dos princípios teóricos que defendia como normatizadores da disciplina histórica. É esta sistematicidade que Meinecke atribui ao princípio do que “há de efetivamente historiador” no pensamento dos autores que garante a maior eficácia da resolução narrativa de sua obra – e que a torna tão importante para essa tradição –, potencializando os enunciados formais previstos pelo gênero.

Do mesmo modo, José Honório Rodrigues vê-se obrigado a estabelecer desde o início os critérios que permitam sistematizar sua narrativa da história da historiografia brasileira. Tais critérios abarcam tanto elementos metodológicos

como políticos, organizando as classificações presentes em suas obras. De um lado, como salientaram Pereira e Santos, seu objetivo era “afastar das histórias da literatura o estudo da historiografia, pois naqueles, segundo ele, imperaria um critério formal e estilístico, em contraposição a uma abordagem centrada nas especificidades da *disciplina* histórica” (SANTOS; PEREIRA 2013, grifos no original). Por isso, Honório Rodrigues define seu objeto como “a descoberta cuidadosa, exaustiva e diligente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos [...]” (RODRIGUES 1969, p. 21). Com esse critério, que demarca, a seu ver, o princípio constitutivo da produção historiográfica, ele pode identificar os fundadores, os progressos e os desvios da história da disciplina histórica brasileira, situando-a, ao mesmo tempo, frente a uma narrativa ocidental que lhe serve de “cânone implícito” (LIAKOS 2007). Por outro lado, Honório Rodrigues agrega ao critério metodológico princípios políticos de classificação que, de um modo ou de outro, afetariam a plena realização do primeiro critério – semelhante, como vimos, às classificações fluidas de Lefebvre. Assim, os textos vão sendo dispostos em rubricas como “historiografia conservadora”, “historiografia monarquista”, “historiografia reacionária” etc. Ao final, como salientou Manoel Salgado Guimarães, um “projeto de leitura da história dos escritos acerca da história do Brasil insinua-se com sua ordenação sistemática de autores e obras, apreendendo-os segundo uma chave de leitura e interpretação, na qual os textos se tornam pretextos para o desvelamento do sentido desta forma de história” (GUIMARÃES 2005, p. 38).

88

Com isso, surge outra característica que compõe aquilo que venho definindo como “enunciado da forma” da história da historiografia: a orientação. Não por acaso, Ranke intitulou o capítulo final de sua *Zur Kritik neuerer Geschichtsschreiber* “O que ainda há por fazer” (*apud* GRAFTON 1998, p. 53) E é a partir de uma questão análoga que Gabriel Monod inaugura a *Revue Historique*, em 1876, com um texto sobre “O progresso dos estudos históricos na França”, justificando-o como um trabalho necessário para bem definir a finalidade do novo periódico (MONOD 1876). Para definir a sua finalidade (*le but*), a história da historiografia retorna ao início (*le début*), amarrando-os, o final e o início, pela costura do “meio”. Ou, como responderia o Rei de Copas à (im)prudente pergunta do Coelho Branco sobre “onde começar”: “Comece pelo começo, continue até chegar ao fim e chegando ao fim, pare”.⁹

Um século depois de Monod, por fim, Ernst Breisach retoma a questão em seu livro sobre a história da historiografia ocidental. Diante do diagnóstico de crise da disciplina, e movido pelo ceticismo de que a crise pudesse ser solucionada no âmbito teórico, ele justifica sua obra (re)afirmando a vinculação necessária entre a narrativa da história da “história” e a identificação da sua “natureza”: “Apenas no contexto do conjunto do desenvolvimento da historiografia ocidental é que podemos verdadeiramente sondar a função e a natureza da história como um realização humana” (BREISACH 2007, p. XIV). É, portanto, nessa (re) conciliação da disciplina com sua história, dos gregos aos modernos, nesse

⁹ A partir das belas considerações acerca da tradição da “História Antiga” por Francisco Murari Pires (PIRES 2012).

processo de costura da identidade e da diferença, que os historiadores poderiam encontrar uma saída para a crise em que se encontravam.¹⁰

Essa função de orientação e, ao mesmo tempo, de normatividade da história da historiografia não pode ser desvinculada, enfim, dos embates e das performances que demarcam cada campo intelectual, em suas distintas configurações nacionais, disciplinares etc. E aqui os enunciados da forma da história da historiografia, elencados acima, encontram sua plena efetividade. Ou seja, é pela inserção nesses espaços que se dá propriamente o encontro entre forma e historicidade, na medida em que o gênero atualiza-se incorporando novos conteúdos vindos da experiência. O esforço de Meinecke, por exemplo, em estruturar uma narrativa dos princípios do “pensar histórico em geral” insere-se como argumento nos debates sobre a “querela do método” ocorridos na Alemanha no início do século XX, no qual se posicionava defendendo a identidade de uma história liberal-humanista (espelhada nos modelos de Herder e Goethe) frente aos ataques de concepções “cientificistas” como o de Lamprecht, ao mesmo tempo em que procurava reatualizar o lugar desse saber em meio às mudanças estruturais que afetavam a universidade alemã (RINGER 2000, p. 281-284; BAMBACH 1995, p. 108-112). Do mesmo modo, os critérios que organizam a seleção e a organização das vertentes historiográficas narradas por José Honório Rodrigues, assim como a sua própria opção por investir, a partir determinado momento de sua trajetória, em uma história da historiografia brasileira, só ganham inteligibilidade quando associadas ao processo de delimitação das fronteiras disciplinares ocorridas no Brasil a partir de 1940 (FREIXO 2011).

A consolidação do gênero esteve inserida, portanto, em diferentes processos de institucionalização da disciplina histórica, respondendo a demandas específicas de mediação da identidade disciplinar, seja com a literatura, com a filosofia, com a antropologia ou com a sociologia. Não por acaso, talvez seja possível perceber nos momentos iniciais de institucionalização e nos momentos de crise a tendência a uma maior intensidade de produção da história da historiografia. As características que definem o gênero, os enunciados sedimentados em sua forma, se atualizam a partir e em função de lutas de definição e orientação disciplinar, ao mesmo tempo em que as possibilitam. A forma, portanto, como tradição materializada, no mesmo movimento que permite a vivência de experiências, é por estas transformada, caracterizando a própria historicidade do gênero.

Os critérios específicos que regem a forma, os princípios constitutivos que evidenciam a unidade de seu objeto (“ressurreição do passado”, “individualidade evolutiva”, “representação da verdade”, “crítica documental”, “compreensão dos atos humanos” etc.), em suas distintas generalidades e (im)precisões, variam de acordo com cada obra, na medida justamente em que elas se inserem na tradição do gênero produzindo novas “respostas” a essa tradição e atualizam-na

¹⁰ Algo que chama a atenção sobre as funções de orientação que a história da historiografia exerce, e que mereceria ser melhor investigado, é essa relação, em um grau inexistente em outras disciplinas – cujas definições se dão, comumente, a partir de justificativas eminentemente epistemológicas –, entre as “crises” de legitimação da história e a busca de sua resolução pelo reordenamento narrativo de seu passado.

a partir de debates específicos, em diferentes contextos intelectuais.¹¹ O gênero faz valer em sua narrativa valores e virtudes epistêmicas que permitem definir, frente a outros interlocutores, uma orientação/normatividade da escrita da história – o que não deixa de implicar, justamente por definir-se na relação com interlocutores no presente e demandar um posicionamento frente ao passado, a possibilidade de sua crítica. Para além dos enfoques metodológicos adotados em cada obra (história das ideias, crítica ideológica, análise de discurso etc.), mas não deles desvinculados, os constrangimentos do gênero se fazem presentes. A forma, assim, vincula-se a uma prática que qualifica o seu lugar dentro da disciplina histórica e o qual diferentes locutores ocupam a partir de disposições distintas configuradas em cada campo historiográfico. Desse modo, é importante ressaltar como a história da historiografia, no mesmo movimento em que elabora uma narrativa sobre as formas de “escrita da história” expressas em diferentes momentos do passado, se inscreve ela mesma como uma prática de temporalização *no* e *do* presente (BLOCKER; HADADD 2006, p. 165).

Outra questão a investigar, para além da formação do gênero, é em que medida a sedimentação destes enunciados formais da história da historiografia durante o processo de institucionalização da disciplina histórica é capaz de responder a novas demandas representadas por objetos e problemas não previstos em sua forma. Como já mencionado, desde a década de 1980 a história da historiografia passou a ser objeto de uma nova atenção teórica, em parte como tentativa de abarcar uma variedade de novos enunciados de conteúdo. A interrogação sobre os lugares sociais de sua produção (BOER 1998), a inclusão de temas como o de gênero (SMITH 2000), a preocupação acerca de suas conformações textuais e retóricas (WHITE 1987); o questionamento acerca das narrativas ocidentais singulares, homogêneas e universalizantes (WOOLF 2011; SETH 2010); a abertura para uma investigação comparativa ou mesmo “cruzada” dos processos históricos e, especificamente, das disciplinas e das formas de representação do passado (WERNER 2004; LORENZ 2004); a reflexão epistemológica acerca de sua distinção/identidade frente às outras ciências sociais ou à literatura (FORNEL; PASSERON 2002; ANNALES 2010); são apenas algumas das linhas de interrogação que alimentam a reflexão teórica atual sobre a história da historiografia.

Como ressaltou Horst Blanke em seu artigo, estes novos (ou não tão novos) problemas estão longe de ofertar uma nova estabilidade ao gênero, constituindo antes desafios a serem enfrentados (BLANKE 2006, p. 53). Em que medida a busca de uma história da historiografia global, como vêm propondo Iggers e Woolf, que abarque culturas para as quais se torna problemática a própria evidenciação do termo “história”, pode ser realizada e quais seus efeitos na redefinição de seu próprio objeto? Em que medida as questões da temporalidade e da historicidade se encerram em uma dimensão eminentemente “historiográfica”, distinta das preocupações que há tempos,

¹¹ É importante frisar que a noção de diálogo aqui distingue-se da concepção gadameriana, que promove certa hipostasiação da tradição. Se esta noção de diálogo tem sua validade, deve-se notar o seu caráter essencialmente assimétrico (THOUARD 2012, p. 137).

e ainda hoje, guiam pesquisas sociológicas e antropológicas (HUBERT 1909; GELL 2001; ROSA 2010)? A ambição de delimitação de um princípio constitutivo capaz de cercar a natureza ou a autenticidade dos objetos e dos problemas historiográficos, engendrando o trabalho retrospectivo de costura da identidade e da diferença, parece tornar-se cada vez mais problemática, na medida em que o alargamento e a abertura dos conteúdos de experiência representados por essas linhas de investigação desafiam os enunciados sedimentados do gênero. Responder a esses desafios, sem reduzi-los ou anulá-los sob o peso da tradição e sua reprodução, correndo o risco de um fechamento em si mesmo, implicaria *enfrentar e explorar as possibilidades e os limites do gênero, abrindo-o ao diálogo e ao confronto com outras formas e suas tradições disciplinares*. Afinal, o problema não está na pluralidade de linguagens teóricas e metodológicas, que é uma condição inerente às ciências humanas (PASSERON 1995), mas na reificação das categorias, dos problemas e dos objetos em nome de fronteiras disciplinares e suas raízes oitocentistas.¹²

O que procurei problematizar aqui, neste breve ensaio, para além das questões propriamente metodológicas que envolvem os debates sobre a história da historiografia, é em que medida os constrangimentos sedimentados em sua forma não exercem uma espécie de veto ou, como afirmou Blanke, desafios à abertura indicada por aqueles novos enunciados de conteúdo. Ou seja: em que medida a história da historiografia pode incluir esses novos conteúdos sem problematizar a si própria, enfrentando aqueles enunciados de base previstos em sua forma? De que modo pode (ou deve) ainda a história da historiografia ambicionar ocupar a função de “consciência” da disciplina, ofertando-lhe uma identidade normativa, sem que essa função, legada pela tradição do gênero, condicione o processo mesmo de elaboração de seus problemas de pesquisa? Para responder a essas questões, seria preciso investigar – o que não será realizado aqui – de que modo as tentativas mais recentes de história da historiografia têm respondido, reagido ou reproduzido esses enunciados previstos pela tradição.

De todo modo, o que se procurou sugerir, ainda que de forma bastante incipiente, é o fato de que os historiadores não podem ignorar os efeitos que sua tradição, tornada presente no próprio gênero história da historiografia, exerce sobre sua atividade, ao mesmo tempo possibilitando e limitando as questões e as narrativas sobre o passado de um objeto que, cada vez mais, tem sua evidência e unidade colocadas em questão. Toda história da historiografia, nesse sentido, assim como toda hermenêutica, deve levar a uma postura crítica. Uma crítica, deve-se ressaltar, que não se entende como simples negação dessa

¹² Nesse sentido, podemos endossar – somando ao estético, o historiográfico – a conclusão de Franco Moretti acerca de um gênero similar, mas não idêntico, a história da literatura: “uma história das formas retóricas levada à sua conclusão lógica provocará, muito provavelmente, o desmembramento do campo estético [historiográfico]. E esse desmembramento não assumirá mais a forma historicista de eliminar as peculiaridades técnicas das obras para fundi-las num ‘Espírito de Época’ genérico. Em vez disso, é exatamente da concretude da sua forma que a crítica deduzirá a necessidade teórica de ‘soltar’ as histórias da arte e da literatura [e da historiografia], e reescrevê-las como mero componente de uma história dos valores, das estruturas de pensamento nas quais esses valores se organizam e das instituições criadas para promovê-los” (MORETTI 2007, p. 31). Conferir também PERKINS 1992.

tradição, mas sim como um esforço de reconhecimento dos seus impasses, possibilitando, com isso, que a reflexão sobre a historicidade das formas de representação do passado e das disciplinas torne-se menos refém dos vetos e das disposições impostas por esta mesma tradição. Nesse sentido, a reflexão sobre a memória disciplinar e a história da historiografia também não deixa de ser entendida – novamente como a concebia Manoel Salgado – como um trabalho de anamnese, mas na qual importa mais refletir sobre as formas e os mecanismos de produção da identidade e da diferença, através das quais o passado se faz presente e a sociedade (e a disciplina) pode ser pensada, do que o seu simples rearranjo em novas ordenações narrativas engendradas por aqueles mesmos mecanismos formais historicamente sedimentados. Esta, me parece, pode ser igualmente a distinção entre a configuração da história da historiografia como um lugar de domesticação e de singularização ou, então, de estranhamento e de liberação em relação a esse passado, passo fundamental não apenas para sua compreensão crítica, como também para a abertura e o desenho de novos horizontes no presente. Se, como afirma Szondi, tudo que é formal traz dentro de si, como possibilidade, sua futura tradição, a elaboração de novas formas depende não apenas da resolução da crise do gênero em si, mas do enfrentamento da própria tradição enquanto tal (SZONDI 2006, p. 155). Ou, como sintetizou esse dilema Heinz Wismann: “Até onde podemos jogar com a instituição, contra ela? Esta é uma questão que não é fácil de resolver” (WISMANN 2012, p. 136).¹³

92

Referências bibliográficas

- ANNALES Histoire, Sciences sociales, **Savoirs de la littérature**, vol. 65, n. 2, abril 2010.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Eudufop, 2012, p. 8-41.
- BAMBACH, Charles R. **Heidegger, Dilthey and the crisis of historicism**. Ithaca: Cornell University Press, 1995.
- BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- BLUMENBERG, Hans. **Descripción del ser humano**. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- BOER, Pim den. **History as profession**. Princenton: Princenton University Press, 1998.

¹³ No original: “Jusqu’où peut-on jouer avec l’institution, contre elle? C’est une question qu’il n’est pas aisé de trancher”. Tradução minha.

- BLOCKER, Deborah; HADADD, Elie. Le present comme inquietude: temporalités, écritures du temps et actions historiographiques, **Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine**, n. 53, 2006, p. 160-169.
- BOUNDARY 2, **The Criticism of Peter Szondi**, vol. 11, n. 3, 1983.
- BREISACH, Ernst. **Historiography. Ancient, medieval and modern**. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.
- CHÂTELET, François. **La naissance de l'histoire**. Paris: Éditions de Minuit, 1965.
- FORNEL, Michel de; PASSERON, Jean-Claude (orgs.). **L'argumentation, preuve et persuasion**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2002.
- FREIXO, André de Lemos. Um 'arquiteto' da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, 2011, p. 143-172.
- FUETER, Eduard. **Histoire de l'historiographie moderne**. Paris: F. Alcan, 1914.
- GELL, Alfred. **The anthropology of time**. Oxford: Berg, 2001.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**: pequeno tratado sobre a nota de rodapé. Campinas: Papirus, 1998.
- GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (orgs.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2008.
- _____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate, **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.
- _____. **Historiografia e nação no Brasil 1838-1857**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- _____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. Reinventando a tradição: sobre o Antiquariado e Escrita da História, **Humanas**, Porto Alegre, vol. 23, 2000.
- _____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HUBERT, Henri. Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et la magie. In: **Mélanges d'Histoire des Religions**. Paris: Félix Alcan, 1909.
- LEFEBVRE, Georges. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971.

- LIAKOS, Antonis. The Implied Canon of European History: Framework of Comparative Activities, paper to the Conference **Comparative History in/on Europe. The state of the art**, Budapest, Central European University, November 9-11, 2007.
- LORENZ, Chris. Towards a Theoretical Framework for Comparing Historiographies: Some Preliminary Considerations. In: SEIXAS, Peter (ed.). **Theorizing Historical Consciousness**. Toronto: University of Toronto Press, 2006.
- MARTINI, María. O modelo figural para una historia de la historiografía de la ciencia, **História da Historiografia**, Ouro Preto, vol. 12, 2013, p. 137-154.
- MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- MONOD, Gabriel. Du progrès des études historiques en France depuis le XVIIe siècle, **Revue Historique**, Paris, vol. 1, 1876.
- MORETTI, Franco. **Signos e estilos da modernidade**: ensaios sobre a sociologia das formas literárias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la 'crise' de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: espaço não-popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PAUL, Herman. Fathers of history: metamorphoses of a metaphor, **Storia della Storiografia**, vol. 59-60, 2011, p. 251-167.
- PERKINS, David. **Is literary history possible?** Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.
- PIRES, Francisco Murari. O fardo e o fio. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/FMP/fardo.htm>. Acesso em: 22/11/2012.
- RANKE, Leopold von. **Theory and Practice of History**. Edited with an introduction by George G. Iggers. Abingdon: Routledge, 2011.
- _____. Heródoto e Tucídides. Traduzido por Francisco Murari Pires, com revisão de Sérgio da Mata e Walkíria Oliveira Silva. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 6, março 2011b.
- RINGER, Fritz. **O Declínio dos Mandarins Alemães**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969.
- ROSA, Hartmut. **Accélération. Une critique sociale du temps**. Paris: La Découverte, 2010.
- SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria 'historiografia brasileira' a partir de quatro notas de rodapé (1878-1951). CLOLET, Ana Rosa; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA,

- Mateus. **Contribuições à história da historiografia luso-brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 2013, p. 15-73.
- SETH, Sanjay. Historiography and Nonwestern Pasts, **Historiein**, vol. 10, 2010, p. 139-144.
- SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o trágico**. São Paulo: Zahar, 2004.
- _____. **Teoria do Drama Moderno (1880-1950)**. São Paulo: Cosac & Naify, 2011.
- _____. **Introducción a la hermenéutica literaria**. Madrid: Abada, 2006.
- TELOS, **Peter Szondi and Critical Hermeneutics**, n. 140, Outono 2007.
- THOURAD, Denis. **Hermenéutique critique**. Bollack, Szondi, Celan. Villeneuve d'Ascq: Septentrion, 2012.
- WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (orgs.). **De la comparaison à l'histoire croisée**. Paris: Seuil, 2004.
- WISMANN, Heinz. **Penser entre les langues**. Paris: Albin Michel, 2012.
- WHITE, Hayden. **The content of the form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.
- _____. O evento modernista, **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 5-6, 1998, p. 191-219.
- WOOLF, Daniel. **A global history of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

A lição da pedra: usos do passado e cultura material

The lesson of the stone: uses of the past and material culture

Francisco Régis Lopes Ramos

regisufc@hotmail.com

Professor

Universidade Federal do Ceará

Rua General Silva Júnior, 800/802 - Fátima

60411-200 - Fortaleza - CE

Brasil

Aline Montenegro Magalhães

alinemontenegro@gmail.com

Historiadora

Museu Histórico Nacional

Praça Marechal Âncora, s/n - Centro

20021-200 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

Ao propor certas divisões entre o passado e o presente, a escrita da história na modernidade também articula várias maneiras de fazer conexões entre o real e o que não é real. Uma possível abordagem historiográfica é exatamente o estudo sobre a forma como essas conexões são constituídas e legitimadas. Portanto, este artigo é uma abordagem historiográfica sobre os usos do passado na cultura histórica vivida por Gustavo Barroso, a partir das proposições teóricas e metodológicas de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Relacionando a escrita de Barroso com a produção de outros intelectuais, percebe-se o importante papel da cultura material para a construção de certas formas de dar sentido ao passado, através das transformações de marcas e traços em vestígios da passagem do tempo.

96

Palavras-chave

Escrita da História; Narrativas; Cultura material.

Abstract

By proposing certain divisions between past and present, modern history writing also articulates various connections between what is real and what is not real. A viable historiographical approach is exactly the study of the way these connections are structured and legitimized. Therefore, this article investigates the uses of the past in historical culture as experienced by Gustavo Barroso. Based on theoretical and methodological insights by Manoel Luiz Salgado Guimarães, it relates Barroso's writing to the production of other intellectuals. The paper aims at illustrating the significant role material culture has in the shaping of certain ways of giving meaning to the past, more specifically through the transformation of marks and traces into vestiges of the passage of time.

Keywords

History writing; Narratives; Material culture.

Recebido em: 16/7/2013

Aprovado em: 8/9/2013

O que parece construir esta possibilidade da representação, no caso da História, é a absoluta consciência de uma perda, de uma ausência insubstituível e incontornável, aquela do próprio passado como experiência, que despertara nas sociedades do século XIX uma paixão pela História em suas mais diversas formas (GUIMARÃES 2010, p. 48).

A pátina do tempo

José de Alencar escreveu que, diante das ruínas de Olinda, “interrogava os muros do convento, como para arrancar-lhes o segredo de algum fato interessante de que se perdera a tradição”. A vida, afinal, não passava para sempre, deixava marcas e marcos: “Era justamente essa crônica do coração, esquecida pelos analistas do tempo, que eu pedia àquelas ruínas” (ALENCAR 1953, p. 238).

A pedra era tanto a presença de uma ausência, quanto a ausência de uma presença. Ao contrário do que pode parecer, não é simplesmente um jogo de palavras. Para ser sentida, a ausência deve dar conta de alguma existência anterior. A reverência diante do antigo vem desse sentimento: ali há muitas ausências, sobrepostas e repostas. Sem imaginar que por ali muitas coisas se passaram, perde-se o elo fundante da saudade. Não propriamente uma saudade de ausentes conhecidos, mas a falta de algo que não se sabe bem o quê. Uma indefinição propícia à imaginação. Daí a necessidade dessa presença radical de um existente que não existe mais. Daí a necessidade de ver o aparentemente invisível.

Alencar pedia, perguntava, implorava, mas a matéria permanecia calada: “os muros, lavados pela chuva e pelo vento, estavam descarnados; as pedras já não conservavam os vestígios da mão do homem”. Os vestígios estavam mudos e mutilados: “Quantas vezes não sondei esses destroços de alvenaria, essas paredes nuas, procurando, nem sei o quê, uma memória, um nome, uma inscrição, uma frase que me revelasse algum mistério, que me dissesse o epílogo de alguma lenda que a imaginação completaria!” (ALENCAR 1953, p. 238).

Pedra boa era pedra riscada, ou melhor, acrescida por algum tipo de grafia. Alencar procurava aquilo que Victor Hugo havia encontrado em uma parede de uma catedral do medievo: uma inscrição. ‘AN’ ATKH – foi essa a palavra que fez Victor Hugo meditar, como ele mesmo escreveria depois: “Estas maiúsculas gregas, enegrecidas pelo tempo e profundamente gravadas na pedra [...] impressionaram vivamente o autor”. Daí, o romancista encontrou a sua matéria-prima, no mesmo dispositivo de criação que Alencar tentava pôr em prática: a faculdade de imaginar a partir de indícios enigmáticos. Ali, diante das letras, ele perguntou a si mesmo “qual teria sido a alma aflita, que não tinha querido abandonar este mundo sem deixar aquele estigma do crime ou da desgraça na frente da velha igreja” (HUGO 2011, p. 6).

Diferentemente dos muros “lavados” onde Alencar buscava seu romance, a *Notre Dame* tinha aquele pormenor significativo, que se via, por exemplo, nas grafias em baixo relevo. Aqueles pequenos resíduos, lentamente entranhados no sulco da letra, davam à pedra aquilo que somente o tempo poderia dar: a impureza das camadas, a mistura das poeiras pacientes. Nada como esses sedimentos que irritam o nariz: insistentes, as partículas vão fazendo a tintura

da impressão, regadas pela umidade das estações que se repetem a cada ano. Para um romântico, isto não é menor. Daí é que a letra ganha força para transcender a sua imobilidade ancestral. Do cisco no olho, em ventanias de séculos e séculos, pode vir a escrita que os românticos idealizam.

Sempre será possível imitar uma pedra antiga, mas nunca a idade da pedra. Era nesse aforismo que o tempo ganhava espessura. Victor Hugo observou isso no mínimo detalhe. Ele chegou a fazer um esquema explicativo para dar conta das avarias que *Notre Dame* vinha passando desde a sua origem. Eram três as causas: o tempo, as revoluções e a moda. Para ele, a pior e a mais danosa era a última. A primeira, como era de se esperar, se mostrou ambígua. O tempo, afinal, também construía: “[...] talvez o tempo tenha acrescentado mais à igreja do que subtraído, pois expandiu sobre essa fachada a sóbria cor dos séculos, que faz da velhice dos monumentos a idade de sua beleza” (HUGO 2011, p. 147).

A palavra ‘AN’ ATKH, vale destacar, não foi o único motor do livro que seria gerado. Sua literatura, além de tudo, seria uma denúncia: “Depois a parede foi rebocada ou raspada (não sei qual das coisas foi), e a inscrição desapareceu. É assim que se pratica há quase duzentos anos com as maravilhosas igrejas da idade média. As mutilações vem [sic] de todos os lados” (HUGO 2011, p. 6).

Não é inadequado, portanto, avaliar o papel da ficção em um estudo sobre a história do patrimônio, como fez Dominique Poulot, pondo em relevo os escritos de Victor Hugo e Balzac na composição de novos sentidos para a valorização da ideia de preservação na França. Poulot considera a ficção algo central no cultivo de sentimentos afeitos à conservação e à composição de conexões entre o “antigo” e o “belo”. Daí a sua preocupação em incluir no decorrer dos argumentos algumas ponderações sobre a “eficácia da literatura na patrimonialização” (POULOT 2009, p. 161). Nessa linha de raciocínio, não seria um despropósito inserir José de Alencar numa história do patrimônio ou da historiografia.

Alencar tem sua matéria-prima no tempo, apropriada e recomposta em proposições que, em cada romance, seguem vias mais ou menos específicas, mas sempre atreladas a uma preocupação com a legitimidade do passado. Enquanto a sua *História do Ceará* começa nos “verdes mares”, com Martim e seu filho se despedindo de Iracema, a sua história do Rio de Janeiro começaria em um ponto mais delimitado, tanto no tempo quanto no espaço. O relato iniciaria no “momento em que se lançou a primeira pedra da construção da cidade”. O projeto previa o uso da imaginação historicamente fundamentada e, por isso, o seu Rio de Janeiro no decorrer do tempo seria mais real: “Talvez me censurem por isto e julguem que descí da verdade à poesia; tenho porém a consciência de que a imaginação aí não faz mais do que dar um corpo aos objetos que o espírito vê com os olhos d’alma, e ligar os diversos fragmentos que se encontram nos livros”. “Demais sou historiador à minha maneira”, conclui Alencar (1981, p. 111). Alencar historiador? Ao seu modo, sim (PELOGGIO 2004, p. 83). Mas o que significa “ao seu modo”? Em princípio, completar o que faltava com a imaginação. Sem imaginação, nada poderia ser escrito. Mas, sem pesquisa, tudo seria falso. A verdade da ficção, no final das contas, vinha da imagem pesquisada no tempo.

Alencar não fazia hierarquia entre as fontes. Tanto a tradição oral quanto a escrita tinha o mesmo peso. A arqueologia, a botânica, a história, nada disso poderia ser descartado. Tudo em nome do romance, que, para Alencar, seria a única escrita capaz de juntar os fragmentos e compor a verdadeira imagem do passado, exatamente porque a ficção sabia como e por que imaginar, com critérios confiáveis e comoventes. Daí a importância da pedra no seu projeto para uma História do Rio de Janeiro: ora fonte que sustenta a existência do fato, ora desafio que induz a criação da fábula. “Vou folheando”, explica Alencar, “uma a uma as páginas desse álbum de pedra [...]; no qual o tempo, esse sublime arquiteto de ruínas, elevou umas sobre as outras estas diversas gerações de casas, sob cujos tetos desapareceram outras tantas gerações de homens”. Conclusão: “[...] não estranhe se algumas vezes me arrego o título pomposo de historiador; uso desta palavra, como quem diria, simples e fiel narrador daquilo que leu e ouviu” (ALENCAR 1981, p. 112). Já que a escrita da história não se dava em um campo bem definido, Alencar aproveitou as brechas para dizer que seu ofício de escritor englobava, de alguma maneira, o trabalho de um historiador.

O passado em ruínas e outros vestígios

Século XIX: “esse é o século da história no sentido da profissionalização da prática histórica que se dota, por toda parte na Europa, de um programa para seu ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com asas próprias”. A avaliação é de François Dosse (2010, p. 15). Mas, a rigor, trata-se de uma espécie de senso comum que foi se estabelecendo no âmbito da historiografia ou da história da historiografia. Obviamente uma conclusão tão geral não poderia ser um consenso. Entre as ponderações que podem rever a solidez desse edifício interpretativo, dou destaque a duas. Primeira: a memória disciplinar da história científica, que vai desqualificar tanto o século XVIII iluminista quanto as tradições da sensibilidade antiquária, em nome de uma superioridade do próprio fechamento disciplinar. Segunda: a formação do campo disciplinar da história não se conclui no século XIX, nem pode ser tomada como um fenômeno que segue certos passos predeterminados. No Brasil do século XX, a escrita da história não se divorcia completamente da ficção, não dá fim aos procedimentos do romantismo, nem elimina a sensibilidade antiquária. Em outros termos: a voz da pedra continua a ter vez em zonas de contato entre história e literatura. Se no século anterior Alencar foi destaque, no seguinte uma das referências será Gustavo Barroso.

“Além da história”, escreve Barroso, “as pedras testemunham a arte”. Isso quer dizer que acumulam sentimentos de épocas extintas e, portanto, também afetam a pele do estudioso: “Não somente nossos olhos se agradam em ver o lavrado nas pedras antigas; nossas mãos se prazem em acariciar uma moldura, uma arrecada, um rendilhado que o cinzel carinhosamente abriu na matéria bruta ao sopro duma inspiração superior”. O trecho é de um relato de viagem a Portugal e se refere, mais especificamente, às suas visitas aos castelos medievais em 1940. Sua ida à “pátria lusitana” deveu-se à função de representante do Brasil, encarregado de montar um dos setores da “Exposição

dos Centenários”, com o acervo que ele mesmo selecionou no Museu Histórico Nacional, onde ele ocupava o cargo de diretor e, além disso, o honroso título de fundador da instituição. Daí surgiu o livro *Portugal, semente de impérios*. Embora tendo o integralismo como fase já finda em sua vida, o próprio título do relato já indica que sua admiração por Salazar não era pequena. Conhecê-lo foi comovente, sem dúvida. Mas nada se comparou ao encerramento dos desfiles e dos espetáculos ao redor do velho castelo de Guimarães, lugar em que se reafirmava na narrativa patriótica como o começo de Portugal:

E de todos os pontos do castelo, e de todos os ângulos da vasta praça fronteira desabrocaram fogos de artifício, enchendo o céu noturno de flores e de estrelas de ouro, de prata, de rubi, de ametista e de esmeralda. Quando tudo se apagou na noite negra e profunda, somente o velho castelo ficou iluminado como um Sonho de Pedra. Passando rente a mim, Antônio Ferro bateu-me no ombro e perguntou: — Que tal? Maurício Maeterlinck, que o acompanhava, repetiu a pergunta, acrescentando: — “Je suis ravi”! — Foram precisos oito séculos para se preparar isto! (BARROSO 1943, p. 20).

100

O espaço até pode ser copiado; o tempo, não. É nessa constatação que as ruínas assumem um papel completamente insubstituível. Em outros termos: é possível fazer com perfeição a cópia de uma casa de 300 anos, mas a cópia será apenas do espaço. Jamais se terá a imitação dos 300 anos. O antigo só pode ser atributo de um objeto se o tempo passa. Nunca será possível construir um artefato de 300 anos em três dias. O romantismo lida com essa massa temporal, adquirida em ritmo próprio, por tudo aquilo que envelhece.

Isso, na teoria. Na prática, a história é outra, porque foi nos primórdios do romantismo que se espalhou o gosto pela reprodução de objetos históricos, incluindo as próprias ruínas. A partir do século XVIII, não faltou criatividade para quem quisesse ter a sua própria ruína, no lugar que desejasse. Alguns arquitetos orientavam, por exemplo, que a melhor maneira era fazer construções “medievais” com material de maior fragilidade, assim logo começariam a cair. Outros já colocavam pedaços de muro cuidadosamente espalhados em um jardim, à espera de lodo ou coisa parecida. Havia, também, os mais cuidadosos: arrancavam pedaços de construções antigas e depositava-os no terreno a ser decorado com o pretérito. Por fim, os radicais: erguiam castelos e, logo em seguida, bombardeava-os. Da explosão é que surgiriam as ruínas projetadas. Como era de se esperar, o artifício foi logo denunciado como artificialidade de mau gosto. Na França, levantou-se a voz de Delille: “Aproveitem esses restos venerados de capelas, fortalezas ou abadias respeitáveis ou comoventes, profanos ou sagrados; mas mantenham-se afastados desses monumentos cuja fingida ruína imita mal a inimitável marca do tempo...” (CARENA 1984, p. 199-120).

Em 1931, quando visitou Paris, Barroso fez algumas anotações sobre seu deslumbre diante da fachada monumental de Notre Dame, misturando descrições de detalhes da arquitetura, vistos no calor da hora, com divagações a respeito

de datas e fatos relativos ao lugar. E, como era do seu feitio, ele polemizou, exatamente para mostrar o caráter específico de uma pedra memorável:

Lembro-me, então, terem os jornais parisienses anunciado que um milionário ianque, apaixonado pela beleza da catedral de Notre Dame, sabendo estarem essas torres inconclusas desde o século XIII, procurara o Arcebispo de Paris e lhe entregara um cheque em branco para que terminasse aquela obra. Não sei o que lhe respondeu o Arcebispo, mas sei que, se fosse ele, teria dito ao generoso norte-americano o seguinte: — Permita que use este cheque em benefício de hospitais e orfanatos. Quanto às torres da catedral, devem ficar e ficarão como se acham. Nem todo o ouro do mundo será bastante para concluí-las. Isto só seria possível com os artistas e artesãos do século XIII, com a mentalidade daquela época. Não se compra o passado como se compram melões ou consciências... Se meu alvitre não lhe apraz, leve de volta seu cheque. A igreja de Notre Dame é um patrimônio sagrado, não somente da França, mas da humanidade. Pedreiros modernos com instrumentos modernos, se lhe tocarem, a conspurcarão. Toda a sua grandeza está na sua idade, no que ela nos diz como expressão dum tempo que se foi e nunca mais voltará (BARROSO 1946, p. 180).

Até onde? Até quando? Como parar uma construção que passou boa parte da sua vida em reformas, reconstruções e reparos? Nem Victor Hugo nem Barroso ignoravam a impureza do monumento. Sabiam que era impossível marcar com precisão uma data de conclusão do templo, para daí estabelecer a essência da estrutura. Não se deve, entretanto, procurar uma coerência nesse sentido, porque não há nem poderia haver esse ordenamento esquemático do tempo. O modo pelo qual os dois autores lidavam com o tempo pressupunha tais camadas de acréscimos e perdas, ora lamentadas, ora louvadas, a depender da circunstância. O vigor com que eles defendiam a preservação diante das “modas” era radical, mas a degradação inevitável da matéria era conhecida e reconhecida. Para o futuro distante, somente a literatura poderia salvar esses monumentos. Primeiro, porque saberia evidenciar a “alma” que os sustentavam. Segundo, porque o livro poderia ser reimpresso, e assim resistiria à passagem dos séculos. Daí a ânsia pelo registro escrito, tanto em relatos de viagem, quanto em romances. Daí, por exemplo, as quase intermináveis descrições de Victor Hugo no meio da narrativa, revelando não somente o tempo no qual ocorre a trama, mas sempre se reportando aos séculos anteriores, para mostrar algum detalhe da “antiga Paris”, que o tempo havia levado.

Compunha a prática da escrita romântica a junção entre o lamento e a revolta, entre contemplação e intervenção. Não é de se estranhar, portanto, as divagações filosóficas de Barroso sobre o espírito sensível ao tempo incrustado na pedra. Nos seus escritos, vale destacar, o romantismo não era apenas assumido, mas também se tornava matéria de reflexão e de combate aos que não sabiam sentir. No meio das pedras veneráveis de Guimarães, em busca das imagens que apareciam pela infusão do ambiente, ele pensou: “A semente do romantismo é a mais difícil de extirpar do coração humano. Dentro do nosso coração canta sempre uma balada. [...] E desgraçados de nós se assim não fosse, se só tivéssemos o senso objetivo da triste e dura realidade” (BARROSO 1943, p. 104).

Não é o caso, obviamente, de concordar com Barroso sobre o sentido quase atemporal dos sentimentos românticos. O que interessa é pensar sobre a relação entre disciplinarização da escrita da história e o funcionamento dessa sensibilidade que ora vem como saudade, ora como melancolia. Ora como porta de entrada para o passado, ora como vontade de vasculhar a terra para ver, pelo menos em parte, as raízes do presente.

Em certa medida, esse apego à pedra polida pelo tempo não é invenção dos românticos. O desgaste da matéria também fazia parte dos valores de um tipo de uso do passado que hoje pode ser chamado de sensibilidade antiquária — um uso do passado que foi posto em posição inferior pela concepção científica do século XIX, criando certos estereótipos que passaram a fazer parte da memória disciplinar da história.

Os estereótipos diante dos antiquários, que os colocam na qualidade de conhecimento desarranjado e desconexo, movimentam-se no meio de uma “derrota da erudição” e em nome da filosofia da história, que vai dar um sentido de utilidade prática ao saber sobre o pretérito. Como bem ressalta Manoel Luiz Salgado, “estavam sendo postos em marcha dispositivos intelectuais que transformarão progressivamente este conjunto material em ‘fontes’ para a escrita da História” (GUIMARÃES 2008, p. 48).

A pedra domesticada na Casa do Brasil

102

No Museu Histórico Nacional, a “Casa do Brasil” para Gustavo Barroso, também se recorreu à pedra como meio de acesso ao passado. Recolhida na terra, entre escombros de edificações destruídas ou em ruínas desenganadas, foi objeto e suporte para uma escrita da história não convencional, tridimensional, que articulou disciplinarização de um campo do saber e sensibilidade antiquária. Nesse casamento, escrevia-se a história pátria dos considerados grandes eventos políticos e militares, lançando mão da cultura antiquária, fundamental para a seleção e interpretação dos vestígios materiais que comprovariam a existência dos acontecimentos e para a valoração desses objetos como relíquias para o “culto da saudade” (BARROSO 1997). Nessa perspectiva, recorria-se a duas raízes da cultura clássica para fabricar o passado nacional no interior do antigo Arsenal de Guerra da Corte: uma história à moda Tucidideana e uma prática de pesquisa antiquária. (MOMIGLIANO 2004) Ambas também retomadas no século XIX formando as bases da História, disciplina que tenta tomar para si o domínio sobre o passado, sendo que, neste caso, o casamento não foi tão harmonioso como pareceu no museu. Assim mostra Guimarães:

Ao se distanciarem dessa tradição, apontando os seus limites, mas também formulando uma maneira própria de incorporá-la pela via das “ciências auxiliares da história”, os historiadores da geração romântica pretendem para o exercício do ofício um novo estatuto, novas regras e procedimentos [...] (GUIMARÃES 2011, p. 104).

A existência de uma “Arcada das pedras”, entre os espaços da exposição permanente do Museu Histórico Nacional de 1924, descrito no *Catálogo geral*

da Primeira Seção – *Arqueologia e História* (MHN 1924, p. 36-40), é no mínimo instigante. Pois o nome não remete o visitante a nenhum fato consagrado pela historiografia oficial, nem a personagem algum tornado herói, mas sim a uma coleção muito específica que, no catálogo abrange “todas as épocas”. Trata-se de um espaço dedicado aos restos. Entre os 43 itens, em sua maioria, fragmentos de construção, duas pedras que encimavam a entrada de parte do Antigo Arsenal de Guerra da Corte. Uma com a inscrição “1822” e a outra “1835”. Foram recolhidas pelo Museu Histórico Nacional em 1922, quando o conjunto arquitetônico que desde então o abriga deixava para trás suas funções militares para as quais fora construído, e se vestia no estilo neocolonial para abrigar o Pavilhão das Grandes Indústrias da monumental Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência. Nessa reforma de embelezamento e de definição de novas funções para as edificações da Ponta do Calabouço, as duas pedras perdiam sentido na fachada do prédio do antigo Arsenal. Não diziam mais sobre o que havia no lugar, estavam deslocadas no tempo e no espaço. Por isso, retiradas, transformadas em fragmentos, parte de um todo a ser constituído pelo trabalho da imaginação, da memória ou da história.

A modernidade que se desejava para a cidade do Rio de Janeiro, suas ruas e edificações não sustentava determinadas pedras. Por isso elas rolaram do antigo Arsenal e também do Morro do Castelo, desmontado no mesmo ano de 1922, e foram parar na “Casa do Brasil”. A nação centenária desejava o progresso e domesticava pedras como forma de reter uma espécie da autenticidade do que se perdia. E assim, azulejos e frontal que restaram do antigo Convento dos Jesuítas, bem como o friso do portão do velho forte que ficava lá no alto, com suas inscrições de 1713, podiam testemunhar a existência do Morro do Castelo. Com sua mudez, falar de um Rio de Janeiro colonial que a República não queria mais.

Na “Arcada das Pedras” se observava outros fragmentos que deixavam de fazer sentido em seus lugares de origem. Portas e portões que perderam suas funções de abrir e fechar, placas que deixaram de informar ou simbolizar, grades e tantas outras pedras. Objetos que, ao serem retirados do seu lugar, perderam a sua vida útil e passaram a ter apenas a vida simbólica, a vida que os visitantes do museu passaram a imaginar que tiveram um dia.

Tratava-se de um exercício de supervalorização dos objetos como possibilidade de contato com o passado. Não estava em questão a constituição de um texto temático ou cronológico, nem mesmo o auxílio da palavra nesse espaço como forma de contextualização. Mas sim a possibilidade de preencher o espaço com vestígios do pretérito, de modo que o visitante fosse envolvido pelas épocas representadas e a ele não restasse dúvidas da existência dessas épocas findas, simplesmente ao ver ou inalar o cheiro do que não mais estava no seu cotidiano. Os objetos, carregados de marcas da passagem do tempo, bastavam-se em si para essa experiência de trazer o passado ao presente através dos sentidos.

Esta cultura antiquária revela-se como uma cultura do objeto, uma valorização por excelência dos procedimentos da autópsia, com a consequente valorização da visão em detrimento do escrito. Trata-se, na verdade, da disputa entre procedimentos que ainda têm na escrita a fonte para o conhecimento dos objetos dispostos ao olhar e aqueles que buscam uma autonomia do objeto em relação ao escrito (GUIMARÃES 2007, p. 23).

Nessa disputa, a escrita teve papel fundamental como forma de mostrar como os objetos podiam ter autonomia para falarem por si. Era através dela que se divulgava a *operação* (CERTEAU 1982) realizada para alcance desse objetivo, tendo os *Anais* da instituição como principal veículo de publicação dessa escrita. Assim mostrou artigo de autoria de Luís Marques Poliano sobre uma pedra brasonada encontrada, em 1941, nas escavações feitas para a construção de um edifício, em terreno na rua Senadora Dantas, número 20, onde em 1911 havia sido demolido parte do Convento d' Ajuda, construção de meados do século XVIII que também ocupava parte da atual Praça Floriano Peixoto, conhecida como Cinelândia. O Conservador do MHN começa seus estudos com algumas interrogações, a partir da observação das inscrições gravadas na pedra. Tratava-se de um brasão português antigo: "Que historia nos contaria ela, a que fidalgo pertencera, qual a sua época exata, que casa ornamentara e enobrecera?" (POLIANO 1947, p. 159). Após essas interrogações, Poliano nos mostra o caminho percorrido para fazer a pedra falar. Foram pesquisas heráldicas, genealógicas e arqueológicas. Leitura de documentos, relatos de cronistas e historiadores sobre a cidade. Ao final de toda essa operação a pedra falou que ornamentou a fachada da casa de um fidalgo em princípio do século XVIII. Chamado Marcos da Costa Fonseca, certamente nascido na cidade do Rio de Janeiro, foi Capitão da Fortaleza de Santo Antônio da Praia da Barge. Depois que seu imóvel passou para as mãos das freiras do Convento d' Ajuda, a pedra foi retirada. Afinal, como o próprio Poliano argumentou "ela era uma marca de posse que não mais se justificava". Seu fim mais provável foi ter servido de entulho para a abertura da rua Senador Dantas (POLIANO 1947, p. 171-172).

104

Nesse sentido, as pedras falavam no Museu Histórico Nacional. E não apenas as pedras do Arsenal e do Morro do Castelo, mas aquelas também vindas de outras cidades, outros lugares onde o progresso as fez virarem restos de edificações derrubadas. Foi o caso da pia de água benta em mármore, da antiga Sé da Bahia recolhida em 1934, após sua demolição. Seria mais um vestígio do passado a virar escombros, mas que, ao ser coletado para integrar uma coleção museológica, recebeu outra finalidade, outro valor e tornou-se testemunha de mais uma construção colonial varrida pelas demandas da modernidade. Tornou-se testemunha também desse distanciamento cada vez maior entre o espaço de experiência e os horizontes de expectativa na forma de conceber a passagem do tempo (Cf. KOSELLECK 2006). Sua preservação junto a tantos outros vestígios de construções desaparecidas parecia contribuir para uma dupla realização do luto: pela perda irreparável do passado como experiência (GUIMARÃES 2011, p. 100) e pela perda irremediável de seus referenciais na paisagem urbana

que se modificava rapidamente, gerando incertezas e angústias. Sensações perante a vida que talvez pudessem ser amenizadas diante de contatos com o que restava desses tempos findos, acumulados em lugares de memória criados especialmente para isso, como salientou Pierre Nora, para que a memória sobrevivesse de alguma forma, já que não estava mais presente na sua forma espontânea (NORA 1993, p. 13).

Mas, intelectuais como Gustavo Barroso, José Mariano Filho, Mário de Andrade e Alceu Amoroso Lima, entre tantos outros, reagiam à avalanche modernizadora e não se contentavam com pedras em museus. Lutavam pela preservação das pedras em seus lugares, nas edificações, nas cidades. Escreveram a respeito de cidades ditas "históricas", especialmente Ouro Preto, cidade encravada entre montanhas no interior de Minas Gerais, onde, segundo seus escritos, o progresso ainda não havia chegado para deturpar suas feições, mas onde o tempo e o abandono ameaçavam a integridade das construções que poderiam ainda dizer sobre o Brasil de outrora. Não por acaso a antiga Vila Rica, a partir da década de 1920 será o centro das atenções para assuntos preservacionistas, até se tornar a nossa Roma (BITTENCOURT 2007). Em 1933, foi a primeira cidade elevada a monumento nacional.

Imagens de pedras: entre a Cidade Sagrada e a Casa do Brasil

Ouro Preto é uma Cidade Sagrada pela história, pela arte, pela tradição e pela lenda. É um nobre patrimônio que se não pode perder (BARROSO 1944, p. 14).

105

Ao disparar artigos nos jornais clamando pela preservação de Ouro Preto, Barroso recorria às suas vivências na cidade como forma de sensibilizar seus leitores e, em especial, as autoridades públicas. Demonstrava assim, seu fascínio pelas pedras com sua pátina a exibir sua história: "vi o maravilhoso templo do Rosário [...] enegrecido pelo mugre dos centenários, ferido do raio, abandonado dos homens, solene e mudo sob a bênção do luar e o lume trêmulo das estrelas" (BARROSO 1944, p. 10). Fascinava-o a pedra esculpida pelos homens, mas também ferida pelos fenômenos da natureza. Suas marcas da passagem do tempo falariam do passado do lugar, mas também do passado nacional e apreensível aos sentidos: "Ouro Preto me atrai e me fascina, porque ali não é somente o passado que sinto, palpo e respiro, porém, o passado de minha terra, o passado de minha raça e o passado de minha língua" (BARROSO 1944, p. 12).

Sentir, palpar e respirar o passado era o que alimentava a imaginação. A descrição de seu passeio pela cidade mostrava o quanto a atmosfera do lugar podia nos reportar, a qualquer momento, para o século XVIII e colocar-nos em contato com personagens e fatos da história. Assim ele narrava: "e ainda sobrou tempo para rondar a Casa dos Contos, à espera de ver com os olhos da minha imaginação superexcitada os vultos dos Inconfidentes, os juizes da Alçada, a gente dos quintos do ouro e, na sua casaca de veludo azul, [...] o

próprio Visconde de Barbacena...” (BARROSO 1944, p. 11). A preservação das construções ouropretanas parecia fundamental para alimentar essa imaginação, por isso, urgente! Por essa razão, quando as pedras de Ouro Preto foram tocadas pela Inspetoria de Monumentos Nacionais, repartição que funcionou como um departamento do Museu Histórico Nacional entre 1934 e 1937, tiveram outro destino. A equipe comandada por Barroso e pelo engenheiro Epaminondas de Macedo elegeu igrejas, pontes e chafarizes da cidade mineira para serem restaurados e, mais do que isso, revitalizados.

Procurando seguir os princípios de restauração depois sistematizados no livro *Introdução às técnicas de museus*, Barroso distinguia monumentos vivos dos monumentos mortos. Considerava que eram “vivos quando conservam o destino primitivo e podem sofrer certas modificações de acordo com as exigências modernas que os não afetem ou desfigurem” (BARROSO 1951, p. 90). Os mortos eram aqueles que tinham perdido seu destino original, recebendo outro. As ruínas não se enquadravam nessa distinção, por terem perdido a sua utilidade.

O que estava em jogo em Ouro Preto não eram as transformações da modernidade. Para o progresso, a República destinou uma cidade novinha em folha que assumiria a partir de 1897 as funções de centro administrativo de Minas Gerais: Belo Horizonte. Restava à antiga capital salvar-se das ruínas e do abandono de que era alvo de denúncias na imprensa. A Inspetoria estava ali para contribuir com essa tarefa. Entretanto, mais do que preservar suas edificações, buscava-se torná-la um monumento vivo. Por isso, cada pedra assumiria seu lugar nas construções e, as que estivessem faltando seriam reconduzidas, o mais próximo possível do que já fora um dia ou do que se imaginou ter sido um dia, como demonstravam os contratos de obras da época da construção, consultados pela equipe. Bem ao estilo Violet Le Duc (2000).

106

Sobre as obras que foram realizadas na gestão do prefeito Melo Vianna antes da implantação da Inspetoria de Monumentos Nacionais e antes mesmo de o próprio ter sido convidado pelo governo do Estado de Minas para fiscalizar, em 1928, Barroso tecia críticas contundentes. Reclamava que as restaurações feitas na igreja de São Francisco de Assis não respeitaram a autenticidade do monumento.

As obras executadas nesse maravilhoso templo alevantado por Aleijadinho, infelizmente, não foram confiadas a um conhecedor do assunto ou a um homem de gosto e saber. Assim, meteram no corpo da igreja um rodapé de ladrilhos brancos modernos. É sabido que as igrejas de Minas, com exceção do Carmo, de Ouro Preto, não têm azulejos. A cerâmica nos tempos coloniais raramente passou do litoral para o interior devido às dificuldades de transporte, todo ele em lombo de burro ou em carros de bois. Além do grande peso, estava sujeita a quebrar-se facilmente. Apesar dos ladrilhos nesse rodapé defenderem bastante as partes inferiores das referidas paredes, seria melhor deixá-las como sempre foram. Que ao menos tivessem escolhido azulejos de estilo colonial – há tantos! –, e não esses de leiteria ou café suburbano. As portas eram verdes, como de uso nas igrejas antigas. Pintaram-nas de castanho e fingindo madeira. A mesma coisa fizeram com todas as grades e balaustradas de jacarandá. Horrível! (BARROSO 1944, p. 6-7).

No caso dos chafarizes, por exemplo, foram utilizadas pedras retiradas do Itacolomi, chamadas itacolomito – as mesmas utilizadas para a construção de pontes no período colonial. Acreditava-se que com a reconstituição feita com materiais originais mantinha-se a autenticidade do bem restaurado. Sobre esse aspecto, Epaminondas de Macedo, responsável pelas obras, relatava a Barroso, em um de seus relatórios semanais:

Examinada a massa branca que ligava as paredes do tanque, viu-se que se compõe de cal preta magra. A análise foi feita pela Escola de Minas. Em procura da cantaria necessária aos serviços, estive na aba do Itacolomi, no local em que foi explorada a pedreira para as obras que se fizeram antigamente em Ouro Preto e ali encontrei dispersos cerca de 10 m² de lajes de itacolomito, devidamente aparelhadas. Essa cantaria será em breve transportada para a cidade. O achado nos deu *material idêntico* ao dos monumentos em via de restauração e preparado pelos seus próprios construtores (MACEDO 1944, p. 132, grifo nosso).

Agia-se dessa maneira como se fosse possível fazer o passado presente da maneira mais real possível. As intervenções nos monumentos realizadas pela Inspetoria tentaram fazer com que eles voltassem a ter a vida que tiveram quando foram construídos, torná-los “monumentos vivos”. Para tanto, um trabalho de pesquisa nos moldes da cultura antiquária foi realizado pela equipe da Inspetoria, como demonstra Macedo em relatório enviado a Barroso em 24 de novembro de 1935, quando trata das obras no Chafariz dos Contos:

Aberta a parede do lado esquerdo para pesquisar o paredão em esquadro a que se referem os documentos da época. Se bem que seja real ter existido, nada se poderá fazer, porque do lado presumido se acha o prédio do Banco do Comércio, construído em 1889. O chafariz foi levantado em 1765. Há vestígios da antiga casa de Manuel Rodrigues no fundo do Banco. Descobriu-se o antigo encanamento de água, em telhas, através do paredão de frente, bem como a pia de distribuição para as bicas, que se desentupiram, levantando-se a pia, de modo que agora a água está jorrando como outrora! (MACEDO 1944, p. 132).

107

Foi feita a relação entre documentos escritos, preservados em arquivos oficiais e a investigação arqueológica. Alguns limites foram encontrados nesse trabalho porque a cidade é uma sobreposição de camadas temporais. Um prédio do século XIX impedia a identificação de uma construção citada na documentação escrita. Mesmo assim, foi possível realizar a obra desejada. Não estava em jogo dotar os monumentos de novos sentidos para o presente, mas devolver os usos e significados que tiveram quando foram construídos. Nessa perspectiva, os chafarizes voltaram a jorrar água, os bancos das pontes restauradas voltaram a receber pessoas para descansar e prostrar entre um trajeto e outro... Barroso, desta forma, agiu como um taxidermista, que intervia nos corpos já mortos, de modo que parecessem vivos (BANN 1984). Os corpos seriam os monumentos, que dotados da vitalidade das intervenções, até conseguiam passar essa imagem de vida. Entretanto, o século XVIII que se tentava ressuscitar nessa operação, ficava a cargo da imaginação de cada habitante, de cada visitante na vivência cotidiana com o espaço urbano revitalizado.

Neste caso, não se pretendia colecionar pedras mortas em vitrines de um museu, mas tornar a própria cidade uma coleção de pedras vivas, tornando presente um passado longínquo. Aos moradores e visitantes seria possibilitado viver como se vivia no século XVIII, ideia tão cara ao denominado turismo cultural contemporâneo que vende sonhos de uma viagem no tempo.

E as pedras ouropretanas – porque valoradas como históricas – não rolaram... mas também foram parar no museu em tintas e aquarelas produzidas por artistas como Alfredo Norfini, Hans Nobauer, José Washt Rodrigues, para serem vistas e admiradas em suas galerias. Obras encomendadas pelo próprio Barroso estampam monumentos e paisagens de Ouro Preto para deleite daqueles que visitavam o Museu, viabilizando uma relação entre o visível e o invisível, neste caso a cidade, distante espacialmente da capital federal. As imagens junto com outros objetos trazidos da cidade, como esculturas de Aleijadinho, banco da Casa dos Contos etc, contribuía para inserção de Ouro Preto no projeto de construção da identidade nacional. Enfatizava-se não apenas o valor de antiguidade e artístico das edificações selecionadas para a perenidade em cores, como a “lenda negra de Santa Efigênia, onde os cajus de pedra dos púlpitos são um dos raros documentos da estilização de nossas coisas pelos nossos artistas de antanho [e] os chafarizes com seu latim e seus motivos variados dentro do mesmo estilo vigoroso [*sic*]” (BARROSO 1944, p. 11). Mas, exaltava-se também o valor histórico (Cf. RIEGL 2013) de lugares como a Casa dos Contos e a antiga Casa de Câmara e Cadeia – atual Museu da Inconfidência – construções relacionadas à história da Inconfidência mineira.

108

Memória da viagem, viagem da memória

De sua viagem à Europa, José Lins do Rego também deixou um livro, publicado pouco depois de *Portugal, semente de impérios*. Sobre Sintra, ele registrou: “Lá para cima há vestígios de pedras que os mouros deixaram. Mas o que fala dos mouros em Sintra não são as pedras antigas, são os homens trigueiros, é a cantiga carnal que cantam no fado e geme nas guitarras” (REGO 2004, p. 191). Não é a mesma coisa de Barroso. Aliás, até se percebe uma certa contraposição. Para José Lins, a carne diz mais e melhor. Por outro lado, ele acaba cedendo aos apelos das ruínas, não em Portugal, mas em outro país: “As pedras que sobraram das invasões funestas estão vivas, bem mais vivas que as casas modernas da cidade nova. [...] Não há necessidade de guias falantes para compreendermos a grandeza do Partenon” (REGO 2004, p. 227).

Pode-se até argumentar que aí a pedra é mesmo irresistível: apela tanto que se torna audível. Mas o certo mesmo é que a matéria não se torna comovente à toa. Afinal não é o passado, sozinho, que se dirige ao presente. A Grécia, no decorrer do século XIX, foi se afirmando como “lugar do passado”, propício a esse exercício de compor imagens da história, dotando-as de valor especial e legítimo, como bem ressalta Manoel Luiz Salgado Guimarães, em sua análise sobre uma carta que Freud escreveu ao poeta Romain Rolland em 1936. A carta chegou ao destinatário com um texto intitulado “Uma perturbação da lembrança sobre a Acrópolis”, relatando a visita à Atenas em 1904. Mais especificamente,

o relato a respeito das expectativas que antecederam a viagem e, depois, o impacto marcante de contemplar o cenário, que o fez concluir: “Então existia mesmo tudo aquilo, da maneira como aprendêramos na escola”. Nesse vislumbre, tido no calor da hora e registrado três décadas depois, Manoel Luiz Salgado percebe uma via de acesso para se pensar a relação entre escrita da história e a sistematização de certos usos do passado que passara a vigorar, de modo mais decisivo, a partir do século XIX, inclusive na própria constituição da psicanálise:

a interpretação freudiana para sua própria experiência, misturando deslumbramentos e incredulidade, aponta para sua história familiar, na qual busca os nexos explicativos para os sentimentos despertados pela visão daquilo a que só tivera acesso através dos livros: a Atenas que povoara a imaginação e a formação de inúmeras gerações de estudantes dos ginásios de língua e cultura alemã no século XIX (GUIMARÃES 2010, p. 34).

Um passado que, por ser finito, estava finado. Mas, contraditoriamente, continuava presente: “a mesma Grécia e Atenas, que no século anterior haviam sido o objeto privilegiado das reflexões de Winckelmann, que as torna assim significativas para a cultura alemã”. A visão diante da pedra desgastada dava ao próprio passado uma legitimidade concreta, mais tangível do que o próprio texto de história:

a visão, conforme a experiência vivenciada por Freud do alto da Acrópolis, parecia assegurar a realidade efetiva da própria História na forma em que era ensinada e que ele aprendera. Visão e escrita pareciam completar-se na tarefa de tornar o passado uma evidência, uma certeza e, por isso, objeto passível de um conhecimento (GUIMARÃES 2010, p. 34).

109

A pedra, nisso tudo, ocupa lugar de destaque: seu testemunho pode ser mais antigo devido à sua própria durabilidade. Além disso, ou subjacente a isso, há outro fator: a ruína chega à visão carregando uma certa ambiguidade a respeito da sua própria condição de matéria-prima, talhada pela mão e pelo tempo. Natureza e cultura: matéria bruta e burilada. Burilada não só pelo labor da humanidade ancestral, mas também pela mão da natureza, tão inumana quanto a própria matéria da pedra: a sequência incessante de intempéries, em seu destino imponderável que vai marcando aos poucos, tanto na corrosão, quanto na tintura que se acumula em sulcos e detalhes. Daí a ênfase que Victor Hugo dá ao “enegrecido” das letras esculpidas, cujo desaparecimento lhe fez indignado e inspirado (palavras que, para ele, não poderiam ser desatadas):

Assim, além da frágil lembrança que lhe consagra o autor deste livro, hoje já nada mais existe da palavra misteriosa gravada na sóbria torre de Nossa Senhora de Paris, nada do fim desconhecido que ela tão melancolicamente resumia. O homem que escreveu aquela palavra naquela parede desapareceu, há muitos séculos, do meio das gerações, a palavra, por sua vez, já desapareceu da igreja, e a própria igreja talvez que bem cedo desapareça também da terra. Foi sobre essa palavra, que este livro foi escrito. Fevereiro de 1831 (HUGO 2011, p. 5).

A luta de Victor Hugo para deter o “martelo que mutila” passou a ser amplamente reconhecida, sobretudo no final do século XX, em sua ânsia pela “preservação da memória”. Afinal, a sensibilidade contemporânea tornou-se reverente ao pioneirismo do romancista em 1825, em seu apelo para que houvesse uma lei (“apenas uma”, ele ressalta) para impedir a destruição de edifícios históricos, com o devido estabelecimento de restrições ao direito de propriedade (CHOAY 2001, p. 149). Não é propriamente isso que aqui se põe em destaque, e sim algo que se relaciona a um uso mais impreciso do passado: a pedra como testemunha do transcorrer dos séculos. O que Victor Hugo escreve sobre seu achado no pé da torre diz respeito a um passado sobre o qual nada se sabe, mas está ali.

Mas não se tratava de lidar com o fato já revelado ou ainda oculto, como seria normal no pensamento de um historiador de então. O mistério incrustado na pedra seria o tônus da pena que percorre o papel, dando ao leitor a impressão nítida de um passado real, retirado da matéria, não como se retira o cadáver de um túmulo, mas como oração ao morto. Lápide ambulante, capaz de figurar na reprodução do milagre tipográfico, que os livreiros colocavam em circulação.

Em termos usados por Michel de Certeau (1982) para caracterizar a escrita da história, os protocolos regiam-se por uma ausência radical, aquela que só a morte traria. Diante do vazio fragmentado, cortante, pontiagudo: a escrita que junta pedaços, costura e cicatriza. O passado por escrito seria, então, essa lápide que identifica e faz a homenagem necessária e apaziguadora, para que haja mais espaço para os que *já e ainda* estão vivos. É claro que a influência da psicanálise nessa conclusão de Certeau é nítida. Mas, vale ressaltar, a elaboração também se inspirou no romantismo de Michelet, em sua recorrente referência ao trabalho do historiador como dever piedoso diante dos sepultados. Victor Hugo e Alencar estão, nesse sentido, no mesmo barco, porém acreditam que o fato deve ser tratado de uma maneira específica, ou melhor, em outra medida. Qualquer descuido pode estragar a lápide: o romance se transforma em relato, a forma se corrompe na fórmula, a excitação cai na explicação, e o sentimento vira apenas sentido.

Uma antiga inscrição misteriosa destruída para sempre. Diante disso, lamento, revolta, reverência, denúncia, homenagem. Tudo isso se envolve, então, numa espécie de narrativa da perda duplicada: o próprio romance. Daí tentativa de compor na ficção uma realidade perene, substrato que a pedra não conseguiu dar à inscrição (que significa FATALIDADE, conforme o leitor fica sabendo mais ou menos na metade do livro, já que a palavra em grego não aparece somente na nota introdutória, entrando também na trama da narrativa). A inscrição marcava a existência de algo, cuja mensagem tornava-se praticamente indecifrável, mas o indício estava ali, como prova concreta do que não mais existia. O escritor, nesse e em outros escritos, lutava pela preservação de traços dos ausentes. Somente desse modo, os ausentes ganhariam lugar no presente e no futuro, continuariam a mostrar que o tempo era denso: presente, passado e futuro, em camadas interativas. Com o desaparecimento do rastro, desapareceria a perda, deixando a vida na superfície. Assim pensando, o escritor

partilhava uma experiência que pode ser tomada como basilar na própria constituição da história no século XIX.

É por isso que Manoel Luiz Salgado relaciona a formação da escrita da história com o texto de Freud sobre a diferença entre o “trabalho de luto” e a “melancolia”. O que vai lhe interessar não é a “melancolia”, que, em certa medida e em certo sentido, pode ser associada à sensibilidade dos românticos. Na análise que Manoel Luiz faz da perspectiva freudiana, o que vai chamar mais atenção é o “trabalho de luto”: “... a experiência da perda de sentido do mundo, que demanda um trabalho de reconfiguração de sentidos para a vida neste mundo abalado pela dor da perda. Movimento, portanto para a vida, para o mundo e para os outros, ainda que a partir de uma experiência da dor e da consciência da finitude” (GUIMARÃES 2010, p. 48).

O luto, portanto, é um esforço direcionado, necessariamente envolvido no “trabalho consciente”. Se o texto analisado é de 1917, não escapa a Manoel Luiz um comentário preciso e decisivo sobre o atrelamento da escrita de Freud com a perplexidade vivida pelo mundo de então: “Momento especialmente tenso da história da humanidade, a vivência de uma primeira conflagração de ordem mundial, parece ser o pano de fundo importante para compreendermos as reflexões de Freud a este respeito e suas implicações, portanto, com a própria História”. Numa interpretação que lembra Michel de Certeau, Manoel compôs uma tessitura que, para findar, recomeça, dando ao leitor a medida justa e imponderável da multiplicidade do tempo:

Voltemos ao lugar de onde partimos: a lembrança que parece recorrente a Freud de sua experiência sobre a Acrópolis, uma experiência que envolve uma relação com o passado, não apenas sua, mas a de uma cultura que se funda na tradição histórica oitocentista por ele partilhada. Essa lembrança parece ganhar força num momento em que para o próprio Freud a consciência do limite e da aproximação de uma perda definitiva – para um homem de oitenta anos – se fazem mais presentes. E esta consciência, transformada em elaboração textual, é o presente escolhido para homenagear o amigo por mais um ano de vida: uma afirmação da vida e do outro a partir de sentidos reconfigurados. É esta mesma consciência da perda, que torna tão necessárias estas imagens e figuras do passado diante dos nossos olhos, ajudando-nos a reconfigurar o mundo da existência presente, produzindo a vida pela história. Os inúmeros projetos da cultura histórica oitocentista, como por exemplo, o dos museus históricos nacionais, aponta neste sentido, para que também possamos, como Freud do alto da Acrópolis de Atenas, exclamar: “Então existia mesmo tudo aquilo, da maneira como aprendêramos na escola” (GUIMARÃES 2010, p. 48).

Está aí, portanto, uma lição que a pedra pode dar: “então, existiu”. A mesma pedagogia da história em seu “trabalho de luto”? Em certo sentido, sim, na medida em que estão em jogo maneiras de tornar o tempo compressível e minimamente aceitável. Contudo, se o foco é especificamente as pedras aqui expostas, a partir de diferentes dispositivos de escritas sobre o passado, seja a escrita literária, a musicológica ou a de preservação do patrimônio arquitetônico, o que parece prevalecer, a depender da circunstância, é a “melancolia”. Há,

111

enfim, uma espécie de tempo da natureza, responsável pela carga de tempo que um artefato passa a ter. Sol, chuva, neve, vento, tudo isso conta, além da própria marcação das intervenções humanas. São essas camadas de tempo que fascinam escritores como Alencar, Barroso, José Lins ou Victor Hugo.

Referências bibliográficas

- ALENCAR, José de. O Rio de Janeiro – prólogo. In: FREIXEIRO, Fábio. **Alencar: os bastidores e a posteridade**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1981, p. 110-113.
- _____. **Alfarrábios: Crônicas dos Tempos Coloniais**, I – O garatuja, II – O ermitão da glória, III – a alma do Lázaro. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1953.
- BANN, Stephen. **The Clothing of Clio: A study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BARROSO, Gustavo. **Seca e Meca e olivais de Santarém**. São Paulo: Presença, 1946.
- _____. A cidade sagrada... **Anais do MHN**, v. 5, p. 10-14, 1944 [1928].
- _____. O culto da saudade. **Anais do MHN**, v. 29, p. 32-34, 1997 [1912].
- _____. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, v. 1, 1951.
- _____. **Introdução à técnica de museus**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, v. 2, 1953.
- _____. **Portugal, semente de impérios**. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1943.
- BITTENCOURT, José Neves. Ouro Preto, nossa Roma: Antiquários e tradições numa trajetória de preservação. **Oficina do Inconfidência**, Ouro Preto, v. 4, p. 123-137, 2007.
- CARENA, Carlo. Ruína/Restauro. In: ROMANO, Ruggiero (dir.). **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984, p. 107-129.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p.15-32.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, ciência e saúde**. v. 7, n. 2, p. 391-413, jul./out 2000.
- _____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

- _____. Expondo a história: imagens construindo o passado. In: GUIMARÃES, Manoel L. S.; RAMOS, Francisco Régis L. (orgs.). **Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu**. Fortaleza: Edições NUDOC/UFC, 2010, p. 34-49.
- _____. História, memória e patrimônio. **Revista do IPHAN**, n. 34, p. 91-111, 2011.
- _____. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. In: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (org.). **Em tempo: história, memória, educação**. Fortaleza: Imprensa Universitária UFC, 2008, p. 39-80.
- HUGO, Victor. **Notre-Dame de Paris**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC/RIO, 2006.
- MACEDO, Epaminondas. Relatório em 24 de novembro de 1935. **ANAI DO MHN**, v. 5, 1944, p. 130-133.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. O surgimento da pesquisa antiquária. In:_____. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 85-117.
- MHN. **Catálogo Geral do Museu Histórico Nacional: primeira seção – arqueologia e história**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. **Projeto história**, v. 10, p. 37-44, 1993.
- PELOGGIO, Marcelo. José de Alencar: um historiador à sua maneira. **Revista Alea**, v. 06, n.01, 82-94. janeiro-junho, 2004.
- POLIANO, Luís Marques. Uma pedra brasonada do Rio Antigo. **Anais do MHN**, v. 4, p. 157-179, 1947.
- POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**. Coimbra: Edições 70, 2013.
- REGO, José Lins. **O cravo de Mozart é eterno**. Crônicas e Ensaios. Seleção, organização e apresentação de Lêdo Ivo. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- VIOLLET-LE-DUC, Eugène E. **Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

Diálogos históricos e historiográficos: séculos XIX e XX

Historical and historiographical dialogues: 19th and 20th centuries

Marcia Naxara

mrnaxara@uol.com.br

Professora assistente

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Franca

Departamento de História

Rua Fernão Dias, 8/72

05427-000 - São Paulo - SP

Brasil

Resumo

Procuro justapor as perspectivas de dois autores que, com pouco mais de um século de distância, apresentaram distintas preocupações quanto ao conhecimento do Brasil e a escrita de sua história: Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) e Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010). Para o primeiro, conhecer o país, seu território e sua formação era necessário à construção da nacionalidade, considerando a relação entre o passado, o estudo do presente e as perspectivas de futuro então abertas à jovem nação. Para o segundo, fundamental era o estudo dos procedimentos historiográficos e o acompanhamento das discussões que envolveram a escrita da história de um “ponto de vista nacional” no Brasil do século XIX. Trata-se, portanto, de um exercício de aproximação (e afastamento) entre os objetivos do historiador de hoje, dedicado ao estudo de textos fundacionais em circulação no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB); e os propósitos do historiador oitocentista, revelando, de certo modo, os caminhos do conhecimento histórico entre nós.

114

Palavras-chave

Historiografia; Manoel Luiz Salgado Guimarães; Henrique de Beaurepaire-Rohan.

Abstract

In this paper, I try to juxtapose the historiographical perspectives of two authors – Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894) and Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010). In spite of being intellectuals whose lives were separated by more than a century, both had strong interests on knowledge about the writing Brazil's history. For Beaurepaire-Rohan, cultivating knowledge of Brazil's geographical and historical constitution was needed for the larger task of constructing the nation. Guimarães, on his side, used to dedicate special attention to the study of historiographical procedures and to understanding the debates around the issue of how to write history from a “national point of view” in nineteenth-century Brazil. The paper is thus an exercise in approaching and distancing the aims of today's historians to/from those of their nineteenth-century counterparts.

Keywords

Historiography; Manoel Luiz Salgado Guimarães; Henrique de Beaurepaire-Rohan.

Recebido em: 26/6/2013

Aprovado em: 17/10/2013

Habitamos um país ainda pouco conhecido do estrangeiro, e que nós mesmos mal conhecemos. É dever nosso estudá-lo com a dedicação que inspira o patriotismo, e revelar ao mundo seus preciosos dotes. Com a simples e verídica exposição dos factos destruiremos certos preconceitos nascidos da ignorância, e que a má fé de escritores sem consciência tem propalado em nosso detrimento (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 159).

A presente coletânea oferece um conjunto de textos produzidos no Brasil ao longo do século XIX, apresentando os modelos de escrita adequados à narrativa do passado necessário às demandas do presente. Tais demandas eram articuladas ao projeto de afirmação do Estado nacional sob a forma monárquica no Brasil. Publicados nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, importante espaço de formulação de projetos para a nação em construção, muitos deles não foram reeditados. O conjunto aqui apresentado nos permite visualizar uma interessante disputa em torno do passado desejado para a nação brasileira e das formas necessárias para uma adequada escrita da história nacional (GUIMARÃES 2010, p. 10).

O reconhecimento de diferentes aspectos que possibilitam pensar o Brasil, incluindo a consideração do contorno geográfico que o conforma como país/paisagem e contém suas inúmeras outras paisagens identitárias – litorâneas e interiores –, constituiu elemento importante em movimentos realizados por intelectuais brasileiros do século XIX em seus projetos de conhecimento do país e de formulação de sua história, ou de suas histórias, bem como dos diferentes modos pelos quais se daria a conhecer e reconhecer a nacionalidade. Interesses que tinham por base tanto o mapeamento do solo em seus inúmeros acidentes geográficos, como a avaliação de potencialidades que poderiam ser colocadas no horizonte do novo país/nação. Ou seja, a idealização e visualização de possibilidades para a realização de projetos vinculava-se, ao menos em parte, à cartografia e ao mapeamento dos recursos físicos e humanos do passado e do presente, tendo em vista a construção sistemática de saberes que constituíssem memória e possibilitassem perspectivar e projetar o futuro, a partir do conhecimento do passado e da compreensão do presente em linha de continuidade.

Um segundo movimento, que ganhou consistência nas últimas décadas do século XX, pode ser reconhecido no interesse crescente pela reflexão e exploração dos mecanismos de memória e escrita – ou seja, de narrativas historiográficas com a potência de se inscreverem na memória coletiva –, não somente da história do Brasil em suas diferentes formas, mas dos caminhos percorridos para a sua consecução, ou seja, da sua historiografia. Em ambos podemos reconhecer, ainda que com perspectivas bastante diferenciadas, um interesse comum pela história de forma geral e pela história do Brasil, em específico.

Procuro colocar em diálogo, no sentido acima enunciado, reflexões que confluem no duplo investimento de ampliação do conhecimento: sobre o Brasil e sobre a escrita de sua história. Separadas por aproximadamente um século e, me parece, podendo ser aproximadas pela preocupação que lhes é central no que diz respeito à história. O texto de Henrique de Beaurepaire-Rohan (1812-1894), *Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil*,

publicado em 1877,¹ recentemente reproduzido como documento, com comentários esclarecedores, no volume *Livro de fontes de historiografia brasileira*, organizado por Manoel Luiz Salgado Guimarães (1952-2010), com publicação póstuma em 2010,² além de colocações centrais do autor sobre a área de estudos historiográficos.

Caminhos reflexivos que, na sua historicidade, somam e se inserem no fazer contínuo da história e da sua escrita em processo de permanente revisão. Colaboram para a reinscrição do conhecimento em formas de representar e reinventar o passado (RICOEUR 2000/2007, p. 9-39). Recortam e rearranjam fragmentos, ao “recopiar, transcrever ou fotografar”, de forma a construir e atribuir lugares e significados (CERTEAU 1975/2002, p. 81), em operações historiográficas que vinculam, continuamente, presente e passado.

Penso que podemos tomar os escritos de ambos como *projetos* – Beaurepaire-Rohan e Manoel Salgado Guimarães – que guardam relação, em que pese o seu distanciamento no tempo e nos procedimentos que os informam. Têm em comum a preocupação e proposta de elaboração e ampliação do conhecimento sobre o Brasil: no primeiro caso, Beaurepaire-Rohan tomava em consideração o vasto território da nova nação que então se formava, na perspectiva de formulação de uma “Carta Geral do Império”, ampla, que ambicionava constituir um abrangente tratado sobre o país, para o que propunha um esboço em forma de projeto; no segundo, Guimarães tencionava a reunião e divulgação, em leitura crítica, de reflexões produzidas sobre o Brasil no século XIX, ou seja, de documentos que alimentaram os caminhos – na ocasião iniciais – de formulação de uma história para o Brasil, num momento em que se ambicionava a definição de modelos e métodos fundantes para a escrita da(s) história(s), que possibilitasse(m) conformar a nacionalidade brasileira e uma memória coletiva nacional. Alguns bastante conhecidos hoje; outros, retomados por Guimarães em seus estudos. Do volume constam nove documentos, redigidos por membros do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre 1839 e 1894, numa proposta de leitura do passado que, segundo Guimarães, possibilita acompanhar o debate que então se travava em termos das proposições para a conformação da história, por meio de suas memórias, lembranças e articulação dos argumentos que garantiria a coerência do todo. Vale a pena enumerar datas e títulos dos textos que foram apresentados no espaço criado pelo IHGB, como sabemos, sob os auspícios do Imperador Pedro II, de forma a conferir visualidade à centralidade da nação no bojo das preocupações que movimentaram os homens naquele momento:

116

| | |
|------|--|
| 1839 | Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro <i>Januário da Cunha Barbosa</i> |
| 1841 | Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil? <i>Rodrigo de Souza da Silva Pontes</i> |

¹ Texto publicado em 1877, pela Tipografia Nacional e, na forma de artigo na *Revista do Instituto Politécnico Brasileiro*, vol. 8, p. 1-36 (GUIMARÃES 2010, p. 188).

² O presente volume constituiu parte de projeto amplo na perspectiva dos estudos de Guimarães, que visavam a ampliação das reflexões de ordem historiográfica no presente e do conhecimento sobre a historiografia do século XIX, como demonstra o conjunto de sua produção.

| | |
|------|---|
| 1843 | Como se deve escrever a história do Brasil <i>Karl Friederich Phillipe (sic) von Martius / Carlos Frederico Ph. de Martius</i> |
| 1843 | Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. <i>Henrique Julio de Walenstein</i> |
| 1847 | Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil Comissão: <i>Francisco Freyre Allemão; Monsenhor Joaquim da Silveira; Dr. Thomaz Gomes dos Santos</i> |
| 1863 | Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil <i>Raimundo José da Cunha Matos</i> |
| 1877 | Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil <i>Henrique de Beaurepaire-Rohan</i> |
| 1884 | Programa de história do Brasil <i>João Capistrano de Abreu</i> |
| 1894 | Indicações sobre a história nacional <i>Tristão de Alencar Araripe</i> |

Títulos que nos mostram a preocupação com o conhecimento do passado e do presente – história e geografia do Brasil; história do Brasil; história antiga e moderna do Brasil; história física e política do Brasil; história nacional – com duração no tempo quanto à compreensão do que fosse a história do Brasil em sua configuração nacional, capaz de expressar sua unidade: espacial, material, histórica e cultural – também visível nas propostas: quais os meios; como se deve; o melhor plano; organização; programa; indicações sobre. Enfim, procura dos melhores meios e da melhor forma para o esforço de síntese que proporcionasse a apreensão e compreensão do país/nação, conferindo-lhe historicidade e presença. Revelam sintonia com relação ao domínio das sensibilidades – em que as questões relacionadas à con-formação da nação passavam pela configuração geográfica, que envia a uma cartografia e a delineamentos precisos, importantes para o desencadeamento dos sentidos caros à constituição e elaboração do Brasil – pelos sentimentos de pertencimento a um lugar, uma região, um país, uma nação – de nascimento ou adoção. E, também, à construção de uma história, capaz de fornecer, por sua vez, sentidos de continuidade e vínculo entre passado, presente e futuro.

Em 2007, Manoel Salgado Guimarães havia publicado uma fina análise dos textos de Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), Rodrigo de Souza da Silva Pontes (1799-1855) e Raimundo José da Cunha Matos (1776-1839),³ antecedida das considerações que impulsionavam seus estudos e a

³ Memória lida em 1838 e publicada, postumamente, em 1863 (GUIMARÃES 2007, p. 114).

escolha desses três autores como fundantes de uma historiografia que se pretendia nacional e que, ao constatar o desconhecimento do passado do país, procurava definir modelos, localizar lacunas e construir os indicativos necessários à construção do passado e do presente, promovendo a institucionalização da história como conhecimento. Análises que se somavam aos seus trabalhos anteriores como o artigo "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", de 1988, que antecedeu a tradução, também póstuma, de seu doutorado *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*, de 1987, publicado em 2011. O conjunto de seus textos – outros poderiam ser somados – contribui para a visualização de como Guimarães procurou conformar o campo historiográfico do Brasil no século XIX e, simultaneamente, refletir sobre o crescente interesse pela historiografia como área de estudos, já não tão recente, entre os historiadores.

Textos e escolhas que aproximam de forma indelével espaço, natureza, gentes, tempos e temporalidades na expectativa de conformar saberes – históricos e historiográficos – que possibilitam pensar a história. Projetos – ambiciosos – de constituição e construção do conhecimento.

História e escrita da história

118

Beaurepaire-Rohan, como Presidente da Comissão da Carta Geral do Império, dirige-se ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1877, para apresentar a Memória [monografia] – "Organização da Carta Geográfica e da História física e política do Brasil". Cabe lembrar que ele era membro da SAIN – Sociedade Amigos da Indústria Nacional (1828), *locus* de fundação, em 1838, do IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de ter perfilado na SCI – Sociedade Central de Imigração, fundada em 1883. Entre outros escritos, apresentou ao mesmo Ministério da Agricultura, no ano seguinte, a Memória [monografia] "O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil" (Congresso Agrícola 1878). O conjunto de seus escritos, a meu ver, possibilita visualizar um Projeto de Brasil, a partir da preocupação com a delimitação de seus diferentes espaços, contornos e acidentes geográficos – meio físico; da sua ocupação pelo trabalho e pela produção de novos conhecimentos possibilitados pelo desenvolvimento da ciência de então, levando a uma crescente percepção dos espaços que conformavam o Brasil como território nacional de que decorria a necessidade, pelos homens da época, de sua afirmação e ocupação como tal (GUIMARÃES 2010, p. 16).



Soma, nas palavras de Guimarães, com o movimento diverso e diferenciado de "produção de sentido e significado para o passado" (GUIMARÃES 2010, p. 9), constituindo um dos elementos no cenário de disputas e tensões que foram conformando e afirmando o Brasil como país e nação e a monarquia como regime político. Colaborador no esforço de procura e produção de documentos e da organização de evidências para o estabelecimento de um conhecimento confiável sobre o Brasil – documentos

fundadores, com que se buscava alicerçar a sustentação do todo unitário, simultaneamente reconhecido em sua unidade e em suas diferenças. Recuperação importante, na perspectiva de conhecer os elementos do debate e as formas que foi tomando em processos de afirmação do passado e, por consequência, da nacionalidade.

Beaurepaire-Rohan, logo na "Parte Primeira – Da Carta Geográfica" – afirma a intenção de "bem representar o Brasil, tanto gráfica, como descritivamente" (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 159). Por comparação com a França, aponta as dificuldades técnicas para a aplicação da geodesia para a confecção da Carta do Império, tendo em vista o fato do Brasil ser inculto e desconhecido na maior parte de sua grande extensão. Afirma a necessidade da reunião de documentos que sejam dignos de confiança – referindo-se à Carta que havia sido preparada para a Exposição Nacional de 1875 e para a Internacional da Filadélfia de 1876 – elaborada a partir de documentos "autênticos", fornecidos pelo Sr. Barão da Ponte-Ribeiro" (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 161) – com ênfase na perspectiva e necessidade da reunião de documentos que pudessem dizer do passado e do presente do Brasil. Nesse sentido, indica como necessário o envio de modelo a todas as províncias, com procedimentos a serem observados, tendo em vista a coleta de novas informações, bem como a correção de possíveis enganos encontrados naquelas já existentes, de forma a crescentemente aperfeiçoar o conhecimento e alcançar a Carta Geral do Império, ainda que, dadas as limitações técnicas, não fosse possível construí-la com precisão.

Em publicação recente, de 2012 – *A cartografia impressa do Brasil* –, Max Justo Guedes reuniu o que considera "os 100 mapas mais influentes" do Brasil entre os anos de 1506 e 1922. Nele consta, além da Carta de 1875, uma segunda, também elaborada sob a Presidência do General Henrique de Beaurepaire-Rohan, datada de 1883. Guedes observa que a primeira delas abrange "parte dos países com os quais [o Brasil] faz fronteira", incluindo "trecho do Oceano Pacífico", além de "representação de relevo e localização de grupos indígenas" (GUEDES 2012, p. 85). A segunda contém "a designação das ferrovias, colônias, engenhos centrais, linhas telegráficas e de navegação a vapor" (GUEDES 2012, p. 87), também elaborada por solicitação do Ministério da Agricultura, demonstrando o empenho quanto ao esquadrinhamento da terra brasileira e de seus recursos. Os recortes a seguir possibilitam avaliar os resultados do investimento e o nível de detalhe em termos da cartografia brasileira efetivada para o conhecimento do território e de seu potencial.⁴

⁴ Os mapas podem ser vistos com maior detalhe no volume *A cartografia impressa do Brasil – 1506-1922*. A partir da delimitação de 100 mapas para a composição do volume, o autor escolheu os mapas impressos tendo em vista sua maior circulação e, portanto, influência na divulgação do conhecimento neles condensados. Na afirmação de Pedro Correa do Lago, foram mapas que "realmente fizeram diferença no conhecimento ampliado do delineamento da costa brasileira e na identificação progressiva dos principais acidentes geográficos do interior" (LAGO 2012, p. 10).

| | |
|--|--|
| <p>Figura 1 – Detalhe da Carta do Império do Brasil [1875]</p> | <p>Figura 2 – Detalhe da Carta do Império do Brasil [1883]</p> |
|  |  |
| <p>http://www.geheugenvannederland.nl/?/en/collecties/planos</p> | <p>http://www.4shared.com/all-images/0fu_apOV/Mapas.html</p> |

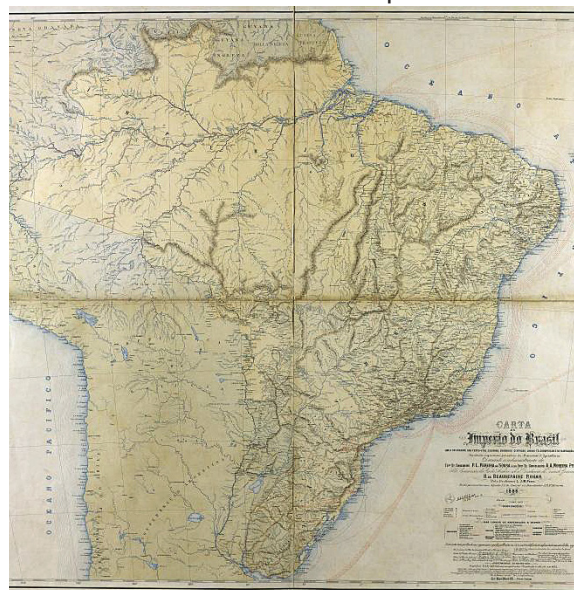
120

Desse esforço, pode-se concluir, resulta uma busca mais do presente que do passado, pautada pela procura do que se considerava necessário para se perspectivar o futuro: delimitar o Império em termos de sua geografia, descrevê-lo e representá-lo graficamente em seus inúmeros detalhes; explicitar suas características por meio de códigos, traçados e dispositivos simbólicos. Reunir elementos para avaliar possibilidades, conferindo organicidade e visualidade a conhecimentos que se encontravam dispersos. Visualidade efetivada pela síntese de conjunto proporcionada pelo mapa, cartografia que desenha e compõe o traçado/contorno da paisagem Brasil, fundamental para definir a nação, alimentar os sentimentos pátrios e estreitar os vínculos com a terra, para uns de nascimento, para outros de adoção: o traçado delineia a costa e sugere as fronteiras interiores por regiões menos conhecidas, realça a malha hídrica e demais acidentes notáveis da sua topografia, destaca o conjunto da natureza e, também, as realizações que resultam de sua ocupação pelos homens: áreas trabalhadas pela agricultura e outras atividades, riquezas naturais, caminhos de ferro que comungam com os rios, os recortes caprichosos de seu imenso litoral. No conjunto, representam imagem que remete, na figuração e na imaginação, para a pátria que se quer nação, no momento de tais investimentos. Entre outros conhecimentos, contribuiriam para mobilizar sentimentos que vinculam a paisagem em seus inúmeros detalhes ao país e nação a que se procura dar visibilidade pela cartografia. Imagens que se formam a partir da vinculação pátria, país e paisagem, a que a Carta Geral do Império confere unidade, suscitando o que Catroga (CATROGA 2008) denominou “sentimentos quentes”, tendo em vista a mobilização de afetos pátrios, de forma que o Brasil – com seu imenso e diferenciado território – torna-se perceptível pela construção visível do contorno geográfico que lhe dá concretude e possibilita que a imaginação seja lançada longe em termos de representações e, mesmo, da

dicotomia que acompanha o “conhecimento e exploração de seu território, marcado de forma forte pela litoraneidade, por uma ocupação que se fez pelas beiradas, deixando uma enorme quantidade de terras interiores por conhecer e dominar: naturezas e povos selvagens, indígenas, sertões” (NAXARA 2013).

As indicações dos trabalhos que informaram e possibilitaram a realização da Carta Geral do Império de 1875 foram publicadas pelo Barão da Ponte Ribeiro, que reuniu, também para a Exposição Nacional de 1875, significativo número de “trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos”, considerando a conveniência de “oferecer ao publico uma exposição, ainda que resumida, desses trabalhos”. Escolheu fazê-lo utilizando a ordem cronológica, tendo por ponto de partida o extremo setentrional do Império – “Planta do rio Oiapoque até o Forte de S. Luiz, [...], que em 1794 levantou...”, informando possuir a “planta e o respectivo relatório”. Dá continuidade com relatos sucintos e claros de cada um dos documentos e, desta forma, indica o objetivo da soma de informações que possibilitaram a elaboração da Carta, ainda que com deficiências: da “Parte Setentrional” (1-85 documentos), segue para a “Parte Ocidental” (86-128), “Parte Meridional” (129-173), “Parte Oriental” (174-289) e “Parte Central” (290-306), a que acrescentou as “Cartas que representam território compreendido em mais de uma das cinco precedentes divisões” (307-321) e, ainda, “Cartas que compreendem todo o Brasil” (322-330) (RIBEIRO 1876). Esclarece, ao final, que a existência de tantos mapas antigos no Arquivo Militar se devia à notícia, que chegara à Corte em 1811, de “estar em Santarém o General Massena com um exercito destinado a consumir a conquista de Portugal”, o que levou à emissão de ordens aos “Governadores do Reino para remeterem todos os Mapas Geográficos, planos topográficos, e plantas de fortalezas, e as respectivas memorias, que estivessem nos Arquivos de Lisboa, afim de evitar que caíssem no poder dos Franceses” (RIBEIRO 1876, p. 90). A quantidade de documentos por região só vem comprovar o enorme desconhecimento do Brasil interior, ainda que, ao olhar, impressionem pelo traçado – firme ao longo do litoral e somente sugerido nas fronteiras interiores – e pelos detalhes.

Figura 3 – Detalhe da Carta do Império do Brasil [1883]



http://www.4shared.com/all-images/0fu_apOV/Mapas.html

Para dar continuidade à perspectiva do projeto que propõe, na “Parte Segunda – Da História Física e Política do Brasil”, Beaurepaire-Rohan procede a uma seleção historiográfica, nomeando quatro autores no que afirmou constituir, como espectro de escolha, “numerosa plêiade de historiadores e geógrafos”: Pero Vaz de Caminha, Pero de Magalhães Gandavo, Gabriel Soares de Souza e Manoel Ayres do Casal. Parte da Carta de Caminha como “primeira página da história do Brasil”, que teve a sorte de “ter tido um historiador no mesmo dia de sua descoberta” (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 167-168),⁵ com as primeiras informações das terras e das gentes.

Na sequência indica a publicação de 1576, em Lisboa, da *História da Província de Santa Cruz*, por Magalhães Gandavo. Na sua afirmação, em que pesem as notícias que o autor traz sobre a terra, demonstrando o interesse por melhor conhecê-la, os indicativos de sua localização constituem “a prova à mais peremptória da ignorância naqueles tempos sobre a verdadeira posição e extensão do Brasil”, apresentado como alcançando “as altíssimas serras dos Andes e fraldas do Peru” a ocidente. Soares de Souza, em 1587, no *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil*, teria cometido os mesmos erros de Gandavo quanto aos limites sul e norte; teria, no entanto, se “acautelado” no que diz respeito às terras a ocidente, sobre as quais, de acordo com Beaurepaire-Rohan, guardou silêncio. Elogia e assinala a importância da “minuciosa descrição” que o autor faz da costa oriental, pelo reconhecimento de “baías, enseadas, ancoradouros e rios”. Reconhece em ambos, Gandavo e Soares de Souza – como qualidade – as referências aos recursos naturais e à população aborígene (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 170-171). Os indígenas aparecem como preocupação quanto à sua localização no mapeamento geográfico e, também como objeto de estudo nas menções realizadas pelos primeiros historiadores das coisas do Brasil. Cabe lembrar que o Imperador havia encomendado ao General Couto de Magalhães, para a mesma Exposição Universal da Filadélfia, um estudo sobre as populações indígenas, de que resultou *O selvagem*, texto em que Couto de Magalhães propôs pensar as formas de aproveitamento do selvagem e das terras por eles ocupadas. No conjunto, verifica-se que a população indígena constituía horizonte de preocupação política e intelectual no período: questão que, como analisa Rodrigo Turin, aparecia como “enigma” do ponto de vista da história, de forma que o historiador do Brasil naquele momento precisaria, também, ser etnógrafo, tendo em vista decifrar a possibilidade de uma história indígena, cercada pela “obscuridade”. Ou seja, como conferir historicidade e, mesmo, compreender o presente, de grupos étnicos cujo passado permanecia nas sombras, constituía debate em construção no interior do IHGB, sem um juízo definitivo quanto ao fato de que teriam vivido desde sempre “no estado de natureza” em que foram encontrados, ou se constituíam formas “decaídas”, “degeneradas”⁶ de civilizações anteriores (TURIN 2006). De todo modo, não

122

⁵ Beaurepaire-Rohan chama a atenção para a utilização, por Caminha, do “calendário juliano, que vigorava no seu tempo”, de forma que o dia 22 de abril corresponderia, no calendário gregoriano, ao dia 3 de maio (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 169).

⁶ Questão que aparece de forma bastante interessante no romance de Martius Frey *Apollonio*: um romance

teriam tido atenção privilegiada ao longo do século no IHGB e nas páginas de sua *Revista*, como nos informa o minucioso estudo de Lúcia Guimarães (GUIMARÃES 1995, p. 575-576). À população indígena somava-se o grande número de escravos e seus descendentes,⁷ marcados por silêncio mais gritante ainda, além da dificuldade de enfrentamento do mestiçamento frente a um horizonte modelado pela meta civilizacional europeia.

Beaurepaire-Rohan assinala, já em 1817, a *Corografia Brasileira* de Ayres do Casal, indicando que, ainda que contivesse muitos e "lamentáveis" erros, entre os quais a ampliação do território brasileiro pela anexação de não pequenas extensões então pertencentes à Coroa espanhola, empenhava-se em "se aproximar o mais possível da verdade". Tem importância marcante. No entanto, não altera o seu juízo quanto à necessidade de construir um conhecimento atualizado sobre o país que havia, até aquele momento, conhecido grande desenvolvimento nos mais variados aspectos e continuava constituindo, em grande parte, um enigma por decifrar (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p.171-172).

Acrescenta e finaliza pela referência à publicação mais recente à época, do volume *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*, de 1875, com autoria do Visconde do Bom Retiro. Do seu ponto de vista, a obra supria somente até certo ponto o conhecimento sobre o Brasil, permanecendo a necessidade de uma corografia, ou seja, não havia uma "descrição completa do Brasil, em relação ao seu estado atual". E é nesse sentido que Beaurepaire-Rohan indica sua proposta, a ser encaminhada como um trabalho coletivo, pela aplicação do princípio da "*divisão do trabalho*", sentido em que se dirige ao Governo, lembrando iniciativa anterior, pelo reconhecimento da necessidade de apoio oficial para a possibilidade de consecução do ambicioso projeto, a ser realizado com "tantos colaboradores quantos forem necessários" (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 172-173).

O "Programa", que então propõe, definia a "Corografia ou História física e política do Brasil" em duas secções, como segue:

A primeira será a descrição geral do Império;
 A segunda a do Município da Corte e das Províncias.
 A descrição geral do Império terá por base o plano junto, o qual, com as necessárias restrições, servirá também para a descrição do Município da Corte e das Províncias.
 Acompanhará a obra uma carta geral do Império
 (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 173).

Indica as instruções quanto aos procedimentos que os correspondentes colaboradores deveriam seguir, apontando a necessidade de prazos para a apresentação de trabalhos parciais, bem como os indicativos necessários à finalização dos textos, que seriam aceitos somente após rigorosa revisão, além de prescrever que deveriam ser "escritos em papel almasso [*sic*] pautado, com

do Brasil, escrito em 1831 e publicado somente na segunda metade do século XX, com tradução publicada no Brasil, pela Brasiliense, em 1992 (NAXARA 1994, p. 251 *et seq.*).

⁷ Lucia Paschoal Guimarães assinala que ao longo da segunda metade do século XIX, foram publicados na *Revista* do IHGB "somente três textos que faziam menção ao elemento negro" (GUIMARÃES 1995, p. 575).

o numero de ordem na parte inferior da página. O verso da página ficará em branco” (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 174).

No conjunto de prescrições, não há como não chamar a atenção para os indicativos quanto à inclusão de elementos que procurassem cativar o leitor, ou seja, pela ideia de que a história ensinaria o amor da pátria e colaboraria para a produção de vínculos de pertencimento:

Em todas as descrições, até mesmo nas de ordem meramente física, procurarão os colaboradores disfarçar a aridez do assunto por meio de notícias curiosas sobre os acidentes e produções naturais, a paisagem, a historia local e outras circunstâncias que possam interessar o leitor (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 174).

Na sequência, o Plano da Obra, bastante minucioso, tem início pelo “Prólogo” e pela “Descrição geral do Brasil”, seguido do “Capitulo I”, que, com diversos itens, constituiria a “Descrição física” do país. Na sequência, o “Capitulo II”, com a “Descrição política”, que teria início com a sua “História”, seguida de diferentes itens sobre a população e as atividades econômicas, que incluiriam as riquezas naturais, as atividades extrativas, as artes mecânicas, as belas artes, a literatura e as ciências, não deixando de chamar a atenção o fato de que tais temas aparecem antes de todo o aparato administrativo que lhe segue (BEAUREPAIRE-ROHAN 1877/2010, p. 175-187).

124

Projeto abrangente que, como vimos, perfilou com outros produzidos ao longo do século XIX, na perspectiva de pensar o Brasil e reunir informações verdadeiras e confiáveis que, sistematizadas, teriam a abrangência indicada no detalhado plano da obra. Tanto o país como o seu passado ganhariam forma e visibilidade no presente: imagens e textos; modos de interpretação que, num conjunto de contribuições e não sem debate e confronto, como afirma Manoel Salgado Guimarães para nomeá-los “textos de fundação”, constituiriam uma “forma peculiar de escrita, a escrita da história do ponto de vista nacional” e, também, da emergência do historiador no mundo das letras (GUIMARÃES 2012, p. 12). Textos que encontraram espaço de existência e debate no IHGB e divulgação por meio de sua revista, representando investimentos historiográficos que buscaram o estabelecimento de uma cronologia com sentido – fundante para a demarcação da existência da nação e da nacionalidade – ou seja, a construção da cronologia de uma fundação nacional.

Esforço de aprofundamento com relação à construção de conhecimentos sobre o Brasil que, sabemos, ultrapassou os limites do IHGB, tendo-se pautado não somente pela reunião de saberes técnicos e científicos, mas pelo cruzamento entre “razão e sensibilidade, objetividade e subjetividade” não só no desvendamento, como na criação de representações e imagens do mundo natural, das sociedades e da sua interação. Posicionamento romântico, marcado por sensibilidades e intuições “que alimentaram a construção de representações que incorporaram, em maior ou menor grau, a imaginação” (NAXARA 2004, p. 79), agudizando a consciência histórica, ou seja, a percepção de que a civilização era resultado do tempo, ou seja, materializava-se na história. Perspectiva alimentada pelos contrastes marcantes

da terra brasileira, na perspectiva dual de suas representações entre os opostos civilização e barbárie e subsequentes formulações de seus litorais e sertões; fatores explicativos importantes para a compreensão de suas singularidades e peculiaridades, em especial dos povos que a habitavam.

Numa visão de conjunto, na perspectiva apontada por Guimarães, bem como no regime de historicidade preponderante no século XIX (GUIMARÃES 2010; HARTOG 2006), tratava-se de assegurar a escrita da história no presente em perspectiva de seu significado para o futuro, tendo em vista a busca de um lugar na história universal para o Brasil, ou seja, um lugar no concerto das nações civilizadas. Não é desconhecida, da parte de Pedro II e daqueles que o cercavam no IHGB, a preocupação com a memória que deixariam para o futuro, ou seja, preocupação com a construção e gestão de uma memória coletiva.

Como indicado de início, a historiografia constitui-se como área de conhecimento interessada na produção não só de saberes em história, mas também na reflexão sobre o trabalho e procedimentos do historiador. Perspectiva que foi central à escolha dos textos que compõem a coletânea, tendo em vista a intenção de Guimarães de recuperar os elementos que estavam em questão no decorrer do século XIX, alimentando o desejo de elaboração de uma história nacional, no caso, para o Brasil. Momento, compartilhado no Ocidente, de escrita das variadas histórias nacionais, que buscaram os caracteres identitários capazes de definir as especificidades e as formas de compreensão e entendimento diferenciado de cada país no concerto das nações. No caso do Brasil, a definição do início e dos eventos que lhe deram continuidade, marcando sua individualidade e expressão como nação valendo-se da escrita de sua história. Como lembram Paulo Knauss e Temístocles Cezar a partir de Ricoeur, “a origem é mítica e o começo é histórico” (KNAUSS; CEZAR 2011, p. 11). Ambos, início e continuidade, me parece, ganham existência a partir de um lugar: um território, um país, um delineamento, inúmeras paisagens. Várias as interpretações e formas de ver e dimensionar o espaço que se constitui país/paisagem com seus inúmeros outros espaços e paisagens interiores. Diferentes relações que se instituem no tempo, criando vínculos, embora sempre transitórios – ainda que com duração e razoável estabilidade –, entre presente e passado, por olhares que se materializam em diferentes suportes e configurações, que tocam não somente a consciência, como a sensibilidade, pela coesão de sentimentos que convergem para a constituição da nacionalidade. Pertencimento que coloca, de forma forte, a relação meio natural e meio social (NAXARA 2013).

O século XIX como século da história (GUIMARÃES 2002, p. 184), a que se poderia acrescentar, da biologia, ou mesmo das intrínsecas aproximações que podem ser estabelecidas entre os dois campos do conhecimento no que diz respeito às interpretações do mundo, pelo desenvolvimento de caminhos que possibilitassem perscrutar o passado – com método – produzindo explicações e entendimentos decorrentes do movimento temporal. Movimento que, por sua vez, têm existência na história e, por seu lado, mobiliza “interesses políticos e de conhecimento numa rede complexa em que, se o saber pode significar poder, é também do lugar do poder que se tecem saberes a respeito dos tempos pretéritos” (GUIMARÃES 2002, p. 184), em especial se a composição de uma história nacional

ocorre a partir de um lugar que conquista e ocupa o direito de fala, mesmo que as falas tenham sido múltiplas e a disputa interior ao IHGB possa ter tido dimensão significativa. Lucia Paschoal Guimarães (GUIMARÃES 1995) acompanhou, extensa e intensamente, a documentação do Instituto, procurando realçar temáticas e debates, exercícios de memória, silenciamento, denegação e esquecimento no desenrolar dos esforços de pesquisa, estabelecimento documental e escrita da história em seu interior: vaidades, interesses, deficiências e debilidades no que diz respeito às possibilidades quanto aos objetivos perseguidos de construção de uma história nacional, continuamente debatido em termos de modelos que pudessem servir à sua consecução.

Conhecer e refletir sobre o desenrolar de tal empreitada foi interesse central ao trabalho de Manoel Salgado Guimarães, no deslindar e acompanhar, colocando presente e passado em relação, os passos iniciais da historiografia praticada no Brasil, referenciada nas formas de conhecimento histórico – teoria e método – vigentes e em construção no século XIX. Interesse especial para com os procedimentos daqueles que iniciaram os estudos históricos, contribuindo, simultaneamente, para a sua constituição como disciplina e ciência e, também, para a pesquisa histórica e definição dos caminhos de formulação de uma história para o Brasil: “Reconstruir o passado que se deseja narrar é a tarefa dessa primeira geração de escritores e literatos que igualmente vão se construindo, por meio da escrita que propõem, como os primeiros historiadores do Brasil” (GUIMARÃES 2010, p. 14-15), em processo praticamente sem fim e, também marcado pelos debates intelectuais e políticos de seu tempo.

126

A história como parte de uma cultura histórica, na afirmação de Guimarães – penso que característica, talvez, ao mundo ocidental – “que supõe inúmeros outros dispositivos coletivos de produção de sentido e significado para o passado” e que se interroga, “de modo sistemático, sobre as diferentes formas de transformar o passado” em objeto de investigação (GUIMARÃES 2010, p. 9). Para o autor é questão que foi adquirindo consistência e relevância no Brasil nas últimas décadas do século XX, podendo-se reconhecer movimentos crescentes de reflexão sobre a própria disciplina, ou seja, sobre o próprio fazer do historiador. Na esteira de Pierre Nora, considera que a “uma percepção cada vez mais acelerada do tempo, a uma velocidade que parece condenar o próprio presente a um esquecimento, os esforços sociais para a ‘preservação’ do passado assumem cada vez mais sentido” (GUIMARÃES 2007, p. 95-96). A compreensão dessa busca e/ou percepção de sentido do conhecimento o levou, de forma consequente, aos primeiros gestos de construção de uma história nacional para o Brasil, a partir do estudo de textos que, como já apontado, considerava fundantes, uma vez que são articulados, em proveito da formulação de uma escrita coerente para o passado, ou melhor, para a escrita do/sobre o passado, no caso, do Brasil. Afirma valer-se das “sugestões valiosas de Aleida Assmann” para estabelecer “clara distinção entre os textos e restos/vestígios do passado”, demarcando as diferentes formas de sua apreensão e, também, o percurso de seu próprio trabalho interessado no estudo das complexas relações que “enredam história e memória”, a partir de textos que elaboraram reflexões sobre a história e sobre o momento vivido, na tentativa de

apreensão do passado e formulação de uma história, de modo que “a produção de conhecimento sobre o passado não deve ser percebida sem suas articulações com o presente em que se realiza” (GUIMARÃES 2007, p. 98-100).

Manoel Salgado Guimarães tem por horizonte, sempre, a tensão constitutiva do trabalho do historiador, “entre uma escrita que busca ordenar, submeter a uma gramática e a uma sintaxe aquilo que por natureza é movediço, sinuoso, tortuoso e corrosivo – as experiências humanas vividas” e a possibilidade da novidade e do inesperado que o trabalho do historiador comporta (GUIMARÃES 2007, p. 15). Aberturas, portanto, para um passado que jamais se cristaliza num conhecimento definitivo, mas que entra na série infinita de reinscrições possíveis.

Retomo o exercício de diálogo dos dois autores em questão – Beaurepaire-Rohan e Manoel Salgado Guimarães –, com realce para o fato de que ambos possuíam, em momentos e situações diversas, propósitos e projetos vislumbrados em termos da produção de conhecimento sobre o Brasil e reflexão sobre o já produzido. Projetos de dimensionamento do já conhecido e das formas que possibilitam pensar o presente em sua relação com o passado. Beaurepaire-Rohan não se pretende historiador, no entanto, consoante ao século XIX em que viveu, escreve para propor perspectivas futuras, realçando a necessidade de ampliação do conhecimento existente sobre a terra brasileira, em sentido amplo, sistêmico e enciclopédico – para o que retomou aspectos e informações, tanto do passado como do presente. Seu olhar, no entanto, dirige-se projetivamente para o futuro, para o que visualiza como possibilidades de efetiva construção da nação. Guimarães, historiador, para quem o “labor historiográfico” é “nossa profissão” e, também, “nossa maneira de estar no mundo” (GUIMARÃES 2007, p. 16), por seu lado, procurou ampliar o conhecimento das formas como se pensou a história, a história das nações e a história do Brasil no século XIX, de forma instigante e a instigar, em ampla conexão com as reflexões sobre o fazer historiográfico, mais do que o conhecimento da história, o fazer do historiador – seu *métier* – no sentido da indagação frequentemente lembrada de Certeau (que nos faz lembrar Marc Bloch): “O que *fabrica* o historiador quando ‘faz história’?” (CERTEAU 1975/2002, p. 65) realçando, na operação historiográfica o lugar de onde fala o historiador.

Ao encerrar penso que cabe lembrar a aproximação que nos é tão cara, da dimensão e importância da escrita da história, na forma como abordada por Ricoeur (RICOEUR 2000/2007, p. 250-260), em especial quando se tem por foco central uma produção que se faz arquivo de como se pensou a história e o conhecimento não somente da história, mas também de sua trajetória em termos de produção de conhecimento. A escrita que elabora narrativas, para o autor, não somente lhe é central, como está presente em todos os momentos e atividades que compõem a operação historiográfica: do registro no arquivo à produção do texto do historiador. Produção essa que entra na mesma cadeia que vincula passado e presente e, por sua vez, se faz, também, documento. Parece interessante, considerando a trajetória de espaços que inventam paisagens, geográficas e mentais; espaços que são temporalizados e se fazem histórias, encerrar pela símile de Certeau que aproxima os relatos, ou seja, a escrita – não somente da história –, a itinerários que organizam lugares, caminhos e trajetórias (CERTEAU 1990/1994), para pensar a leitura, também, das Cartas Gerais

do Império que, desenhando cartografias absolutamente necessárias para a orientação pelos caminhos e lugares, uma vez que mapeiam o território de forma a conduzir o leitor por suas veredas – para colocá-la em paralelo com a forma poética que Knauss e Cezar (KNAUSS; CEZAR 2011) utilizaram ao redigir o Prefácio de *Historiografia e nação no Brasil*, a que deram o título “O historiador e o viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém”, onde realçam, por sua vez, os caminhos percorridos por Manoel Salgado Guimarães, em sua forte e consistente produção sobre o ofício do historiador.

Referências bibliográficas

4SHARED. http://www.4shared.com/all-images/0fu_apOV/Mapas.html. [Acesso em 03/06/2013].

BEAUREPAIRE-ROHAN, Henrique de. Estudos acerca da organização da carta geográfica e da história física e política do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ; FAPERJ, 2010 [1877], p. 157-191.

_____. O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil. In: **Congresso Agrícola**. Coleção de Documentos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878, p. 242-252.

CATROGA, Fernando. Pátria, Nação, Nacionalismo. In: TORRALBA, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUZA, Julião Soares (coord.). **Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 9-39.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 1ª edição francesa 1975. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. Relatos de espaço. In: **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. 1ª edição francesa 1990. Nova edição, estabelecida e apresentada por Luce Giard. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 199-217.

GEHEUNGEN VAN NEDERLAND. <http://www.geheugenvannederland.nl/?/en/collecties/planos>. [Acesso em 03/06/2013].

GUEDES, Max Justo. **A cartografia impressa do Brasil – 1506-1922**. Os cem mapas mais influentes. Rio de Janeiro: Capivara, 2012.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **R.IHGB**, Rio de Janeiro, vol. 156, n. 385, jul./set. 1995, p. 459-613.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: _____. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ; FAPERJ, 2010, p. 7-16.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 93-122.

_____. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no

- século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, dezembro 2002, p. 184-200.
- _____. (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- _____. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ; Anpuh, 2011.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos** – Caminhos da historiografia, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, 1998, p. 5-27.
- _____. Prefácio. In: ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **História: A arte de inventar o passado**. Bauru-SP: Edusc, 2007, p. 15-18.
- HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 15-25.
- KNAUSS, Paulo; CEZAR, Temístocles. Prefácio – O historiador viajante: itinerário do Rio de Janeiro a Jerusalém. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil. 1838-1857**. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: Ed.UERJ; Anpuh, 2011, p. 7-21.
- LAGO, Pedro Corrêa do. Prefácio – Uma seleção criteriosa e inspirada. In: GUEDES, Max Justo. **A cartografia impressa do Brasil – 1506-1922**. Os cem mapas mais influentes. Rio de Janeiro: Capivara, 2012, p. 9-11.
- NAXARA, Marcia R. C. Brasil: país em paisagens. In: NAXARA, Marcia; CAMILOTTI, Virgínia (orgs.). **Conceitos e linguagens: construções identitárias**. São Paulo: Intermeios (no prelo).
- _____. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Ed.UnB, 2004.
- MAGALHÃES, General Couto de. **O Selvagem**. 4ª ed. com “Curso da Língua Geral Tupi”. São Paulo-Rio-Recife-Porto Alegre: Cia. Editora Nacional, 1940 [1876].
- RIBEIRO, Barão da Ponte. **Exposição dos trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à Carta Geral do Império exibida na Exposição Nacional de 1875**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/221761>.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 1ª edição francesa 2000. Trad. Alain François *et. al.* Campinas: Ed.Unicamp, 2007.
- TURIN, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.) **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 86-113.

Historiografia, memória e ensino de história: percursos de uma reflexão

Historiography, memory and history teaching: pathways of a reflection

Maria da Glória de Oliveira

mgloriaprof@gmail.com

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Campus Seropédica - BR 465, km 7

2389-0000 - Seropédica - RJ

Brasil

Resumo

Em um de seus últimos trabalhos, Manoel Luiz Salgado Guimarães abordou as tensões e os paradoxos das relações entre a escrita e o ensino da história, entendendo ambas as operações como marcas distintivas de duas dimensões indissociáveis, da construção do conhecimento histórico e do próprio ofício do historiador. No presente artigo, proponho um retorno a textos por ele publicados a partir do final dos anos 1990, através dos quais apontarei alguns dos problemas teóricos que perpassaram as suas reflexões em torno da história escrita e da história ensinada como formas de configuração de sentido e de usos do passado. O objetivo é situar as proposições de Manoel Salgado acerca do ensino da história nos desdobramentos de suas proposições teóricas sobre a historiografia.

130

Palavras-chave

Historiografia; Memória; Ensino de história.

Abstract

In one of his last published texts, Manoel Luiz Salgado Guimarães addressed the tensions and paradoxes involved in the relationship between history writing and history teaching, and presented both operations as constitutive of two inseparable dimensions of the construction of historical knowledge and the historian's craft. This article aims at revisiting the texts Guimarães published from the late 1990s on, pointing to some of the theoretical problems that have permeated his reflections on history education and writing as forms of meaning making, as well as ways of using the past. My purpose is to show that Guimarães' considerations on history teaching is one of the unfoldings of his theoretical propositions about historiography.

Keywords

Historiography; Memory; History teaching.

Recebido em: 3/10/2013

Aprovado em: 28/10/2013

[...] atemorizados por uma barbárie cada vez mais presente em nossos cotidianos, repensar a história e seu ensino pode nos ajudar a refazer nossa humanidade esgarçada, tornando o passado não o lugar seguro para as respostas que nos angustiam, mas a fonte [...] para a nossa ação no mundo (GUIMARÃES 2009, p. 50).

Com as palavras acima, Manoel Luiz Salgado Guimarães encerrava a conferência de abertura do Seminário Ensino da História: Memória e Historiografia, na Universidade Federal Fluminense em 2008, legando-nos uma instigante reflexão acerca das relações entre a escrita e o ensino da história na contemporaneidade.¹ Naquele momento, o tema do ensino já vinha sendo explorado como objeto profícuo de pesquisa entre os historiadores, o que se confirma com a multiplicidade de trabalhos acadêmicos e eventos a ele dedicados no Brasil, nos últimos anos. Por conseguinte, mais do que assunto de relevância incontestável, não poderíamos pensar, inspirando-nos nos argumentos de François Hartog, que a evidência da história, para além de denotar a consagração institucional de suas ambições disciplinares científicas, não se atestaria nos modos como ela, além de “relatada, escrita e feita” (HARTOG 2011, p. 11), também passou a ser ensinada?

O debate em torno da história como matéria escolar, sob muitos aspectos, sempre esteve associado à constatação de uma defasagem entre o conhecimento histórico produzido segundo as regras da pesquisa científica, especializada e acadêmica e os seus “resultados” difundidos pelo sistema de ensino ou através da circulação pública e massiva, visando certos fins pedagógicos e, de modo mais explícito, as demandas sociais do tempo presente.² Afirmando não ter a pretensão de adentrar no problema das relações entre a história escrita, em grande parte fabricada no âmbito da universidade, e a história ensinada nas escolas, Manoel Salgado explora as tensões e os paradoxos entre ambas a partir de uma indagação sobre as condições que tornaram possível a própria constituição da história como objeto de uma pedagogia escolar, isto é, como “matéria efetivamente organizada sob um sistema que prevê seu ensinamento, sua transmissão” (GUIMARÃES 2009, p. 36). Sob tal perspectiva, pensar o ensino do saber histórico implica que já estejamos situados em um momento particular da própria história da história, quando ela se apresenta instituída como disciplina científica para a qual as sociedades modernas dirigem demandas específicas. Portanto, é no conjunto dessas demandas que acompanham a sua constituição disciplinar que também se situa a configuração da história como objeto pedagógico e componente obrigatório do currículo escolar (GUIMARÃES 2009, p. 37).

Como tema pouco associado à obra de Manoel Salgado, interessa-me neste

131

¹ O Seminário Ensino da História: Memória e Historiografia ocorreu entre 2 e 4 de junho de 2008, como parte das atividades do projeto Culturas políticas e Usos do passado – Memória, Historiografia e Ensino de História, que reuniu um grupo de professores de diferentes universidades do Rio de Janeiro. O evento deu origem ao livro *A escrita da história escolar: memória e historiografia*, que reúne os trabalhos então apresentados, entre eles, a conferência de abertura de Manoel Salgado (ROCHA; MAGALHÃES; GONTIJO 2009).

² Nas palavras de Beatriz Sarlo, a história não acadêmica, mesmo aquela praticada por profissionais da área, “escuta os sentidos comuns ao presente, atende as crenças de seu público e se orienta em função delas”, conectando-se ao “imaginário social contemporâneo” (SARLO 2005, p. 15).

artigo identificar os percursos que o levaram a refletir acerca da história escrita e da história ensinada, situando tais reflexões no desdobramento das abordagens sobre historiografia e memória, que marcaram as suas contribuições seminais como pesquisador da cultura histórica oitocentista. O que proponho, portanto, é um ensaio de leitura de artigos publicados entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, nos quais despontam proposições, escolhas teóricas e, sobretudo inquietações próprias de um professor-historiador no exercício de seu ofício.

Caminhos para a historiografia em tempos de crise

Como então não postular a incômoda, mas indispensável pergunta acerca da relação que nosso texto mantém com este conjunto de eventos e experiências passadas? E como não ver aí um caminho para se pensar diferentemente a historiografia, entendida enquanto escrita da história, agora percebida como atividade mais complexa e nada simplista, como se escrever sobre o passado fosse apenas o ato de expressar num texto uma realidade existente fora dele? (GUIMARÃES 1998, p. 15).

132

Dez anos após a publicação do artigo "Nação e civilização nos trópicos", Manoel Salgado apresenta aquelas que seriam as suas primeiras reflexões sobre a historiografia, em dois textos publicados em 1998 e 2000 respectivamente, apontando os caminhos e as abordagens possíveis para uma delimitação renovada das especificidades dessa área entre os estudos históricos.³ Escrito no final do milênio, "Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina" (1998) sugere, em seu próprio título, o diagnóstico geral de um período de dúvidas e incertezas no âmbito disciplinar, mas que, potencialmente, também se apresentava como oportunidade para os historiadores repensarem o próprio campo e o exercício de seu ofício. No segundo artigo, "Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido" (2000a), a referência ao contexto das celebrações dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, serve como ponto de partida para o aprofundamento da análise das relações entre história e memória nos processos de fabricação simbólica dos laços de identidade coletivos, tema apenas esboçado no texto anterior.⁴ Considero relevante mapear os percursos argumentativos registrados nesses textos, de modo a pontuar algumas das escolhas teóricas que se delinearam a partir do trabalho sistemático e reflexivo que Manoel Salgado dedicou ao problema da historiografia.

Com a expressão "crise da história" que resumia difusamente o contexto historiográfico na França dos anos 1980/1990, também se poderia denotar o "tempo dos retornos" (da narrativa, do acontecimento, do político e do biográfico), o momento de "reviravolta epistemológica" geral no campo das ciências sociais, ou ainda a "virada crítica", alusão direta ao título do editorial de 1988 da revista dos *Annales*, escrito como reação propositiva frente aos debates em torno das

³ Publicado no primeiro volume da *Revista Estudos Históricas*, em 1988, como parte do dossiê "Caminhos da historiografia", "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional" tornou-se um texto paradigmático e de ampla recepção para os estudos da escrita histórica brasileira, consistindo no resumo dos argumentos da tese *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*, defendida por Manoel Salgado no ano anterior, na Universidade de Berlim, sob a orientação de Hagen Schulze.

⁴ Para uma relação completa da produção bibliográfica de Manoel Salgado, ver GUIMARÃES 2011, p. 277-280.

capacidades explicativas da história e da sua escrita (DELACROIX 2012, p. 338). No artigo de 1998, Manoel Salgado dialoga diretamente com autores que, naquela década, reconheciam uma guinada reflexiva entre os historiadores, como efeito dos questionamentos a certo modelo de ciência histórica, sobretudo ao projeto de escrita da história fundado em grandes unidades de identificação, como a nação moderna, e nos princípios aglutinadores implícitos na ideia de progresso (GUIMARÃES 1998, p. 6). Ainda na introdução do texto, duas referências servem para demarcar a linha de reflexão proposta: a primeira delas é Pierre Nora e, mais especificamente, a constatação de que a história atingira uma era epistemológica, com o advento de uma preocupação historiográfica no interior da disciplina o que, de modo particular, se consubstanciava nos trabalhos que compunham a obra coletiva *Les Lieux de mémoire*, dirigida pelo historiador francês. Nora reaparecerá na parte final do artigo, como um dos autores chave para se pensar novas possibilidades de abordagem para o estudo da historiografia.

Outro autor que também fornece os argumentos iniciais do texto é Jörn Rüsen. Segundo a leitura de Manoel Salgado, na proposta de uma tipologia das formas de historiografia ou modos de escrita histórica, o historiador alemão alçava a reflexão acerca do *que fazemos* quando escrevemos história ao estatuto de problema teórico fundamental, remetendo a uma investigação acerca dos processos de constituição de sentido e significado para o passado. Isso porque o exercício teórico acerca do fazer historiográfico pressupunha, antes de tudo, considerar a escrita da história em sua “condição fundamental de historicidade, o seu lugar no tempo e entre os homens, sua contingência”, o que significava não esquecer que o nosso ofício não se situa para além ou fora desta história (GUIMARÃES 1998, p. 7). E o primeiro passo neste sentido seria reconhecer as condições históricas dessa constituição disciplinar, indelevelmente marcada pela convicção no progresso como um dado inerente e distintivo da experiência humana e das sociedades ocidentais contemporâneas. Assim, “nossa disciplina institucionalizada e definida como campo autônomo de saber no auge desta crença no século XIX, parece ter se transformado na memória deste mesmo progresso, como uma escrita que reafirmasse a cada passo uma natureza intrínseca que se desvelasse a cada novo período histórico” (GUIMARÃES 1998, p. 8). Sabe-se, contudo, que tal projeto de ciência, fundado na confiança das potencialidades explicativas do conhecimento histórico, não permaneceu inerte a questionamentos críticos que, pelo menos desde o final dos Oitocentos, puseram em xeque certas expectativas e demandas sociais dirigidas à função pedagógica e emancipadora da história.

Mas, levando em conta que, no final dos anos de 1990, a palavra “crise” aglutinava experiências que extrapolavam as inquietações peculiares e exclusivas do campo disciplinar, quais seriam os caminhos possíveis para a renovação da historiografia como campo efetivo de pesquisa? Como reivindicar a legitimidade e a relevância dos estudos dessa natureza? De imediato, Manoel Salgado reconhecia na historiografia uma área de estudos pouco valorizada no interior da disciplina histórica, nas suas palavras, “uma ‘prima pobre’, marcada por uma

forte tradição positivista que se contentava em elaborar catálogos de autores e obras” (GUIMARÃES 1998, p. 10-11). Ademais, a escassa inovação desses estudos decorreria de um procedimento que se tornara comum nos trabalhos historiográficos e nos modos de se conceber a história da disciplina, segundo o qual

o simples ato de identificação de um autor e seu contexto de produção dariam conta suficiente da inteligibilidade da história produzida, sem que uma problematização da obra enquanto ato de criação e construção de um passado estivesse na pauta destas investigações (GUIMARÃES 1998, p. 11).

No caso brasileiro, era necessário reconhecer nos trabalhos de José Honório Rodrigues, ainda na década de 1950, o caráter pioneiro e sintomático do advento de certa preocupação historiográfica em nossos meios acadêmicos, a despeito do seu compromisso com uma visão cronológico-evolutiva da ciência histórica como princípio subjacente à seleção e canonização dos historiadores e suas obras. É importante destacar que, no artigo de 1998, os dois únicos e breves parágrafos dedicados ao autor de *A pesquisa histórica no Brasil* servem para delimitar o que se configurava como “tradição” no campo dos estudos historiográficos, ou seja, a confecção de repertórios e balanços críticos, frente a qual era possível contrapor outras perspectivas de abordagem, cuja novidade estava em tomar “a escrita da história como objeto da própria história, constituindo-a, portanto, enquanto ‘problema’” (GUIMARÃES 1998, p. 12).⁵

134

Sete anos mais tarde, o argumento reaparece no artigo “Historiografia e cultura histórica: notas para um debate” (GUIMARÃES 2005). Nele, a contribuição de José Honório será objeto não apenas de avaliação mais detida e aprofundada, mas igualmente de uma problematização acerca de alguns pressupostos do seu empreendimento historiográfico. Neste sentido, vale a pena nos desviarmos do artigo de 1998, abrindo espaço para a passagem extraída do texto posterior, no qual se evidencia uma inflexão importante nas análises de Manoel Salgado, na medida em que ele reavalia a confecção de repertórios historiográficos, enfatizando, de modo mais incisivo, o seu papel na construção da memória disciplinar:

Se a organização sistemática destes catálogos não deve ser confundida com o trabalho de historiografia, são inegáveis a sua utilidade e necessidade como forma de organização de repertórios a serem trabalhados pela pesquisa historiográfica. Por outro lado, não podemos descuidar de nos interrogar acerca do olhar que empreende estes mesmos repertórios, num movimento em que ao mesmo tempo em que os apresenta, os apreende segundo certa chave de leitura, constituindo a partir daí *uma memória acerca destes autores e obras*. Portanto, o *catálogo*, longe de ser uma *atitude neutra do pesquisador-compilador*, sugere um conjunto de procedimentos e dispositivos de leitura e compreensão de autores e obras segundo uma memória que se quer objetiva (GUIMARÃES 2005, p. 37, grifos meus).⁶

⁵ Poderíamos acrescentar, a propósito, que essa tradição de estudos historiográficos, tal como assinalada por Manoel Salgado, forjou-se a partir de escolhas que, de certa forma, pareciam contrariar as advertências formuladas em 1914 pelo autor de um clássico das pesquisas do gênero, Eduard Fueter, quando postulou que uma história da historiografia deveria ser “outra coisa do que um léxico de historiadores” (FUETER 1914, p.II).

⁶ Neste sentido, na proposta de ultrapassar a confecção de catálogos e balanços bibliográficos que, tradicionalmente, se confundiram com os estudos de historiografia, se era imprescindível a demarcação dos

Quando retomamos a leitura do artigo “Repensando os domínios de Clio” (1998), é possível perceber, em sua segunda parte, a mobilização de autores que, naquele momento, ofereciam elementos para que a historiografia se alçasse a um patamar diverso e distinto da “tradição dos catálogos de autores e obras”, convertendo a escrita da história e o próprio trabalho do historiador em objetos de um novo olhar historiográfico. No conjunto dessas referências, o primeiro nome que sugeria possibilidades de renovação do trabalho com a historiografia era o de Michel de Certeau, cujas formulações tornavam incontornáveis a compreensão do texto dos historiadores como resultado de uma fabricação e a abordagem do discurso histórico como prática social submetida a regras e disposições históricas, contingentes e, portanto, sujeitas à temporalidade.⁷

Por uma perspectiva diversa, a desnaturalização da escrita da história e o questionamento do modelo cientificista do conhecimento histórico também se apresentavam como contribuições decisivas advindas, por um lado, dos debates em torno da narrativa, iniciados no começo dos anos de 1970 e, por outro, da chamada virada linguística, deflagrada no âmbito da filosofia analítica anglo-saxã, a partir da qual a linguagem deixaria de ser concebida como um meio mais ou menos transparente para a representação de uma realidade “objetiva” e externa a ela mesma.⁸ Nesse contexto, a *Meta-história*, de Hayden White, publicada em 1973 e editada pela primeira vez no Brasil em 1992, mantinha-se como uma referência obrigatória e, sob muitos aspectos, complementar às reflexões de Certeau, apresentando-se como uma segunda via de abordagem renovada para a historiografia, a despeito do caráter provocativo e polêmico da tese do historiador norte-americano acerca da dimensão ficcional do texto historiográfico e, por conseguinte, da difícil recepção e escasso reconhecimento entre os seus pares. Com as proposições de White, despertava-se do nobre sonho rankiano que postulava o realismo como meta e marca distintiva do texto histórico. Em decorrência disso, “a dimensão textual da produção do historiador passa[va] a ser o centro da análise historiográfica, a partir das regras próprias à sua elaboração e dos modelos disponíveis em uma determinada cultura para a representação textual do mundo” (GUIMARÃES 1998, p. 15).

Ainda no elenco de referências assinaladas por Manoel Salgado, destacam-se as reverberações da polêmica narrativista para além do contexto francês e anglo-saxão. A primeira, no ambiente acadêmico alemão, entre o final dos anos de 1970 e início de 1980, reunira um grupo de historiadores no evento sobre “Formas de escrita da história”, resultando na publicação homônima, sob a organização de Reinhart Koselleck, Heinrich Lutz e Jörn Rüsen. Outra recepção não menos

seus objetos, a formulação de problemas e de pautas específicas de investigação, igualmente se fazia necessário o trabalho de edição crítica e comentada de textos como forma de se constituir um *corpus* de fontes possíveis de pesquisa. Essa preocupação estava na base de um dos importantes projetos de Manoel Salgado, que se concretizou postumamente com a publicação do *Livro de fontes de historiografia brasileira*, composto por discursos, dissertações e memórias, publicados na revista do IHGB, ao longo do século XIX, transcritos em sua ortografia e pontuação originais e acrescidos de elucidativas notas do seu organizador (GUIMARÃES 2011).

⁷ O texto de Certeau, citado por Manoel Salgado, corresponde à primeira versão, incluída na edição brasileira da obra organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: novos problemas*, em 1976, dois anos após a publicação no original francês *Faire de l'histoire*. O estudo, revisto e ampliado, reapareceu sob o título “A operação historiográfica”, no livro *L'Écriture de l'histoire*, de 1975, cuja primeira edição no Brasil data de 1982.

⁸ Para uma análise do impacto teórico da virada linguística na história intelectual, ver PALTÍ 2012, p. 19-167.

significativa do debate, desta vez em solo brasileiro, estaria no colóquio com especialistas de diferentes campos de pesquisa em torno do tema *Narrativa, Ficção e História*, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1987.⁹

Em seu conjunto, todas essas indicações assinalavam uma espécie de fim de uma "idade da inocência" das abordagens da historiografia e da própria escrita da história, que passava a ser compreendida, a partir de então, como ato de configuração de sentido. Portanto, para além de buscar o seu sentido em um "contexto", procedimento tão familiar ao historiador, "o próprio texto de história ganha[va] uma identidade própria, não bastando uma mera referência a elementos extratextuais que guardariam a razão última de ser do próprio texto do historiador para a sua explicação" (GUIMARÃES 1998, p. 17).

Na conclusão do artigo de 1998, a retomada da referência a Pierre Nora deixa em aberto, ainda de forma difusa e bastante abreviada, aquela que seria a terceira indicação para uma abordagem renovada dos estudos de historiografia. Na leitura de Manoel Salgado, o conceito de "lugares de memória" fornecia uma chave operatória promissora como modo de abordar o texto historiográfico, entendido como resultado de uma operação discursiva, entre tantas outras práticas sociais e, portanto, não mais percebido apenas como discurso dotado das prerrogativas de neutralidade e cientificidade, mas como objeto que, saturado de uma dimensão simbólica por fazer parte do imaginário social, também poderia ser submetido à dessacralização.

136

As relações entre memória e historiografia se constituíram em um dos eixos cruciais e mais profícuos das reflexões de Manoel Salgado desenvolvidas em seus trabalhos posteriores. É nesta direção que, cinco anos mais tarde, ele será incisivo em argumentar que "uma tarefa desmistificadora por excelência" estava reservada à historiografia como campo de reflexão, na medida em uma história da história, menos do que reconstituir mitos, pressupunha perceber a escrita da história como sendo ela também "vítima das construções da memória" (GUIMARÃES 2003, p. 22). Por essa perspectiva, chegava-se a uma circunscrição mais abrangente para a historiografia, definida por ele como "investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado", o que significava reconhecer não somente a historicidade do próprio ato da escrita histórica, mas igualmente percebê-la como resultado de disputas entre memórias e como parte das lutas travadas nas sociedades pela atribuição de sentido ao passado (GUIMARÃES 2003, p. 23).

Contudo, se na usual construção sistemática de balanços e inventários historiográficos era possível detectá-la de modo mais explícito como um princípio ordenador da seleção e canonização de autores e obras, como pensar o papel da memória e do seu trabalho paciente e tantas vezes insidioso, no âmbito dessa nova forma de abordar a historiografia, delimitada a partir de uma *démarche* diversa, na qual os textos de história deixavam de ser meros pretextos para

⁹ O Colóquio, promovido pelo Instituto de Letras da UERJ, com coordenação de Dirce Cortes Riedel, consistia em exposições de trabalhos, acompanhadas por comentários e debates. Entre os participantes estavam Benedito Nunes, Bento Prado Júnior, Luiz Costa Lima, Ricardo Benzaquen, Nicolau Sevcenko, Francisco Iglésias e José Américo Motta Pessanha. Os textos completos do evento foram reunidos em RIEDEL 1988.

se converterem em objetos centrais de investigação de problemas e questões acerca das elaborações de sentido para o passado?

Quebrando o espelho da memória disciplinar

É preciso que a própria escrita da história se submeta ao rigor do exame crítico como forma de dessacralizarmos uma memória construída acerca desta mesma escrita. Reconheço não ser este um esforço simples, uma vez que implica em repensar os fortes *traços narcísicos* que marcaram a constituição da disciplina, e a tarefa de quebrar o espelho implica em um doloroso repensar dos rumos de nosso ofício (GUIMARÃES 2000a, p. 22, grifos meus).

De um modo talvez surpreendente, no desfecho do artigo de 1998, Manoel Salgado sugere que uma história da história poderia contribuir para a disciplina “enfrentar as angústias decorrentes de sua forte dimensão narcísica...” (GUIMARÃES 1998, p. 20). A digressão, deixada em suspenso naquele texto, será retomada dois anos depois, quando ele volta a mobilizar a metáfora psicanalítica, grifada na passagem em epígrafe acima, desta vez deixando mais explícita a analogia entre o narcisismo, momento basilar do processo de estruturação psíquica dos indivíduos, e os processos que marcaram não somente a conquista da autonomia da história como disciplina no Oitocentos, mas as condições para a afirmação de sua proeminência entre as ciências humanas e sociais, ao longo do século seguinte.¹⁰

O contexto de publicação do artigo sobre os usos da história, no ano 2000 – começo do novo milênio que coincidia com as celebrações dos 500 anos do Brasil – não poderia ser mais oportuno para abordar as intrincadas relações entre as construções da memória e a história, operação intelectual privilegiada para investigar criticamente essas construções em sua historicidade (GUIMARÃES 2000a, p. 21).¹¹ No entanto, mais do que enfatizar as pretensões dos historiadores em “retirar dos altares” os objetos que a memória celebra e reverencia, tornava-se necessário interrogar as relações entre a história e a vida social e, sobretudo os significados políticos de certos usos da disciplina.

Se, desde o final dos anos 1990, uma tomada de consciência se evidenciava na postura reflexiva dos historiadores acerca de suas operações e pressupostos de escrita e pesquisa, também tornava necessária, nas palavras de Manoel Salgado, “a tarefa de quebrar o espelho” e, sobretudo desnaturalizar a imagem de uma história-ciência que, tal como no mito narcísico, permanecera

137

¹⁰ Na elucidação dessa metáfora, vale retomar o conceito lapidar da teoria psicanalítica freudiana, tal como formulado em *Totem e Tabu* [1913], onde Freud afirma que o narcisismo não é meramente um estágio passageiro na história libidinal do sujeito, e sim uma estrutura permanente que continua a existir apesar das reestruturações libidinais posteriores (FREUD 2006, p. 92). No conjunto de trabalhos de Manoel Salgado, uma apropriação mais direta de textos do criador da psicanálise, como *Totem e Tabu* e *Moisés e o monoteísmo*, encontra-se em uma parte do capítulo “O presente passado: as artes de Clio em tempos de memória”, quando analisa o papel da evocação e da lembrança ritualizada como atos constitutivos e fundadores da vida coletiva (GUIMARÃES 2007, p. 32-34).

¹¹ Cabe destacar que, além do texto referido, ainda no ano 2000, Manoel Salgado publicou dois artigos que se tornaram referências primorosas e seminais para a pesquisa em história da historiografia: “Reinventando a tradição: sobre antiquariato e escrita da história” (2000b) e “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação” (2000c).

seduzida e subjugada pela memória de sua própria potência institucional e triunfo disciplinar. Impunha-se, então, um conjunto de interrogações, a começar pela historicidade da própria disciplina e “dos entrelaçamentos entre projetos de escrita sistemática das lembranças do passado e a produção da memória social” e, sobretudo, sobre os usos e sentidos políticos do conhecimento fabricado pelos historiadores (GUIMARÃES 2000a, p. 22-23).

Já assinalada no artigo de 1998, a abordagem crítica dos “mitos de fundação” da ciência histórica e de sua subsequente hegemonia, desde o século XIX, entre as demais ciências sociais, consistiria no primeiro passo para dessacralizar certa memória construída em torno da disciplina. No entanto, o que se formula de modo mais consistente no texto de 2000 é a constatação de que tal tarefa implicava necessariamente a ampliação do escopo reflexivo para além do âmbito das questões endógenas ao campo disciplinar, ou seja, uma história da história não poderia deixar de ser pensada também como uma crítica da cultura.¹²

E será a partir desta perspectiva que, no texto de 2000, Manoel Salgado retomará as contundentes objeções dirigidas à história e aos seus usos políticos, formuladas por Paul Valéry no contexto entre guerras do século XX. Antes dele, despontando como um dos primeiros críticos do historicismo, Nietzsche desferira o seu ataque contra o fardo incômodo de uma cultura impregnada pelos excessos da consciência histórica, como parte das suas considerações intempestivas. Cerca de meio século mais tarde, em 1932, com a célebre frase na qual se referia ao “produto mais perigoso já elaborado pela química do intelecto”, coube ao escritor francês expressar a postura que, naquele momento, se situava em contraponto à imagem dominante acerca da história e de seu papel hegemônico nos processos de produção de sentido, questionando a sua capacidade explicativa do presente e de projeção do futuro (GUIMARÃES 2000a, p. 23-29). A perigosa química, de que falava Valéry, consistia na combinação entre a história escrita sob um ponto de vista nacional, capaz de oferecer as suturas simbólicas necessárias à tessitura dos laços identitários coletivos, mas que, concomitantemente, pretendia ser conhecimento alicerçado em bases realistas, objetivas e científicas. Assim, como parte dessa cultura histórica, articulada ao quadro amplo das transformações das sociedades ocidentais desde a segunda metade do século XVIII, herdamos um modo de nos relacionar com o passado, por meio do qual passamos a evocá-lo como fonte primordial de explicação e lugar de construção de sentido para o presente e projeções futuras. Nesse contexto,

o esforço sistemático de lembrar o passado torna-se uma política de Estado, acionando um conjunto diversificado de estratégias rememorativas: as comemorações e ritualizações do passado, compreendendo os feitos e os grandes homens de uma coletividade nacional; uma escrita da

¹² A esse respeito, é possível identificar uma aproximação das reflexões de Manoel Salgado daquelas formuladas anteriormente por Afonso Carlos Marques dos Santos. Em artigo publicado em 1986, já assinalando uma recepção dos argumentos de Pierre Nora, Santos questionava o papel da memória no debate teórico acerca de uma historiografia que se pretendia crítica e renovadora e concluía que uma abordagem da produção histórica ultrapassava o território específico dos historiadores, devendo se inscrever em um estudo crítico mais amplo sobre a cultura (SANTOS 2007, p. 94). Para uma análise e avaliação da contribuição dos artigos de Afonso Carlos na constituição da área de pesquisa em história da historiografia no Brasil, ver ARAUJO 2012.

História nacional assim como os *dispositivos disciplinares capazes de torná-la ensinável*, matéria de uma pedagogia do novo cidadão nacional (GUIMARÃES 2000a, p. 27, grifos meus).

Com a passagem acima, chega-se a uma pista importante acerca tema do ensino, na medida em que as condições que conformam a história como matéria pedagógica também se definem no próprio momento de sua constituição como ciência e disciplina. Antes de avançar sobre esse ponto, outro aspecto que merece ser assinalado no artigo diz respeito mais diretamente à forma com que Manoel Salgado amplia os seus argumentos em torno da historiografia como objeto e campo de pesquisa. Se, no artigo de 1998, a referência à noção de “lugares de memória” de Pierre Nora prenunciava uma possível chave de leitura para a renovação dos estudos historiográficos, no texto de 2000, a menção ao conceito de memória cultural, cunhado por Jan Assmann, em um estudo publicado na Alemanha no ano anterior, serve de aporte teórico para demarcar o afastamento definitivo da historiografia como campo de pesquisa das “tentativas positivistas ou da tradição que associava a reflexão historiográfica à confecção de um minucioso catálogo de autores e obras” (GUIMARÃES 2000a, p. 32). O abandono da concepção naturalizada da história como dotada de evidência própria, assegurada pela existência mesma do passado, implicava considerá-la como parte dos processos sociais e coletivos de elaboração da experiência da passagem do tempo.

O passado só pode efetivamente emergir como resultado, portanto, de uma relação que as diferentes sociedades estabelecem com o tempo. Se esta relação é ela mesma histórica, o que significa afirmar ser diversa para cada sociedade no tempo, cabe a uma historiografia como disciplina investigar estas diferentes e diversas maneiras de constituição do passado, e neste sentido, podemos pensá-la como integrando os estudos em torno da memória cultural (GUIMARÃES 2000a, p. 32)

139

Tratava-se, portanto, de circunscrever um inventário sistemático de problemas e questões envolvidos nessa elaboração da experiência dos tempos pretéritos. Para torná-la efetiva em seus objetivos, concluía Manoel Salgado, a historiografia como área de pesquisa deveria necessariamente dialogar com uma história da cultura como condição indispensável “para cumprir sua tarefa de crítica às memórias construídas e, por vezes, naturalizadas” (GUIMARÃES 2000a, p. 34).

É importante perceber como, sete anos mais tarde, a noção de cultura histórica se apresenta como eixo crucial para os estudos de historiografia tal como os concebia Manoel Salgado. Também formulada por Assmann, no sentido de uma “cultura da lembrança”, a noção abarcava as diferentes representações acerca do tempo, “figurado para as sociedades que o experimentam segundo os significados, eles mesmos temporalmente produzidos” e, nesta chave, era possível compreender a historiografia em seu sentido mais ampliado como “forma de elaboração do conhecimento sobre o passado por meio de uma narrativa metodologicamente controlada” (GUIMARÃES 2007, p. 36). Naquele momento, os investimentos sociais nas tarefas da memória, que já se evidenciavam nas

práticas disseminadas de patrimonialização e musealização do passado, como parte das demandas políticas do tempo presente, também faziam pensar em uma sobrevalorização do exercício da lembrança e da recordação em detrimento da produção de conhecimento e, por conseguinte, de uma compreensão crítica das experiências históricas. Em 2007, Manoel Salgado incluía tais questões na pauta de um projeto de história da historiografia que, segundo ele, deveria necessariamente articular as noções de cultura histórica, memória e usos do passado. E assinalava, no desdobramento dessa discussão, o tema das relações entre a produção do passado em sua forma acadêmica e como objeto da pedagogia escolar.

História escrita, história ensinada

Qual o sentido, nos tempos que correm, do exercício deste ofício, tão recente em termos disciplinares, mas tão antigo como gênero de escrita, uma vez que seu nascimento pode ser situado entre os gregos da polis democrática no século V antes de Cristo? E, sobretudo como pensá-lo, hoje, como prática pedagógica escolar e universitária? (GUIMARÃES 2000a, p. 34).

140

O ensino da história será o objeto central da conferência proferida em 2008, cujas palavras de encerramento serviram de epígrafe inicial para este artigo. A discussão, segundo Manoel Salgado, adquiria relevância, na medida em que ultrapassava o âmbito das preocupações restritas aos especialistas em construir narrativas históricas, tornando-se premente como reflexão mais ampla acerca das demandas por orientação no tempo presente, implícitas na tarefa da elaboração crítica do passado. Nesta perspectiva, formulava-se a questão acerca das relações entre a escrita da história como parte do ofício específico do historiador e essa escrita como parte do processo de formação pedagógica (GUIMARÃES 2009, p. 36).

A estratégia de abordagem escolhida partia da interrogação acerca do que poderia estar implícito na ideia de ensino de história, para pensá-lo "como parte de um uso que se procura dar, entre tantos outros possíveis e historicamente articulados, à tarefa de escrever a história" (GUIMARÃES 2009, p. 37). Portanto, a discussão acerca do seu ensino, advertia Manoel Salgado, não podia ser desvinculada de "*uma reflexão mais geral acerca dos problemas de uma escrita da história, portanto, de uma reflexão em torno da historiografia e teoria da história*" (GUIMARÃES 2009, p. 38, grifos do autor).

Como argumento desenvolvido neste sentido, menos do que enfatizar as diferenças, os distanciamentos ou uma hierarquia segundo critérios de maior ou menor importância entre ambos, tornava-se imprescindível compreender ensino e escrita como instâncias articuladas em um mesmo processo de produção do conhecimento histórico. Pois, continuar a pensá-los como campos autonomizados, argumentava Manoel Salgado, implicaria enormes prejuízos para a história como campo disciplinar, cujos impasses se manifestariam, sobretudo por "uma percepção da falência do ensino de história, do desprestígio do papel

do professor, mesmo nos espaços sagrados da academia..." (GUIMARÃES 2009, p. 38). Mas, como integrar a discussão acerca do ensino da história ao horizonte de preocupações do exercício do nosso ofício?

Através de uma primeira chave de leitura, era possível situar o ensino da história entre os usos sociais do passado, considerando também a dimensão política subjacente a esses usos, bem como as suas vinculações ao trabalho da memória coletiva e aos mecanismos da sua reprodução. Deste modo, a reflexão em torno do ensino compartilharia dos mesmos pressupostos e procedimentos da investigação acerca da historiografia, no sentido de privilegiar a interrogação sobre a historicidade e os fundamentos das suas práticas. Contudo, a questão a ser enfrentada era precisamente acerca do papel do ensino de história em meio a uma cultura da memória, entendida como sintoma do que François Hartog chamou de um "regime presentista de historicidade".

É perceptível, na conferência de 2008, a retomada de uma abordagem reflexiva acerca das relações entre historiografia, memória e usos do passado, já sistematicamente desenvolvida por Manoel Salgado, mas, por outro lado, também se torna evidente que o tema do ensino o leva a mobilizar um conjunto de argumentos que não se explicitavam de modo tão claro em textos anteriores, entre os quais é possível identificar a apropriação de elementos da teoria da didática da história de Jörn Rüsen.¹³

A história, desse ponto de vista, não deve e não pode confundir-se com o simples aprendizado de conteúdos, mas deve perseguir a possibilidade de adquirir competências específicas capazes de fundamentar uma reelaboração incessante da experiência temporal com relação às experiências passadas. Mais do que transmitir conteúdos através de uma boa didática, esta teria que dar condições de criar as bases para o estabelecimento de relações com o passado que são necessariamente distintas segundo os presentes vividos (GUIMARÃES 2009, p. 49).

141

Ainda nas páginas finais do capítulo, a evocação do polissêmico conceito alemão de *Bildung* serviria para reintroduzir a ideia de formação, como *paideia* humanista moderna, permitindo pensar o ensino e a aprendizagem da história em uma dimensão mais abrangente, isto é, como processos inscritos entre os fenômenos da cultura.¹⁴ Para além de sua forte conotação pedagógica, – o termo, em seu sentido de "dar forma e expressividade", também poderia sugerir uma particularidade no modo se conceber a própria história e a sua escrita, fazendo-nos recuperar, quem sabe, a ambiguidade de seu estatuto, já percebida por Leopold von Ranke, quando assinalou que o traço distintivo da história estava em ser, simultaneamente, ciência e arte (GUIMARÃES 2009, p. 44).

Quinze anos passados após as primeiras formulações de Manoel Salgado para uma abordagem renovada dos estudos historiográficos, a posterior profusão de pesquisas no campo da história da historiografia e da teoria da história no

¹³ A esse respeito, ver RÜSEN 2007, p. 85-94. Sobre a recepção da teoria da educação histórica do historiador alemão no Brasil, ver SCHMIDT; BARCA; MARTINS 2010, p. 11-21.

¹⁴ Para uma discussão da noção de *Bildung* como conceito aglutinador das ciências do espírito no século XIX, ver GADAMER 2004, p. 44-55.

ambiente acadêmico brasileiro talvez já possa deixar de ser compreendida como mero sintoma circunstancial da entrada da história em uma era epistemológica. No entanto, caberia ainda indagar, teria essa consciência historiográfica dissolvido as fronteiras tão fortemente sacralizadas, através do trabalho contumaz de certa memória disciplinar, entre um historiador que se reivindica artesão e, em nome do ofício, evita sempre ceder às tentações da epistemologia e um historiador que faz da reflexão teórica o fundamento de sua práxis, não se limitando a lançar mão da postura reflexiva apenas em tempos de incerteza?

Na leitura dos escritos de Manoel Salgado, é possível perceber que, no fechamento de seus textos, não despontam respostas definitivas ou conclusões prescritivas, mas, muitas vezes, emergem indagações que funcionam como o motor para um sistemático e laborioso exercício de reflexão que se vislumbra ao longo de sua produção bibliográfica. E, por isso, não seria despropositado lembrar que, no desempenho do ofício de historiador, entre o artesão e o epistemólogo, um dos traços mais evidentes e memoráveis em sua trajetória talvez tenha sido a atuação como professor de história.

Referências bibliográficas

142

ARAUJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanço e desafios. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO, Valdei L. de (org.). **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto/MG: Edufop/PPGHIS, 2012. (Edição Kindle)

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. **Correntes históricas na França: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Rio de Janeiro: Imago, 2006 [1913].

FUETER, E. **Histoire de l'historiographie moderne**. Traduit de l'allemand par Emile Jeanmaire. Paris: Librairie Félix Alcan, 1914.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**. 6ª ed. Petrópolis; Bragança Paulista: Vozes; Editora Universitária S. Francisco, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Repensando os domínios de Clio: as angústias e ansiedades de uma disciplina. **Revista Catarinense de História**, n. 5, p. 5-20, 1998.

_____. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em Revista**. Pelotas/RS, v. 6, p. 21-36, 2000a.

_____. Reinventado a tradição: sobre antiquariato e escrita da história. **Revista Humanas/IFCH-UFRGS**, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000b.

_____. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. **História, Ciências, Saúde**, vol. 7, n.2, jul-out 2000c, p. 391-413.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra J. (org.). **História cultural:**

- experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, p. 9-24, 2003.
- _____. Historiografia e cultura histórica. **Ágora**, v. 11, p. 31-47, 2005.
- _____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 25-41, 2007.
- _____. Escrita da história e ensino da história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 35-50, 2009.
- _____. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- _____. **Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- PALTI, Elias José. **Giro linguístico e historia intelectual**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.
- RIEDEL, Dirce Cortes. **Narrativa, ficção e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.
- RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UnB, 2007.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **A invenção do Brasil**: ensaios de história e cultura. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**: cultura de la memoria y giro subjetivo. Uma discusión. 1ª ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

Um Mestre de Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães e a delimitação do campo de estudos de historiografia no Brasil

One Master of Rigor: Manoel Luiz Salgado Guimarães and the delimitation of the field of studies in historiography in the Brazil

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

durvalaljr@gmail.com

Professor titular

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rua Professora Gipse Montenegro, 2017/1305 - Capim Macio

59080-060 - Natal - RN

Brasil

Resumo

Texto de homenagem, ele trata de situar a importância da obra e do trabalho acadêmico de Manoel Luiz Salgado Guimarães, historiador brasileiro falecido em 2010, para a consolidação do campo dos estudos de historiografia na Universidade brasileira. Definindo-o como um mestre, e um mestre de rigor, o texto procura avaliar os aspectos inovadores do trabalho desenvolvido pelo professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, bem como indicar os caminhos que foram abertos pela sua militância nos campos do ensino e da pesquisa. Aborda as inúmeras facetas de seu trabalho e se esforça para traçar um perfil, não só do acadêmico, mas do homem público, do cidadão, e porque não do amigo que foi fundamental com seus escritos, com suas aulas, com suas atividades de orientação, para a obra e a vida dos muitos que lhe conheceram. Este é um texto que busca fazer o luto, da melhor maneira que é possível, fazendo da morte de alguém o estímulo para a vida, para a continuidade de uma herança, instaurando a responsabilidade naqueles que ficaram de seguir a obra inacabada, refundindo vida naquele que nos deixou vivo uma importante parte de si mesmo: o pensamento.

144

Palavras-chave

Campo historiográfico; Conhecimento histórico; Cultura historiográfica.

Abstract

Text of homage, it tries to situate the importance of the opus and the academic work of Manoel Guimarães Luiz Salgado, Brazilian historian who died in 2010, to the consolidation of the field of studies in the historiography of the Brazilian University. Defining him as a master, and a master of rigor, the text seeks to evaluate the innovative aspects of the work developed by Professor Manoel Luiz Salgado Guimarães as well as indicating the paths that were opened by his activism in the fields of teaching and research. It addresses the many facets of his work and strives to draw a profile, not only the academic, but the public man, the citizen, and why not, of the friend who was fundamental in his writings, with their classes, with their orientation activities, for the work and lives of many who knew him. This is a text that seeks to mourn, as best it is possible, making the death of someone stimulus for life, for the continuity of an inheritance, providing responsibility on those who are supposed to continue the unfinished work, recasting life in that who left us alive an important part of himself: his thought.

Keywords

Historiography Field; Historical knowledge; Historiographical culture.

Recebido em: 18/7/2013

Aprovado em: 24/9/2013

Paul Ricoeur dedicou uma seção de seu livro *A Memória, A História e O Esquecimento* àqueles que ele nomeou de mestres de rigor: Michel Foucault, Michel de Certeau e Norbert Elias (RICOEUR 2007, p. 210-219). Eles são assim denominados, segundo Ricoeur, por terem, cada um a seu modo, radicalizado a exigência de rigor por parte do discurso dos historiadores profissionais, tornando-os rebeldes à modelização em voga na escola dos *Annales*. Esta cobrança de um maior rigor por parte daqueles que produzem história teria se dado mediante a problematização, em grande medida ainda inédita, da própria escrita da história, daquilo que Michel de Certeau chamou de “operação historiográfica” (CERTEAU 2002, p. 65-122). Estes autores teriam deslocado o olhar da crítica das fases documental e da explicação/compreensão para a fase da representação historiadora, onde a própria capacidade de explicação e de compreensão dos eventos, por parte dos historiadores, se materializava. Abandonam-se as discussões intermináveis em torno de qual seria o documento mais raro, mais legítimo, mais verdadeiro, mais fidedigno; abandonam-se as diatribes em torno do melhor método, da mais adequada metodologia, do aparato conceitual infalível que levaria a correta interpretação dos acontecimentos, para pensar a “operação historiográfica” como o momento em que a fabricação do arquivo, a escolha de recursos de interpretação se encontram e se materializam no que seria a terceira fase do processo: a escritura. Partindo do já escrito, analisando o discurso historiográfico como um acontecimento, Michel Foucault se propõe a fazer, como de resto com os demais discursos das ciências humanas, a sua arqueologia: numa regressão, parte do discurso para encontrar as regras, as práticas discursivas e não-discursivas que presidem seu aparecimento, o não dito que permite e possibilita o que foi dito (FOUCAULT 1986, p. 153-222). Norbert Elias convoca a se encontrar para além dos discursos historiográficos, para além dos eventos tais como narrados pelos historiadores, eventos vistos como singulares, irrepetíveis e excepcionais, a regularidade da formação social que lhes serviu de solo e de húmus (ELIAS 1975). Michel de Certeau, ao mesmo tempo em que toma a prática historiadora como um trabalho, como uma operação produtora de sentido para o outro que é o passado e seus sujeitos, este outro que embora morto ainda nos interpela, propõe que percebamos que o discurso historiográfico é antecedido, permitido e fabricado a partir de um lugar social: o lugar de historiador, que não é um lugar neutro ou vazio, mas é um lugar que implica a observância de um conjunto de códigos e de regras, exige uma disciplina, que repercute sobre aquilo que esse profissional escreve sobre o passado. Escrita que também obedece a modelos culturalmente válidos, em uma dada época e que lança mão de recursos literários e ficcionais sem os quais a produção do relato sobre o passado, sua invenção seria impossível.

Estamos aqui hoje para lembrar aquele que pode ser chamado o nosso mestre de rigor. Aquele que, assim como Foucault, Certeau e Elias – companhias das quais partilhou ao longo de incontáveis dias de leituras, escrita e ensino –, contribuiu para que os historiadores, notadamente os historiadores brasileiros, perdessem a inocência diante daquilo que fazem, prestassem maior atenção ao trabalho com a linguagem que realizam. Manoel Luiz Salgado Guimarães tem

a mesma importância para uma maior exigência de rigor por parte daqueles que produzem historiografia no Brasil que aqueles que foram seus mestres para a historiografia ocidental contemporânea. Se Paul Ricoeur, outra presença constante na produção acadêmica do mestre brasileiro, tivesse conhecido, como nós conhecemos, o Manoel Salgado professor de cursos de graduação e de pós-graduação, o orientador de monografias, dissertações e teses, o autor de textos meticulosamente escritos, eruditos, embasados em intermináveis horas de leitura e anotações, escritos e reescritos com a insaciável busca da perfeição, não hesitaria em colocá-lo na companhia da tríade que nomeou de mestres de rigor.

Manoel Luiz Salgado Guimarães é reconhecidamente um dos responsáveis principais pela afirmação do campo dos estudos de historiografia no Brasil. Ele, com muito afinho e apesar de muitos o aconselharem a fazer “história mesmo”, “história de verdade”, se empenhou na consolidação de um campo de pesquisa em torno daquelas problematizações que foram colocadas para os historiadores pelas obras não só de Foucault, Certeau, Elias, mas do próprio Ricoeur, de François Hartog, de Hayden White, de Roland Barthes, de Reinhart Koselleck, entre outros, que inquiriam o fazer história lá onde ela se materializa: na produção do texto, na narrativa, na escrita.

146

Suas pesquisas acadêmicas se debruçaram sobre a historicidade das formas de se escrever a história no Brasil, o que implicou pensar também, assim como fizeram seus mestres, na racionalidade que presidia essa prática em um dado momento, na historicidade das próprias regras que presidiram a disciplina em nosso país, em pensar a história das instituições em que essas obras de história foram produzidas, em tratar das diferentes condições históricas que possibilitaram e convocaram dadas maneiras de se escrever a história entre nós, em abordar os contextos de recepção dessas obras, que estratégias políticas e narrativas as presidiram. A obra do Manoel Salgado, desde o texto sobre a historiografia produzida pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o tornou conhecido no mundo acadêmico (GUIMARÃES 1988) – texto exaustivamente citado e até plagiado entre seus pares, que se relacionava com o tema de sua Tese de Doutorado, escrita em alemão, que permaneceu inédita durante tanto tempo e que finalmente ganhou o formato de livro (GUIMARÃES 2011) –, foi sempre uma interrogação sobre os autores que fizeram a historiografia brasileira, sobre os lugares sociais e institucionais dessa produção, mas, principalmente, sua interrogação foi sobre a que usos políticos serviu a escrita da história em nosso país (GUIMARÃES 1989). Ao contrário do que fazia crer dadas críticas que recebia, a obra do Manoel foi uma obra radicalmente política, ela foi uma interrogação constante sobre o gesto político que marca o escrever a história, a dimensão política, mas também a dimensão ética e estética que está implicada no fazer historiográfico, daí porque gostasse tanto dos mestres citados por Ricoeur e do próprio Ricoeur, cujas reflexões sobre a historiografia também articulam essas três dimensões, sem deixar de ser, também, a pergunta pelo tipo de racionalidade que preside o texto em análise. Quem o conheceu sabe que, embora fosse uma pessoa bastante afetiva, sensível e emotiva, aspectos que não separava em sua vida

de uma racionalidade e uma lucidez marcantes, em seus escritos predomina o Manoel Salgado racional, o homem das luzes, que não cessou de se interrogar sobre as repercussões desse movimento de ideias sobre a escrita da história.

Tanto em suas pesquisas, como em suas aulas, Manoel Salgado foi responsável por questionar a forma simplista com que alunos e pesquisadores do campo da história viam a relação entre linguagem e eventos do passado. Talvez por sua formação alemã, o mestre de rigor que ele veio a se constituir não se conformava com a ingenuidade daqueles que ainda pensavam a linguagem como um espelho, como dotada de uma transparência que permitia, com ela, dizer-se com certa dose de certeza a realidade do passado. Embora formado historiador na pátria do historicismo, no país de Leopold Von Ranke, talvez por isso mesmo, por também ser a pátria da hermenêutica moderna, por também ser a pátria daqueles nomeados por François Dosse de mestres da suspeita: Nietzsche, Freud e Marx, por ser a pátria de Heidegger e de Koselleck, Manoel Salgado tenha retornado ao Brasil disposto a por em suspeita, a questionar a persistência do historicismo e do positivismo no interior de nossa historiografia, mesmo naquela cujas inspirações foram a escola dos *Annales* e o marxismo. Para isso, tal como faz Foucault, utiliza-se da própria história, não da história das ideias, mas da história das regras de produção dos discursos sobre a história do Brasil, pondo em questão, com seus estudos, tal como Elias, a própria formação social brasileira, ao interrogar-se sobre o laço inextricável entre a produção do passado, as diversas formas de produção da memória e as condições históricas particulares de nosso país, que as possibilitaram. Ao invés de uma história da história no Brasil, marcada pela pergunta acerca das influências externas, pelas ideias fora e no lugar, pela indagação sobre a ideologia que a informou, a obra do Manoel se debruça sobre os próprios textos dos historiadores e questiona como foram fabricados, que operações e situações os tornaram possíveis. Seu trabalho nos ensinou a deslocar nosso olhar do que estava fora do texto para prestarmos atenção no próprio texto. Ele sempre convocou a todos, portanto, a uma atitude básica: a da leitura, prática de que tanto gostava. Temístocles Cezar atribui a proporcionalmente pequena obra deixada pelo Manoel, se comparada a outros de autores de sua geração, a sua paixão pela leitura.¹ Mas não era qualquer leitura que ele requeria, era uma leitura meticulosa, rigorosa, detida. Assim como seus mestres, Manoel se debruçava sobre os textos, dava uma enorme atenção a eles não apenas por causa daquilo de que falam, os textos não eram para ele apenas uma via de acesso ao que estava para além deles, mas se debruçava sobre os textos vendo-os como aquilo que são: acontecimentos. Os textos não apenas falam ou remetem a acontecimentos, mas eles próprios são eventos, são marcas e restos deixados por uma dada temporalidade. Os textos vindos do passado o fascinavam, não apenas por falarem do passado, mas por serem em si mesmos o que, quase sempre, restou do passado e chegou até nossos dias. Quem foi seu aluno, orientando ou acompanhou de perto seu trabalho sabe do rigor que exigia para si e para os outros quando da leitura de um texto.

147

¹ Esta afirmação foi feita em conversa com o autor do texto.

Essa atitude, só ela, talvez já justifique chamá-lo de mestre. Quem teve o privilégio de conhecê-lo bem sabe o quanto ele fez por merecer este título, essa honraria que talvez tenha sido a única que sempre procurou. Homem modesto e recatado, embora vaidoso como todos de nossa condição profissional, o Manoel foi um mestre nos vários sentidos dessa palavra: ele dominou como ninguém as artes de seu ofício, em todos os seus aspectos, como alguém que se debruçou criticamente sobre as implicações políticas, éticas e estéticas do que fazia, conseguiu aprimorar-se e atingir um grau de excelência em tudo que fazia, como poucos conseguiram entre nós; ele fez da arte de ensinar o centro de sua vida e de sua profissão, se não deixou uma obra escrita volumosa em formato de artigos e livros, deixou uma obra monumental em formato de horas e horas de aulas rigorosamente preparadas e brilhantemente executadas, nas conversas e palestras sempre educativas e formadoras, nas meticolosas e eruditas arguições que realizou em inúmeras bancas de avaliação de trabalhos de pós-graduação, e nas horas e horas dedicadas a orientação. Se considerarmos como sendo parte de sua obra, contra o que com certeza protestaria, todos os trabalhos que orientou, poderemos dimensionar corretamente o efeito Manoel Salgado para a historiografia brasileira. Embora em sua modéstia não se considerasse superior a ninguém, ele esteve à frente e acima de muitos de seu tempo, não apenas pelo seu saber, mas por suas atitudes, amparadas numa retidão ética inatacável. O Manoel foi um mestre não apenas naquilo que escrevia ou dizia, mas em como vivia, em como praticava sua profissão, em como se comportava em tudo aquilo que fazia, ele foi um mestre do viver. Ele em si mesmo servia de ensinamento. Todos aprendemos com ele, não apenas lendo os seus textos, ouvindo suas conferências, assistindo suas aulas, mas convivendo com ele. Com ele aprendi, por exemplo, o que é ser amigo, o que é ser companheiro, o que significa a amizade, o que significa gostar do outro apesar e por causa das diferenças. Como todo mestre, o Manoel serviu de guia para muitos, talvez por isso ainda hoje estejamos meio perdidos desde que ele partiu. Mas mestres não morrem, porque seus exemplos ficam imorredouros na memória daqueles que tiveram a sorte de serem seus aprendizes.

Dedicado como foi à arte de ensinar, o Manoel foi sempre um interessado nas discussões em torno do ensino da história e do gesto pedagógico envolvido na própria escrita da história (GUIMARÃES 2003b). Sua liderança política e acadêmica entre os historiadores brasileiros deveu-se a sua disposição em discutir não apenas a escrita da história, mas o ensino da história. Ensino onde também fazia-se presente o mestre de rigor que ele se tornou. Quem foi seu aluno sabe que essa era uma exigência constante e permanente do mestre, assim como também viria a cobrar daqueles que se tornariam, mais tarde, seus colegas de profissão. O rigor naquilo que se ensinava, a atenção para o detalhe, o combate a negligência ou a leniência que alguns queriam que fosse uma atitude típica da terra brasilis. Acima de tudo, tal como aprendeu com seus mestres, o rigor conceitual, a precisão histórica e de sentido no uso de cada conceito, a correção na análise das condições históricas em que cada texto foi produzido, a interrogação sobre a pertinência de cada afirmação feita. Embora simpático

e generoso com seus alunos, um mestre que sempre se colocou ao lado e não acima de seus pupilos, o Manoel sempre emulou aqueles que o procurava no sentido de buscarem fazer formulações precisas, informadas e pertinentes sobre o que se estava discutindo. Embora recepcionasse bem a criatividade e a irreverência, exigia que elas fossem embasadas em sólidas informações e em pesquisa documental exaustiva.

A paixão pelo arquivo era outro traço que definia esse nosso mestre de rigor (GUIMARÃES 2010). Acusado por muitos de fazer um trabalho fácil, de gabinete, sem contato com a poeira e as traças indispensáveis para o batismo e reconhecimento do profissional da história, o Manoel foi também, nesse aspecto, um pioneiro, um fundador de práticas, além de fundador de discursividades. Lembro com que satisfação me anunciou que após frequentar os arquivos portugueses voltara ao país munido de uma preciosa documentação, que iria sustentar suas análises sobre as formas e práticas historiográficas do século XIX no Brasil, permitindo o cotejo com as tradições narrativas, com os modelos historiográficos, com o pensamento sobre a história correntes na península ibérica naquele século. Se dava enorme valor à biblioteca, a sua biblioteca, de onde saía material e inspiração para seus escritos sobre a história da historiografia brasileira, o Manoel também soube fazer do arquivo não só um lugar de frequência e pesquisa, como um objeto de reflexão (GUIMARÃES 2001). Assim como seu mestre Paul Ricoeur, deu destaque às reflexões em torno da construção do arquivo por parte dos historiadores. Sua militância, no entanto, também se dirigiu para as próprias políticas públicas, ou para a ausência delas, no que tange a constituição, preservação e acesso aos arquivos em nosso país. Embora não fizesse “história mesmo”, o Manoel também padeceu do mal de arquivo, também se deixou fascinar por esses lugares onde muitos jazem arquivados, muitas vezes jazem enterrados, silenciados, a espera e a espreita que um olhar e uma voz historiadora venham lhes tirar do esquecimento.

O Manoel em sua obra refletiu todo tempo sobre os gestos memoráveis e de memorização, sobre os fascínios e perigos das memórias, sobre os impasses do lembrar (GUIMARÃES 2003a; 2007a). Tendo vivido numa Alemanha ainda marcada pelo trauma da Segunda Guerra Mundial, num país que tinha que encarar e trabalhar com a monstruosa memória do holocausto, o Manoel parece ter se dado conta não só do caráter político da memória, mas do caráter existencial e ético do lembrar e do esquecer. Alguns de seus textos refletem sobre os dilemas contemporâneos em torno das memórias, em torno dos usos políticos a que elas são submetidas, em torno dos múltiplos significados dos lugares e das práticas de memória, sobre os conflitos e tensões que cercam a definição do que se deve ou não lembrar. Ao me sentar para escrever um texto para esse dossiê, me pus a pensar justamente sobre as armadilhas da memória. Reflexões que sempre o acompanharam. Me vi na condição de alguém que tem que fazer escolhas na hora que é convocado a lembrar. O que, no espaço deste texto e nos limites estabelecidos para sua escritura, eu poderia e deveria lembrar entre todos os gestos, ações, práticas, escritos ligados ao nome de Manoel Luiz Salgado Guimarães. Ele que por vezes recordo como nome de

autor, como persona pública, mas que por vezes me vem como o nome de uma pessoa, na intimidade da vida privada, na afetividade de relações fraternas. Me pus a pensar que Manoel Salgado eu desenharia para vocês leitores, que perfil eu delinearía dele, que narrativa eu faria desse sujeito, que omissões seriam inevitáveis ou imperdoáveis, que outros Manoéis possíveis seria preciso dizer aqui. Preferi fazer a escolha por aquele Manoel que para mim teve não apenas uma importância privada, uma importância fraterna muito grande, mas uma importância pública, política, ética, o Manoel Salgado mestre de rigor, o historiador que desempenhou um papel central e decisivo no desenvolvimento dos estudos de historiografia entre nós.

150

Desculpem se termino este texto com um rapidíssimo ensaio de ego-história. Conheci o Manoel Salgado em um Simpósio Nacional de História realizado no Recife, no ano de 2001. A Associação Nacional de História, sempre a ANPUH-Brasil, a nos aproximar daqueles de quem acompanhamos o trabalho de longe. Eu havia introduzido a disciplina de historiografia brasileira numa reforma curricular feita no curso de graduação em história da Universidade Federal da Paraíba – Campus de Campina Grande e garimpando textos nacionais que tratassem do assunto, que fossem além dos clássicos de José Honório Rodrigues, Otávio Tarquínio de Souza, Nelson Werneck Sodré, José Roberto do Amaral Lapa, Francisco Falcon e Nilo Odália, o que na época, anos oitenta, era muito difícil, li fascinado o texto que nasceu clássico do Manoel Salgado sobre a historiografia feita no IHGB. Em 2001, em pleno meio dia, no intervalo para o almoço, encontro no estacionamento em frente ao prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE, um grande amigo sergipano, professor da Universidade Federal de Sergipe, Francisco José Alves, que havia conhecido no Simpósio da ANPUH ocorrido em Belém, quando nosso interesse comum por teoria da história nos levou a cursar um minicurso proferido pelo professor Arno Wehling. O Francisco estava acompanhado por mais duas pessoas, que me apresentou, uma delas era o Manoel Salgado. Entre constrangido e fascinado por ter minha bibliografia ali em frente, aceitei o convite para almoçarmos juntos. O que logo me chamou atenção no Manoel foi, além de sua beleza física, de seu apurado senso de humor, aspecto que logo nos identificou, pois sua fina ironia levou ao almoço logo se tornar um momento de muita descontração, onde a presença do riso foi uma constante, foram seus modos refinados, sua figura de gentil homem, de cavalheiro, sua educação refinada, o que costumamos chamar na Paraíba, de sua finura. Mas, também me impressionou sua erudição, seu domínio de autores e ideias, seu conhecimento de uma bibliografia da qual, com muito esforço, vinha também tentando me aproximar. Nasceu ali uma amizade para a vida toda, uma amizade na vida e nas ideias, uma amizade que foi marcada pela criação em conjunto de espaços de discussão de ideias e de afirmação do campo dos estudos historiográficos no Brasil. Ele com sua generosidade me deu essa oportunidade insubstituível de conviver com um mestre e com muitos de seus amigos e discípulos, com os quais muito aprendi, com os quais continuo aprendendo e dos quais me tornei amigo. Embora o rigor talvez não seja propriamente o que me caracterize como historiador, tenho talvez

uma mente mais indisciplinada para isso, minha indisciplinada meio freyreana me leva até a desconfiar de dados rigorismos, por paralisantes da criação que podem ser – e eu sempre me perguntei até que ponto o Manoel partilhava das minhas viagens, embora tenha tido nele um constante ouvinte e interlocutor, além de um prefaciador generoso (GUIMARÃES 2007b) –, ele sempre soube da importância que mais do que seus escritos, suas palavras, suas avaliações e opiniões sempre tiveram para mim. Ele foi também o meu mestre de rigor. Embora tenha, assim como seus mestres de rigor, apontado para a escrita da história como o momento decisivo de nossa prática historiadora, o Manoel não deixou de dar bastante ênfase no que seria o segundo momento da “operação historiográfica”, ou seja, a fase da disciplina, para Michel de Certeau, ou a fase da explicação/compreensão, para Ricoeur. Eu talvez enfatize em demasia a terceira fase, embora não deixe de ter preocupações disciplinares e de ordem teórico-metodológica. Se isso agradava meu mestre, infelizmente não mais saberei.

Descendente de portugueses, talvez o Manoel tenha sempre querido fazer jus ao seu nome. Como nos lembra Temístocles Cezar (GUIMARÃES 2011), tal como seus antepassados, o Manoel foi um viajante, um homem salgado pelas travessias dos mares. Manoel em suas viagens, sempre dirigidas por todos os instrumentos de orientação possível, uniu espaços de pensamento que estiveram apartados, nos abriu os olhos e os portos para outros navegantes e outras ideias que velejavam em outros mares. Uniu a tradição historiográfica alemã, na qual foi formado, à tradição da historiografia francesa, sem descurar do aporte de outras culturas historiográficas. A obra do Manoel significou uma lufada de ar fresco, a chegada de uma nau trazendo boas novas. Como um viajante, um migrante na vida e no pensamento – talvez por isso tenha feito do Ceará e dos cearenses sua terra e conterrâneos eletivos, tenha encontrado nos paus-de-arara seus parentes de viagem, seus amigos de mar, sol e sal –, o Manoel nos proporcionou como professor, como palestrante, como orientador, numa simples conversa, viagens inesquecíveis para o mundo do pensamento, do passado e dos sentimentos. Quem o conheceu sabe como gostava de contar sobre suas viagens, como gostava de escutar sobre as viagens alheias, mesmo que fosse uma acidentada viagem ao deserto do Jalapão. Viajava nos textos que lia, convidava para viajarmos nos textos que escrevia, transformava as aulas que ministrava numa viagem sem alucinógenos. Manoel nos ensinou que é possível rigor na viagem, método na pescaria e na caça em textos alheios, meticulosidade nas travessias. Ninguém assume o nome Salgado impunemente, ele se destina a dar saber e sabor as vidas das quais fala e com as quais convive. Ser o sal da terra, da nossa terra, em termos de estudos historiográficos, foi a grande obra e tarefa do mestre Manoel Luiz Salgado Guimarães. Aquele que acima de tudo, foi tempero e alimento em nossas vidas. Aquele que não recusava o convite para um bom repasto, que não resistia aos atrativos de um prato, de um doce, de um salgado, sabia que o sabor é fundamental em tudo o que se faz, que a escrita da história pode ser alimento para paladares rigorosos e refinados como o seu, mas que pode também desandar em gororobas intragáveis. Se ele foi um mestre de rigor, isso não implicou numa obra e numa vida insípida e sensaborona.

Seus escritos, suas palavras, suas ideias, roliças de tanto serem lapidadas, rolavam acicatando nossas papilas gustativas cerebrais, provocando que novas ideias fossem salivadas, que saíssemos de sua escuta umedecidos e em estado interessante, prontos para dar vida a novos escritos e a novos saberes.

Termino convidando a que todos façamos jus a nosso mestre de rigor. Que continuemos a obra que ele iniciou, essa é a dívida que temos para com ele. Afinal, como chama atenção Certeau, um dos seus mestres de rigor, o historiador é alguém sempre em dívida com os mortos, com aqueles que se foram e hoje já se dizem no passado. Se temos uma dívida com o Manoel, por tudo que ele significou para nós, em nossas vidas e em nossas obras, que a resgatemos, continuando por ele a obra que iniciou, trilhando o caminho do rigor e do respeito pelo outro, pelo diferente, pelo discrepante, pelo distinto, que sempre foi a sua marca. Façamos do campo dos estudos de historiografia não apenas um lugar de viagem, mas também um lugar de encontro, de partilhamento, tal como ele construiu em vida. Quem viaja pode fazê-lo para fugir, mas também para encontrar, para se encontrar. As viagens historiográficas do Manoel fizeram a historiografia brasileira encontrar um lugar próprio, colocar-se entre as demais historiografias com um estatuto singular, fez com que superássemos, também nesse campo, nosso complexo de vira-latas e víssemos o que fomos e somos capazes de produzir, a contribuição original ou não que pudemos dar, dimensionando e redimensionando a nossa contribuição, estando essa submetida ou não a um rigor na forma e no conteúdo. Mas acima de tudo, lembrarmos que, além do rigor que o notabilizava, o Manoel sabia rir, sabia rir de si mesmo, atitude de máxima sabedoria, pois evita o pedantismo e a arrogância e mantém a humildade e a simplicidade necessárias para que se continue ouvindo, respeitando e aprendendo com os demais; sabia rir das situações que enfrentava; com aqueles com quem convivia; daquilo de muito sério com que se ocupava; pois como proposto por Hayden White, a ironia é o tropos que caracteriza o trabalho historiográfico em nossos dias, e o próprio trabalho no campo da historiografia poder-se-ia dizer irônico, já que o texto de historiografia visa por em suspeição e em suspenso às regras que produziram dada escrita da história, ele visa suspender a adesão imediata, por em questão a evidência do texto do historiador. O campo dos estudos de historiografia, do qual ele foi um pioneiro, afirma-se à medida mesmo que se adota uma atitude de distanciamento, de retorno irônico sobre aquilo que fazem os historiadores, em dada época, em dada sociedade, em dado regime de historicidade (HARTOG 2013). O fato de ter sido um amante do riso talvez nos permita concluir que a sua melhor definição poderia ser: Manoel Salgado, um mestre do ri(r)gor.

152

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

ELIAS, Norbert. **La Dynamique de l'Occident**. Paris: Calmann-Lévy, 1975.

- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Estudos sobre a Escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007a.
- _____. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru: EDUSC, 2007b, p. 15-18.
- _____. História e nação: uma pedagogia para a modernidade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. (orgs.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: Edusf, 2003b, p. 183-202.
- _____. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.
- _____. **Livro de Fontes da Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010.
- _____. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia (orgs.). **História representada: o dilema dos museus**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003a, p. 75-96.
- _____. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 1, n. 1, 1998, p. 5-27.
- _____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e limites do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 23-41.
- _____. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P. **Ciência, civilização e império nos trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- ROCOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

Artigos

articles

Desarraigo e ironía al filo de las nuevas historias: *Últimos días coloniales en el Alto Perú* (1896) de Gabriel René Moreno

Uprooting and irony on the edge of new stories: Gabriel René Moreno's
Últimos días coloniales en el Alto Perú (1896)

Sergio Mejía

smejia@uniandes.edu.co
Profesor asistente
Universidad de los Andes
Calle 18ª, nº 0-19
2501 - Bogotá
Colombia

Resumen

Este artículo es un comentario de *Últimos días coloniales en el Alto Perú* (1896-1901), del historiador boliviano Gabriel René Moreno (1836-1908) y su objetivo, inscribir el libro en la historia de la interpretación republicana americana en el siglo XIX. Aspiro a demostrar que su obra trascendió el paradigma historiográfico americano del siglo XIX – el de las historias republicanas monumentales – y que por su actitud ante el tema y ante la misma escritura de la historia, Moreno superó a su tiempo y abrió nuevos horizontes a la interpretación americana. Explico esta libertad intempestiva, adelantada a su tiempo, con la lectura detallada de la obra y con recurso a su biografía, marcada por el desarraigo patriótico.

155

Palabras clave

América Latina; Acontecimiento; Historicismo.

Abstract

This paper is a commentary on *Últimos días coloniales en el Alto Perú* (1896/1901), a work by the Bolivian historian Gabriel René Moreno (1836-1908). Its aim is to situate this historical text in the context of nineteenth-century Latin American historiography. I set out to show that this work transcended then prevalent historiographical paradigm – that of monumental republican histories – and that, due to his attitude toward both his subject matter (clearly forwarded in the book title) and historical writing in general, Moreno went ahead of his own time, thus opening new horizons to republican interpretations of Latin American history. I interpret the work's insightful and untimely freedom with by means of a close-reading of *Últimos días* and with recourse to the author's biography, which was marked by patriotic distance.

Keywords

Latin America; Event; Historicism.

Enviado el: 15/1/2013

Aprobado el: 7/4/2013

Sostengo en estas páginas que con la obra de Gabriel René Moreno (Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, 1836 – Valparaíso, Chile, 1908) terminan un siglo y un modo de la interpretación americana. Su obra fue intempestiva, fuera de tiempo y sazón; su modo, la ironía; su método, la zapa erudita, con la que minó las certidumbres patrióticas de su siglo. Su libro *Últimos días coloniales en el Alto Perú*, fue obra adelantada a su tiempo (MORENO 1896).¹ Por la época en que Bartolomé Mitre completaba su biografía de Manuel Belgrano, y con ella el decálogo gratificante, excesivo y serísimo del patriotismo argentino, y cuando Barros Arana aun no daba largada a sus 16 volúmenes sobre el broncíneo orden chileno, Moreno escribía un libro irónico y crítico en el que miraba a América con ojos nuevos.

Apunto a comprender su libro en la historia de la interpretación americana, a la que me he referido con la expresión historicismo americano (MEJÍA 2007; 2009). No hablo de la historia del concepto de América, ni de la búsqueda de ideas americanas a la manera de los *americanistas*, sino de la escritura sobre América que proliferó desde el siglo XVI y que a lo largo del siglo XIX sirvió para ordenar, desde Canadá hasta la Argentina, pasando por Haití y el Brasil, el patrimonio histórico de las nuevas repúblicas. En el anaquel decimonónico de la biblioteca americana, *Últimos días* ocupa el lugar finisecular y trascendental, en el sentido de camino al porvenir.

156

El colombiano Germán Colmenares sostuvo en 1987 que los historiadores americanos del siglo XIX suscribieron en sus obras convenciones historiográficas opuestas a la cultura (COLMENARES 1987).² Quiso decir que adoptaron convenciones europeas, con lo que omitieron observar de primera mano sus propias sociedades. Colmenares pierde de vista un hecho fundamental: esas convenciones historiográficas evolucionaron durante siglos, incluso milenios, en comunidades letradas; en ciudades-estado, imperios, cortes, iglesias y escuelas; y en diversos momentos y lugares muy anteriores a los desarrollos europeos modernos. Con la consolidación del mundo atlántico, las convenciones tradicionales siguieron su evolución tanto en Europa como en América. No eran otras que la prosa narrativa cronológica; el comentario moral de los hechos; la invocación de alguna forma de justicia; y la dedicatoria a un poder de este mundo.

El argumento de Colmenares, si bien lúcido, padece de una enfermedad cultural común en las culturas escritas americanas: la inseguridad con respecto a nuestro lugar en el mundo. Ello explica las repetidas salidas en falso en la búsqueda de referentes culturales. Colmenares dedica las últimas páginas de *Convenciones* al libro de Moreno. A diferencia de sus comentarios sobre las historias de José Manuel Restrepo, Bartolomé Mitre y Diego Barros Arana, por ejemplo – en cada una de las cuales expone una “convención contra la cultura” –, de *Últimos días* solo pondera el lenguaje rico y matizado. No percibe diferencias

¹ Moreno reunió y transcribió documentos inéditos que publicó en un segundo volumen (MORENO 1901). Las cuatro quintas partes del libro fueron publicadas por entregas entre 1876 y 1898 en los *Anales de la Universidad de Chile*, la *Revista Chilena* y la *Revista de Artes y Letras*, las tres de Santiago de Chile.

² En este estudio Colmenares solo tuvo en cuenta a una selección de historias suramericanas, con exclusión de haitianas, otras caribeñas, brasileñas, centroamericanas, mexicanas y norteamericanas.

entre *Últimos días* y las otras historias que comenta. De hacerlo, acaso habría cerrado su ensayo con una contradicción de términos.

No está de más una nota de aviso al lector. Moreno fue un gran escritor, y los grandes escritores deben ser comentados con cierta humildad, pero sin reverencia. El comentador haría un esfuerzo improductivo si acallara su voz. Así pues, ilustro con riqueza y sistemáticamente la prosa histórica de Moreno, verdadero tema de este artículo: una prosa que fue resultado de su particular comprensión de la escritura histórica y de una sensibilidad entonces nueva ante la devoción y el deber patrióticos. Le pido al lector que acepte la citación sistemática (ordenada analíticamente por mí), pues es la prosa de *Últimos días* la que ubico en la evolución histórica del historicismo americano. Es decir, en la larga y plural tradición de interpretación y comentario sobre las repúblicas en América.

Este artículo es un avance del penúltimo capítulo de un libro en preparación sobre la historia, entre las últimas décadas del siglo XVIII y las primeras del XX, de lo que he llamado el historicismo americano. El capítulo sobre Moreno vendrá precedido por un estudio sobre la *Historia jeneral de Chile* (1884-1902) de Diego Barros Arana y, en particular, sobre la actitud melancólica del autor al cabo de un trabajo de veinte años, pues Barros Arana alcanzó a comprender que la suya sería la última historia monumental americana escrita para contener *toda* la historia *relevante* de una república. El capítulo subsecuente y final será un estudio sobre la figuración de la república entre los poetas modernistas, que ya no será histórica, monumental y adusta, sino breve, crítica y pronunciada desde las alturas del Parnaso de la poesía.

157

Lo que se ha escrito sobre Moreno y su obra

En 1988 José Luis Roca constataba la existencia de morenistas -los que han estudiado a Moreno-, y morenianos -los que se vieron influenciados por él - (ROCA 1988), a los que deben agregarse las "morenadas", volúmenes enteros dedicados a comentar su vida y obra, todos útiles, todos algo redundantes.³ También en 1988, Josep Barnadas revisó los estudios acumulados sobre Moreno y los dividió en tres épocas: a los publicados entre 1907 y 1933 los llamó impresionistas; entre 1933 y 1954, revisionistas; y entre 1954 y 1985, eruditos (BARNADAS 1988). Dio largada a los impresionistas Jaime Mendoza con el recuerdo de la visita que hizo a Moreno en Santiago en 1907 (MENDOZA 1937). Siguieron diccionaristas de la literatura nacional, quienes reservaron alguna entrada para Moreno.⁴ Comentarios revisionistas abundaron luego de que en las legislaturas de 1933 y 1934 se debatió la edición de sus obras a costas del erario público, compuerta a opositores y defensores. En 1936 Humberto Vásquez Machicado asentó carrera de morenista con una justificación de la *sociología* de Moreno (su explicación racial de la historia boliviana), y en 1954 publicó un estudio general introductorio de los *Estudios de Literatura Boliviana*, compilación de sueltos de

³ Otras morenadas útiles, son las siguientes: MENDOZA 1951; SANABRIA FERNÁNDEZ 1961; SILES GUEVARA 1979; OVANDO SANZ 1996.

⁴ Barnadas omite el "impresionista" estudio de Emilio Finot, con anotaciones biográficas y el comentario a pincel ligero de veinte de sus publicaciones (FINOT 1910).

Moreno (VÁSQUEZ MACHICADO 1955). Revisionista fue Carlos Medinacelli, quien reconoció la calidad de la pluma del cruceño, pero insistió en ver en él a un escritor español, dolorida encrucijada de los estudios bolivianos, todavía inseguros sobre qué es Bolivia y qué letras son suyas (MEDINACELLI 1946).

En cuanto a la época erudita (1954-1988), de 1971 data su biografía por Ramiro Condarco (CONDARCO MORALES 1971), de 1967 la bibliografía por Juan Siles Guevara (SILES GUEVARA 1967) y desde 1962 se acumulan estudios por extranjeros como Charles Arnade, Gertrude Yeager y Marie Demelas. En 1988 se abre un periodo nuevo, que llamo de morenadas. Al compendio de Barnadas se suman los de Guillermo Ovando Sanz y José Luis Roca, el primero con la mejor bibliografía de Moreno disponible (OVANDO SANZ 1996, p. 177-386). Tres morenadas colectivas resultan de gran utilidad: la primera, con ocasión del sesquicentenario de su natalicio, reúne estudios sobre el hombre (VARIOS AUTORES 1986). La segunda, en el centenario de la publicación de *Últimos días*, es una selección de comentarios breves sobre la obra (VARIOS AUTORES 1996). La tercera, *Gabriel René Moreno íntimo*, editado por José Luis Roca, con cartas y testimonios reveladores sobre el hombre (ROCA 1986). Desde 2005 Bolivia vive el Pachakuti, presidido por Evo Morales. Está por verse qué apropiación se haga en los años por venir de un escritor cambia e irónico del siglo XIX. El ambiente no está para morenadas, y sus libros hoy sirven como obras de consulta (OVANDO SANZ 1996): *Últimos días coloniales en el Alto Perú*, entre los estudiosos de la independencia (ROCA 1998); el *Catálogo de Mojos y Chiquitos*, entre los del oriente boliviano. La *Biblioteca Boliviana* y la *Biblioteca Peruana*, son obras fundamentales de referencia, índices elaborados por Arze Aguirre.

158

Mi contribución apunta a incluir la obra del historiador y erudito en un estudio general de la historiografía republicana americana del siglo XIX. En América aun no contamos con una reflexión general sobre la historiografía republicana aparte del mencionado ensayo de Germán Colmenares. Si bien es crítico, sugerente y por momentos profundo, *Convenciones contra la cultura* no alcanza a sugerir la extensión y el ámbito propiamente americanos de la historiografía republicana del siglo XIX. No fueron únicamente los nuevos regímenes hispanoamericanos los que demandaron con urgencia la reflexión histórica, sino también el de los Estados Unidos, el haitiano, el brasileño (aunque su forma fue monárquica, era su emancipación la que demandaba la narración y la justificación históricas), e incluso el canadiense, aunque sus provincias permaneciesen leales al rey. Colmenares tampoco logra comentar la evolución histórica del género mayor en la interpretación republicana en el siglo XIX – el de las historias monumentales – y su libro es una suma de ensayos monográficos sobre historias sudamericanas. Ciertamente que extrae de su estudio una conclusión general: esas historias funcionaron como “convenciones contra la cultura”, pues simplificaron la complejidad social de las nuevas repúblicas en aras de producir discursos “nacionales”. En justicia, es necesario decir que Colmenares intuyó la importancia de estas historias monumentales y llamó a su estudio, que él mismo comenzó de una manera amplia y ecuménica.

Antes de Colmenares teníamos inventarios y periodizaciones genéricas, y luego de él hemos visto progresar los estudios "historiográficos" en todos los países, en unos más que en otros. Por lo general se ha progresado hasta monografías críticas sobre historiadores e historias, y en el caso de unos pocos países reflexiones sobre periodos, "escuelas" y épocas historiográficas. Igual ha sucedido con los comentaristas norteamericanos y sudamericanos de sus propias historiografías republicanas. Pero aun nos hace falta una historia de las historias americanas del siglo XIX, que deberá dar lugar a la historia de la reflexión sobre las repúblicas americanas. América no inventó la república, pero sí se la apropió, y hecho esto las élites letradas de las nuevas repúblicas se obligaron a la reflexión continuada sobre ella, sus virtudes, sus vicios, sus dificultades y sus logros. El núcleo fuerte de la biblioteca americana en el siglo XIX (con extensión hasta el XVIII en los Estados Unidos y hasta el XX en el Caribe) es su anaquel de historias monumentales republicanas. No hemos tenido una expresión o concepto que las denote y permita disponerlas para su estudio histórico con amplitud y de manera orgánica. Para ello he propuesto la noción de historicismo americano, que permite construir un campo de estudio en el que caben las historias republicanas escritas en los cuatro idiomas coloniales americanos y que hace posible la comprensión de su evolución histórica, su lugar central de referencia en las culturas escritas de la región y su análisis por encima de la limitada perspectiva nacional. De esta manera se puede comprender, por ejemplo, el libro crítico, breve y acotado en su tema que fue *Últimos días coloniales en el Alto Perú* como una evolución intelectual, una nueva solución, más allá de la monumental *Historia general de Chile* de Diego Barros Arana, y de sus hermanas en el paradigma de las historias monumentales y canónicas. Más aun, se puede comprender a *Últimos días* en el contexto cultural más amplio de una nueva sensibilidad, enemiga de la devoción patriótica, de la narración épica y del ánimo de exhaustividad patria. Una sensibilidad modernista. Es lo que ilustro y sugiero en este artículo.

Procedo a explicar la estructura argumentativa de *Últimos días* con el fin de inventariar los rasgos que la diferencian de historias precedentes y contemporáneas. En la segunda parte correlaciono la novedad de la obra con la libertad, la autonomía y el desarraigo patriótico que fueron la marca de la vida de su autor. En la conclusión, sugiero el lugar que *Últimos días* ocupa en la evolución del historicismo americano; es decir, de la historia de la reflexión republicana en América.

Ironía intempestiva en *Últimos días coloniales en el Alto Perú*

La profesión de Moreno fue la de crítico y su modo, la ironía. Antepuso en su evolución como escritor el comentario de lo ajeno a la creación de lo propio, y llevó sus comentarios hasta la risa moral, la ironía. Pulió su pluma comentando poetas, luego historiadores, más tarde impresos y en la madurez manuscritos. *Últimos días coloniales en el Alto Perú* es una serie de comentarios

de manuscritos, elaborados en una historia. Sentenciados los poetas,⁵ pasó al comentario de historias con el libro de Manuel José Cortés, de 1861 (MORENO 1861. t. V, p. 219-231 y 385-401).⁶ Picado de erudición, se dedicó a la colección de impresos, y a comentarlos. De ahí su *Biblioteca Boliviana* y su *Biblioteca Peruana*. De ahí también sus *Últimos días coloniales en el Alto Perú*, comentario de sus manuscritos de Chuquisaca.

Una pregunta preside sobre el libro: ¿cómo surgió, y cuándo exactamente, en la leguleya y remota Chuquisaca de los últimos años coloniales, el pensamiento exorbitante de la revolución? Moreno no se dijo “voy a escribir la historia de Bolivia”, como, en sus países se lo propusieron Mitre o Varnhagen. Si ellos narraron siglos y murieron convencidos de haber escrito *las* historias generales de sus repúblicas o *las* historias canónicas de sus revoluciones, Moreno, cubrió en *Últimos días* cuatro años, que consideró bastantes para establecer demostraciones según sus exigentes criterios sobre la historia.

Practicó el establecimiento documental, la lectura densa y la conclusión irónica. Cabe llamar la atención sobre dos facetas de la ironía, ambas presentes en la prosa de Moreno. Una es la ironía pionera, que anuncia el resquebrajamiento de antiguas certidumbres, propia de críticos sin poder. La otra es moderna tardía, propia de quienes ya gozan de poder. La primera ha sido estudiada con iluminación respecto al Siglo de Oro por Bruce Wardropper en un artículo clásico sobre los orígenes de la novela y los precedentes historiográficos de *El Quijote* (WARDROPPER 1965). La segunda, por Hayden White a propósito de artistas e historiadores de finales del siglo XIX, orgullosos en el pináculo de su siglo y cercanos al abismo por el que se despeñarán las últimas certidumbres (WHITE 1973). Wardropper recuerda el afán de Cervantes por presentar su historia del Quijote como verídica, tomada de documentos auténticos por el historiador Cide Hamete Benengeli, y llama la atención sobre la fiebre de falsas historias publicadas en la España de entonces. Entre historia y ficción, explica Wardropper la naturaleza de la novela:

Cervantes es consciente de la aporía de la historia y comprende que debe manejar su pretensión de verdad y exactitud con grandes dosis de ironía [...] Los hombres, no escogemos entre el bien y el mal, como lo exige el moralista, sino entre mayores y menores bienes y entre mayores y menores males [...] Todo en la condición humana es un asunto de matices y *El Quijote* es, entre otras muchas cosas, una tremenda protesta contra el dogmatismo moral imperante en la España de la Contrarreforma (WARDROPPER 1965, p. 5-10).

Moreno miró con sonrisa cervantina a su Chuquisaca de los últimos años coloniales y supo ver los grises de la condición humana. Otra faceta de la ironía

⁵ La primera publicación de Moreno vio la luz en Sucre en 1856, cuando tenía veinte años, en el periódico *La Nueva Era*: se trató de un comentario a la biografía de Antonio José de Sucre que ese mismo año publicó el neogranadino Manuel Ancizar. Publicó comentarios sobre la poetisa María Josefa Mujía, Daniel Calvo, Manuel José Tovar, Ricardo Bustamante, Mariano Ramallo, Néstor Galindo y de su amigo neogranadino Arcesio Escobar, traductor de Byron.

⁶ Moreno saluda este primer intento de historia de Bolivia, luego de las memorias sueltas de los protagonistas de la independencia; se opone a la sentencia de Cortés, “los pueblos esclavos no tienen historia”; y llama al estudio de la historia colonial. Existe reedición de este comentario en: MORENO 1955-1956, vol. 2, p. 177-216.

es la que mira hacia el pasado. La de los modernos consumados, convencidos de la superioridad de su tiempo sobre tiempos pasados. Hayden White la estudió en Jakob Burckhardt, el suizo finisecular tan enamorado del Renacimiento italiano como convencido de la desencantada superioridad de su propio tiempo de trenes y filosofía positiva, cumbre gris desde la que observó a sus coloridos condotieros de coraza de lata y sus terribles proyectos de dominio comarcano en la Italia del *Cinquecento*. Moreno comprendió así a su arzobispo Moxó, a sus detestados doctores silogistas de Chuquisaca y hurgó en los entresijos de la cultura colonial.

Estructura y función en *Últimos días coloniales en el Alto Perú*

Concebido como un estudio de las causas de las revoluciones de Chuquisaca y de La Paz, *Últimos días* se interrumpe en noviembre de 1808. Este fue su primer atentado contra el atavismo de las historias monumentales. Moreno comprendió que los libros presentados por sus contemporáneos como historias *completas* de sus repúblicas eran ficciones. *Últimos días* fue, en cambio, pesquisa ceñida a documentos sobre un tema particular y restringido. Por otra parte, reflexión sobre una inquietud general ante la historia republicana de Bolivia. Fue su empeño comprender

[...] acontecimientos [que] se agruparon para sucederse con una inmediatez que les dio el viso de simultáneos, se verificaron en consorcio de circunstancias lejanas o externas singularmente extraordinarias, y trajeron consigo en el Alto Perú mudanzas tan vastas, radicales y duraderas, que, si por causas notorias no fueron únicas ni exclusivas en aquesta colonia de América, fueron tales como los veinte y cinco mil habitantes de La Plata jamás las pudieron entonces imaginarse ni soñar (MORENO 1896, p. 4).

161

En cuanto a la mayor inquietud de Moreno, ella se lee en las palabras que cierran su libro:

Ha sido de este modo cómo, frecuentando desde un principio la escuela pública del disimulo y las simulaciones, un pueblo sano i varonil haya acabado por amar la adulación sistemática de sus políticos i sus escritores, i por aborrecer a quien quiera que le diga la verdad sobre sus faltas ante los peligros de muerte que le rodean. Que rodean esa existencia cuyo prístino oriente singular estábamos arriba señalando (MORENO 1896, p. 472).

Como las mejores historias, *Últimos días* es un libro a dos niveles: una susceptible de demostración con documentos y pruebas, y que debe restringirse a un periodo breve y una pregunta clara. Y otro tema mayor, de impronta en la cultura y la política, sobre el que concluye: en Charcas existió una sociedad educada y floreciente, pero los caudillos de Bolivia la han sometido a la vergüenza y al miedo. Moreno previó tres partes que tituló "Arzobispo nuevo", "Rei nuevo" y "Presidente nuevo", de las que escribió solo las primeras dos. En ellas despliega las interacciones de cinco grupos de personajes de la Chuquisaca colonial, "cuádruple corte eclesiástica, forense, literaria y social" (MORENO 1896, p. 4). Del gremio eclesiástico toma al arzobispo Benito María Moxó y Francolí; de la Audiencia, a su presidente, Ramón García León de Pizarro; a sus primeros contendores, los

oidores; a los doctores de Chuquisaca, criollos “doscaras”. Y suma un quinto malo, el diputado de la Junta de Sevilla, José Manuel de Goyeneche, quien sirve de vínculo con la política europea en la coyuntura de 1808. Moreno describe en diez pinceladas la ciudad de La Plata o Chuquisaca, “corte encerradísima” y pone en escena a Moxó (MORENO 1896, p. 11). Con su llegada y saludos, explica Moreno, la ciudad desató su lengua en clave nueva y fluida:

Desde la llegada del Arzobispo se dio allá en la flor de hablar entre estudiantes i letrados contra el silogismo, i que cuando alguno se descuidaba argumentando en la antigua forma, ‘no se enrede, amigo, en esas vejeces (le gritaban), i razone de corrido como el señor Arzobispo’ (MORENO 1896, p. 44).

Luego entra el presidente septuagenario, Ramón García León de Pizarro, “hombre manso y de trato llano”, “escaso de luces, apacible en la modestia i sensato”, otro entrañable de Moreno:

Moxó conoció en una ojeada que Pizarro era un septuagenario timorato, mui injenuo i bueno de carácter, de intención recta i limitado entendimiento, dócil al consejo i susceptible de ser dirigido. Era, por lo demás, un amigo útil, por cuanto ejercía el real vice-patronato en todo el Alto Perú (MORENO 1896, p. 126).

162

Introduce Moreno a la Audiencia de Charcas durante el régimen de intendencias, lo que le quitó sus principales facultades y la redujo “al carácter de corte de alzadas o tribunal supremo de justicia”:

La prepotencia del rejoy tribunal de Charcas durante más de dos siglos es un hecho histórico, rico en abusos i arbitrariedades de toda especie... Desde su retiro, o por mejor decir jubilación política i administrativa, el rejoy tribunal lidiaba por ser, si cuando más no fuese en apariencias, lo que ya no era. Hubiérase dicho que había perdido la apostura severa i desenvuelta de la virilidad, i que mostraba su decrepitud entre contorsiones de altivez e impaciencia (MORENO 1896, p. 127-128).

Para introducir a los doctores de Chuquisaca, Moreno ha puesto a sus lectores en antecedentes sobre *vocabularios* y *caramillos*:

Llamábase entre los criollos *vocabulario* al cuentista, al parecer simplemente indiscreto, que no callaba lo que debiera i sí más bien revelaba lo que supo, o malició o atisbó... Malquistar el barrio, dividir las familias, promover, si fuera posible, algunos alborotos, eran, por aquel entonces, tarea poca ingeniosa o medianamente burda i hasta trivial en ciertos pueblos i aldeas... El caramillo era un chismógrafo de aptitudes aventajadas para sembrar con mano invisible la cizaña de calidad fina i trascendente, i para cultivarla a oscuras con paciencia entre individuos destinados a llevarse en intimidad o en armonía (MORENO 1896, p. 121-122).

El primer caramillo en la escena de los *Últimos días* es el asesor del virrey, Pedro Vicente Cañete, que aunque paraguayo no se quedaba a la zaga de los mejores de Charcas:

Por agosto de 1804 había venido a residir en Chuquisaca, con el carácter de asesor interino de la presidencia, un letrado que a la suma de conocimientos propios de un doctor *in utroque*, juntaba una destreza poco común para manejar con talento la lengua i la pluma (MORENO 1896, p. 135-136).

Con las noticias de Bayona, se supo en Charcas de la "formación en Sevilla de una junta de gobierno titulada suprema i soberana de España e Indias, i el arribo a Buenos Aires de un representante suyo en estos virreinos, José Manuel de Goyeneche". Luego de su paso disociador por Montevideo, y Buenos Aires, en noviembre de 1808 llegaba Goyeneche a Chuquisaca:

Ignoraban los ministros que el agente de la junta sevillana por Fernando VII, había tenido a la vez conveniencias con Murat para venir en servicio de José Bonaparte a estas provincias. Ignoraban que traía pliegos seductivos de Doña Carlota del Brasil, infanta de España; pliegos mandados recabar por él secretamente a Río de Janeiro, infanta que pretendía suplantar a su hermano en estos dominios (MORENO 1896, p. 254).

Un sexto "personaje" reúne en colectivo a los anteriores y a sus circunstantes:

Se llamaba Asistencia. Formábalo el concurso resultante de hallarse congregados aparatosamente, es decir, en traje de ceremonia i en orden jerárquico, los individuos de las diversas secciones del servicio público i de las instituciones civiles i religiosas del país.... De repente todo el mundo se detiene en la calle, se descubre, se inclina: ¡silencio!, pasa la Asistencia (MORENO 1896, p. 257).

163

Moreno procede a desentrañar la madeja de actos y motivos. Empieza con Moxó, su bien amado y blanco mayor de su ironía. De "rostro casi femenino por la blancura imberbe de su tez, la suavidad de sus perfiles, la gracia de sus labios breves y rojos, el abultamiento terso de sus carrillos y la negra cabellera echada en bucles tras la oreja", saca de todos los colores de su paleta (MORENO 1896, p. 37-38).⁷ Sobre su llegada al "desmantelado palacio de los arzobispos", cascarón legado por el frugal San Alberto, comenta Moreno que si el rey Yagurta reconvino a los romanos con aquella sentencia, "¡Qué frías están vuestras estufas!", Moxó, por su parte, increpó al mayordomo con un no menos sonoro "¡Todo esto no sirve para nada!" Y recabó de las provincias "vajilla de Potosí, petates de Mojos, vaqueta cochabambina, tejidos finísimos de chinchilla y vicuña, bujías en cera colorida de Chiquitos, alfombras de Clisa, ramilletes de plumas tropicales de Santa Cruz, cazoleta de las monjas carmelitas de la ciudad".

En cuanto al presidente Pizarro, su buena índole se agriará en querellas de preminencia con los oidores. El *caramillo* Cañete le dirá que abusan de su buena índole. "Eran brasas que echaron llamas dentro del edificio colonial [...] Lo cierto es que aquella lava, con todo de ser materia nimia i pueril, había dejado carcomidos i desintegrados los corazones, con ancha cavida para zañas i desquites

⁷ Moreno utiliza para esta descripción un retrato al óleo que colgaba en la Sala Capitular de la Catedral Metropolitana de Chuquisaca.

revolvedores” (MORENO 1896, p. 144-145). Cierra la obertura: “Así se ve que una conmoción local i casi imprevista tenía raíces i tuvo ramificaciones dignas de la historia.” Dignas, pero no por heroicas, sino por ruidosas. Llegan las infaustas noticias de Aranjuez y poco después las nefastas de Bayona, inverosímiles: el rey y el delfín abdicando, Napoleón artífice. Los oidores propusieron “callar y no innovar”, pero, como dijo Cañete, era más fácil parar las aguas del Pilcomayo con empalizadas. Los oidores percibieron la tramoya de Goyeneche, solo para caer en la trampa de los doctores, y no esperaron la locuacidad del arzobispo:

Con patética elocuencia acertaba a expresar sentimientos patrióticos, no siempre oportunos de expresarse en aquellos momentos entre los vasallos de la colonia. Porque es lo cierto que cuando él entendía estar sirviendo con esta parla los intereses de la metrópoli, sembraba por otra la consternación con el espectáculo de las ruinas de España y pérdida de sus colonias, y provocaba con esto cavilaciones y quién sabe qué otras cosas en el espíritu de los oyentes (MORENO 1896, p. 166).

164

Moxó ordenó una colecta patriótica en las provincias altas. Los oidores vieron en ello un desacato contra su política de callar y no innovar. Moreno concluye que fue entonces cuando “penetró claramente en el intelecto de la plebe de Chuquisaca la idea cívica, por no darle otro nombre, sobre la existencia de ciertos motivos que debían unir en comunidad jeneral esta provincia con las demás del Alto Perú” (MORENO 1896, p. 233). Explica Moreno que los doctores criollos observaban la madeja de la crisis mientras hacían aspavientos de lealtad a Fernando VII. Entonces entro Goyeneche en la ciudad, y cuando presentó sus pliegos el oidor regente, Antonio Boeto, objetó la legitimidad del “gobierno provincial tumultuario que los había espedido” (MORENO 1896, p. 450). Goyeneche increpó que “andarse enredando en leyes” era rayano en infidencia, a lo cual el regente se disparó en protestas a la voz de “¡Yo traidor, yo traidor!” Goyeneche aclaró que tenía facultad de hacer presos y requirió la guardia. Intervino el arzobispo para restituir la calma y entonces Goyeneche entregó las cartas de Carlota Joaquina para Pizarro y Moxó. Con esta explosiva reunión Moreno cierra su libro. Quedan pendientes las intrigas de los doctores criollos y los movimientos populares de mayo en Chuquisaca y de julio en La Paz. Si bien no las narra, Moreno dedica a las intrigas de los doctores “doscaras” los comentarios finales del libro:

Los instigadores de la raza no necesitarán de más para sus planes, tan solapados como los de Goyeneche [...] *Sub fallacia regina, quis non fallitur et fallit?* Engañar i ser engañado: he ahí el medio social dónde i cómo deben llevarse a cabo las más grandes cosas en el reino del engaño [...] Falacia así en el cimientto como en el coronamiento del edificio de la independencia (MORENO 1896, p. 471-472).

Si en 1809 hizo efecto el grito doctoral “Nos quieren vender al Portugal”, en 1824, serán criollos de la misma laya quienes se plegarán al invasor. En el imperio de la mentira, ¿quién no es engañado y engaña? Doctores caramillos retornarán en 1824 para enquistarse en la historia de Bolivia, pues fue...

[...] una lisonja pusilánime de los “doscaras” [la que] hará que al nuevo estado se den el nombre i la paternidad ¿de quién? Del que nada especial por dicho Estado había hecho jamás, que antes al contrario oponiéndose estaba a su existencia aparte, i que dejó deforme esta soberanía, vacilante, combatida desde sus primeros pasos, por no haber pensado él sino en tenerla uncida al carro de su dictadura en el Perú (MORENO 1896, p. 472).

Se refiere a Bolívar. Fue así como “frecuentando desde un principio la escuela pública del disimulo y las simulaciones, un pueblo sano i varonil haya acabado por amar la adulación sistemática de sus políticos i sus escritores, i por aborrecer a quien quiera que le diga la verdad sobre sus faltas ante los peligros de muerte que le rodean” (MORENO 1896, p. 472). ¿Cómo explicar tanta habilidad entre los doctores? Con ironía cervantina, Moreno se finge sorprendido de que en el rutinario estudio que los criollos hacían en la *Suma Teológica* (y política) de Santo Tomás alguno en efecto la entendiera, cosa notable si se tiene en cuenta que aun no disponían de “sus dos más luminosos comentadores: la revolución francesa i la democracia norteamericana” (MORENO 1896, p. 261). ¿Cómo se explica que Charcas se hubiera convertido en un tinglado de caudillos? Moreno les pinta la cara a los hombres de la independencia. ¿Cómo más podría ser, si fue entonces cuando su mal carácter sacudió la rienda colonial y tomó la dirigencia? “Momento jeneral será la pérdida de España; momento para todas las osadías, todas las impunidades, todos los atentados, todos los ideales de la ambición” (MORENO 1896, p. 472-473). Es decir, miserias humanas en lugar de héroes y modelos.

165

Desarraigo, lucidez y libertad – Vida y obra de Gabriel René Moreno

No sostengo que Moreno nos haya dado la mejor explicación de la revolución boliviana. La historiografía y la interpretación americanas han avanzado de maneras que Moreno no pudo imaginar. Sus explicaciones siguen siendo *ad hominem*, pues ignora el *hecho social*. Medio siglo correrá hasta que la interpretación americana se beneficie del análisis social moderno y, antes que nuevos historiadores, serán poetas modernistas quienes tomarán el relevo. El *método* de Moreno no es el nuestro, mas sus resultados ya son útiles. Su obra no es edificante, sino demoledora; su prosa no enaltece, denuncia; su tono no acaricia, golpea; sus ideas no halagan, ponen en alerta. Otro tanto harán los poetas modernistas que sucedieron a los historiadores republicanos en la historia de la interpretación americana. ¿Cómo rompió Moreno el cascarón de precauciones que protegía el blando retoño republicano contra interpretaciones duras, contra el atentado de la ironía?

Para empezar, Moreno fue hijo legítimo de hija natural.⁸ Su propio estatus no sufrió menoscabo por ello, pues también fue hijo de magistrado de la Corte Suprema de Justicia, de hombre a quien “no le causaron jamás, ni en la epidermis, el más leve rasguño las gacetas” (PRÓLOGO 1886, p. IV). Con

⁸ Sinforosa del Rivero, su madre, fue hija de Juan Rivero y “de padre no conocido”, como se lee en su partida de bautismo publicada por Hernando Sanabria (Cf., ROCA 1988, p. 42-43).

su padre correspondió desde Chile, y sintió mucho no verlo más, pues murió antes de su primer retorno a casa. A su madre, Sinforosa del Rivero, la vio en Santa Cruz luego de quince años de ausencia. A los quince años dejó Santa Cruz, la patria que más quiso, y a los veinte su país, sobre el que escribió hasta su muerte. Su extranjería se convirtió en exilio cuando quiso servir a su país de la peor manera, como agente diplomático durante la Guerra del Pacífico. Moreno fue portador de la propuesta chilena al presidente Hilarión Daza, en que se ofrecía a Bolivia cambiar de bando. Saltó el escándalo cuando Daza hizo públicas las llamadas "bases chilenas", y Moreno fue acusado de traición. Tenía cuarenta y tres años.⁹ Su intervención diplomática debió figurársele, con el tiempo, similar a los desbarres del arzobispo Moxó: picado de diplomático, salió con el rabo entre las patas. Hasta su muerte, Moreno vivió al margen de cargos, obediencias, aspiraciones y honores, libre de negociaciones patrióticas. Testigo del arrebatado nacionalismo chileno, ajeno a la carrera de honores y cargos e ignorado en Bolivia, escribió su obra mientras cuidaba los libros de los bachilleres de Chile.

166

La bostoniana Mercy Otis Warren, historiadora de la revolución norteamericana, fue hija, esposa y anfitriona de los principales patriotas de Boston: James Otis, James Warren y John Adams. El colombiano José Manuel Restrepo fue secretario del dictador antioqueño Del Corral, luego constituyente, después ministro de Colombia y entonces historiador. El haitiano Thomas Madiou fue secretario personal de Inginac; ministro de Estado de Boyer; rector del *Lycée National d'Haiti*; director del periódico oficial del régimen de Soulouque, *Le Moniteur*; ministro de educación en el régimen de Geffrard desde 1866. Gustavo Adolpho Varnhagen fue cortesano de Dom Pedro II, miembro del *Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* e investido Vizconde de Porto Seguro en el Imperio. En fin, el argentino Bartolomé Mitre fue presidente, el ecuatoriano Federico González Suárez arzobispo y Barros Arana perito de límites, rector de la universidad y eminencia gris de sucesivos regímenes. Moreno fue, como él mismo decía, carga-papeles.

Fue nombrado bibliotecario interino de la Biblioteca del Instituto Nacional de Chile en 1868, luego de la renuncia del titular (Mss. GRM 146, F.1). Interinos fueron sus nombramientos como profesor de literatura en el Instituto Nacional en julio de 1887 y en enero de 1888 (Mss. GRM 146, F.3). En febrero de 1892, luego de la guerra civil que terminó con el suicidio del presidente José Manuel Balmaceda, Amunátegui Solar publicaba en *El Heraldo* de Santiago una defensa de la Biblioteca del Instituto y de su director (Mss. GRM 149). Afirmaba que "pocos literatos americanos hai que conozcan más a fondo la vida social y política de estas repúblicas y que fueran más capaces de narrarla con imparcialidad y elevación de miras". Como profesor, Moreno escribió un *Manual de literatura preceptiva* que en 1892 era comentado por E. M. Hostos en el periódico *La libertad electoral* como libro de "gran libertad y personalidad" (Mss. GRM 150). De su cátedra de literatura en el Instituto Nacional, Moreno dijo que era el mayor logro y promoción

⁹ El asunto dio lugar a un folleto suyo contra el presidente boliviano: MORENO 1881.

que había alcanzado en su vida. Con sus estudiantes leía y comentaba tragedias de Eurípides, *La Vida es Sueño* de Calderón, *Los Persas* de Esquilo, *Hécuba* de Eurípides y *Atalia* de Racine, entre otros clásicos (Mss. GRM 126).

Celibato, soledad y flirteos con la muerte

Su soledad íntima puede vislumbrarse en los recuerdos de Rosalía Calvo Cruchaga, hija de una familia santiaguina que lo acogió en su fundo, donde el bibliotecario pasaba temporadas de descanso.¹⁰ Recordaba Calvo que Moreno era retraído, mas “consecuente y leal con los que llamaba sus amigos”, y que no era buen jinete, lo que indica que no era amigo de asociaciones masculinas gregarias. Les propuso matrimonio a Flora y a Lucía, hermanas de Rosalía, quienes lo rechazaron. En las veladas con la familia hablaba mucho sobre Santa Cruz, a la que se refería como “allá”. Y “le causaba placer pisar las bellotas en los paseos”, lo que sugiere el disfrute en solitario. A quienes lo conminaron a casarse o lo reconviniere por su soltería, les contestó en el prólogo de su *Biblioteca boliviana*:

“Algunas personas amigas han dado en la flor de preguntar al autor de este catálogo, ¿por qué no se casa?”... He acometido el presente inventario penetrado de una modestia infinita, llevándolo a cabo con heroica paciencia i en mitad de los más grandes conflictos... Irá a parar a manos de un centenar de coleccionistas i a las catacumbas de otras tantas bibliotecas. Irá también a poder de las treinta i cinco personas, según cuentas, que se han servido deplorar de algún tiempo a esta parte el no haberme visto casado i con hijos. Un respetable amigo de esta ciudad, diputado, gran aconsejador de que se casen, enjendrador mui prolífico (once lejítimos en 9 años), i que gasta mui mala ortografía, al hojear este catálogo, volviéndose hacia mí con una mirada terriblemente injenua, me preguntó: “¿I para qué sirve todo esto?”. ¡Ah! Mi catálogo no será, no, tan simple ni tan humilde que vaya a buscarle (MORENO 1879, p. V).

167

El coleccionista recibió un golpe grande con la noticia del incendio de su biblioteca en 1881, cuando se hallaba ausente de Chile y su biblioteca embalada en casa de su amigo el químico Daniel Vives. Según Luis Montt, quien se hizo cargo de la recuperación de las cajas afectadas, el daño en los libros fue mínimo, pero considerable en los manuscritos. Cuando aun no conocía la extensión del daño, y acaso juzgándola mayor, Moreno escribió a Vives las siguientes palabras reveladoras:

[...] aquello era el único jirón de patria, la sola familia, el último refugio. Representaba toda la herramienta y el material acumulado durante diez años para un trabajo que comenzaba cuando estalló la guerra. Según esto y en vista de lo salvado, ¿significa el desastre un perjuicio o una ruina? Porque en verdad, si equivaliese a esto último, el desastre con él y con lo que en la misma vía llevo padecido en otras partes, tengo ya lo suficiente para notificarme del desahucio... Apelo a un pleno conocimiento de causa antes de adoptar una solución definitiva (VARIOS AUTORES 1986, p.115).¹¹

¹⁰ Carta de Rosalía Calvo Cruchaga de Aldunate Valdés a Julio Salmón, Santiago, ene. 1932, publicada por VÁSQUEZ MACHICADO 1937.

¹¹ Carta de Gabriel René Moreno a Daniel R. Vives, Buenos Aires, 8 de febrero de 1882, compilación e introducción de José Luis Roca.

El daño no fue catastrófico y el trabajo pudo seguir su curso. Luego, Moreno sufrió una recaída y decidió interrumpir *Últimos días*, lo que no le impidió publicar lo escrito y en 1901 un volumen de documentos. Tras su muerte, su hermano Aristides recibía en Iquique las 81 cajas embaladas que contenían su biblioteca, vendida al Estado boliviano (Mss. GRM 165).

Moreno intempestivo: el historicismo americano acoge la ironía contemporánea

Moreno escribió en Santiago de Chile, durante las últimas tres décadas del siglo XIX, sobre la Audiencia de Charcas de los últimos años coloniales. Es decir, desde una de las ciudades más modernas y pujantes de la América republicana, y sobre la esquina más mediterránea y "colonial" del Imperio Español. En Chile, sin voz ni voto, debió guardarse sus opiniones políticas, y en sus últimos años fue testigo del estéril parlamentarismo chileno y de los continuados estertores de Bolivia, regímenes cada vez más férreamente controlados por oligarquías clientes. Moreno se formó escéptico ante ficciones patrióticas y sobornos de la conciencia, rechazó las opiniones convencionales de las mayorías y poseyó el fuego secreto de la libertad.

Moreno publicó *Últimos días* dos años después de que saliera de las prensas de Rafael Jover, en Santiago, el décimo tercer volumen de la *Historia jeneral de Chile*, de Diego Barros Arana (que completaría sus 16 volúmenes en 1902, un año después de la publicación del volumen de documentos que Moreno decidió agregar a su obra). Hacía décadas que la mayor parte de las historias monumentales de las repúblicas americanas había sido escritas, habían llegado a ser canónicas en la cultura escrita y habían dado lugar a historias temáticas y, en los últimos años, a trabajos de erudición bibliográfica, como los del mismo Moreno, los del mexicano Joaquín García Icazbalceta, de los venezolanos José Félix Blanco y Ramón Azpurúa, del chileno José Toribio Medina o del colombiano Eduardo Posada. Por entonces eran venerables historias de las revoluciones de independencia como las de Carlos María Bustamante en México, José Manuel Restrepo en Colombia o David Ramsay y Mercy Otis Warren en Estados Unidos. También lo eran las historias generales de Haití por Thomas Madiou, de Brasil por Francisco Adolpho Varnhagen, de Estados Unidos por George Bancroft o de Ecuador por Federico González Suárez.

En fin, surgían por entonces las rimas y sonos de una nueva sensibilidad. En Chile, el hijo del presidente Balmaceda, Pedro, era anfitrión en la Moneda de Rubén Darío y seguidor convencido de la estética de *Azul*, que el nicaragüense había publicado en 1888. En Colombia, en 1896, año de publicación de *Últimos días*, se suicidaba José Asunción Silva dejando inédita su novela *De Sobremesa*, sin duda obra de catarsis en que el poeta imaginó la libertad moderna en la república. En Montevideo, Rodó publicaba su *Ariel* cuando Moreno preparaba el volumen de documentos que acompañó a *Últimos días*. En fin, no en vano Moreno era profesor de literatura en el Instituto Nacional, y autor de una "preceptiva" sobre la materia.

El oficio de Moreno fue el de historiador, su fuerte la erudición y su sensibilidad la del poeta. Vivió a plenitud la escritura histórica de su siglo y

la llevó más lejos. En sus *Últimos días coloniales en el Alto Perú* entregó el relevo de la interpretación americana a los poetas modernistas. Les dio la irreverencia, la preferencia del amor a la verdad sobre el amor a la patria, la ironía y la experimentación con el lenguaje. En su libro, Moreno trascendió las convenciones de la historia tradicional, y antes de que las ciencias sociales maduraran su nueva guisa, trajo a la interpretación de las repúblicas americanas la actitud crítica de un librepensador y de un ciudadano moderno; la fuerza argumentativa de la erudición a toda prueba; y el lenguaje y la sensibilidad que ya sonaban en boca de los poetas parnasianos y modernistas. Pero este último es tema de otro estudio.

Referencias bibliográficas

- ARNADE, Charles W. The Historiography of Colonial and Modern Bolivia. **The Hispanic American Historical Review**. Durham, Carolina del Norte, 1962. v. XLIII, n. 3, p. 333-384.
- BARNADAS, Josep. **Gabriel René Moreno (1836-1908)**: drama y gloria de un boliviano. La Paz: Ediciones Altiplano, 1988.
- COLMENARES, Germán. **Convenciones contra la cultura**: ensayos sobre la Historiografía Hispanoamericana del siglo XIX. Bogotá: Tercer Mundo, 1987.
- CONDARCO MORALES, Ramiro. **Grandeza y soledad de Moreno**: esbozo bio-bibliográfico del príncipe de las letras bolivianas. La Paz: Talleres Gráficos Bolivianos, 1971.
- FINOT, Emilio. **Gabriel René Moreno y sus obras**: apuntes bio-bibliográficos. Santa Cruz de la Sierra: Tipografía Comercial, 1910.
- MEDINACELLI, Carlos. Letras bolivianas. **Kollasuyo**. La Paz, 1946. Año VIII, n. 63, p. 185-194.
- MEJÍA, Sergio. ¿Qué hacer con las historias latinoamericanas del siglo XIX? – En respuesta al historiador Germán Colmenares. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**. Bogotá, 2007. Universidad Nacional de Colombia. n. 34, p. 425-458.
- _____. La noción de historicismo americano y el estudio de las culturas escritas americanas. **Historia Crítica**, Bogotá, nov. 2009. Universidad de los Andes. Edición especial, p. 246-260.
- MENDOZA, Gunnar. Gabriel René Moreno, bibliógrafo boliviano. **Revista de la Universidad de San Francisco Xavier**. Sucre, 1951. t. XVI, n. 39-40, p. 553-613 (separata de la misma revista, 1954).
- MENDOZA, Jaime. Dos entrevistas con Gabriel René Moreno. **Revista de la Sociedad Geográfica "Sucre"**. Sucre, 26 feb. 1937, p. 100-108.
- MORENO, Gabriel René. **Biblioteca Boliviana**: catálogo de la sección de Libros y Folletos. Santiago: Imprenta Gutemberg, 1879, 889 p.

- _____. **Biblioteca Boliviana**: catálogo del Archivo de Mojos y Chiquitos. Santiago: Imprenta Gutemberg, 1888, 628 p.
- _____. **Bolivia y Argentina**: notas biográficas y bibliográficas. Santiago: Imprenta Cervantes, 1901, 553 p.
- _____. **Daza y las bases chilenas de 1879**. Sucre: Tipografía de *El Progreso*, 1881. Folleto. 21 p. Se publicó un avance en **El Ferrocarril**. Santiago, 27 feb. 1881. n. 7930.
- _____. Ensayo sobre la Historia de Bolivia por Manuel José Cortés. **Revista del Pacífico**. Valparaíso, 1861. Tomo V, p. 219-231 y 385-401.
- _____. **Estudios de Literatura Boliviana**. Potosí: Editorial Potosí, 1955 / 1956, dos volúmenes editados por Humberto Vásquez Machicado.
- _____. **Últimos días coloniales en el Alto Perú – Documentos inéditos de 1808 y 1809**. Santiago de Chile: Imprenta, litografía i encuadernación Barcelona, 1901, 352 p.
- _____. **Últimos días coloniales en el Alto Perú**. Santiago de Chile: Imprenta Cervantes, 1896, 474 p.
- OVANDO SANZ, Guillermo. **Gabriel René-Moreno**. La Paz: Fundación Humberto Vásquez Machicado, 1996.
- PRÓLOGO. **Anales de la prensa boliviana**: matanzas de Yáñez, 1861-1862. Santiago: Imprenta de Cervantes, 1886.
- ROCA, José Luis Roca (ed.). **Gabriel René Moreno íntimo, 1836-1908**. La Paz: Don Bosco, 1986.
- _____. **1809**: La revolución de la Audiencia de Charcas en Chuquisaca y en La Paz. La Paz: Plural, 1998.
- _____. **G. René-Moreno, el hispanoamericano**. La Paz: Editorial Don Bosco, 1988.
- SANABRIA FERNÁNDEZ, Hernando. Gabriel René Moreno. **Revista Interamericana de Bibliografía**. Austin, Universidad de Texas, 1961, ene.-mar. Segunda época, v. XI, n. 1, p. 25-54.
- SILES GUEVARA, Juan. **Contribución a la bibliografía de Gabriel René Moreno**. La Paz: Universidad de San Andrés, 1967.
- _____. **Gabriel René Moreno, historiador boliviano**. La Paz: Los Amigos del Libro, 1979 (tesis de maestría en la Universidad de Texas, en Austin).
- VARIOS AUTORES. **Antología de ensayos sobre Últimos días coloniales en el Alto Perú**. Sucre: Archivo y Biblioteca Nacionales de Bolivia, 1996.
- VARIOS AUTORES. **Estudios sobre Gabriel René Moreno**: homenaje al sesquicentenario del nacimiento de Gabriel René Moreno. Santa Cruz de la Sierra: Casa de la Cultura "Raúl Otero Reiche", 1986.
- WARDROPPER, Bruce W. Don Quixote: Story or History? **Modern Philology**. Agosto, 1965. Vol. 63, n. 1, p. 1-11.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: The Historical Imagination of Nineteenth-Century Europe. Baltimore: 1973.

Documentos en el Archivo Nacional de Bolivia en Sucre

Mss. GRM 126. **Cátedra de preceptiva en el Instituto Nacional de Santiago – Composiciones de los alumnos**. Trabajos de sus estudiantes de literatura en el Instituto; 26 piezas.

Mss. GRM 146. **Documentos varios sobre la vida pública de Moreno**. F.1: nombramiento de Moreno como bibliotecario interino del Instituto Nacional por decreto 571 del presidente de la república, comunicado al rector del Instituto, F. Errázuriz, en Santiago, 30 mar. 1868.

Mss. GRM 146. **Documentos varios sobre la vida pública de Moreno**. F.3: nombramiento de Moreno como profesor interino de la clase de Literatura en el Instituto Nacional por decreto 2204, comunicado al rector del Instituto, Domingo Amunátegui Solar, en Santiago, 6 jul. 1887.

Mss. GRM 149. Recorte de un artículo de periódico con firma de Domingo Amunátegui Solar, titulado La Biblioteca del Instituto Nacional. **El Heraldo**. Santiago, 17 feb. 1892.

Mss. GRM 150. Recorte de artículo titulado Literatura preceptiva de Gabriel René Moreno. **La libertad electoral**. Santiago, 1892. n. 1710, vol. 20.

Mss. GRM 165. **Demostración del contenido, por volúmenes, de 81 cajas que contienen la Biblioteca BOLIVIANO-AMERICANA de G. René Moreno**. Trece hojas mecanografiadas en tinta violeta, firmadas por Aristides Moreno en Iquique el 4 de mayo de 1909, en que se especifica el número de libros contenidos en cada una de las cajas.

171

Causa diz-se em quatro sentidos: sobre a hermenêutica droyseana e a teoria da causalidade aristotélica*

The four meanings of “cause”: on Droysen’s Hermeneutics and Aristotle’s Theory of Causality

Renata Sammer

renatasammer@mac.com

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea

22453-900 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

Resumo

Este artigo concentra-se sobre a teoria da interpretação de Johann G. Droysen a fim de elucidar alguns importantes aspectos de sua teoria da história (*Historik*). Procuraremos demonstrar como a teoria da causalidade aristotélica, além de estruturar a segunda grande parte da *Historik*, a Sistemática (*Systematik*) – onde encontramos “o modo histórico de existência”, nas palavras de Hayden White –, pode ser relacionada às quatro etapas da teoria da interpretação droyseana. Assim, ilustraremos como a filosofia metafísica de Aristóteles fundamenta uma singular compreensão do pensamento histórico que, sem negar a sua qualidade representativa, abarca o notório presentismo droyseano. Por fim, indicaremos como esta filosofia afina-se à proposta formulada por Droysen ao longo da *Historik* de fundar a História na Ética.

172

Palavras-chave

Johann Gustav Droysen; Teoria da história; Ética.

Abstract

This article focuses on Johann G. Droysen’s theory of interpretation in order to elucidate some important aspects of his theory of history (*Historik*). More specifically, it intends to show how the Aristotelian theory of causality structures the second half of the *Historik*, the *Systematik* – where we find the “historical mode of existence”, as defined by Hayden White –, and how it connects to the four stages of Droysen’s theory of interpretation. It will be shown how Aristotle’s metaphysical philosophy inspires a singular understanding of historical thinking, which without denying it as a mode of representation also encompasses Droysen’s openly professed presentism. Finally, it will be pointed out that this philosophy provides the main support for Droysen’s idea that History should be founded upon Ethics.

Keywords

Johann Gustav Droysen; Theory of history; Ethics.

Recebido em: 15/2/2013

Aprovado em: 12/4/2013

* Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro da CAPES e do CNPq.

Introdução: A *Historik*, uma ética historicista

Ao dar início às suas aulas de teoria da história, Droysen nota, sem deixar de demonstrar certa surpresa, que se os gregos deram origem a uma *Ética*, a uma *Política* e a uma *Poética*, é incompreensível que não tenham dado origem a uma teoria da história (*Historik*) (DROYSEN 1977, p. 45). Em seguida, Droysen nos oferece um breve histórico da disciplina buscando assim definir de maneira historicista - pela história da teoria da história - os seus contornos. Aristóteles teria lavrado o terreno sobre o qual seria construída a *Historik*, nos diz Droysen. Após algumas contribuições importantes - como, por exemplo, a crítica de Valla à doação de Constantino - Kant ergue as estruturas da disciplina que seria a partir de então edificada com certa constância: Herder, Schiller e Humboldt são os nomes citados por Droysen (DROYSEN 1977, p. 50). Contudo, nesta edificação segura, apenas no trabalho de Humboldt Droysen reconhece os contornos de uma disciplina que, apesar de sua caudalosa produção e significância política, encontrava-se em estado de grande confusão epistemológica (DROYSEN 1977, p. 53).

Embora seja possível traduzir o termo como "histórica" optamos com frequência pela expressão "teoria da história". Adotada por nomes como Gadamer, Koselleck e Rüsen, a *Historik* busca responder "o que significa pensar historicamente?".¹ Se em *Verdade e método* (*Wahrheit und Methode*, 1960), Gadamer inclui Droysen entre os historicistas adeptos do método empático, em um artigo isolado, publicado "após a segunda guerra mundial", nota Hayden White, "Gadamer exaltou (*hailed*) Droysen como o fundador de uma hermenêutica distintivamente moderna, diferente daquela de Schleiermacher, Hegel e Dilthey, e como antecipador do pensamento de Martin Heidegger" (WHITE 1987, p. 84).²

A hermenêutica droyseana, entre o historicismo adepto do método empático e "uma hermenêutica distintivamente moderna", apresenta uma aparente contradição que, contudo guarda a sua especificidade. Tendo em vista essa especificidade, propomos analisar neste artigo a "Sistemática" (*Systematik*) - a segunda grande parte da *Historik* - na qual a teoria da interpretação histórica droyseana é apresentada. Se Droysen não limitou-se ao método empático, desenvolvendo ainda os pormenores de uma elaborada interpretação das idéias, ele jamais deixou de reconhecer a validade da representação histórica e a sua relação com a verdade.

173

¹ "[A] tarefa dos estudos históricos consiste em que se aprenda a pensar historicamente". No original: "die Aufgabe der historischen Studien ist, dass man historisch denken gelernt hat" (DROYSEN 1977, p. 5). As demais traduções ao longo do artigo são, quando não indicadas, de nossa autoria. Para uma ampla discussão sobre a questão cf. CALDAS 2004.

² Como não deixa de notar Pedro Caldas: "a pretensão de dissolução do sujeito no objeto levaria, segundo Gadamer, o historiador a cometer os mesmos equívocos do iluminismo. A crítica ao racionalismo feita pelos autores historicistas não seria suficiente para encobrir o mesmo pressuposto de ambas as tendências de conceitualizar a história, a saber: desconsiderar a temporalidade como produtora de sentido, buscando a empatia ou a norma como ferramentas que superariam o fosso entre as épocas" (CALDAS 2006, p. 145). Buscando dar conta da especificidade do pensamento de Droysen, Caldas propôs ultrapassar os "limites do historicismo" adotando o conceito de *Bildung* para a análise que faz da obra de Droysen (Cf. CALDAS 2006, p. 139). A proposta é interessante, pois a *Bildung*, por ser "inconclusiva e potencialmente ativa" (CALDAS 2006, p. 149), traduz com propriedade a dimensão formativa da hermenêutica droyseana e o presentismo de sua teoria. Como nota Caldas, Gadamer reduz a consciência histórica do século XIX ao historicismo adepto de método empático (*Einführung*) conduzindo assim Droysen à obscuridade. Obscuridade esta mantida e propagada por pesquisadores contemporâneos importantes como, por exemplo, Frank Ankersmit. Cf. ANKERSMIT 2005, p. 193-241. Sobre a inesperada aproximação de Droysen a Heidegger cf. GADAMER 1976, p. 48 apud WHITE 1987, p. 84.

Aristóteles e Kant serão interlocutores privilegiados nesta análise: o primeiro por ter dado origem à teoria da história, como nos indica Droysen, além de ser um dos autores mais citados – senão o mais citado – por Droysen durante suas preleções, e o segundo por ser aquele que deu o impulso necessário ao ressurgimento da *Historik* após séculos de inação. Veremos como a filosofia metafísica de Aristóteles será associada à revolução kantiana – uma revolução copernicana às avessas – a partir da qual os objetos passam a girar ao redor do sujeito. Isto é, se Droysen manterá em sua teoria da história estrutura semelhante à kantiana, ele fará uso da teoria da causalidade aristotélica a fim de estabelecer os fundamentos e por conseguinte os limites da representação histórica. Mas não avancemos a letra do artigo. Como desafio à leitura da *Historik* podemos já indicar a maneira aparentemente contraditória pela qual o declarado presentismo de Droysen – em última instância, um relativismo – não deixa de reconhecer uma constante capaz de exercer a coesão necessária ao pensamento histórico. Assim compreendemos a célebre proposta droyseana de fundar a *Historik* na ética.³ Essa notória sugestão – “a ética seria a verdadeira filosofia da história” –, encontrada ao início da *Historik*, rejeita toda a tradição que por concentrar-se sobre a abstração filosófica ou sobre o puro empirismo deixa de compreender a relação entre o geral e o particular, entre o mundo natural e o mundo espiritual como verdadeiro desafio posto à reflexão histórica.

174

A teoria da história droyseana pode ser ainda identificada na maneira como o autor adjetiva a natureza humana: “sensório-espiritual” (*geistig-sinnliche Natur*). Desta maneira, Droysen busca superar o debate tão fortemente vivenciado em sua época entre os discípulos de Hegel – Heinrich Leo em particular – e a Escola Crítica rankeana, apontando para uma dualidade intrínseca ao homem que o coloca em contato direto e simultâneo com a experiência sensível e o pensamento abstrato. A filosofia da história ética droyseana é dotada de um aspecto trágico que pode ser sentido tanto na definição de natureza humana que propõe – sensório-espiritual – quanto na maneira como evitará a resolução do conflito que identifica entre as sabedorias prática e filosófica. Afinal, a manutenção do conflito não apenas caracteriza, mas motiva a representação histórica. Na manutenção do pensamento trágico em sua ética indissociavelmente relacionada à dupla natureza humana reside toda a beleza da *Historik*.

Ao reconhecer Kant como o moderno iniciador de sua *Historik*, Droysen contudo rejeita o dogmatismo de sua moral. É por isso que devemos distinguir na tradução da *Historik* a moral kantiana da *Sittlichkeit* (eticidade) à qual Droysen se refere ao descrever as esferas de atuação humana (*sittliche Kreise*). De fato, há uma distinção fundamental a ser feita entre a ética antiga e a moral moderna,

³ Pedro Caldas, em um artigo recente dedicado à hermenêutica droyseana, reconheceu nas quatro formas de interpretação identificadas por Droysen pretensões de sentido distintas – empírico, lógico, empático e ideal. Como Caldas nota na introdução deste mesmo artigo, a hermenêutica droyseana nos coloca o desafio de relacioná-la à ética. Em última instância nos caberia investigar como hermenêutica e *Bildung* se relacionam (CALDAS 2011, p. 1). Desenvolvemos aqui o argumento de A. Assis que sublinha a manutenção de uma dimensão prática da história na teoria droyseana, embora Droysen não mais opere com a concepção exemplar da história (Cf. ASSIS 2009, p. 22). Vale notar já de início que as quatro modalidades de interpretação identificadas por Droysen podem perfeitamente coexistir sem que estabeleçam entre si uma relação de hierarquia, embora Droysen não deixe de reconhecer o caráter criativo e portanto a distinção da interpretação das idéias.

distinção esta à qual Droysen era sensível: a ética em sua versão droyseana não é dogmática, antes mantém a maleabilidade de sua homônima antiga.⁴ Se é possível identificar à luz da *Terceira crítica* certa flexibilidade na filosofia crítica kantiana, reconhecer que o enlace entre o sensível e o suprassensível não determina a experiência, tampouco seus fins,⁵ esse não parece ter sido o caminho escolhido por Droysen que permanece crítico à rigidez determinante da moral kantiana.

Como reflexo deste conflito irresolúvel entre o geral e o particular, entre a natureza espiritual e a natureza sensória, Droysen identifica dois sujeitos que tornam a representação histórica possível: um Eu empírico, temporalmente limitado, o ser-Eu (*Ichsein*) ao qual Droysen atribui a experiência sensível, e um Eu geral e abstrato capaz de dotar a experiência individual de universalidade, o Eu da humanidade (*Ich der Menschheit*). A relação entre os dois de mútua projeção e referência tem como fim comum, nos diz Droysen, o *lógos*, que em termos droyseanos pode ser compreendido como certa racionalidade intrínseca à história.

Mas há uma ressalva a ser feita: o sujeito droyseano que interpreta é também inconstante, um produto da história, e, portanto o conceito de fim (*Zweckbegriff*) que elabora, que rende universal, é também variável. Se a referência à representação histórica não pode ser encontrada nas leis que regem o mundo natural, tampouco o sujeito, maleável e inconstante pode oferecer a referência necessária à coesão histórica. Como seria então possível o pensamento histórico? Onde estariam guardadas as suas referências? Se ao reconhecer a historicidade do sujeito Droysen dá origem ao problema da referência, ele não deixará de estabelecer uma coesão possível para o pensamento histórico. É neste sentido que devemos compreender a teoria da interpretação droyseana contemplada à luz da teoria da causalidade aristotélica: se o sujeito que interpreta é diverso no tempo, ele jamais deixará de lidar com as aporias da representação histórica.

175

A teoria da causalidade e a sistemática (*Systematik*) da verdade histórica

Para os antigos gregos a particularidade do homem, o que o distinguia do mundo natural, era a sua mortalidade. É esta condição que possibilita alcançar a excelência por grandes feitos memoráveis.⁶ Na época moderna, a história compreendida como processo, capaz de estender-se infinitamente em direções opostas, ao passado e ao futuro, de maneira a assumir a perenidade da natureza antiga é construída pelo contínuo trabalho da humanidade: "A humanidade" nos diz Droysen, "alcança o *cosmos* do mundo ético pelo trabalho dos indivíduos

⁴ "Com, efeito", diz Aristóteles em sua *Ética a Nicômaco*, "essa é a razão porque não são todas as coisas determinadas pela lei; pelo fato de haver alguns casos [e situações] em relação aos quais é impossível estabelecer uma lei, é necessária a existência de um decreto especial; pois aquilo que é ele próprio indefinido só pode ser medido por um padrão indefinido, como a régua plúmbea usada pelos construtores de Lesbos; tal como essa régua não é rígida, podendo ser flexibilizada ao formato da pedra, um decreto especial é feito para se ajustar às circunstâncias do caso" (Aristóteles, *Ética a Nicômaco* 1137b, 29-34).

⁵ Sobre a "flexibilidade" da filosofia crítica kantiana cf. "A faculdade de julgar, em geral, é a faculdade de pensar o particular como compreendido no universal. Se o universal (a regra, o princípio, a lei) é dado, então a faculdade de julgar que nele subsume o particular [...] é determinante. Se contudo, apenas o particular é dado e ela deve encontrar o universal, então a faculdade de julgar é apenas de reflexão" (KANT 1790, B XX VI). Tradução de Luiz Costa Lima *apud* COSTA LIMA 2000, p. 47.

⁶ Sobre a concepção grega do tempo Cf. ARENDT 1992. Assim escreve Hannah Arendt: "a humanidade descobre [na história] a imortalidade potencial da espécie humana" (ARENDT 1992, p. 109).

que o formam e constroem” (DROYSEN 1977, p. 436).⁷ Ainda, “a nossa ciência”, lembra, não é a história, “mas a *istorie* (a investigação) do que está posto neste *cosmos*” (DROYSEN 1977, p. 28). Há algo paradoxal na reflexão droyseana que identifica o mundo ético-histórico como um *cosmos* simultaneamente limitado e infinito. Se neste *cosmos* o novo pode surgir, as forças éticas (*sittliche Mächte*), substrato comum à espécie, funcionam como constantes capazes de elucidar as mais diversas formas da história. Em uma de suas passagens mais expressivas, Droysen diz, citando Aristóteles, que, enquanto os animais e as plantas podem ter seus semelhantes reunidos sob uma forma comum, capaz de definir assim o seu gênero, a característica capaz de reunir a humanidade sob um mesmo gênero é a história. O que faz da história o “conceito de gênero” (*Gattungsbegriff*) da humanidade (DROYSEN 1977, p. 16-17). Ter a história como “conceito de gênero” é sofrer a ação das “forças éticas” e reagir reproduzindo-as de maneira distinta. Assim, o *cosmos* que abarca o movimento incessante das “forças éticas” funciona como referência móvel, historicamente cambiante.

Se a humanidade é o agente que em seu trabalho dá forma e conserva este *cosmos*, o historiador é aquele que busca compreender as suas *causas*. Na abertura da *Metafísica*, Aristóteles reconhece “que há mais saber e conhecimento na arte do que na experiência, e consideramos os homens de arte mais sábios que os empíricos” (Aristóteles, *Metafísica* I, 1.7). A razão apresentada para tal distinção é de fato simples: “Com efeito”, continua Aristóteles, “os empíricos sabem o ‘quê’, mas não o ‘porquê’; ao passo que os outros sabem o ‘porquê’ e a causa” (Aristóteles, *Metafísica* I, 1.7). As causas (*aition*) são respostas às perguntas iniciadas por um “por que”, *i.e.* às indagações sobre como o mundo e seus fenômenos (*phainomena*) vem-a-ser.

Aristóteles continua com um histórico da teoria da causalidade notando uma falha nesta tradição: a redução da teoria da causalidade à teoria dos princípios. Isto é, a teoria dos princípios reduziria a complexa relação entre as quatro grandes causas à primeira causa material. “Ora”, diz Aristóteles, “causa diz-se em quatro sentidos”. Sob as quatro *aitia* – material, formal, eficiente e final –, Aristóteles busca organizar todas as maneiras de dizer o *porquê*.⁸ “Aristóteles

176

⁷ Droysen identifica no “cosmos do mundo ético” (*der Kosmos der sittlichen Welt*) o objeto do historiador. Seria este mundo ético-histórico um universo fechado, onde, apesar de sua historicidade, é possível identificar certa constância, uma referência imutável – fundada na natureza política, sensório-espiritual, do homem dotado de *lógos* – para a filosofia política exposta na *Historik*? Devemos notar que o reconhecimento do mundo ético-histórico como um *cosmos* é incompatível com a interpretação que faz O. G. Oexle do historicismo de Droysen. Reconhecendo nesse movimento a coexistência de ciências cujo objeto constitui um *cosmos*, e de ciências como pesquisa que, iniciadas sobretudo com a “revolução kantiana” que inverte a relação do conhecimento – “da razão aos objetos e não mais dos objetos à razão” –, Oexle vê no positivismo, no materialismo e no idealismo histórico ciências fechadas em um *cosmos*, pois lidam com um objeto finito. Já Droysen e Weber, por exemplo, teriam seguido a tradição kantiana e reconhecido que a ciência como pesquisa jamais alcança sua conclusão reinventando *sans cesse* seus próprios objetos (OEXLE 2001, p. 9). Buscaremos ressaltar o kantismo moderado de Droysen indicando na apropriação que faz da teoria da causalidade aristotélica uma possível definição do campo do historiador, *i.e.*, a referência que estará à base do próprio pensamento histórico.

⁸ *to dia ti* Cf. VLASTOS 1969, p. 294. G. Vlastos nota ainda que *aition* (em inglês “cause”) deveria ser traduzido como “because”, pois respondem as perguntas iniciadas por um “por que”. Manteremos a tradução já proposta de *aition* como “causas” uma vez que Droysen segue esta direção (*Ursache*). Inserindo-se na tradição platônica de investigação do mundo natural tais questões podem ser assim exemplificadas: “por que passam as coisas a existir? Por que deixam de existir? Por que existem?” (Platão, *Phaedo* 96a, 6-10). Mas Platão teria atentado apenas para as causas material e formal, segundo Aristóteles (*Metafísica* I, VI, 7). Cf. VLASTOS 1969, p. 293.

reconhece quatro princípios (*arkhai*) ou categorias”, nota Droysen, “pelas quais tudo que através de causas (*Ursachen*) é (e não através de si, como o que é divino) deve ser considerado” (DROYSEN 1977, p. 30).

Apenas o primeiro “porquê” – a primeira causa – é causa e princípio (Aristóteles, *Metafísica* I, 3.1-2). O exame da tradição que o precede, nota o estagirita, permitirá tanto “descobrir uma outra espécie de causas”, ou dar “mais crédito às que acabamos de enumerar” (Aristóteles, *Metafísica* I, 3.1-2). Assim Aristóteles dedica ao menos dois livros às teorias de Tales, Empédocles e Anaxágoras de Clagômenes. A descrição não é exaustiva, pois visa distinguir a metafísica aristotélica de sua tradição pela substituição da discussão a propósito dos princípios por uma teoria da causalidade:

Com efeito, ainda que toda a geração e toda a corrupção procedam de um único princípio, ou de vários, por que é que isso acontece e qual a causa? Não é seguramente o sujeito o autor das suas próprias mudanças: por exemplo, nem a madeira, nem o bronze são a causa das próprias modificações, pois não é a madeira que faz a cama, ou o bronze a estátua, mas alguma outra coisa é a causa da mudança (Aristóteles *Metafísica* I, 3.9).

Ser, segundo a *Metafísica* aristotélica, não é apenas o que existe em ato, mas é também o que pode vir-a-ser, a potência. A doutrina do ato-potência aristotélica é vinculada na *Metafísica* a uma teoria da causalidade segundo a qual “causa” é tudo o que contribui para a realidade de um ser. Inserida na tradição platônica, a metafísica aristotélica pode ainda ser compreendida como uma crítica à Sofística. Mas se Aristóteles não abrirá mão do questionamento sobre o ser ou sobre a substância (*ousía*), ele reconhecerá a insuficiência da teoria platônica diante das múltiplas facetas de seu objeto. Droysen lembra o exemplo fornecido pelo próprio Aristóteles da feitura da estátua de um deus para o templo. Se na alma do artista está a imagem – Michelangelo dizia bastar retirar dos blocos de mármore tudo o que não era imagem – ele precisa da matéria na qual essa imagem será gravada. A qualidade desta matéria – bronze, mármore, madeira – por sua vez condicionará a imagem presente no artista: “sua concepção será diferenciada conforme se leve a cabo no bronze, no mármore, na madeira” (DROYSEN 1977, p. 29). Pensamento e matéria encontram-se aqui unidos, nota Droysen, dando origem a uma síntese que será refletida na qualidade da obra. “Mas o artista (aquele que move)”, continua Droysen, “não gravaria na pedra a forma que vive em seu pensamento se a finalidade não o impulsiona para a ação: os objetos históricos seriam como o espelho do acaso e do arbitrário se neles não se reconhecessem as determinações de fim, que os move” (DROYSEN 1977, p. 30).

Ao contrário da interpretação tradicional inclinada a “platonizar” Aristóteles, que vê a *Metafísica* como o tratado onde os primeiros princípios alcançam a sua plenitude, buscaremos atentar para a sua fecundidade nela identificando além de uma teoria dos princípios, uma original teoria da causalidade. Isto é, os princípios cravados na ordem natural não mais limitam as causas do ser tampouco satisfazem as perguntas que suscita. Assim compreendemos também a interpretação droyseana da teoria da causalidade aristotélica: se o

conhecimento empírico-indutivo é parte da construção de sentido histórico, a ontologia não se deixa dominar pela epistemologia.

Assim como Aristóteles repudia a tradição anterior que busca na rigidez dos princípios a origem de tudo o que é, Droysen notará que no conhecimento histórico, para além de seus materiais, há interpretação e há finalidade – ser é ato e potência.⁹ Se a ideia de fim contida nos sujeitos-intérpretes ou eficientes não é parte da realidade fenomênica e, portanto, não pode contribuir para o seu conhecimento objetivo, Droysen proporá, a partir da teoria da causalidade aristotélica, uma teoria da interpretação histórica onde a realidade não-fenomênica será incluída, onde coexistirão métodos tão diversos quanto o empírico, o dedutivo, o empático e a interpretação das ideias.

Hayden White notou sobre a teoria bipartida de Droysen que, se na sua primeira grande parte, na *Methodik*, encontramos o “modo histórico de pensar” (*historical mode of thinking*), na *Systematik* encontramos o “modo histórico de existência” (*historical mode of existence*) (WHITE 1992, p. 90). Droysen nos apresenta a *Systematik* como o “cosmos do historicamente investigável”, como a tentativa de sistematização de um conhecimento reconhecidamente fluido e inconstante. O “homem político dotado de *lógos*” aristotélico surge logo ao início desta segunda grande parte. Se o homem é um animal político, está em sua natureza viver politicamente (*ton physei i pólis estí*), a sua finalidade é o exercício desta natureza (*physis télos estí*) (DROYSEN 1977, p. 288). A afirmação aristotélica que encontra-se à base de sua *Política* (“o homem é um animal político dotado de *lógos*”) e de sua *Ética* (“a finalidade do homem é o *lógos*”) fundamentará também a *Systematik* de Droysen. É esta definição de homem que permitirá identificar a emergência das “comunidades naturais”, “práticas” e “ideais” e suas respectivas “esferas éticas”: o “mundo ético-histórico”.

178

São quatro as formas a partir das quais podemos observar historicamente o mundo ético, nos diz Droysen: “(1) de acordo com a matéria (*Stoff*), na qual ele se forma (2) de acordo com as formas (*Formen*), nas quais ele se constitui; (3) de acordo com os trabalhadores (*Arbeiter*), através dos quais ele se constrói; e (4) de acordo com os fins (*Zwecke*) que, através de seu movimento, se concretizam” (DROYSEN 1977, p. 435-43).¹⁰

⁹ Dada a importância da reflexão aristotélica para a teoria da história de Droysen, cito a passagem em sua integridade: “causa significa (1) aquilo do que, enquanto material imanente, algo vem a ser, e.g. o bronze é a causa da estátua e a prata a causa da travessa, [...] (2) A forma ou a configuração, i.e. a definição da essência, [...] (3) aquilo do qual a mudança ou a manutenção se inicia; e.g. o conselheiro é a causa da ação, e o pai a causa da criança, e, em geral aquele que faz a causa do que foi feito e aquele que induz a mudança. (4) O fim, i.e., aquilo pelo qual algo é; e.g. saúde é a causa da caminhada, Para a pergunta “porque alguém caminha?” respondemos, “para que tenha saúde”; e assim falando pensamos ter dado a causa. A mesma coisa é verdadeira para todos os meios que intervenham antes de um fim, quando alguma outra coisa colocou o processo em movimento, [...]” (*Metafísica V*, 2). Uma versão semelhante pode ser encontrada na *Física* (II, 3).

¹⁰ As edições da *Historik* divergem quanto à subdivisão da *Systematik*. Na edição mais abreviada de 1983 a *Systematik* é dividida segundo as quatro causas aristotélicas: “o mundo ético (*sittlich*) dever ser observado historicamente: (1) de acordo com a matéria, na qual ele forma; (2) de acordo com as formas, nas quais ele se constitui; (3) de acordo com os trabalhadores, através dos quais ele se constrói, (4) de acordo com os fins que, através de seu movimento, se concretizam”. Esta divisão está também presente no *Compêndio* de 1882 sob o qual nos concentraremos. Já na mais recente edição de Leyh, 1977 (reconstituição do manuscrito de 1857), as três comunidades – naturais, práticas e ideais – dividem a primeira parte da *Systematik* – “As forças éticas (*sittliche Mächte*)” – sendo a segunda e última parte – “o homem e a humanidade”. As comunidades naturais, práticas e ideais que representam os estágios da dialética que se estabelece entre indivíduo e mundo ético-histórico, entre necessidade e liberdade, e dão à história seu movimento surgem na edição de 1936 como partes de “(2) [o mundo ético] de acordo com as formas, nas quais ele se constitui”. Seguiremos aqui o compêndio de 1882.

A apropriação que faz Droysen das quatro causas aristotélicas – material, formal, eficiente e final – teria levado White a reconhecer em sua teoria da história um *embourgeoisement* da *Ética* e da *Política* aristotélicas (WHITE 1992, p. 97). Ao introduzir a *Systematik* – “uma visão ordenada sobre o campo do historiador” – Droysen nota que oferecer um resumo da história universal tal qual compreendida até então trairia a proposta da *Historik*. De fato, como poderia delimitar o campo do historiador pela apresentação de uma história já constituída se acabara de notar e mesmo de explicitar, na parte dedicada à metodologia, que o conhecimento histórico não possui limites definíveis e imutáveis? Mas a *Systematik* vai além da simples confirmação de suas teses anteriores: “Podemos dizer que esta segunda parte contém o sistema coordenado da verdade histórica, *i.e.* ela deve nos dar a *Systematik*, pela qual a verdade histórica se mostra (*auseinanderlegen*)” (DROYSEN 1977, p. 285). A partir da teoria da causalidade aristotélica é possível dizer que a “sistemática da verdade história” busca conhecer as causas do mundo ético-histórico. Mas a teoria da causalidade aristotélica-droyseana é de uma metafísica singular que reconhece tanto a parcialidade – não apenas inevitável, mas desejável – do sujeito quanto a objetividade do conhecimento histórico. Certamente a objetividade droyseana distingue-se da objetividade rankeana que o mesmo Droysen caracterizou como eunuca. Se a objetividade é possível, ela incorpora a interpretação do sujeito evitando tombar em campo infértil ou perder-se em abstrações a-históricas. De maneira semelhante, a metafísica aristotélica criticou o reducionismo materialista de seus antecessores sem contudo adotar acriticamente a teoria platônica das formas. Vejamos como a teoria da interpretação droyseana trata esta aparente contradição.

Teoria da causalidade e teoria da interpretação

A primeira grande parte da *Historik*, a *Methodik*, é dividida em quatro partes, a (1) Heurística (*Heuristik*), (2) a Crítica (*Kritik*), (3) a Interpretação (*Interpretation*) e a (4) Exposição (*Darstellung*). Droysen nos indica que a segunda grande parte da *Historik*, a *Systematik*, divide-se também em quatro partes que resultam “diretamente” (*unmittelbar*) das quatro partes apresentadas na *Methodik* (DROYSEN 1977, p. 60). Se a *Systematik* pode ser dividida (nos compêndios de 1857-1858 e 1882) segundo (1) “seus materiais”, (2) “suas formas”, (3) “seus agentes” e (4) “seus fins”, é possível traçar um paralelo entre as duas grandes partes da *Historik* relacionando-as às quatro causas aristotélicas:

| As 4 causas aristotélicas | <i>Methodik</i> | <i>Systematik</i> |
|---------------------------|-----------------|-----------------------------------|
| Material | Heurística | A história segundo seus materiais |
| Formal | Crítica | ... suas formas |
| Eficiente | Interpretação | ... seus agentes |
| Final | Exposição | ... seus fins |

Note-se que o “modo histórico de pensar” (*Methodik*) e o “modo histórico de ser” (*Systematik*), para não deixar de lembrar os termos de White, passam a ser à luz da teoria da causalidade aristotélica indissociáveis. Logo, se a heurística lida com os materiais provenientes do passado [fontes (*Quellen*), restos (*Überreste*) e monumentos (*Denkmale*)] aos quais dirigimos a “questão histórica” (*historische Frage*), a crítica lhes dará a sua forma, *i.e.*, dirá quem veio antes e quem veio depois, distinguirá o falso do verdadeiro. A interpretação colocará em jogo o sujeito - aquele que interpreta - expondo assim o seu ser historicamente devido e a exposição lidará com a finalidade da reflexão histórica, questionará a possibilidade de manutenção ou de reformulação das formas presentes do mundo ético-histórico que “sendo não [são] como deveria[m] ser” (DROYSEN 1977, p. 328). A crítica é uma técnica - semelhante à técnica que põe em prática o escultor - necessária para que conduzamos o material à forma imaginada (à interpretação). Logo a pergunta histórica surge do confronto entre os materiais da história e o sujeito eficiente. Nesse está a forma - ou a imagem - e a técnica para que determinado fim seja alcançado.

Droysen reservará à interpretação posição privilegiada em sua teoria da história lembrando que: “O caráter da investigação histórica é compreender investigando, é a interpretação” (DROYSEN 1977, p. 22).¹¹ Droysen reserva ainda à interpretação - e não à crítica - a indagação sobre os começos. Ao introduzir o seu capítulo sobre interpretação, lembra que, embora possamos descamar nosso objeto como uma cebola (*wie bei einem Zwiebel*) é duvidoso que identifiquemos desta maneira a sua origem. Droysen descarta a discussão ao redor dos começos possíveis por considerá-la infrutífera, uma entediante contenda ao redor do ovo e da galinha. A adoção de “começos relativos” (*relative Anfänge*) deve servir a concepção historiográfica que os estabelece: “cada consideração histórica compreende apenas trechos de um encadeamento sem fim” (DROYSEN 1977, p. 161). Começos não encerram a história, tampouco princípios são capazes de satisfazer as questões sobre o ser. Lembremos aqui o pouco apreço que Droysen tinha pela Escola Crítica que, a seu ver, limitava-se cegamente ao exame das fontes. “A prática da Escola Crítica”, nota, “é incomparavelmente melhor que a sua teoria” (DROYSEN 1977, p. 146).

Droysen reconhece quatro tipos de interpretação histórica: 1) A interpretação pragmática (*pragmatische Interpretation*), 2) a interpretação das condições (*Interpretation der Bedingungen*), 3) a interpretação psicológica (*psychologische Interpretation*), e, 4) a interpretação das idéias (*Interpretation der Ideen*). “Fechar o círculo da compreensão” é considerar as quatro etapas acima como etapas complementares, mesmo sucessivas, deste processo (DROYSEN 1977, p. 166). Embora Droysen não o faça explicitamente, é possível considerar também estas quatro etapas à luz da teoria da causalidade aristotélica.

Sabemos que a primeira causa aristotélica é a causa material. A interpretação pragmática droyseana lida diretamente com “a simples existência do material histórico tal como se encontra ordenado pela crítica” (DROYSEN 1983, p. 185). A

¹¹ No original: “das Wesen der geschichtlichen Methode ist forschend zu verstehen, ist die Interpretation”.

esta ordem pré-estabelecida, a interpretação pragmática oferece um complemento ordenando as fontes por analogia ou por comparação. Como não deixa de notar Caldas, a interpretação pragmática é capaz de estabelecer um conhecimento objetivo a partir de um método empírico-indutivo, algo que Droysen não deixa de reconhecer como parte constitutiva do conhecimento histórico (CALDAS 2011, p. 3). A interpretação das condições droyseana busca a forma, as condições de determinados “presentes passados” (*vergangene Gegenwart*) que circundam as fontes, os restos e os monumentos. Deduzir circunstâncias a partir desses vestígios é conhecer a sua forma, seu *locus*, poderíamos ainda dizer, em um determinado tempo e em um determinado espaço. A terceira causa aristotélica, a causa eficiente, expõe as forças que iniciam o movimento que dão forma ao material. Ao identificar um indivíduo “condutor” buscaremos compreender seu modo de agir fazendo uso da interpretação psicológica. A interpretação psicológica, contudo, possui seus limites: é válida apenas enquanto capaz de mostrar como certo indivíduo ilumina as esferas éticas de seu tempo contradizendo-as ou confirmando-as. O valor deste indivíduo para nós, lembra Droysen, não se deve à sua personalidade, mas ao seu significado histórico adquirido.¹²

O “círculo da compreensão”, nota Droysen, fecha-se apenas com a interpretação das idéias que, por estar voltada às “grandes potências éticas” que nos movem, a nossa “idéias”, aproxima-se da quarta causa aristotélica, a causa final. Assim é possível ultrapassar a nossa presença “individual e efêmera” (*individuelles und ephemeres Dasein*), participando de maneira ativa da “configuração das grandes potências éticas”. Logo a interpretação das idéias pode ser também identificada como “interpretação das potências éticas” (DROYSEN 1983, p. 187). Através destas “potências” ou “idéias”, temos a oportunidade de liberar-nos de nosso “pequeno eu”, indica Droysen, e participar ativamente das comunidades éticas. Nesta última etapa da interpretação o sujeito é criador, com sua interpretação traz algo novo ao mundo.

Se há dúvidas quanto a possibilidade de associar as quatro formas de interpretação catalogadas por Droysen às quatro causas aristotélicas, vale lembrar um exemplo, elaborado pelo próprio Droysen, a fim de explicar a seus alunos como complementam-se as etapas da interpretação. Para que possamos caminhar, diz Droysen, é necessário que tenhamos: 1) os membros associados uns aos outros segundo um mecanismo específico, 2) a correta reação de nossos músculos aos desníveis do solo ou às suas lacunas, enfim, às suas condições, 3) vontade de nos mover (potência) e 4) a finalidade, a idéia de fim que nos leva a nos mover.

Se Kant nos mostrou como o objeto gira ao redor do sujeito – e não o sujeito ao redor do objeto –, subordinando assim o objeto ao sujeito, é importante que nos perguntemos se Droysen, ao recuperar a filosofia metafísica de Aristóteles

¹² Cf. DROYSEN 1977, p. 205-08; CALDAS 2004, p. 131. Assim, para recuperar aqui o exemplo citado por Droysen, Georg von Podiebrad defendeu o direito de Estado face às pretensões da Igreja, conquistando ainda a independência nacional da Boêmia. Nele encontram-se, lembra Droysen, as idéias de Estado, Igreja e nação. Contudo, a compreensão de seu presente passado só podemos alcançar ao identificar o “ponto histórico” onde se encontra. Este “ponto” encontramos apenas ao cruzar a linha de seu presente com a linha das configurações posteriores de Estado, nação e Igreja. Este mundo presente, conhecido, o mundo ético (*sittlich*) em sua mais recente configuração, é o que nos auxiliará a formular a “pergunta histórica” (*historische Frage*) e assim encontrar o “ponto histórico” a partir do qual poderemos, através de nossa interpretação produzir novo sentido.

após reconhecer-se moderadamente kantiano não busca uma referência ao conhecimento histórico exterior ao sujeito, mas também ao mundo natural, uma referência móvel e cambiante que abarque ambos. É sintomático neste sentido que Droysen insista no conhecimento da história pela história, ou de maneira mais geral, do *lógos* pelo *lógos*. Desta maneira, ao subsumir o sujeito à história, Droysen aloca o referente necessário à construção do pensamento histórico não mais neste sujeito incerto e variável, mas na própria história. Pensamento histórico e existência histórica se entrelaçam caracterizando assim a filosofia ética da história droyseana. Deste modo, o *lógos* cambiante funcionará como um fundo de semelhança identificável não apenas na ordem natural, mas na maneira como os homens concebem a própria natureza.

Causa final e filosofia ética da história

Na teoria da causalidade aristotélica, as causas formal, eficiente e final coincidem com frequência. Se entre as plantas e os animais, a finalidade é a perpetuação da forma, a finalidade de um tigre é vir-a-ser um tigre – “forma, agente e *telos* coincidem” (*Física* 198a25) –, a fonte natural de mudança, a causa eficiente, é “a forma da coisa, ou o que é, pois essa é sua finalidade” (*Física* 198b3). Se a forma do homem é a história – este é seu conceito de gênero (*Gattungsbegriff*) –, a sua finalidade, o que o move, é também a história. À luz da ética aristotélica poderíamos ainda dizer ser a característica comum aos homens, o *lógos* que os diferencia dos demais animais, também a sua finalidade. Aspirar ao *lógos* pelo *lógos*, este é, afinal, o tema da *Ética a Nicômaco*. São conhecidos os exemplos de Aristóteles: a finalidade de um flautista é tocar bem a flauta e a do sapateiro é fazer bons sapatos (*Aristóteles, Ética a Nicômaco* 1097b25). Deste modo a finalidade do homem – esse animal político dotado de *lógos* – é bem exercitar o *lógos*. A versão droyseana da teoria da causalidade aristotélica aproxima-se da *Ética* ao reconhecer no *lógos* a finalidade da história: “a finalidade da humanidade, o *lógos*, realiza-se construindo” (DROYSEN 1977, p. 389). Assim reconhecemos no *lógos*, além da finalidade, o material da história: O *lógos*, “que se quer cumprir e que se cumpre”, termina por constituir a própria história, o “mundo ético em movimento” (DROYSEN 1977, p. 385).¹³

Deste modo, Droysen fecha o *cosmos* do mundo ético: nesta sucessão de fins alcançados apresenta-se a história, tem o historiador o seu material. Droysen estabelece assim uma relação de circularidade para a teoria da causalidade aristotélica, semelhante à circularidade das deliberações éticas onde fins alcançados tornam-se meios para novos fins.¹⁴ Caldas já identificou um

¹³ Embora a aproximação do *lógos* droyseano ao *lógos* aristotélico seja possível – e sugerida pelo próprio Droysen –, vale lembrar as dificuldades que Dr. Fausto encontrara ao início do “Evangelho segundo João” – “No princípio era o Verbo”. O *lógos*, na versão grega do evangelho, seria o Verbo, o Senso, a Potência ou a Ação? (GOETHE, *Faust* IV, 1). Como veremos mais adiante, na teoria da história de Droysen, Deus, o sujeito da história, limita, por estar oculto, o conhecimento do homem “por uma diferença ontológica” (CALDAS 2008, p. 115). Deste modo é possível reconhecer uma ética historicista de inspiração antiga na teoria da história droyseana.

¹⁴ Um exemplo de como a metodologia estabelecida por Droysen para a história pode funcionar como uma deliberação ética pode ser encontrado no comentário de Carlo Antoni sobre a obra de Droysen: “[...] é por isso que ele reverte o julgamento tradicional sobre Demóstenes, sobre Felipe da Macedônia e sobre a civilização helênica – [...]. Demóstenes, diz ele, teria inutilmente patronado a defesa das liberdades atenienses, pois a poeira de pequenos estados gregos, com sua política fechada, não teria chance alguma de sair vitoriosa

“fio solto” no pensamento droyseano: se “o presente é a dimensão privilegiada do conhecimento histórico”, como interpretar as “frases referentes ao aspecto teológico, frequentemente encontráveis nas páginas de sua *Historik*?” (CALDAS 2008, p. 114). Neste caso, como podemos associar a circularidade da interpretação droyseana, onde meios tornam-se fins, sem uma filosofia da finalidade que oriente estas isoladas deliberações? Para Caldas, “o sujeito da história (Deus) fica de tal forma oculto, que o conhecimento do homem [...] é sempre limitado por uma diferença ontológica” (CALDAS 2008, p. 115). Se a teoria da história droyseana não rompe com uma concepção teleológica da história, ao fundá-la na ética, Droysen permite que o indivíduo coloque-se ativamente sobre a história. Assim, a finalidade da história, embora não deixe de atuar de maneira oculta, será pontualmente definida pelos “trabalhadores da história” (DROYSEN 1977, p. 13). Como não retornar assim à centralidade do sujeito que há pouco havíamos questionado? Afinal ele guarda a finalidade, ainda que momentânea, da história.

Se no sistema kantiano a vontade livre encontra-se submetida à lei moral - o que terminaria por conceder ao indivíduo a sua autonomia - em Droysen a vontade livre retira do mundo público a sua motivação: “[do mundo ético] definimos nossos fins” (DROYSEN 1977, p. 34). Nos mantemos aqui próximos à arquitetura da *Primeira Crítica* e de seus juízos determinantes por ser esta a leitura que faz Droysen de Kant: “as abstrações, tanto as materialistas quanto as dogmáticas e as lógicas, são sempre formas de consideração” (*Betrachtungsformen*) (DROYSEN 1977, p. 34), escreve Droysen criticamente. E, desta maneira, é possível extrair uma constante: “está na natureza humana que esta se comporte eticamente, e isso foi assim em todos os tempos” (DROYSEN 1977, p. 34). Sua referência portanto está na heteronomia do mundo público, na ética em seu sentido antigo, no reconhecimento de que “formas de consideração” serão infinitamente reformadas guardando contudo uma constante: o modo ético-histórico de ser humano.

A metodologia droyseana pode ser assim compreendida como uma peça deliberativa – da identificação do material à exposição – ao interior de sua teoria da história. Mas a finalidade de sua ética não é dogmaticamente forjada por um fim que lhe é exterior. Seus fins são dotados de história, são a própria história, testemunham o enlace momentâneo entre a experiência sensível e o universal. Assim, a história faz-se objeto de si mesma. A circularidade da teoria da interpretação droyseana não apenas a aproxima de uma ética, mas desestabiliza as categorias de sujeito e objeto subsumindo o conhecimento

do grande duelo com o Oriente asiático. Pertenceria apenas à monarquia macedônica, monarquia militar, de conquistar a Ásia e de transformar a civilização grega, ainda estreitamente municipal, em uma civilização universal. Droysen fez da época alexandrina até então considerada como uma era de decadência e corrupção, a grande época, a época decisiva para a história do mundo, aquela que possibilitou o encontro e a fusão da civilização grega com a civilização asiática. A força, no caso, teria sido o instrumento indispensável da cultura. É assim que a Prússia de Potsdam oferecia seus serviços à Alemanha de Weimar, aquela dos poetas e dos filósofos. Em sua apologia à monarquia macedônica, Droysen não esquecera de louvar o corpo dos oficiais macedônicos, tão ricamente providos do sentido de honra, instrumento da cultura grega no Oriente; ele inaugurara assim esta aliança entre o corpo de professores e aquele dos oficiais, tão característica da Alemanha oficial até a primeira grande guerra” (ANTONI 1963, p. 80).

histórico à própria história. Como nos diz Droysen, “também a finalidade, a idéia de humanidade, presente em cada alma, encontra-se em movimento” (DROYSEN 1977, p. 386).

Podemos ainda levantar a hipótese de que, como as formas de interpretação são complementares e ainda gradativas, também as formas expositivas se iniciam com a “*mimesis* da pesquisa” para culminar na “exposição discursiva” ou “deliberativa” (*Erörterung*). Esta seria a mais nobre dentre as formas expositivas e a finalidade do trabalho historiográfico. De fato, a exposição historiográfica voltada ao debate público conclui o projeto droyseano de fazer da historiografia uma ética. Seu intuito era reabilitar a historiografia segundo o espírito dos sofistas: muito mais “vida científica e movimento” (*wissenschaftliches Leben und Bewegung*) pode ser encontrado no “boca a boca” (*Mund zu Mund*) do que nos livros, diz (DROYSEN 1977, p. 258).

Conclusão: coesão ética

Como pensar a história sem subsumi-la à objetividade eunuca ou condicioná-la às múltiplas interpretações? Se podemos compreender a sistemática “pela qual a verdade histórica se mostra”, sob a forma de quatro indagações sobre o ser, é possível estabelecer assim uma coesão para a história que não seja historicista ou presentista?

184

Droysen reconhece que a finalidade da formação ética é uma formação inconclusa – *i.e.* a solução do conflito não é a sua resolução mas o seu reconhecimento – na qual as sabedorias prática e filosófica coexistem. O reconhecimento da limitação presente da compreensão humana (*Dasein und Jetztsein*) não impede que valores gerais possam ser evocados. “Estas ideias [éticas]”, nota ainda Droysen, “não são o próprio Absoluto, mas são absolutos relativos, o Absoluto, como nós o conhecemos e apreendemos até aqui” (DROYSEN 1977, p. 39). “A verdade”, continua, “não está no “desenvolvimento permanente de uma lei natural que se transforma ao conservar-se, *mas [n]* a dialética de algo em si contraditório, que se conserva ao se transformar sem descanso” (DROYSEN 1977, p. 295, grifo meu). Este seria o “verdadeiro dualismo” tal qual nos aponta Droysen. O dualismo próprio às ciências naturais e à filosofia, que busca estabelecer leis gerais é, quando aplicado à história, falso (*falscher Dualismus*) (DROYSEN 1977, p. 41). Esse “falso dualismo” é, diz ainda Droysen, aético (*unsittlich*), pois não considera a contribuição do indivíduo enquanto “totalidade relativa” ao movimento da história.

A rejeição do falso dualismo e o reconhecimento de um dualismo fundamental e insuperável capaz de pôr em movimento o mundo ético – conservá-lo ao transformá-lo – nos permite estabelecer um “encadeamento ético” para a história. E assim conclui Droysen sem deixar de citar Schiller: “apenas neste encadeamento ético está correto quando diz o poeta que a história do mundo é o tribunal do mundo” (DROYSEN 1977, p. 41).¹⁵

¹⁵ No original: “Nur in diesem ethischen Zusammenhang ist es richtig, wenn der Dichter sagt, daß die Weltgeschichte das Weltgericht sei”.

Ao interpretar a frase de Schiller tornada célebre por Hegel à luz do encadeamento ético, Droysen oferece um contraponto ao reconhecido inevitável – por Droysen mesmo recomendado – presentismo. Isto é, a contingência não pode ser erigida como verdade sem ser antes confrontada a uma perspectiva universal. Esta seria de fato condição necessária à permanência do pensamento histórico, do questionamento incessante que move a “dialética do contraditório” droyseana. O encadeamento ético ou a coesão ética funcionará assim como uma constante que, segundo a teoria da história de Droysen, está à base do pensamento histórico. “O resultado desta consideração é de natureza muito prática”, nota Droysen,

Certamente, a manutenção do direito, a administração do Estado [...] têm lados completamente técnicos em si. Mas quem elas integra, busca compreendê-las pela sua profunda conexão, [vê que] não há nelas outra coisa senão sua coesão ética (*ethischer Zusammenhang*), sobre a qual quer projetar idéias vivas e em constante devir (*lebende und werdende Ideen*), e o caminho a esta compreensão é o método histórico que é para o mundo intelectual a ferramenta (*Organon*) assim como o método físico é para o matemático (DROYSEN 1977, p. 39).

Qualquer tentativa de reconhecer no presentismo droyseano ou em sua exigência pela parcialidade do historiador os antecedentes do decisionismo pós-historicista seria frustrada, pois em sua teoria da história, presentista e antropocêntrica, é mantida a possibilidade de um encadeamento ético. Assim, não apenas o Estado, o direito e as demais esferas éticas de atuação humana surgem como objeto para o historiador, mas também – e sobretudo – a coesão ética que as mantém, *i.e.* o seu fundamento humano que, apesar das variações das formas sob as quais se apresenta, permanece constante. Esta constante mutável, fruto da “dialética de algo em si contraditório, que se conserva ao se transformar sem descanso”, servirá como referência comum ao pensamento histórico. Se a limitação da ética aristotélica é a ausência de uma reflexão sobre a história, Droysen, ao contrário colocará a história ao centro de sua ética estabelecendo assim uma possibilidade de coesão para as experiências do homem no tempo.

Ter a ética como filosofia da história, significa reconhecer um modelo de racionalidade próprio à história, inconcluso, em deslocamento constante, incapaz de limitar-se ao geral ou ao particular. A teoria da causalidade aristotélica por questionar o ser desdobrando-o em causas distintas – não sucessivas, contudo complementares – oferece um interessante pano de fundo à teoria da interpretação droyseana. Essa deve ser compreendida como atividade inconclusa não apenas por ser incapaz de abarcar seus objetos definitivamente, mas por ser sua função o autoexame e o autoquestionamento incessantes.

Se os antigos nunca deixaram de se questionar sobre a relação entre a excelência humana e a ordem natural – mesmo uma ética antropocêntrica como a aristotélica não se abstém desta indagação –, o rompimento moderno com esta tradição imporia gradualmente limitações ao pensamento histórico. Afinal, como é possível estabelecer critérios imutáveis de verdade capazes de abarcar a

variedade de interpretações que multiplica-se à medida que adentram o mundo novos indivíduos? Droysen estabelece no *cosmos* do mundo ético-histórico uma constante inconstante que fundamentará o incessante questionamento sobre a história. O indivíduo não é descartado de sua teoria da interpretação, mas um oxímoro o define como “totalidade relativa”. Se Gadamer viu em Droysen indícios da filosofia heideggeriana, vale notar que, se era objetivo de Heidegger romper com a tradição metafísica ocidental, Droysen, ao contrário, busca recriá-la. De fato, a representação, embora não limitada a um princípio, objeto ou sujeito, permanece indispensável ao pensamento histórico. Droysen encontra na metafísica de Aristóteles a teoria necessária ao questionamento do que é naturalmente diverso e inconcluso. A referência para o pensamento histórico, a sua condição de existência, não se deixa encerrar sob forma alguma. Seja o mundo ético em movimento ou o ser do *lógos* no mundo, o objeto da história não se deixa controlar. É este o fundamento trágico desta disciplina que a aproxima da ética antiga: a variabilidade de seu objeto não impede o seu questionamento.

Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, F. **Sublime Historical Experience**. Stanford: University Press, 2005.
- ANTONI, C. **L’Historisme**. Genebra: Librairie Droz, 1963.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva: 1972 [1961].
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Edipro, 2009.
- _____. **Metafísica**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ASSIS, A. Droysens *Historik* und die Krise der exemplarischen Geschichtstheorie. In: BLANKE, H.-W (org.). **Historie und Historik: 200 Jahre Johann Gustav Droysen**. Köln: Böhlau, 2009.
- BARASH, J.A. **Politiques de l’histoire: l’historicisme comme promesse et comme mythe**. Paris: PUF, 2004.
- CALDAS, P.S.P. **Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen**. Tese de doutorado. PUC-RJ, CCS, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, 2004.
- _____. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de Bildung na consciência histórica alemã do século XIX. **Revista Filosófica de Coimbra**, n. 29, 2006, p. 139-160.
- _____. ‘A ética é a verdadeira filosofia da história’: Bildung e Hermenêutica em Droysen. In: OLIVEIRA, C.; MOLLO, H.; BUARQUE, V. (orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 5o. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual**. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.
- _____. Uma dificuldade no caminho do historicismo: uma leitura de Droysen com filtro marxista. In: ARAUJO, V. L. de; VARELLA, F.; MOLLO, H. M.;

- MATA, S. R. da (orgs). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2008, p. 107-124.
- COSTA LIMA, L. **Mímesis**: desafio ao pensamento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DROYSEN, J. G. **Historik**. Stuttgart/Bad Cannstatt: Frommann- Holzboog, 1977 [1857-1882].
- _____. **Histórica, Lecciones sobre la Enciclopedia y metodologia de la historia**. Barcelona: Editorial Alfa, 1983 [1857].
- GADAMER, H. G. On the problem of Self-Understanding. In: _____. **Philosophical Hermeneutics**. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1976 [1962], p. 44-58.
- OEXLE, O. G. **L'historisme en débat**: de Nietzsche à Kantorowicz. Paris: Aubier, 2001 [1996].
- VLASTOS, G. Reasons and causes in the Phaedo. **The Philosophical Review**. Durham: Duke University Press, vol. 78, n. 3, 1969, p. 291-325.
- WHITE, H. **The content of the form**: narrative, discourse and historical representation. Baltimore/London: The Johns Hopkins Press, 1992.

Um debate sobre a descontinuidade temporal: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel e Georges Gurvitch

A polemic on temporal discontinuity: Fernand Braudel, Gaston Bachelard, Gaston Roupnel and Georges Gurvitch

André Fabiano Voigt

voigtandre@hotmail.com

Professor adjunto

Universidade Federal de Uberlândia

Av. João Naves de Ávila, 2121 - Santa Mônica

38408-144 - Uberlândia - MG

Brasil

Resumo

Neste estudo, pretendemos demonstrar que as ideias teóricas de Fernand Braudel acerca da noção de temporalidade se desenvolveram por oposição a algumas teorias da descontinuidade temporal existentes no cenário filosófico francês da década de 1950. Embora tenha usado como exemplo de apologia da descontinuidade o livro *La Dialéctique de la Durée* (1936) de Gaston Bachelard, Braudel esboça também uma crítica às noções de descontinuidade de Georges Gurvitch. Um autor que estará nos bastidores deste breve estudo é o historiador Gaston Roupnel, que é citado de modo elogioso tanto por Braudel quanto por Bachelard. À primeira vista, a rejeição das ideias acerca da descontinuidade temporal por parte de Braudel parece ter sido antes o resultado de uma atitude política do que a tradução de um consenso entre os historiadores do período.

188

Palavras-chave

Fernand Braudel; Gaston Bachelard; Descontinuidade.

Abstract

This study argues that Fernand Braudel's theoretical ideas regarding temporality were developed in contradistinction to a few theories of temporal discontinuity that were available in the French philosophical landscape of the 1950s. Braudel mainly opposed Gaston Bachelard's eulogy of the discontinuity, as conveyed in *La Dialéctique de la Durée* (1936), but also criticized Georges Gurvitch's notions of discontinuity. An author who will be behind the scenes of this short study is the historian Gaston Roupnel, who is quoted, in a laudatory way, both by Braudel and by Bachelard. At first sight, Braudel's rejection of the notions of discontinuity seems to have resulted rather from his own political attitude than from a historiographical consensus on the issue.

Keywords

Fernand Braudel; Gaston Bachelard; Discontinuity.

Recebido em: 11/1/2013

Aprovado em: 9/4/2013

* Artigo vinculado ao projeto "Tempo e Escrita: Ritmanálise e Poético-análise em Gaston Bachelard", aprovado pelo Edital 01/2011 da FAPEMIG.

Braudel e Bachelard: um encontro incidental

Iniciaremos nosso breve estudo a partir de um encontro incidental: aquele entre o historiador Fernand Braudel e o filósofo Gaston Bachelard. A referência mais conhecida que cruza os dois nomes está no célebre artigo de Braudel a respeito da “longa duração” – publicado em 1958 na revista *Annales* – no qual faz a instigante diferenciação entre o “tempo do historiador” e o “tempo do sociólogo”:

Para o historiador, tudo começa, tudo acaba pelo tempo, um tempo matemático e demiúrgico, do qual seria fácil sorrir, tempo como que exterior aos homens,[...]

Os sociólogos, é claro, não aceitam essa noção muito simples. Estão muito mais próximos da *Dialectique de la durée*, tal como a apresenta Gaston Bachelard. O tempo social é simplesmente uma dimensão particular de determinada realidade social que contemplo (BRAUDEL 2007, p. 72).

Passagem pouco lembrada e pouco celebrada atualmente pelos historiadores – em comparação às sempre repetidas explicações sobre as três abordagens do tempo, englobando estrutura, conjuntura e evento –, esta assertiva de Braudel demarca os contornos de um acirrado debate que envolveu, em momentos das décadas de 1940 e 1950, duas concepções de temporalidade na escrita historiadora: de um lado, a primazia das *longas durações* das estruturas mentais, em harmonia com as conjunturas sociais e os eventos políticos; de outro, a afirmação da *descontinuidade* como natureza do tempo e da história.

Destarte, queremos acompanhar os movimentos pelos quais Braudel operacionaliza um complexo jogo de referências intelectuais para delinear seu quadro teórico de pensamento acerca da “longa duração”, rejeitando as teses da descontinuidade. Trataremos, nestas páginas, de dois autores pouco conhecidos nos dias atuais, os quais levantaram teses acerca da descontinuidade: Gaston Roupnel (1871-1946) – cuja obra teria inspirado a “história estrutural” de Braudel – e Georges Gurvitch (1894-1965), sociólogo/filósofo que discute a descontinuidade temporal em história e em sociologia – e com quem Braudel estabelece um debate na década de 1950, em alguns artigos da revista *Annales*.

Embora compreendamos que esta questão não está apartada de uma ampla discussão sobre a continuidade/descontinuidade temporal (ocorrida sobretudo no meio acadêmico francês),¹ da mesma forma como há uma extensa bibliografia que trata do pensamento de Fernand Braudel em comparação com outros autores,² resolvemos adotar um caminho pouco ortodoxo em nosso estudo: fazer dialogar os textos de Braudel com os de um número restrito de autores pouco conhecidos e divulgados no meio acadêmico brasileiro, de modo a entendê-los como *acontecimentos* singulares e distintos, a partir dos quais as tradicionais noções de “revisão bibliográfica”, “contexto” ou mesmo “obra” parecem-nos pouco adequadas. Se colocarmos esta questão em um amplo contexto ou no interior da obra de um autor, torna-se mais difícil notar as disputas

¹ Acerca do tema dos embates teórico-metodológicos mais relacionados ao meio acadêmico francês, ver: REVEL 2010.

² No meio acadêmico brasileiro há uma considerável bibliografia que discute o tema. Ver: LOPES 2008; REIS 1994; 2004; 2008; RODRIGUES 2009; BARROS 2011.

e decisões realizadas pelos autores aqui mencionados, na medida em que as inserimos em linhas pretensamente contínuas e previsíveis de pensamento. Esta questão nos parece bem mais tortuosa do que gostaríamos de admitir, e a própria escrita deste breve estudo pretende acompanhar as torções e minúcias de uma discussão pontual pouco divulgada em nosso meio.

Mais uma observação é importante de início: não nos cabe fazer aqui, de maneira unívoca, uma definição de continuidade ou de descontinuidade temporal, pois cada autor comentado em nosso estudo trata estes conceitos de maneira singular. Tomar uma referência única de cada conceito seria, a nosso ver, simplificar o problema de modo binário, sem considerar as diversas concepções de continuidade e de descontinuidade entre os autores em discussão. As diversas nuances de pensamento entre eles colocadas em debate é, portanto, a riqueza deste tema.

Cabe a nós, destarte, julgar qual é a melhor perspectiva de temporalidade? Não acreditamos que julgamentos façam parte de nosso *métier*. Entretanto, nosso intuito aqui é tornar visível como a rejeição das teses da descontinuidade por Braudel pertence muito mais a uma relação de saber/poder muito singular no interior de sua obra, a qual se torna praticamente invisível quando submetemos as decisões pontuais de um autor à longevidade de sua biografia.

Roupnel e Bachelard: a descontinuidade

190

Feitos os devidos esclarecimentos, começaremos nossa investigação com a obra de Gaston Roupnel. Historiador francês, contemporâneo e amigo de Gaston Bachelard, Roupnel escreveu vários livros ao longo de sua vida, englobando diferentes assuntos. Em sua obra, podemos ressaltar a importância de dois livros: *Siloë* – publicado em 1927 e revisado sob o título de *La Nouvelle Siloë* em 1945 (ROUPNEL 1945) – e *Histoire et Destin*, publicado em 1943 (ROUPNEL 1943). O primeiro serviu de inspiração para um livro de Gaston Bachelard, intitulado *L'Intuition de l'Instant* (BACHELARD 2007), no qual elogia a concepção roupneliana de tempo, centralizada no instante e na descontinuidade, complementado pelo livro *La Dialectique de la Durée*, em 1936 (BACHELARD 1988). O segundo livro foi objeto de uma cuidadosa resenha que Braudel escreve e publica na revista *Mélanges d'histoire sociale* em 1944, admirando sua concepção de tempo longo e de "história estrutural" (BRAUDEL 1944).

Neste momento, parece-nos que há uma grave contradição: como seria possível que a obra de um mesmo autor inspirasse duas concepções de tempo tão distintas? Como seria possível conviver, nos escritos de um mesmo autor, a longa continuidade das durações lentas e o instante descontínuo? É a partir desta curiosa questão que iniciaremos nosso trabalho.

Em primeiro lugar, tomados por uma tradição interpretativa que sempre teve necessidade de julgar o passado pela coerência entre autor, obra e época, lemos os dois livros de Roupnel, no intuito de compreender e de, quem sabe, restituir uma verdade acerca de sua obra. Tentação comum, mas sempre vã.

Conseguiríamos, ao restituir o caráter de um autor a partir de sua obra, encontrar qual dos dois teria interpretado mal seus escritos? Teríamos, no

tribunal da história, um culpado pelo mau uso de um autor? Certamente, não é esse nosso intento. Da mesma forma, seria muito cômodo, a nosso ver, encontrar uma contradição na obra de um autor pouco conhecido para absolver dois autores reconhecidos da possibilidade de má compreensão ou mesmo de má fé. Longe disso.

Preferimos, por outro lado, entender estas duas leituras da obra de Gaston Roupnel como dois *acontecimentos* distintos, entrecruzados no debate acerca da temporalidade no meio acadêmico francês de meados do século XX. Começamos, então, pelo trabalho de Bachelard a respeito do livro *Siloë*, de Roupnel. Embora já tenhamos tratado repetidamente, em nossos estudos anteriores, da minuciosa análise que Bachelard faz do livro de Roupnel, mudaremos um pouco o foco de nossas investigações sobre o tema.³

Elogio firme às considerações roupnelianas acerca da natureza do tempo, *A Intuição do Instante* é um marco na obra bachelardiana. É nele que o autor estabelece uma ideia mais precisa de sua crítica ao conceito de *duração*, presente nos estudos de Henri Bergson. Ao invés de compreender a natureza do tempo em durações, formando grandes continuidades indivisíveis, Bachelard defende que a natureza do tempo fundamenta-se em *instantes*, em relação de descontinuidade entre eles (BACHELARD 2007). Entretanto, seu trabalho a respeito da ideia de descontinuidade temporal não se iniciou somente a partir de sua leitura da obra de Roupnel. Em sua tese de doutorado, intitulada *Ensaio sobre o conhecimento aproximado* (BACHELARD 2004) – defendida em 1927 na França – já apresenta argumentos que questionam a tese da continuidade, sobretudo em sua crítica pontual ao pragmatismo de William James.

Embora concorde com a tese de James no que concerne à descontinuidade conceptual – na qual afirma que “os conceitos formam um sistema essencialmente descontínuo e transpõem o progresso de nossas percepções sensíveis” (BACHELARD 2004, p. 30) –, Bachelard discorda da forma como o autor concebe a continuidade metafórica da relação cognitiva. Se James, por um lado, acredita haver experiências cognitivas intermediárias que se desenvolvem em movimento contínuo até atingir a percepção sensível do objeto, Bachelard, por outro, não acredita haver encadeamento contínuo, pois “sob o descontínuo dos atos, está subentendido o contínuo do possível. A verificação, ao fazer passar o possível do ato, não pode trazer a continuidade” (BACHELARD 2004, p. 269). De qualquer maneira, Bachelard adota como perspectiva a separação entre *verdade* e *realidade*, cara ao pragmatismo de James, como uma de suas referências intelectuais de base para sua teoria da descontinuidade na história das ciências.

Assim, ao ler o livro *Siloë*, de Gaston Roupnel, não inicia ali seus estudos acerca da descontinuidade, mas ganha nele um reforço, sobretudo em sua diferença teórica às teses de Bergson que dizem respeito às relações entre tempo e espaço. De um lado, em *Duração e Simultaneidade* (1922), Bergson

³ Já tratamos deste assunto em outros estudos de modo mais detalhado, publicados entre 2010 e 2012 (VOIGT 2010; 2011; 2012).

afirma que “o tempo real não poderia portanto fornecer o instante; este provém do ponto matemático, isto é, do espaço. E, no entanto, sem o tempo real, o ponto não seria mais que o ponto, não haveria instante” (BERGSON 2006, p. 62). De outro, Bachelard afirma, com base nos escritos de Roupnel: “a tese de Roupnel realiza, portanto, a aritmetização mais completa e mais franca do tempo. A duração não passa de um número cuja unidade é o instante. [...] Roupnel diz que ‘o Espaço e o Tempo só nos parecem infinitos quando não existem’” (BACHELARD 2007, p. 42).

Após ter lido sobretudo o capítulo do livro de Roupnel acerca das relações entre tempo e espaço, Bachelard encontra uma forma de responder à leitura que Bergson faz da teoria da relatividade einsteiniana. Não há tempo sem acontecimentos, não há um tempo vazio e infinito, no qual o espaço deve se adequar. Somente há tempo com seu espaço correspondente, o qual converge no *instante* como elemento-chave da relação entre ambos. Portanto, o instante torna-se, para Bachelard, o centro de sua fenomenologia temporal.⁴

Roupnel escreve, em *Siloë*, que é apenas do presente que temos consciência, e que a duração é uma construção artificial, uma trama feita de atos descontínuos (ROUPNEL 1945, p. 147-149). Dessa forma, do ponto de vista da consciência, não é possível demonstrar a duração bergsoniana, mas apenas o instante descontínuo. Assim, Bachelard encontra elementos para sofisticar sua teoria da descontinuidade temporal, situando-a não somente no interior da história das ciências, mas também em relação à memória, à consciência e à criação artística.

Entretanto, em seu elogio a Roupnel, Bachelard faz questão de lembrar o ofício de seu amigo: o de *historiador*.

Roupnel, como historiador minucioso, não podia ignorar que cada ação, por simples que seja, rompe necessariamente a continuidade do devir vital. Se observarmos a história da vida em seus pormenores, veremos que ela é uma história como as outras, cheias de repetições desnecessárias, anacronismos, esboços, fracassos e recomeços (BACHELARD 2007, p. 28).

Seria esta uma provocação aos historiadores que defendem a continuidade? Talvez. Mas ela foi recebida com silêncio durante muito tempo.

Braudel e Roupnel: história e filosofia?

Como já afirmamos anteriormente, Gaston Roupnel publica seu último livro em 1943, intitulado *Histoire et Destin*. Livro de cunho eminentemente teórico, no qual o autor esboça suas considerações acerca da história, da multiplicidade temporal e do valor dos acontecimentos. Ao ser publicado, é lido com interesse por alguns historiadores em sua época. Citaremos apenas dois: Lucien Febvre e Fernand Braudel.

Febvre tinha inicialmente a intenção de fazer a resenha do livro, mas Braudel – que o estava lendo durante sua prisão – perguntou a Febvre sobre

⁴ Ver, para maiores informações, artigos anteriormente publicados acerca do tema (VOIGT 2010; 2011; 2012).

a possibilidade de fazer-lhe a resenha (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 479-481). Febvre aceitou e Braudel publicou a resenha em 1944 na *Mélanges de histoire sociale*, intitulada *Faillité de l'histoire, triomphe du destin?*. Nela, Braudel faz um interessante movimento. Na primeira parte, elogia francamente a parte do livro que o agradou:

[...] Mas a maior satisfação que me traz este livro são ainda as páginas densas, inteligentes, que põem em causa uma história de profundidade e das massas: ela se intitula, mui honrosamente, de 'história estrutural'. A história de um povo, escreve ele, determina-se não pelos atos políticos ou militares, mas ao nível do solo, da vida simples. A figura pública e social de um país desenha suas feições sobre a imagem material dos campos e da terra! (BRAUDEL 1944, p. 72).

Coincidentemente ou não, Braudel escreverá em sua tese, concluída em 1946, de uma história "quase imóvel" – relacionada ao meio, à terra, às lentas transformações geográficas – distinta de uma história "tradicional", dos acontecimentos políticos e relacionada aos indivíduos (BRAUDEL 1995, p. 25). Influência dos escritos de Roupnel? Não podemos afirmar com certeza.

Mas nem só de elogios é feita a resenha do livro de Roupnel. A maior parte de seu texto, contudo, é o esboço de uma crítica às afirmações acerca do papel do *destino* nos acontecimentos da história humana:

O Destino, 'esta respiração do mundo', Gaston Roupnel se compraz, ao fim de sua investigação, ao lhe dizer a importância e os triunfos. Ora, o que é isto, este Destino implacável, que dá um sentido à vida 'dos humanos', das sociedades e dos povos, que é o mais pesado, o mais profundo, o mais original de milhões de peripécias e de existências? (BRAUDEL 1944, p. 75).

193

Braudel complementa sua crítica mais adiante:

Gaston Roupnel quer nos persuadir, apesar de tudo, que pensemos mais ou menos como ele, nós que buscamos as leis, as explicações, as filosofias da história do mundo, ou que cremos em um Progresso da humanidade, ou em um ideal dominante, nós todos que, de formas diversas, não aceitamos no domínio do humano o reino sem divisão do Acaso [...]. É um perigo de conciliar os inconciliáveis. Mas Gaston Roupnel não queria escapar. Teria ele nos convencido? Esta é uma outra questão. Quer-se bem acreditar, com ele, que os acontecimentos e os grandes homens deslocam mal o Destino – estes, na estreita medida em que usam seu livre arbítrio [...] Eu sou bastante levado, reconheço, a não superestimar a história acontecimental (BRAUDEL 1944, p. 76).

Ao longo de sua resenha, Braudel deixa escapar um tom ácido e mesmo de desdém às ideias do autor, a despeito de seu elogio à "história estrutural". Aponta em Roupnel uma tendência teológica e mesmo romântica de história, que procura explicar o mundo das ações humanas pelo *deus ex machina* do destino. Exatamente no momento em que o autor trata dos acontecimentos e do papel do destino na história, Braudel responde esta questão restringindo o pensamento do autor à data de sua escrita: o difícil ano de 1943 que, segundo

o resenhista, “explica o livro apaixonado de Gaston Roupnel”: “é à ocasião dos acontecimentos atuais, sob seu choque, que Gaston Roupnel cedeu à necessidade de explicar a si mesmo e de nos explicar seu ofício, o de historiador” (BRAUDEL 1944, p. 71).

Diante disso, surgem pelo menos duas indagações. Em primeiro lugar, seria possível explicar alguma publicação apenas a partir de sua relação com a época em que foi escrita? Em segundo plano, mas não menos importante: por que as páginas de *Histoire et destin* a respeito da “história estrutural” não são também resultado do calor do momento, das atribulações dos acontecimentos de sua época? Não nos arriscaremos a responder agora estas difíceis perguntas.

Após o falecimento de Roupnel, em 1946, surgem várias homenagens a ele em alguns periódicos francófonos. Em 1947, a revista *Annales* publicou uma homenagem ao autor, escrita pelo próprio editor, Lucien Febvre. Neste texto, foi publicada a carta particular que Roupnel escreveu a Braudel, explicitando a característica de seu livro *Histoire et destin*. Curiosamente, Febvre destaca no conteúdo da carta aquilo que, segundo ele, interessaria aos historiadores que leram a resenha de Braudel, sobretudo no que tange à relação entre a escrita do livro e sua época. Roupnel, em carta de agradecimento, concorda com Braudel que seu livro tem também uma história: foi escrito entre os anos de 1940 e 1942, tomado pelo pânico de ver a França tomada pela Alemanha,

194

Aqueles dias atrozés!... Sobre meus velhos dias, aos infortúnios irremediáveis da vida privada, aliou-se o sentimento do infortúnio público nacional [...]

Por cólera e despeito comecei a escrever esta primeira parte, cujo tom panfletário e a maneira crítica foram frequentemente ofendidos e desiludidos (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 481).

Entretanto, em meio a própria imprevisibilidade dos acontecimentos da Segunda Guerra, Roupnel muda o tom do livro:

A entrada da Rússia na guerra trouxe-me súbita esperança. O milagre não atendido havia chegado. E é um outro homem que escreveu a segunda e terceira – e última – partes do livro. O Sr. se espantaria que ele sentiu inclinar-se sobre si e os outros uma ‘Providência’ protetora dos destinos humanos? (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 481)

E, por último, dá a Braudel uma humilde resposta à acusação de querer “conciliar os inconciliáveis”: “E, a despeito do que pude escrever ou pensar, sinto-me perto daqueles que acreditam no esforço humano. Se os céus têm seu mistério, a desértica sequidão terrestre tem sua estoica grandeza. E continuo a pensar que os ‘inconciliáveis’ ocultam nossa sabedoria” (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 481).

Parece-nos, aqui, que Roupnel não poderia descartar os acontecimentos e sua imprevisibilidade na escrita de seu livro – poderia alguém se situar em uma temporalidade “fora do tempo” para escrever um livro? Entretanto, vemos que as atribulações de uma época não são o recurso interpretativo utilizado

para analisar outros livros de Roupnel, sobretudo aqueles que mais agradam ao espírito dos *Annales*. Roupnel foi lembrado, em vários necrológios publicados entre 1946 e 1949 – sobretudo o escrito por Lucien Febvre – como o historiador que escreveu *Histoire de la Campagne Française* (1932), dedicado a uma abordagem criteriosa de história social, que fez Febvre sentir “um tal perfume de bosques e de campinas de terras recentemente remexidas e de vinhas em flor” (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 479), logicamente associando-o a uma escrita de história ligada às longas durações da terra – e não ao acaso e à descontinuidade dos acontecimentos.

Como Febvre considera, então, a narrativa acerca do tempo descontínuo escrita por Roupnel em *Siloë*? Na categoria de “livros filosóficos” (FEBVRE; ROUPNEL 1947, p. 480), isto é, realizando uma separação entre o “trabalho de historiador” e o “trabalho de filósofo” na obra de Roupnel. Considerando que, para nosso estudo, é pouco elucidativa a caracterização de uma *unidade* da obra deste historiador, não seria possível, por outro lado, concordar com Febvre que a interpretação da obra de Roupnel se dá mediante uma clara distinção entre os “livros de história” e os “livros filosóficos”. Esta separação realizada por Febvre é um acontecimento à parte da obra de Roupnel. Independentemente do escopo de sua obra, a interpretação realizada pelo então editor da revista *Annales* é um movimento que não pertence à obra de Roupnel, mas à consolidação de uma visão de história defendida pelos historiadores ligados ao conhecido periódico francês. Portanto, ousamos afirmar que a franca apologia às continuidades e longas durações como características *sine qua non* do ofício de historiador, relegando ao trabalho do filósofo a análise dos acontecimentos a partir da descontinuidade temporal, é apenas um posicionamento muito específico de Braudel e Febvre, o qual não deve ser objeto de generalizações apressadas por parte dos historiadores.

Após o necrológio escrito por Febvre, repete-se, curiosamente, esta chave interpretativa para a obra roupneliana. Vejamos um exemplo. No ano de 1949, na *Revue belge de philologie et d'histoire*, Bartier publica uma homenagem a Roupnel (BARTIER 1949, p. 553-554), na qual o autor é lembrado como aquele que, ao escrever *Histoire et Destin*, combateu vigorosamente a “história historizante” e o estudo do acontecimento, demonstrando ser um defensor da “história estrutural” (BARTIER 1949, p. 553). Ademais, elogia seus trabalhos históricos como a *Histoire de la Campagne Française*, e afirma que “Gaston Roupnel não brilhou somente como historiador. Ele fez obras de romancista com *Nono* e *Le Vieux Garain*, e de filósofo com *Siloë* e *La Nouvelle Siloë*” (BARTIER 1949, p. 554).

Novamente, a obra de Gaston Roupnel foi devidamente selecionada nas partes que são mais condizentes com o espírito de um grupo de pesquisadores, os quais elogiam *Histoire et destin* apenas como uma obra dedicada à “história estrutural”, além de delimitar obras como *Siloë* e *La Nouvelle Siloë* como trabalhos de filosofia.

Entretanto, quando a obra de Gaston Roupnel é relembrada nos anos seguintes, há uma retomada da polêmica acerca de sua abordagem dos

acontecimentos e das descontinuidades. Em 1966, Jacques Le Goff escreve uma homenagem a Ferdinand Lot – um historiador que foi considerado um dos inspiradores dos editores da revista *Annales*, desde 1929. Neste artigo, um curioso trecho retoma a polêmica acerca da obra de Roupnel:

Ferdinand Lot raramente exprimiu sob a forma de princípios sua concepção de história, e quando ele esteve o mais próximo de fazê-la, por exemplo, em sua resenha do livro de Roupnel, *Histoire et Destin*, fê-la por insistir sobre a importância do quadro cronológico constituído pelos 'acontecimentos', sobre o papel dos indivíduos marcantes, criadores de 'descontinuidades', – ideias as quais não tem um lugar de escolha no espírito dos *Annales*.

Meu objetivo não é nem o de tomar emprestado Ferdinand Lot para os *Annales*, para fazer dele um membro insuspeitado e inconsciente de seu grupo – essas conversões póstumas e forçadas sempre são muito desagradáveis – nem o de julgar a obra de Ferdinand Lot pela medida dos *Annales*, erguida no padrão do valor histórico. É só o de observar determinados encontros, algumas convergências, que permitam melhor destacar aspectos essenciais do legado científico de Ferdinand Lot (LE GOFF 1966, p. 1180-1181).

196

Notamos aqui, mais uma vez, um movimento típico dos membros deste renomado periódico francês. Ao reconhecer a obra de um historiador, há um cuidado minucioso para selecionar quais são os pontos de convergência que o colocam à imagem e semelhança dos *Annales*, e há, do mesmo modo, um significativo empenho em deixar bem claros os limites que o distanciam do grupo, sobretudo quando sua perspectiva de história considera eminentemente o papel dos acontecimentos e das descontinuidades. É importante esclarecer que Ferdinand Lot publicou boa parte de sua obra durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, fato que o distancia sobremaneira do debate mais acalorado acerca do papel da descontinuidade temporal, como o estabelecido pela leitura que Bachelard realiza de aspectos da obra de Roupnel.

Enfim, quando Lot considerou a possibilidade de publicar na revista *Annales* um artigo/resenha de *Histoire et destin* como uma homenagem a Marc Bloch – cuja intenção era colocar Bloch lado a lado com Roupnel, em uma apologia à relevância dos acontecimentos e das descontinuidades na história –, Lucien Febvre informa a Ferdinand Lot, em uma carta datada de 24 de janeiro de 1945, que esta resenha já teria sido escrita por Fernand Braudel para a revista. Na mesma carta, Febvre teve o cuidado de explicar as divergências entre Marc Bloch e Roupnel, afirmando que "Bloch detestava a história de Roupnel" (LE GOFF 1966, p. 1180, nota 3).

Além das observações colocadas aqui, podemos inferir um dado precioso acerca da leitura da obra de Roupnel entre os historiadores: *não havia um consenso acerca de seu trabalho*. Se ele foi realizado, deve-se à perpetuação da leitura efetuada pelos principais historiadores ligados à revista *Annales*, que dividiu a obra roupneliana em duas partes bem precisas: a) em seus livros "de história", Roupnel figura como um exemplo de abordagem dentro da *história social* – relacionada às longas durações e à materialidade geográfica; b)

suas palavras em defesa da descontinuidade e do papel dos acontecimentos pertencem, por outro lado, a seus livros “de filosofia”.

Braudel e Gurvitch: história e sociologia

O empenho dos historiadores dos *Annales* em apagar quaisquer rastros de uma interpretação de Roupnel como um historiador que elogia a descontinuidade temporal e o acaso dos acontecimentos foi, digamos, bem-sucedido. Fica mais fácil agora notarmos por que, em seu famoso artigo de 1958 sobre a “longa duração”, Braudel está novamente preocupado em demarcar a distância entre o “tempo do historiador” e o “tempo do sociólogo”, citando como exemplo do segundo o livro *A dialética da duração*, de Bachelard – desta vez, contra os estudos de Georges Gurvitch.

Por que Braudel não cita o livro *A intuição do instante*, de Bachelard? Talvez porque encontraríamos nele um Gaston Roupnel pouco afeito às longas durações? Quiçá porque veríamos nele uma provocação aos historiadores que defendem os tempos longos? Mais perguntas para as quais não ousaríamos dar uma resposta definitiva.

De qualquer maneira, Braudel toma *A dialética da duração* de Bachelard como exemplo de temporalidade, desta vez para os sociólogos, como resposta à tese de Georges Gurvitch sobre a descontinuidade. É importante esclarecer, de início, que Gurvitch não foi um discípulo de Bachelard, mas sim, um pensador que estava em um círculo de intelectuais europeus que trabalhavam aspectos da fenomenologia alemã.⁵ Talvez seja possível aproximar o pensamento de Bachelard e o de Gurvitch pelo interesse comum pela fenomenologia e, obviamente, pela questão da descontinuidade. Entretanto, também não há registros de um eventual diálogo intelectual entre ambos ou mesmo de que se conheceram.

O interesse de Braudel em realizar um estudo sobre Gurvitch aparece pela primeira vez em 1953, quando publica o artigo “Georges Gurvitch ou la discontinuité du social na revista *Annales*”, no qual critica aspectos do livro *Vocation actuelle de la sociologie*, publicado em 1950. Nele, Braudel expressa inicialmente um juízo de valor que tenta resumir o trabalho de Gurvitch: “Georges Gurvitch adora destruir. Ele o faz com uma espécie de entusiasmo” (BRAUDEL 1953, p. 348). Mais adiante, Braudel expõe claramente seu combate contra a noção de descontinuidade apontada por Gurvitch:

Ora, se a história é assim descontínua, fragmentada, todas as ciências sociais preocupadas em compreender o atual sentem, depois deste instante presente que elas observam, tantas rupturas e falhas precedentes que elas são como que isoladas na breve realidade viva... Enclausuradas. Prisioneiras. O presente é uma realidade quase autônoma. Todo um anti-historicismo vigia e castiga as ciências sociais. Estão na impossibilidade de utilizar o passado, de se alimentar dele (BRAUDEL 1953, p. 349).

⁵ Podemos destacar um de seus trabalhos, *Les tendances actuelles de la philosophie allemande: E. Husserl, M. Scheler, E. Lask, N. Hartmann, M. Heidegger*, publicado em Paris no ano de 1930, o qual foi prefaciado pelo filósofo Léon Brunschvicg, com quem Gaston Bachelard mantinha constantes diálogos intelectuais. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/tendances-actuelles-de-la-philosophie-allemande-e-husserl-m-scheler-e-lask-n-hartmann-m-heidegger/oclc/491101532>. Acesso em: 21 set. 2012.

Talvez Braudel tenha exagerado em sua crítica. A descontinuidade temporal não significa, nem para Bachelard e nem para Gurvitch, o estabelecimento de um reinado absoluto do presente ou a constatação da impossibilidade de usar o passado. Parece-nos que a descontinuidade seria – pelo menos nos trabalhos de história das ciências escritos por Bachelard – um modo de pensar os acontecimentos em sua singularidade, em sua espacialidade própria, considerando os eventos anteriores não como causas que lhe expliquem, mas como obstáculos que precisaram ser superados, retificados (BACHELARD 2004). Quanto à ideia de descontinuidade em Gurvitch, trataremos dela mais adiante, ainda neste artigo.

Antes, é importante trazermos aqui a resposta que Braudel dá às teses da descontinuidade, demonstrando que não vê a sociedade e a história de modo unilinear:

Na verdade, o que afirma Georges Gurvitch, após quaisquer outros – dizemos após Marx como após Proudhon ou Harriou – é que a sociedade não é unilinear, de uma só e simples torrente [...] Do mesmo modo, pensamos, a história não é unilinear. Isso é o que já havia ensaiado, por minha conta, de dizer e de apreender falando da história semi-imóvel, da história lenta, da história acontecimental, ou melhor, de superfície. O que traduzi, nada menos que geometria no espaço, a inquietação de movimentos de duração diferentes. [...] Portanto, a história, ela não mais, não nos aparece como unidimensional (BRAUDEL 1953, p. 354-355).

198

O famoso historiador dos *Annales* não entende, portanto, a sociedade e a história como unilineares. Contudo, em sua divisão temporal em três níveis, não é possível vislumbrar – a partir dos próprios argumentos do autor – uma perspectiva de unificação de todos os três no tempo longo, encravado na superfície da terra, “quase fora do tempo” (BRAUDEL 1995, p. 25), tocando na eternidade? Esta visão difere muito, destarte, da ideia de descontinuidade levantada por outros autores.

Vamos, enfim, à visão de Gurvitch. Em artigo publicado na revista *Annales* em 1957, intitulado *Continuité et discontinuité en histoire et en sociologie*, o autor publica o artigo – oriundo de uma conferência – na seção *Débats et combats* do periódico, em que expõe sua interpretação acerca do assunto. De um modo bem distinto da afirmação levantada por Braudel, a argumentação de Gurvitch parece bem cuidadosa. Em primeiro lugar, afirma que não se trata de colocar, de modo simplista, que a história deva ser descontínua e tratar dos acontecimentos e que a sociologia deva ser contínua e abordar as instituições. Isto seria colocar uma alternativa falsa, pois história e sociologia possuem, para o autor, o mesmo domínio, isto é, o que chama de *fenômenos sociais totais* – um conceito central para a tese de Gurvitch (GURVITCH 1957, p. 73-74). Para o autor, estes fenômenos são sempre “vulcânicos”, “ao lhes examinar a todos os seus patamares em profundidade e sob todos seus aspectos e escalas, e aos quais participam os homens totais, cuja divisão em homens econômicos, políticos, morais, religiosos, etc., não faz sentido” (GURVITCH 1957, p. 73-74).

Ora, se a história e a sociologia têm o mesmo domínio, a diferença entre ambas estaria, a princípio, no *método*. O autor explica esta diferença:

O método da sociologia é tipológico, o da história é individualizante: [...] Do ponto de vista do método, a sociologia é obrigada a acentuar a descontinuidade dos tipos, das escalas e, finalmente, das relações entre os fenômenos sociais totais e suas estruturas, sem falar da descontinuidade das temporalidades e das escalas de tempo. A história, ao contrário, sob o ângulo do método, é conduzida a preencher as rupturas, a juntar os pontos entre os tipos sociais que ela singulariza e individualiza ao limite, a passar sem solução de continuidade das estruturas globais aos próprios fenômenos sociais globais, reconstruindo a continuidade do tempo. Do ponto de vista do método pode-se afirmar, portanto, que a história é bem mais continuísta que a sociologia, e a tese mais ou menos admitida deve ser invertida (GURVITCH 1957, p. 74).

Todavia, além das diferenças de método, Gurvitch vê entre a história e a sociologia, diferenças entre a *realidade histórica* e a *realidade social*:

O paradoxo é o seguinte: se o método e objeto da história, segundo nossa característica, parecem mais continuístas que os da sociologia, a *realidade histórica*, ao contrário, parece se revelar mais descontínua que a *realidade social*. [...] Bem entendido, trata-se de pôr fim a esta confusão abusiva entre historiografia (ou ciência da história) e realidade histórica, confusão a qual se tornam responsáveis tanto historiadores, os quais vêm direta ou indiretamente de Comte ou de Hegel (GURVITCH 1957, p. 75).

Vejamos, mais adiante, como o autor observa esta questão entre Comte e Hegel:

Comte identificou a realidade histórica com o desenvolvimento, com a evolução, com o progresso unilinear e ao mesmo tempo espiritual e material; estudando esta realidade histórica, a sociologia foi identificada com a filosofia positiva que põe em relevo este processo e lhe dá um sentido consciente e um método. De seu lado, Hegel identificou a realidade histórica com o Estado, o Destino, o advento do Espírito absoluto, por intermédio do espírito objetivo e subjetivo, dando à realidade histórica um sentido ao mesmo tempo mais místico e mais dramático que Comte, mas, como ele, fazendo surgir o método da história tanto quanto ciência da realidade histórica, cujo resultado é a filosofia de Hegel que torna consciente o sentido da história (GURVITCH 1957, p. 75-76).

199

E conclui:

Nos dois casos, estamos na presença da identificação da história como realidade e da história como historiografia à base de uma filosofia dogmática da história, que conhece por antecipação seu próprio sentido. Mas a filosofia da história se mostra a pior inimiga da realidade histórica quanto da ciência da história e das duas combinadas, destruindo seu fundamento e retirando toda significação tanto do estudo histórico quanto da própria realidade histórica (GURVITCH 1957, p. 76).

Após estas longas citações que fizemos de Georges Gurvitch, fica evidente que o autor estabelece uma distinção clara entre realidade histórica e historiografia. Neste interstício, aponta uma operação que os historiadores não costumam reconhecer em seus ofícios: a de construir um relato contínuo a partir de uma realidade descontínua, anacrônica, destituída de um sentido a

priori. Embora também seja evidente que as argumentações de Bachelard e de Gurvitch são distintas, podemos aproximá-las cuidadosamente em um ponto em que tratamos no início de nosso estudo, a saber: quando Bachelard faz um elogio ao Roupnel de *Siloë*, afirmando que a história de uma vida, olhada de perto, é cheia de “repetições desnecessárias, anacronismos, esboços, fracassos e recomeços”. Em outros termos, pode-se perceber em ambos uma diferença entre a realidade histórica descontínua e a forma pela qual os historiadores traçam, artificialmente, uma linha de corte na descontinuidade dos eventos, construindo-lhes um sentido. Entretanto, Gurvitch faz uma crítica direta à filosofia hegeliana da história, que antecipa o sentido da história, procurando igualar realidade histórica e historiografia em uma mesma trama, atribuindo-lhe o caráter de verdade dogmática na organicidade do tempo.

Braudel, que não destrona o tempo – mesmo que geografizado – como noção unificadora da experiência e do sentido, também rejeita a tese de Gurvitch, atribuindo-lhe o caráter de destruidor e anti-historicista. O historiador dos *Annales* chega a ser tão cuidadoso em neutralizar os argumentos de seu opositor que faz uma introdução ao artigo de Gurvitch, colocando seu posicionamento de antemão. Vamos reproduzir aqui um trecho curioso:

Faz-se necessário dizer: nem Lucien Febvre, nem eu estamos completamente de acordo com nosso simpático colega. Os historiadores compartilharão, sem dúvida, do nosso ponto de vista. Onde Georges Gurvitch procura as diferenças, os desacordos, nós vemos sempre as analogias, os encontros e um trabalho em comum. História e Sociologia não são, para nós, o avesso e o reverso de uma mesma matéria, mas esta matéria em toda a sua espessura e em todos os seus delineamentos... (BRAUDEL in GURVITCH 1957, p. 73).

200

O que mais chama a atenção na afirmação de Braudel é o seu apelo direto aos historiadores: que todos concordem com ele, rejeitando de antemão os argumentos de Gurvitch! Seria este um desesperado recurso ao argumento de autoridade? Não saberíamos dar, novamente, uma resposta direta a tão constrangedora pergunta.

Um possível reencontro entre Braudel e Bachelard

No caloroso debate entre a continuidade e a descontinuidade em história, o editor da revista *Annales* disputou, milímetro a milímetro, seu posicionamento a favor das longas durações, do tempo encravado na superfície da terra e do mar, tentando neutralizar a todo custo opositores de grande mérito acadêmico, como Roupnel, Bachelard, Ferdinand Lot e, posteriormente, Georges Gurvitch. Não é à toa que, em seu texto eminentemente político sobre a longa duração, Braudel trata dos argumentos de Gurvitch em tom professoral e mesmo indulgente, certo de que o silêncio seria estabelecido definitivamente entre os historiadores que defendem a descontinuidade temporal. Por isso, vemos que o breve encontro entre Gaston Bachelard e Fernand Braudel foi tão somente uma luta indireta, difusa pela luz de outros opositores.

Como pudemos perceber, não há, portanto, um confronto direto entre o professor de história das ciências de *Sorbonne* e o editor da revista *Annales*, mas uma breve citação que é o marco de uma verdadeira maquinaria discursiva: a reivindicação da continuidade temporal como característica eminente do ofício de historiador contra as várias constatações da descontinuidade como realidade do tempo e da história. De um modo geral, parece-nos que, após a operação discursiva dos *Annales*, pouco foi publicado entre os historiadores acerca da descontinuidade. Contudo, é possível ver, no longínquo horizonte da filosofia, um novo lampejo de defesa da descontinuidade, contra as longas durações.

Apesar dos trabalhos de Georges Canguilhem realizados durante as décadas de 1940 e 1950, nos quais questiona a continuidade dos conceitos científicos,⁶ será a partir de uma crítica à abordagem dedicada às longas durações, realizada por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (1969), que se põe novamente em ênfase a questão da descontinuidade entre a história e a filosofia, pela via da história das ciências. Em meio aos argumentos de Foucault, vemos uma referência pelo menos intrigante: ele retoma, entre outras referências acerca da descontinuidade, os conceitos de *atos e liminares epistemológicos*, retirados da obra epistemológica de Bachelard, para fundamentar sua tese sobre a descontinuidade na história das ciências e dos saberes (FOUCAULT 2004, p. 4).

Terminamos nosso estudo voltando, curiosamente, ao início. Braudel e Bachelard, em seu fortuito e pouco comentado encontro em 1958, entram novamente no caloroso debate entre a continuidade e a descontinuidade em 1969, mas, desta vez, em meio às brumas da escrita de um autor que causará mais impacto entre os historiadores, apesar de sua designação geral de “filósofo”.

201

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **A intuição do instante**. Campinas: Verus, 2007.
- _____. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BARROS, José D’Assunção. Fernand Braudel e a geração dos *Annales*. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 6, n. 11, jan. - jun. 2012, p. 1-18.
- BARTIER, J. Gaston Roupnel. **Revue belge de philologie et d’histoire**. Tome 27, fasc. 1-2, 1949, p. 553-554. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rbph_0035-0818_1949_num_27_1_5356. Acesso em 7 set. 2012.
- BERGSON, Henri. **Duração e simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

⁶ Ver os trabalhos: *Essai sur quelques problèmes concernant le normal et le pathologique*, publicado por Canguilhem em 1943 (livro traduzido para o português a partir da edição francesa revisada de 1966, sob o título de *O normal e o patológico*) e *La connaissance de la vie*, de 1952.

- BRAUDEL, Faillité de l'histoire, triomphe du destin? **Mélanges d'histoire sociale**, Paris, nº 6, 1944, p. 71-77. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_1243-2571_1944_num_6_1_3132. Acesso em: 7 set. 2012.
- _____. Georges Gurvitch ou la discontinuité du social. **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Paris, ano 8, nº 3, 1953. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1953_num_8_3_2187. Acesso em 9 jan. 2013.
- _____. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva: 2007, p. 41-78.
- _____. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- FEBVRE, Lucien; ROUPNEL, Gaston. Les morts de l'histoire vivante: Gaston Roupnel. **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Paris, n. 4, 1947, p. 479-481. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1947_num_2_4_3339. Acesso em: 30 ago. 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- GURVITCH, Georges. Continuité et discontinuité em histoire et em sociologie. **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Paris, ano 12, n.1, p. 73-74, 1957. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1957_num_12_1_2602. Acesso em 11 jan. 2013.
- LE GOFF, Jacques. Ferdinand Lot et les Annales. **Annales: économies, sociétés, civilisations**. Paris, ano 21, n.5, 1966, p. 1180-1181. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahess_0395-2649_1966_num_21_5_421469. Acesso em 7 set. 2012.
- LOPES, Marcos Antônio (org.). **Fernand Braudel: tempo e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.
- _____. **A Escola dos Annales, a inovação em história**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____. História da História (1950/60). História e Estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 1, ago. 2008, p. 8-18.
- REVEL, Jacques. **História e Historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: EDUFPR, 2010.
- RODRIGUES, Henrique Estrada. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, jun. 2009, p. 165-186.

ROUPNEL, Gaston. **La nouvelle Siloë**. Paris: Grasset, 1945.

_____. **Histoire et destin**. Paris: Grasset, 1943.

VOIGT, André Fabiano. Gaston Bachelard e Michel Foucault: a linguagem, o tempo e o espaço. **Fênix**, Uberlândia, v. 8, 2011, p. 1-15. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Dossie_01_Andre_Fabiano_Voigt.pdf. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. História e Ficção: Gaston Bachelard e o instante poético. In: RAMOS, Rosângela P.; DA COSTA, Cléria B. (orgs.). **Anais V Simpósio Nacional de História Cultural**. Brasília 50 anos - Ler e Ver: paisagens subjetivas e paisagens sociais. Brasília: MB2 Produção Gráfica e Editora, 2010, v. 1, p. 1-10.

_____. Ritmanálise e poético-análise em Gaston Bachelard: a palavra literária e a história. In: CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar; MONTEIRO, Jaislan Honório (orgs.). **História, arte e invenção**: narrativas da história. 1ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2012, v. 1, p. 21-30.

A escrita da história em *Terra Sonâmbula* de Mia Couto

The writing of history in the novel *Sleepwalking Land*, by Mia Couto

Flavia Renata Machado Paiani

espereaprimavera@bol.com.br

Doutoranda

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Rua Cel. Fernando Machado, 312/ 401 - Centro

90010-320 - Porto Alegre - RS

Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar de que forma o romance *Terra Sonâmbula* (1992), do escritor moçambicano Mia Couto, constitui-se como versão alternativa à historiografia a partir da própria história que o romance conta e sobre a qual ele silencia. Para tanto, considero que a narrativa coutiana assume um viés testemunhal, pois exprimiria a necessidade da “fala” por parte do autor após dezesseis anos de guerra civil em Moçambique (1976-1992). Assim, interessa-me saber a que leitor (que aqui substitui o ouvinte) o autor dirige sua narrativa para compreender os meandros da história que ele escreve, levando também em consideração a posição ocupada por Mia Couto na realidade de seu país. Percebo que o autor escreve sua versão da história a partir de três tendências interligadas: (i) o dever de memória; (ii) a construção de uma africanidade; e (iii) a perspectiva do futuro.

204

Palavras-chave

Escrita da história; Literatura; Mia Couto.

Abstract

The aim of this paper is to show how the novel *Sleepwalking Land* (1992), by the Mozambican writer Mia Couto, can be seen as an alternative version to historiography based on both the story that it actually tells and another one it silences about. For this, I consider Couto's narrative as a kind of eyewitness testimony, as the novel may be regarded as the result of the writer's need for “speaking out” after a sixteen-years long civil war (1976-1992) in his home country. I am thus interested in the reader (who replaces the listener here) to whom the author addresses his narrative in order to understand the intricacies of the story he writes. However, I'm also taking into account the position occupied by Mia Couto in the reality of his country. I realize that the author writes his version of history based on three interrelated trends: (i) the duty of memory, (ii) the construction of Africanness, and (iii) the perspective of future.

Keywords

History writing; Literature; Mia Couto.

Recebido em: 6/2/2013

Aprovado em: 3/6/2013

Preâmbulo: a historiografia e o romance

O escritor moçambicano Mia Couto contava 37 anos (ou cerca disso) quando publicou, em 1992, seu primeiro romance, *Terra Sonâmbula*. Essa não era, contudo, a primeira vez que o autor publicava textos de sua autoria. Entre poemas, contos e crônicas, houve um caminho de quase dez anos até chegar ao romance. O estilo da escrita – que mescla prosa e poesia, a palavra falada e aquela reinventada – já estava presente nos seus contos dos anos 80, assim como a temática da guerra civil em Moçambique, país onde nasceram o escritor e muitos de seus personagens.

No romance em questão, o autor alterna duas narrativas que se entrecruzam. Uma centra-se na história de um menino mulato, que havia perdido a memória e sido dado como morto no campo de deslocados onde se encontrava. Enquanto ele e outras crianças eram enterradas, um homem chamado Tuahir percebeu que o menino estava vivo e resolveu adotá-lo como “sobrinho” e dar-lhe o nome de Muidinga. A criança, ainda que desmemoriada, anseia encontrar os pais. A outra narrativa enfoca a história do jovem Kindzu, que vivia com os pais e o irmão caçula em uma aldeia até então pacífica, mas o irmão é raptado, o pai morre e a mãe enlouquece. Kindzu resolve, então, partir dali para juntar-se aos *naparamas*¹, guerreiros que ele acreditava serem capazes de acabar com a guerra. Ele narra suas aventuras (e desventuras) em caderninhos, como se fossem diários. Muidinga, por sua vez, encontra esses cadernos depois que ele e Tuahir partem do campo de refugiados e buscam um lugar para se abrigarem.

A guerra torna-se, assim, o contexto espaço-temporal em que se desenrolam tanto a ação dos personagens quanto a escrita do autor. A publicação de *Terra Sonâmbula* ocorreu no final de dezesseis anos de guerra civil (1976-1992), deflagrada logo após a independência, em 1975. De um lado, havia a FRELIMO, sigla da Frente de Libertação de Moçambique, responsável pela guerrilha de libertação nacional entre 1964 e 1974 e pela presidência do país após a independência. De outro, havia a RENAMO, sigla da Resistência Nacional Moçambicana, movimento armado de viés conservador que visava à destituição da FRELIMO do poder face ao caráter socialista do governo.

Parte dessa história consta no livro *A History of Mozambique* (1995),² de Malyn Newitt, professor de História do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros na King’s College, da Universidade de Londres. Em seu prefácio, Newitt começa por lembrar os 101 anos do surgimento do país dentro das fronteiras resultantes do tratado anglo-português de 1891. Moçambique surgia, assim, como “uma tentativa de dar sentido à história da região”, abrangendo, em

¹ Segundo K. B. Wilson (1992, p. 560-561), os *naparamas* (também conhecidos como *napramas*, *baramas* ou *paramas*) surgiram entre o final de 1989 e o início de 1990 na fronteira entre Nampula e Zambézia (províncias situadas ao norte de Moçambique) e constituíram um movimento popular de caráter militar e religioso que se opunha à Resistência Nacional Moçambicana. Até então, a RENAMO detinha o “monopólio” dos poderes espirituais na guerra desencadeada contra a Frente de Libertação de Moçambique e utilizava os poderes que supostamente tinha para aterrorizar e subjugar a população. Os *naparamas* eram liderados por Manuel António, um homem de vinte e tantos anos, com pouca instrução formal, que declarava ter a missão divina de acabar com a guerra e libertar a nação. Para tanto, ele e seus seguidores lutavam com armas brancas, como as zagaiais, e se diziam “vacinados” contra as balas.

² O livro terminou de ser escrito em novembro de 1992, um mês após o fim da guerra civil em Moçambique.

um único Estado colonial, os portos entre Cabo Delgado (no extremo nordeste do país) e a Baía de Maputo (antiga Delagoa Bay ou Baía da Lagoa, localizada ao sul) e suas respectivas áreas comerciais. A partilha da costa africana seguia, desse modo, a mesma lógica dos primeiros empreendimentos portugueses do século XVI. Era este, portanto, o sentido dado à história de Moçambique pelo colonialismo lusitano.

No entanto, cerca de setenta anos depois da criação do país, os filhos de Moçambique passaram a reivindicar não apenas o direito de serem agentes de sua própria história, mas também – acrescento – o direito de escreverem essa história. Durante os anos da luta armada de libertação nacional e mesmo após a independência, a FRELIMO procurou contar com jornalistas simpatizantes da causa (dentre eles, o jovem Mia Couto), encarregados de relatar a versão dos fatos diversa daqueles que comungavam com a ideologia do agonizante Terceiro Império Português. Vale lembrar que os principais quadros da FRELIMO eram compostos por moçambicanos educados no exterior, como o seu primeiro presidente, Eduardo Mondlane, que estudou na África do Sul, em Portugal e nos Estados Unidos, onde obteve o título de doutor em Sociologia.

Foram moçambicanos como Mondlane que elaboraram um projeto nacional para Moçambique a partir do qual falavam (e agiam) em nome do povo. Baseada em homens como eles, a história do país passou a estar atrelada à história do protagonismo da FRELIMO não apenas na luta anticolonial, mas, especialmente, no surgimento da nação. Recorro aqui à neoclássica concepção do cientista político estadunidense Benedict Anderson sobre nação: “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (ANDERSON 2008, p. 32). *Imaginada* porque seus membros, em sua totalidade, jamais se conhecerão; *limitada* porque possui fronteiras finitas; *soberana* porque havia se libertado da dominação divina. No caso africano, a soberania de Moçambique ocorreu à medida que o país libertou-se da dominação metropolitana. Suas fronteiras, entretanto, permaneceram aquelas delimitadas pela antiga metrópole, assim como a língua portuguesa, alçada à língua oficial da então República Popular de Moçambique. O caráter popular da nascente república deveu-se à autodeclaração do caráter socialista do Estado. Essa orientação político-ideológica desencadeou, por seu turno, um movimento contrarrevolucionário capitaneado pela RENAMO, a qual, apoiada pela África do Sul, engendrou a guerra civil que perdurou por dezesseis anos.

Durante a guerra, o sentido de “comunidade” que define a nação havia sido esfacelado. A “profunda camaradagem horizontal” a que se refere Anderson (2008, p. 34) deu lugar a um sentimento semelhante ao de Tuahir: “Foi o que fez esta guerra: agora todos estamos sozinhos, mortos e vivos. Agora já não há país” (COUTO 2007, p. 153). Mia Couto foi perspicaz ao traduzir no romance a solidão que perpassava os moçambicanos, então unidos em torno de uma causa comum, expressa na luta pela independência do país. Mas o escritor não se refere somente aos vivos: há também os mortos, outrora *re-presentificados* nas narrativas, ritos e tradições que compunham uma história *viva* de Moçambique. A escrita, como lembra Newitt, raramente foi utilizada pela raça humana, no

decorso da história, para registrar “quaisquer reflexões sobre a consciência de sua própria existência” (NEWITT 1995, p. 1). Kindzu, porém, registrou-a em seus caderninhos: escreveu não apenas sobre a cultura imaterial, os ensinamentos do *nganga* (adivinho-curandeiro), o ritual dos falecidos, mas também sobre o medo da morte, o desespero pelo esfacelamento familiar, o amor despertado pela linda Farida e toda a volúpia de sentimentos que permeia sua trajetória. Newitt, como historiador, circunscreveu a história da guerra civil a uma série de fatores de desintegração inseridos na longa história de Moçambique, acentuada pela fome, pela seca, pelo banditismo e pelos senhores da guerra durante os anos do conflito.

Sabemos, contudo, que a história não é escrita somente por historiadores. Mia Couto também a escreve a partir do silêncio de seus conterrâneos. É como se a guerra que se seguiu à independência e que terminou com a assinatura do Acordo Geral de Paz em quatro de outubro de 1992 *apenas* fosse recuperada nas páginas do romance do autor. Conforme assinala Couto, “ninguém se recorda de nada do que aconteceu. Foram 16 anos de guerra fratricida, um milhão de mortos, mas ninguém quer, hoje, relembrar este tempo de cinzas. Trata-se de uma estratégia de não despertar fantasmas mal resolvidos” (COUTO 2009a, p. 6).

Assim, os nomes do então presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e do presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, que assinaram o Acordo, podem ainda estar vivos na memória do povo, porém são as lembranças da guerra civil que têm sido sistematicamente apagadas das falas daqueles que a viveram. Mais do que uma política oficial de esquecimento, sobressai-se o fato de que “falar para fora” é uma noção estranha aos moçambicanos, assim como o é a noção de vingança (GRAYBILL 2004, p. 1125). Mia Couto, contudo, opta não apenas por falar, mas também por escrever, calcado nos silêncios da historiografia, no uso social do esquecimento e na produção de sua própria versão da história.

207

A perspectiva do leitor-historiador

É certo que *Terra Sonâmbula* surgiu como forma de Mia Couto exorcizar seus demônios interiores despertados pela guerra (COUTO 2009a, p. 6), logo a escrita literária funcionou, para o autor, como a necessidade contida no gesto testemunhal. Não se trata aqui de encarar a narrativa como verdadeira, mas de perceber nela o “desafio de estabelecer uma ponte com ‘os outros’, de conseguir resgatar o sobrevivente do sítio da outridade” (SELIGMANN-SILVA 2008, p. 66).

Partindo do pressuposto de que a narrativa do autor assume esse viés, interessa-me saber de que forma ela se constitui como versão alternativa à historiografia a partir da própria história que ela conta e daquela sobre a qual ela silencia. Para isso, questiono em que medida a posição ocupada por Couto na realidade moçambicana intervém na produção de sua obra, o que pressupõe uma breve digressão sobre o papel do leitor (-historiador) nessa relação.

O primeiro ponto sobre o qual vou discorrer é a influência ou não do contexto histórico nas preferências literárias (e acadêmico-científicas) do leitor (-crítico-pesquisador). Já no segundo ponto, pretendo analisar se a literatura funciona para o leitor como leitura de seu próprio eu, ao passo que, no terceiro, indago se o

texto literário deve, ao contrário, apresentar-nos algo diferente de nosso próprio mundo. De modo geral, poderíamos afirmar que o leitor busca aquilo que ele considera “boa literatura”. Sabemos, porém, que não é a vendagem expressiva de um livro nem a tradução para diversos idiomas (coisa que acontece com Mia Couto) que a caracterizaria como tal. Decerto, o modo coutiano de escrever e inventar palavras – algo, em parte, inspirado em Guimarães Rosa (um dos autores favoritos de Couto) – confere lirismo às situações cotidianamente difíceis de um país em guerra, como acontece em *Terra Sonâmbula*. Há um trecho do romance, por exemplo, que acho particularmente belo porque consegue expressar e entrecruzar, por meio de metáforas, três momentos avassaladores: a morte da baleia, a devastação do país e o sentimento de Kindzu.

Ouvíamos a baleia mas não lhe víamos. Até que, certa vez, desaguou na praia um desses mamíferos, enorme. Vinha morrer na areia. Respirava aos custos, como se puxasse o mundo nas suas costelas. A baleia moribundava, esgoniada. O povo acorreu para lhe tirar carnes, fatias e fatias de quilos. Ainda não morrera e já seus ossos brilhavam no sol. Agora, eu via o meu país como uma dessas baleias que vêm agonizar na praia. A morte nem sucedera e já as facas já lhe roubavam pedaços, cada um tentando o mais para si. Como se aquele fosse o último animal, a derradeira oportunidade de ganhar uma porção. De vez enquanto, me parecia ouvir ainda o suspirar do gigante, engolindo vaga após vaga, fazendo da esperança uma maré vazando. Afinal, nasci num tempo em que o tempo não acontece. A vida, amigos, já não me admite. Estou condenado a uma terra perpétua, como a baleia que esfalece na praia (COUTO 2007, p. 23).

208

É uma cena chocante, mas habilmente costurada pelo autor, em que a morte da baleia transita do plano social (a população faminta que escarpela o animal antes mesmo de ele morrer) para o político (a comparação da baleia agonizante ao país de Kindzu), e do político para o pessoal (o próprio Kindzu se vê como a baleia que morre na praia). No entanto, há quem possa achar, daqui a algum tempo, que a literatura de Couto seja, de fato, ruim; que toda a badalação que o autor recebe agora não corresponde à qualidade de sua obra. Por quê? Porque por mais que aspiremos à universalidade de uma obra, sua recepção, ao que parece, responde menos a uma suposta qualidade literária intrínseca que ao contexto histórico em que o leitor está inserido.

Recentemente, para ser exata, no dia 26 de janeiro de 2013, o jornal on-line porto-alegrense *Sul 21* publicou uma lista dos cinquenta livros para morrer antes de ler, ou seja, uma lista das piores obras de autores brasileiros escolhidas por dez jurados entre críticos literários, ensaístas, poetas e romancistas. Qual não foi minha surpresa ao ver que constava o romance *Um copo de cólera*, de Raduan Nassar, publicado em 1978? A justificativa do jurado foi a seguinte: “Linguagem um tanto ultrapassada, alguma cólera e nenhum copo, que eu lembre” (SUL 21 2013). Raduan Nassar é conhecido pela sua habilidade ímpar de transformar a linguagem ordinária em prosa poética. Para o jurado, contudo, tratava-se de linguagem ultrapassada! Não tomemos, claro, como consenso a opinião do avaliador, porém permita-me notar o quão controversa é a questão

daquilo que define uma “boa literatura” com o passar do tempo. Embora não seja meu objetivo encontrar uma definição apropriada para um conceito aparentemente difuso, importa-me esse “passar do tempo”. Afinal, retomo, é o contexto histórico do leitor que parece incidir sobre a leitura do romance, qualificando-o certamente de acordo com critérios subjetivos, mas também com aqueles oriundos da sociedade em que o leitor-crítico está inserido. Assim, a popularidade ou não de uma obra, sua aclamação ou difamação entre a crítica literária e sua conversão em objeto de pesquisa acadêmica perpassam o contexto do leitor-crítico-pesquisador. A obra literária de Mia Couto faz parte atualmente do rol da pesquisa acadêmica brasileira, especialmente dos programas de pós-graduação em Letras, devido, em parte, ao interesse crescente pela cultura produzida na África, mas também ao talento atribuído ao autor. Ademais, ainda que em escala menor, o pano de fundo sócio-histórico desperta o interesse do historiador. Cito dois exemplos.

Um refere-se à tese de doutorado defendida em 2008 na Universidade de Brasília por Maria do Carmo Ferraz Tedesco. A partir dos romances de Mia Couto e de Paulina Chiziane, a historiadora pretende analisar “a reconfiguração das identidades moçambicanas” no contexto das transformações ocorridas no país nas duas últimas décadas. Ela procura entrever “as representações da sociedade” que os romances estabelecem, bem como a produção de sentidos na instauração de determinada imagem para “a identidade cultural coletiva”. Ela explica que utiliza o romance como fonte histórica à medida que a literatura “é uma forma de representação do tempo vivido e que, tal como os estudos historiográficos, promove um ordenamento e uma configuração da experiência temporal dos homens” (TEDESCO 2008).

Da mesma forma, o segundo exemplo, a dissertação de Josilene Silva Campos defendida em 2009 na Universidade Federal de Goiás, pretende analisar “a reconfiguração da identidade nacional moçambicana” após a guerra civil – ou seja, após 1992. Para tanto, ela utiliza os romances de Mia Couto por entender que a literatura “é um tipo de conhecimento social formado no imaginário”, que possibilita “um acesso privilegiado às sensibilidades de um tempo, às experiências vivenciadas e às discursividades construídas” (CAMPOS 2009).

Percebemos que os argumentos empregados por Josilene Campos não diferem daqueles já proferidos por Maria do Carmo Tedesco. Ambas não estão interessadas na “boa literatura” ou nos efeitos estéticos dos romances de Couto. Às historiadoras interessam os romances moçambicanos como representação social e cultural do contexto histórico do qual se originaram. O tema de suas pesquisas recai basicamente sobre a “reconfiguração da identidade nacional” após dezesseis anos de guerra civil. Logo, a análise das autoras pressupõe um estudo comparativo, englobando a configuração identitária antes do final da guerra. Decerto, minha análise também contempla essa perspectiva por estar inserida no tipo de história que Mia Couto se propõe a contar em seu romance. No entanto, eu argumento que nosso interesse historiográfico pelo autor advém, em parte, de seu reconhecimento literário para além de Moçambique, o qual facilita o acesso aos seus livros aqui no Brasil.

Justamente por essa facilidade de compra em qualquer livraria brasileira de médio porte, que temos acesso a esse “outro mundo” que Mia Couto suscita em sua obra. Se esse “outro mundo”, porém, fosse tão diferente do nosso, ele seria capaz de nos despertar alguma empatia? Segundo o filósofo suíço Alain de Botton (2011, p. 34), no livro *Como Proust pode mudar sua vida*, essa “comunhão íntima entre nossas próprias vidas e o romance que lemos” torna-se um diferencial na aproximação entre leitor e texto. Marcel Proust exprime que “as pessoas das eras passadas parecem infinitamente distantes de nós. [...] [Todavia] ficamos surpresos ao nos depararmos com um herói homérico cuja emoção é mais ou menos semelhante à que sentimos hoje” (PROUST *apud* BOTTON 2011, p. 35). Para além da distância temporal, poderíamos incluir a distância espacial. Como um romance moçambicano escrito há vinte anos pode afetar um leitor brasileiro na atualidade? Vejamos um trecho em que Kindzu, após iniciar sua aventura pelo mar, é atormentado pelas intempéries do percurso.

Era justo aquilo? Que mal eu fizera? Ia pondo a vida em recapítulos, havia sim as desvirtudes, bondosas atropelias. Em que vida não figuram? É como não se encontrar pedaço de lenha seca no chão do Inferno. Mas sempre cumpro os comportamentos aconselhados pelos mais velhos. Eu me dedicara a ser filho, aprendedor do meu destino. O barco em que seguia fora abençoado nas devidas cerimónias, eu lhe pusera o nome de meu pai: Taímo. Na primeira viagem, a todos eu premiara com comida e bebida, a gente festejara em cima do barquinho como mandam as tradições. Por que motivo, então, tanta coisa se azarava em meu caminho? No fundo, eu adivinhava a resposta.

- *Pai, não me castiga dessa maneira*, suspliquei.

À volta, nenhuma resposta. Só as ondas se sucediam, em cada onda o mar se despindo sem nunca chegar à nudez. Eu estava preso naquele infinito. Sempre a água me trouxera facilidades, nela eu ficava no à-vontade de gafanhoto em capinzal. Naqueles momentos, porém, me concorriam confusas desordens. Me vinha vontade de regressar, tornar a alimentar o meu falecido velho, me simplificar no nada acontecer da aldeia (COUTO 2007, p. 43).

210

Quando nos deparamos com uma situação adversa, não nos questionamos a injustiça de estarmos naquela situação? Não indagamos a nós mesmos o porquê das adversidades? Não nos inquirimos se nossos vícios e pecados seriam tão atrozes que justificassem as dificuldades que enfrentamos? Não nos convencemos em seguida que, a despeito de alguns deslizes que cometemos, procuramos agir corretamente na maioria das vezes? Assim também procede Kindzu ao recapitular os passos de sua vida. Desse modo, nós nos solidarizamos com o personagem porque, aos nossos olhos, suas indagações passam a ser procedentes e seu sofrimento, descabido. Tal qual o rapaz, sentimos o desespero por não encontrarmos respostas, o que nos leva a uma espécie de hesitação: não seria melhor voltar ao que era antes? Inquietações de Kindzu, inquietações nossas.

Devemos, portanto, concordar com Proust: “a emoção é mais ou menos semelhante à que sentimos”. No entanto, o fato de nos identificarmos com um jovem moçambicano cujas agruras nos provocam reações parecidas com as dele é insuficiente para situar nosso papel de leitor. Porque as agruras que Kindzu sofre fazem parte do “outro mundo” que Mia Couto nos conta. Esse

“outro mundo” remete, por sua vez, a uma África que deixou de nos ser completamente desconhecida a partir de um Moçambique próprio do autor. É precisamente aquilo que há de diferente na literatura de Mia Couto que nos atrai: a possibilidade de experiencarmos as dessemelhanças. Mas, curiosamente, essas “dessemelhanças” também devem atender a certas expectativas nossas.

Daí que a África que Mia Couto nos apresenta não nos parece concretamente tangível – parte das vicissitudes de Kindzu residiria, antes, nas possibilidades do onírico. Ao mesmo tempo, como no caso da morte da baleia, subjaz uma crítica social travestida de uma linguagem esteticamente atraente, que mitiga o impacto da crueza da palavra para realçar a cena aterradora pela sobreposição de metáforas. Nesse sentido especificamente, a forma é também conteúdo. Por meio dela, Mia Couto remete às questões sociais e políticas de seu país inserindo o leitor na dimensão humana de seus personagens. É essa dimensão que nos aproxima novamente desse “outro mundo” onde nos solidarizamos enquanto humanidade. Mas se, porventura, esse “outro mundo” se mostrasse semelhante ao nosso, não apenas em emoções, mas em modo de vida, continuaríamos creditando a ele o estatuto da alteridade? Temos um exemplo contado pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie (2009), de quando ela estudava em uma universidade americana, em que um professor fez algumas observações sobre o romance que ela havia escrito. Segundo o professor, o problema do romance de Adichie era não ser “autenticamente africano” – isto é, os personagens da autora eram muito parecidos com ele, um homem educado oriundo da classe média. Seus personagens não passavam fome. Eles dirigiam carro. Não, com essas características, eles não podiam ser “autenticamente africanos”.

Logo, nós, leitores não africanos, projetamos na literatura originária daquele continente imagens pré-concebidas da África. Ou, no caso do leitor americano, ocorre não apenas uma projeção, mas uma imposição daquilo que ele considera como “legitimamente africano”. Michael Chapman (2003, p. 1), professor da área de Literatura na Universidade de KwaZulu-Natal, na África do Sul, diz apropriadamente que deveríamos falar em literaturas africanas, no plural, uma vez que a África está longe de ser homogênea, seja na língua, na cultura, na religião, seja nos processos de inscrição na modernidade. No entanto, lembra-nos o autor, os escritores africanos que ganharam projeção internacional comungam da seguinte característica: seus textos estão sintonizados com as expectativas da crítica literária das universidades britânicas e francesas. Ademais, as editoras de suas obras são multinacionais cujo mercado é principalmente o não africano.

Não atenderia também Mia Couto a esse imperativo? Conforme o autor, “o ser lido é um momento posterior à criação”, pois a maioria dos escritores escreve “por razões interiores, que eles próprios desconhecem” (COUTO 2006a). Todavia, é digno de nota que uma das cenas constantes nas primeiras páginas de *Terra Sonâmbula* corresponda, em parte, ao meu imaginário juvenil sobre o continente, quando Muidinga encontra os cadernos de Kindzu e acende uma fogueira à noite com os papéis não escritos.

O miúdo se levanta e escolhe entre os papéis, receando rasgar uma folha escrita. Acaba por arrancar a capa de um dos cadernos. Para fazer fogo usa esse papel. Depois se senta ao lado da fogueira, ajeita os cadernos e começa a ler. Balbucia letra a letra, percorrendo o lento desenho de cada uma. Sorri com a satisfação de uma conquista. Vai-se habituando, ganhando despacho.

- *Que estás a fazer, rapaz?*

- *Estou a ler.*

- *É verdade, já esquecia. Você era capaz ler. Então leia em voz alta que é para me dormecer.*

O miúdo lê em voz alta. Seus olhos se abrem mais que a voz que, lenta e cuidadosa, vai decifrando as letras. Ler era coisa que ele apenas agora se recordava saber. O velho Tuahir, ignorante das letras, não lhe despertara a faculdade da leitura.

A lua parece ter sido chamada pela voz de Muidinga. A noite toda se vai enluarando. Pratinhada, a estrada escuta a estória que desponta dos cadernos: "Quero pôr os tempos..." (COUTO 2007, p. 13-14).

A cena descrita contém elementos que permeiam o imaginário do leitor não africano, como a história contada em torno de uma fogueira sob o céu enluarado. Traz, porém, elementos novos, que mostram sinais dos "novos tempos": a história é narrada a partir de um texto escrito, em que o mais jovem lê em voz alta o caderno para o mais velho. A introdução do universo letrado denotaria a inserção de Moçambique na modernidade, corroborada pelo fato de que, no romance, a criança, aos poucos, recordava-se de que era capaz de ler, ao passo que o velho permanecia "ignorante das letras". No espaço atribuído ao papel de contar histórias, Muidinga sobressai-se como o contador de uma história escrita, enquanto Tuahir assume o papel de ouvinte. Desse modo, Mia Couto remodela a imagem pré-concebida que tínhamos de uma sociedade dita "tradicional", em que negligenciávamos possíveis transformações culturais decorrentes do contato com o europeu.

212

Decerto que as tradições orais têm sido "resgatadas" por antropólogos e linguistas e revalorizadas enquanto "herança literária viva". Assim, Chapman acrescenta que "o desafio de qualquer estética africana é incluir o que o Ocidente ignorou: a herança oral como passado utilizável" (CHAPMAN 2003, p. 5). Mia Couto não a ignora, mas, na passagem citada, ele evidencia esse lado sobre o qual Chimamanda Adichie, de certo modo, falava: a escrita também foi incorporada ao universo africano, mesmo que muitos moçambicanos, por exemplo, ainda não estejam familiarizados com ela.

Quando considerei o papel do leitor na relação entre o escritor e a produção de seu texto literário, eu não havia inicialmente cogitado enveredar por uma "estética da recepção". Contudo, se doto *Terra Sonâmbula* de um caráter testemunhal, interessa-me saber a que leitor (que aqui substitui o ouvinte) o autor dirige sua narrativa para compreender os meandros da história que ele escreve. Sob a perspectiva do historiador, que não é apenas um leitor, trata-se de uma narrativa que não se iguala à historiografia, mas que concorre para a elaboração de uma versão da história diferente da "história oficial".

A posição do autor e a inserção da obra no diálogo entre história e literatura

Decerto pode causar estranheza a um leitor ocidental o fato de um homem branco como Mia Couto, cujos pais eram portugueses, escrever sobre as tradições africanas de seus personagens. Provavelmente concordaríamos com o argumento do autor, que vive em um país majoritariamente negro: “naturalmente na minha cabeça, quando construo um personagem, ele surge negro, porque sou moçambicano” (COUTO 2002). No entanto, também nos questionaríamos: com que propriedade Mia Couto pode construir tais personagens quando ele recebeu uma educação, por assim dizer, europeia, ainda que ele tenha sido criado em um país africano? Porque sabemos da hierarquização do espaço colonial – dos ambientes frequentados pelos brancos que os negros não frequentavam. Sabemos que Mia Couto cresceu quando Moçambique ainda era colônia de Portugal. E sabemos também que mesmo aqueles moçambicanos negros que passaram do estatuto de indígena para assimilado – e que passaram a gozar, portanto, dos mesmos direitos e deveres dos portugueses – continuavam a ser considerados, pelos colonos, não como “um de nós” (como um branco), mas “como o mais civilizado deles” (como o mais civilizado dentre os negros) (CABAÇO 2007).

No entanto, Couto, assim como seus pais e irmãos, procurava distanciar-se daquele ambiente racista. A Beira, cidade onde ele nasceu e viveu até o início dos anos 70, tinha uma lógica de ocupação territorial diferente das outras cidades moçambicanas pelo fato de a cidade ter nascido em um pântano, segundo o autor. Assim, os negros não viviam para além dos subúrbios, e sim do outro lado da rua onde morava sua família (COUTO 2009b). O contato com a população local dava-se também dentro de casa, quando o então adolescente ouvia as emissões da FRELIMO em cumplicidade com os empregados. Depois, quando já estudante de Medicina em Maputo (então Lourenço Marques), ele resolveu abraçar a causa da independência do país. Ao iniciar a militância na FRELIMO, abandonou os estudos para tornar-se jornalista de modo a difundir a causa revolucionária, atividade que se estenderia por onze anos (de 1974 a 1985). Apenas nesse ano, em 85, ele voltaria a frequentar a universidade, mas trocava a Medicina pela Biologia.

Pois bem, devido ao trabalho desenvolvido como jornalista, Mia Couto percorreu muito do interior do país, recolhendo histórias daquelas vozes rurais, as quais resultaram em seu primeiro livro de contos, *Vozes Anotecidas*, publicado em 1985 (COUTO 2006b). O autor, então, passou a identificar-se com essas vozes, com as vítimas da guerra e, de certa forma, passou a dar-lhes voz em sua literatura. É certo que houve “distribuição desigual dos sofrimentos” durante a guerra, como nos recorda o antropólogo e historiador Omar Ribeiro Thomaz (2005/2006), já que uma minoria demográfica “aparentemente privilegiada”, como os brancos, não pegou em armas. Ainda assim, Mia Couto, mesmo sendo um ex-militante da FRELIMO que permaneceu desarmado e razoavelmente protegido de uma “ameaça física evidente” por habitar a zona urbana, não dá voz a nenhuma das partes envolvidas diretamente no conflito, mas, sim, àqueles que teriam sido duramente atingidos pela guerra. É com eles, portanto, que Couto se solidariza. É a partir deles que o autor constrói a *africanidade* em

sua literatura. Mas tomemos cuidado: “o escritor é um construtor de mundos inventados”, como alerta Couto. Não é pelo fato de ele ser branco que ele não pode construir personagens negros, assim como não é pelo fato de ele ser homem que ele não pode escrever sobre as mulheres, por exemplo (COUTO 2002). Ademais, Couto considera que, mesmo os escritores negros em ascensão no universo literário moçambicano, “são mulatos do ponto de vista cultural, são todos eles urbanos, nasceram na língua portuguesa já, é raro o que sabe (*sic*) falar uma língua que não seja o português”. O autor não se sente, portanto, “um representante da raça branca”, mas, sim, “um mulato culturalmente” (COUTO 2002). Daí que, por vezes, Mia Couto escreve sua versão da história a partir de três tendências interligadas em *Terra Sonâmbula*, a saber: (i) o dever de memória; (ii) a construção de uma africanidade; e (iii) a perspectiva do futuro, na qual me deterei.

Por dever de memória, recorro ao filósofo francês Paul Ricoeur (2007 p. 101) para definir o termo, que compreende o “dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si”. Para tanto, Mia Couto opta por contar a pequena história, que ele julga ter sido excluída da História (com “h” maiúsculo) que conhecemos, a qual serviria aos interesses das elites (COUTO 2006a). Os personagens principais de *Terra Sonâmbula* são, assim, meninos muito jovens, que, por uma razão ou outra, tiveram de abandonar sua terra de origem – a terra de seus antepassados – e buscar um novo rumo em um país devastado pela guerra. Em outros tempos, residiria nesses jovens a expectativa de futuro da nação. Mas, em plena guerra, que futuro poderia ser esse à medida que um menino é desprovido de memória, enquanto outro abandona aquilo que se constituía como vínculo com os antepassados? Pelas palavras de Kindzu,

214

A guerra crescia e tirava dali a maior parte dos habitantes. Mesmo na vila, sede do distrito, as casas de cimento estavam agora vazias. As paredes, cheias de buracos de balas, pareciam a pele de um leproso. Os bandos disparavam contra as casas como se elas lhes trouxessem raiva. Quem sabe alvejassem não as casas mas o tempo, esse tempo que trouxera o cimento e as residências que duravam mais que a vida dos homens. Nas ruas cresciam arbustos, pelas janelas espreitavam capins. Parecia o mato vinha agora buscar terrenos de que tinha sido exclusivo dono. Sempre me tinham dito que a vila estava de pé por licença de poderes antigos, poderes vindos do longe. Quem constrói a casa não é quem a ergueu mas quem nela mora. E agora, sem residentes, as casas de cimento apodreciam como a carcaça que se tira a um animal (COUTO 2007, p. 23).

Notemos, primeiramente, uma herança do colonialismo, a que Mia Couto remeterá em seu quarto romance, *Vinte e Zinco* (1999), dando voz à adivinhadora Jessumina: “Vinte e cinco é para vocês que vivem no bairro de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (COUTO 1999, p. 11). Não vou me ater aqui à diferença de significados para o povo moçambicano entre o dia 25 de abril de 1974, quando foi deflagrada a Revolução dos Cravos em Portugal, e o 25 de junho de 1975, dia da independência de Moçambique. Interessa-me a antiga cisão social que alijava “os negros em bairros de caniço, reservando à elite branca

os confortáveis casarões dos bairros de asfalto” (SECCO 1999, p. 112). Daí a importância atribuída por Kindzu ao fato de se encontrarem vazias as casas de cimento, construídas na sede do distrito. É como se nem elas – dada a antiga estrutura de poder que, de certa forma, encarnavam – estivessem imunes às vicissitudes da guerra. Por esse motivo, o personagem acrescenta que os bandos atiravam nas casas como “se elas lhes trouxessem raiva”, entreveendo aí que as casas representariam a fúria dos bandos contra o tempo – “esse tempo que trouxera o cimento e as residências que duravam mais que a vida dos homens”. Ainda assim, a despeito da história inscrita nessas casas e de sua resistência material, elas não estavam imunes à ação da guerra, que acelerou, por sua vez, sua deterioração. Não foi diretamente a ação das balas que fez com que as casas apodrecessem como “carcaças”, mas, sim, o fato de que os tiroteios afugentavam as famílias, e elas, por sua vez, abandonavam as casas.

Mia Couto imbui Kindzu de certa sabedoria africana quando o personagem analisa a situação a partir da lembrança de dizeres que ele outrora escutara: “Sempre me tinham dito que a vila estava de pé por licença de poderes antigos, poderes vindos do longe”. Para ele, naquele momento, os antigos saberes adquiriam sentido porque explicavam o porquê de os arbustos ocuparem as casas e as ruas antes ocupadas por gente. Afinal, “quem constrói a casa não é quem a ergueu, mas quem nela mora”. Nesse sentido, quando Kindzu recorre à africanidade projetada pelo autor, ele estabelece uma ponte entre o passado e o presente. O futuro da nação residiria no reconhecimento de que a identidade nacional moçambicana pressuporia o conhecimento de seu próprio passado, de sua própria história – de “poderes antigos” que pautam a vida dos homens.

Nas páginas finais do romance, Kindzu sonha que está se transformando em um *naparama*, mas, antes da transformação, ele ouve as palavras proferidas por um feiticeiro sobre um futuro aterrador:

Chorais pelos dias de hoje? Pois saibam que os dias que virão serão ainda piores. Foi por isso que fizeram esta guerra, para envenenar o ventre do tempo, para que o presente parisse monstros no lugar da esperança. Não mais procureis vossos familiares que saíram para outras terras em busca da paz. Mesmo que os reencontreis eles não vos reconhecerão. Vós vos convertêsteis em bichos, sem família, sem nação. Porque esta guerra não foi feita para vos tirar do país mas para tirar o país de dentro de vós (COUTO 2007, p. 200-201).

Precisamente a perda do vínculo com a família, com a terra, com o país transforma os humanos em bichos porque os sentimentos mais profundos que nos ligariam enquanto humanidade são dispersos pela guerra. Mia Couto opta, então, em escrever uma história do tempo presente, em que ele situa o presentismo como sintoma da crise desse tempo. Aparentemente não haveria esperança de futuro, a não ser que fôssemos “capazes de nos despirmos deste tempo que nos fez animais”.

No final, porém, restará uma manhã como esta, cheia de luz nova e se escutará uma voz longínqua como se fosse uma memória de antes

de sermos gente. E surgirão os doces acordes de uma canção, o terno embalo da primeira mãe. Esse canto, sim, será nosso, a lembrança de uma raiz funda que não foram capazes de nos arrancar. Essa voz nos dará a força de um novo princípio e, ao escutá-la, os cadáveres sossegarão nas covas e os sobreviventes abraçarão a vida com o ingénuo entusiasmo dos namorados. Tudo isso se fará se formos capazes de nos despirmos deste tempo que nos fez animais. Aceitemos morrer como gente que já não somos. Deixai que morra o animal em que esta guerra nos converteu (COUTO 2007, p. 201-202).

No sonho de Kindzu, a fala do feiticeiro provoca nas pessoas que o escutavam “o mais extraordinário dos fenómenos”: as gentes que ali estavam reunidas vão perdendo “as humanas dimensões” e se transfigurando “em bicharada” (COUTO 2007, p. 202). Elas se convertem naquilo que o tempo presente, em geral, fazia com as pessoas, levando-as à perda não apenas das feições, mas também do próprio verbo. Era necessário, portanto, um novo princípio que transformasse os bichos em gente novamente. Mas como isso aconteceria? Decerto, o “terno embalo da primeira mãe” indica algo que precede nosso conhecimento adquirido. Todavia, o que seria isso que nos precede e que, ao mesmo tempo, nos transcende, que está entranhado como uma “raiz funda que não foram capazes de nos arrancar”? Quando Kindzu, ainda em sonho, encontra seu irmão, Junhito, que havia se transformado em galo, ocorre-lhe que o caçula precisasse de “um pouco de infância”. Para isso, Kindzu recorre ao “terno embalo” de “nossa mãe” e entoa o acorde materno para o irmão, que volta a se transformar em gente. Sua “última ponte com a família” é o que possibilita ao caçula humanizar-se novamente. Nesse sentido, Mia Couto haveria de dizer, dezessete anos depois, que a literatura ajuda a “manter vivo o desejo de inventar outra história para uma nação e outra utopia como saída” (COUTO 2009a, p. 6). Com efeito, ele recorre a utopias tangíveis em *Terra Sonâmbula* e projeta a expectativa de um novo princípio para Moçambique em uma história por ser escrita.

Eu gostaria, dessa forma, de finalizar este artigo, retomando e reforçando certos questionamentos. O primeiro é que estou longe aqui de encarar a literatura como documento, tal qual a pretensão de quarenta anos atrás do professor de Estudos Americanos R. Gordon Kelly, para quem “os documentos literários podiam ser utilizados como evidência histórica” (KELLY 1974, p. 146). Logo, não tenho a pretensão de reconstituir a história recente de Moçambique a partir do romance de Mia Couto. Ao contrário, interessa-me saber de que modo o escritor moçambicano relaciona-se com a história de seu país ao escrevê-la sob um viés literário que lhe é próprio. A história da guerra que ele escreve em seu romance aponta para um compromisso com a “pequena história”, como se o romance pudesse restituir a voz àqueles que teriam sido silenciados. Sua versão da história aponta, especialmente, para uma valorização da *africanidade* a partir do respeito aos ancestrais e às tradições. Esse respeito implicaria, de certa forma, uma recuperação do sentido de humanidade, em que residiria a esperança de um futuro para o país. O segundo questionamento resvala para “o perigo da história única” (*the danger of a single story*) a que se refere Chimamanda Adichie, pois tendo o romance de Mia Couto caído nas graças da crítica literária europeia, ele

parece corresponder às expectativas não africanas daquilo que é considerado "autenticamente africano". Por fim, o terceiro questionamento merece ser reproduzido em forma de pergunta: Por que tantas vezes ignoramos a dimensão humana dos personagens literários em nossas abordagens historiográficas quando precisamente a história também se constitui de tal dimensão? Nesse sentido, Mia Couto, enquanto romancista, lembra-nos (aqui incluo os historiadores) de que a história, afinal, é feita pelos homens.

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. The danger of a single story. **TED Ideas Worth Spreading**, 2009. Disponível em: http://www.ted.com/talks/lang/pt/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story.html. Acesso em 26/01/2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOTTON, Alain de. **Como Proust pode mudar sua vida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique**: identidades, colonialismo e libertação. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOS, Josilene Silva. **As representações da guerra civil e a construção da nação moçambicana nos romances de Mia Couto (1992-2000)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

217

CHAPMAN, Michael. African Literature, African Literatures: Cultural Practice or Art Practice? **Research in African Literatures**, v. 34, n. 1, p. 1-10, 2003.

COUTO, Mia. O coração de Moçambique. Entrevista concedida a Irineo Netto. Caderno G, **Gazeta do Povo**, 25/06/2006a. Disponível em: http://www.gazetadopovo.com.br/cadernog/conteudo.phtml?tl=1&id=575902&tit=O_coracao-de-mocambique. Acesso em: 30/01/2013.

_____. Mia Couto e o exercício da humildade. Entrevista concedida à Marilene Felinto. Mundo, **Folha de São Paulo**, 21/07/2002. Disponível em: <http://www.macua.org/miacouto/MiaCoutoexerciciodahumildade.htm>. Acesso em: 30/01/2013.

_____. Mia Couto, o poeta que escreve histórias. Entrevista concedida a Mirian Sanger. **Revista da Cultura**, n. 19, p. 4-6, 2009a.

_____. Mia Couto. **Nova África**. Programa da TV Brasil, 06/2009b. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/novafrica/2010/01/31/mia-couto-fala-sobre-africa-mocambique-beira-e-literatura>. Acesso em: 22/02/2012.

_____. Mia Couto revisitado. Entrevista concedida à Elisa Andrade Buzzo. **Digestivo Cultural**, 14/09/2006b. Disponível em: <http://www>.

digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=2047&titulo= Mia_Couto_revisitado. Acesso em: 30/01/2013.

_____. **Terra Sonâmbula**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Vinte e Zinco**. Lisboa: Ed. Caminho, 1999.

GRAYBILL, Lyn S. Pardon, Punishment, and Amnesia: Three African Post-Conflict Methods. **Third World Quarterly**, v. 25, n. 6, p. 1117-1130, 2004.

KELLY, R. Gordon. Literature and the historian. **American Quarterly**, v. 26, n. 2, p. 141-159, 1974.

NEWITT, Malyn. **A History of Mozambique**. Bloomington/Indianapolis: Indiana University Press, 1995.

RIBEIRO, Milton. 50 livros para morrer antes de ler. **Sul 21**, 26/01/2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2013/01/50-livros-para-morrer-antes-de-ler>. Acesso em: 26/01/2013.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SECCO, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro. Alegorias em abril: Moçambique e o sonho de um outro vinte e cinco (uma leitura do romance Vinte e Zinco, do escritor Mia Couto). **Via Atlântica**, n. 3, p. 110-123, 1999.

218

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

TEDESCO, Maria do Carmo Ferraz. **Narrativas da moçambicanidade**: os romances de Paulina Chiziane e Mia Couto e a reconfiguração da identidade nacional. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

THOMAZ, Omar Ribeiro. "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. **Revista USP**, n. 68, p. 252-268, 2005-2006.

WILSON, K. B. Cults of violence and counter-violence in Mozambique. **Journal of Southern African Studies**, v. 18, n. 3, p. 527-582, 1992.

Resenhas

review essays

Questionamentos à historiografia do cordel brasileiro

Questioning the historiography of Brazilian cordel literature

LUCIANO, Aderaldo. *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*. Rio de Janeiro; São Paulo: Edições Adaga; Luzeiro, 2012, 96 p.

Geraldo Magella de Menezes Neto

geraldoneto53@hotmail.com

Mestre

Faculdade Integrada Brasil Amazônia

Av. Gentil Bittencourt, 1144 - Nazaré

66040-174 - Belém - PA

Brasil

Palavras-chave

Crítica; História; Literatura de cordel.

Keywords

Criticism; History; Cordel literature.

220

Recebido em: 10/2/2013

Aprovado em: 2/5/2013

O livro *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro*, de Aderaldo Luciano, é uma parte da tese de doutorado do autor em Ciência da Literatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, defendida em 2009. Aderaldo Luciano é coordenador de vários projetos de divulgação sobre a literatura de cordel, como o 'Roda de Cordel: Círculo de Estudos Sobre o Cordel Brasileiro' e 'Roda de Cordel Leituras', projeto de leitura de cordéis em escolas e comunidades rurais brasileiras, além de ser preparador de originais da Ensinamento Editora. O autor também já foi coordenador editorial da Editora Luzeiro e um dos editores e colunistas da revista *Confraria*.

Como o próprio título da obra indica, a crítica é a marca do livro. A partir de várias questões relacionadas ao cordel, o autor contesta vários pesquisadores e dá a sua compreensão sobre a literatura de cordel brasileira. O objetivo, segundo Aderaldo Luciano, é o de "conduzir os estudos sobre o cordel norteando-os por sua filiação ao todo poético brasileiro" (LUCIANO 2012, p. 8). Desse modo, o autor almeja que os poetas de cordel sejam "citados lado a lado com os poetas clássicos de nossa literatura", fazendo uma crítica direta aos "manuais de literatura brasileira" por ignorarem os poetas de cordel, como Leandro Gomes de Barros (LUCIANO 2012, p. 8). O livro não deixa de ser um manifesto em favor dos poetas de cordel, e de protesto às instituições responsáveis em estabelecer o cânone literário brasileiro.

O autor aponta uma série de equívocos que, segundo ele, tem se propagado nas pesquisas sobre o cordel, tal como a ideia de que o mesmo tem uma origem ibérica, o que inclusive acabou por influenciar na adoção do termo 'cordel' a partir dos anos 1960. Aderaldo Luciano cita pesquisadores que repetem essa ideia da origem do cordel, tais como Umberto Peregrino, Manuel Diégues Junior, Sebastião Nunes Batista, Hélder Pinheiro e Joseph Luyten. O autor sugere que esses pesquisadores tenham sido influenciados por Sívio Romero, "talvez o primeiro, em 1879, a fazer a comparação e mesmo propagar a igualdade" entre o cordel português e o brasileiro (LUCIANO 2012, p. 11).

No entanto, Aderaldo Luciano afirma que talvez não tenha ficado claro para alguns pesquisadores a qual cordel se referia Sívio Romero. Para Luciano, Romero não se referia ao cordel nascido no Nordeste, já que em 1879 "ainda não se havia publicado folhetos de cordel no Brasil" (LUCIANO 2012, p. 12). Romero se referia "às produções brasileiras parafrásticas ou não das obras portuguesas", e o que se vendia pendurado em barbante na época era "livretos e não folhetos de cordel". Luciano conclui dizendo que "tomar o termo 'literatura de cordel' utilizado por Romero para nomear a produção cordelística brasileira resulta em equívoco" (LUCIANO 2012, p. 12).

Assim, Luciano identifica que o termo 'cordel' aparece primeiramente nos textos do pesquisador Teófilo Braga no século XVII se referindo a impressos que circulavam em Portugal, sendo a partir dele que estudiosos brasileiros passam a comparar o folheto brasileiro ao português (LUCIANO 2012, p. 15). Para Aderaldo Luciano, tal termo é "mal empregado em relação aos nossos folhetos de cordel, visto que são fenômenos distintos, havendo mais divergências do que semelhanças entre eles" (LUCIANO 2012, p. 83).

Aderaldo Luciano também se opõe a vários temas recorrentes nas pesquisas sobre a literatura de cordel: a vinculação do cordel ao produto oral dos cantadores e repentistas, já que é “produto estritamente escrito, tendo inclusive o cordel influenciado as modalidades da cantoria” (LUCIANO 2012, p. 83); a vinculação entre o cordel e a poesia ‘matuta’, já que “o cordel apresentará, antes de mais nada, a regularidade estrófica” (LUCIANO 2012, p. 48); a vinculação entre o cordel e a xilogravura, mesmo sendo a xilogravura “um elemento no percurso do cordel”, mas “de forma alguma é um eixo decisivo em sua formação, tampouco com ele (cordel) deve ser confundida” (LUCIANO 2012, p. 6); a ideia de que o cordel é uma poesia ‘sertaneja’, já que, para a formação do cordel concorreu “a confluência entre o sertão e a cidade” (LUCIANO 2012, p. 65); a distinção entre a literatura ‘popular’, a qual o cordel é associado, e a literatura erudita, já que para o autor essa distinção reside “na forma preconceituosa e excludente com que as elites intelectuais sempre trataram as produções que não saíssem de suas lides ou que não seguissem os seus ditames” (LUCIANO 2012, p. 17). Aderaldo Luciano aponta ainda que aspectos como o suporte, o conteúdo e a maneira como é vendido também não definem o que é o cordel.

As críticas mais fortes de Aderaldo Luciano ocorrem na questão da identificação de autoria dos folhetos de cordel. O autor critica pesquisadores que atribuem a autoria dos folhetos de Leandro Gomes de Barros a editores como João Martins de Ataíde, que, quando adquiriu os direitos das obras de Leandro, retirou o nome deste da capa dos folhetos, além de adulterar os chamados acrósticos na última estrofe dos poemas. Luciano aponta que, apesar da autoria de Leandro ter sido restituída após várias pesquisas, “há estudiosos que continuam caindo no engano, movidos pela pressa e pela desatenção” (LUCIANO 2012, p. 73).

Luciano contesta, por exemplo, Irani Medeiros, que “comete erros tolos e graves devido à falta de rigor”, pois considera “a poesia de Leandro como sertaneja”, além de colocar na antologia de Leandro “textos de folhetos que não são do criador do cordel” (LUCIANO 2012, p. 74). Assim como o livro de Medeiros, Luciano aponta que a coleção da Editora Hedra, intitulada ‘Biblioteca de Cordel’, também comete equívocos na atribuição da autoria de folhetos. Para o autor, tais equívocos são resultados de “pesquisadores e estudiosos que não têm vivência e se recusam a conhecer as nuances, os detalhes, do cordel” (LUCIANO 2012, p. 75), da “falta de averiguação das informações recebidas por alguns pesquisadores” e, “muitas vezes, a preguiça de pesquisar de certos estudiosos” (LUCIANO 2012, p. 77).

Para Aderaldo Luciano, o cordel deve ser estudado como uma literatura brasileira, não como uma literatura ‘popular’ e ‘folclórica’. Luciano aponta que “os estudiosos do cordel foram incapazes de oferecer-lhe sua verdadeira dimensão literária” (LUCIANO 2012, p. 84). O autor adota o conceito de ‘gêneros literários’, no qual o cordel é “uma forma fixa da poesia que pode manifestar-se de formas distintas, sem pureza textual, com uma característica dominante: narrativo, dramático, lírico, etc” (LUCIANO 2012, p. 82). Sendo assim, para o autor, o cordel “é poesia e técnica, visto que forma fixa. O encontro da técnica e da poesia, do

engenho e da arte, fará brotar a obra-prima do cordel” (LUCIANO 2012, p. 8). A partir dessa definição, o autor se opõe às classificações temáticas do cordel, que “são obsoletas em termos de literatura, servindo apenas para agrupamentos por temas, criando conjuntos que nada dizem” (LUCIANO 2012, p. 82). Assim, Luciano valoriza o papel do autor de cordel, “que deve ser respeitada como a de qualquer escritor que sinta a necessidade de escrever. Ao escritor cabe escrever sobre o quê e como lhe convier” (LUCIANO 2012, p. 83).

No entanto, ao mesmo tempo em que aponta erros nas obras de outros pesquisadores, o próprio livro de Aderaldo Luciano também apresenta vários equívocos. Primeiro, a afirmação de que desde os tempos de Sílvio Romero, no século XIX, com seus estudos sobre a poesia popular, passando por Gustavo Barroso, em 1921, até Umberto Peregrino, na década de 80 do século passado, “os estudos ficaram estáticos e se auto-reproduzindo” (LUCIANO 2012, p. 7). Ao valorizar o seu estudo em demasia, Aderaldo Luciano despreza uma série de pesquisas que abordaram a literatura de cordel das mais diversas formas desde os anos 1980, contribuindo para novos olhares sobre esta literatura: por exemplo, estudos dos pesquisadores “brasilianistas”, como Candace Slater (1984), Mark Curran (2001), e Martine Kunz (2001); da área da antropologia, como Antonio Arantes (1982) e Ruth Brito Lêmos Terra (1983); da comunicação e estudos da cultura, como os estudos de Jerusa Pires Ferreira (1993) e Walmir de Albuquerque Barbosa (1996); da área da história cultural, da história do livro e da leitura e dos estudos literários, como as pesquisas de Ana Maria de Oliveira Galvão (2006), Vilma Mota Quintela (2005), Rosilene Melo (2010), Bruna Paiva Lucena (2010), etc.

223

Esses estudos, que representam uma pequena parcela do que foi produzido sobre a literatura de cordel a partir dos anos 1980, seguindo por vários caminhos diferentes dos pesquisadores citados pelo autor, foram completamente ignorados por Aderaldo Luciano. O que parece é que, para o autor, as pesquisas sobre o cordel ficaram restritas às dos pesquisadores vinculados à Casa de Ruy Barbosa, a exemplo de Veríssimo de Melo, Umberto Peregrino e Manuel Diégues Júnior, bastante significativas nos anos 1960-70.¹ Nesse sentido, não se pode dizer que os estudos ficaram estáticos e se auto-reproduzindo; cada um compreende o cordel a sua maneira, já que o cordel não deixa de ser um objeto de estudo interdisciplinar. Entendemos que a construção dos conhecimentos sobre o cordel ocorreu a partir de um processo, e que mesmo quando não se concorda com as ideias de alguns pesquisadores, faz-se necessário reconhecer que eles também não deixaram de contribuir para um maior esclarecimento sobre essa manifestação literária, não cabendo ignorar tais estudos. O livro de Aderaldo Luciano, por fim, deixa de fazer referência a várias obras importantes para se compreender o cordel hoje.

¹ Segundo Bruna Paiva de Lucena, a historiografia do cordel brasileiro responsável pelo cânone do cordel tem por base as pesquisas da Fundação Casa de Ruy Barbosa, do estudioso francês Raymond Cantel e as que deram origem ao *Dicionário bio-bibliográfico de repentistas e poetas de bancada*, feitas por Átila de Almeida e José Alves Sobrinho, bem como a campanha nacional em defesa do folclore. A partir desses estudos, passou-se a “postular o conceito e os limites da ‘literatura de cordel’, também seus autores, seus meios legítimos de publicação, entre outros aspectos.” No entanto, conforme observa Bruna Lucena, esse procedimento acabou por deixar “muito do lado de fora, como os cordéis de autoria de mulheres” (LUCENA 2010, p. 14).

Não deixa de soar estranho, igualmente, o fato de o autor dizer que o estudo de Márcia Abreu, a tese intitulada *Cordel português/folhetos nordestinos: confronto – um estudo histórico-comparativo*, de 1993 (depois publicada no livro *Histórias de cordéis e folhetos*, de 1999), o qual é elogiado por Luciano, ter passado “despercebido por quase todos os estudiosos do cordel” (LUCIANO 2012, p. 81). Ora, é só fazer uma rápida pesquisa nos estudos mais recentes sobre cordel para perceber que a obra de Márcia Abreu é uma das mais citadas, já que foi, possivelmente, o primeiro estudo a questionar a vinculação do cordel brasileiro ao cordel português.

Outra questão problemática abordada em *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro* é quando o autor tenta definir as “gerações” dos poetas de cordel, que para ele são três: “geração princesa” – a fundadora; “geração regente” – a continuadora; e “geração coroada” – a da atualidade (LUCIANO 2012, p. 5). A “geração coroada”, para Aderaldo Luciano, inclui poetas como: Marco Haurélio, Klévisson Viana, Rouxinol do Rinaré, Moreira de Acopiara, Varneci Nascimento, João Gomes De Sá, Costa Senna, Cacá Lopes, Arievaldo Viana (LUCIANO 2012, p. 6).

Aqui cabe a pergunta: por que só são citados estes poetas como representativos da geração atual? Quais os critérios para essa escolha? Por que são deixados de fora uma série de poetas e poetisas que produzem cordel na atualidade? Essas questões não são esclarecidas no livro. Aqui fazemos referência a Márcia Abreu, que aponta que “por trás da definição de *literatura* está um ato de seleção e exclusão, cujo objetivo é separar *alguns* textos, escritos por *alguns* autores do conjunto de textos em circulação” (ABREU 2006, p. 39). Entretanto, na maior parte das vezes, “não são critérios linguísticos, textuais ou estéticos que norteiam essa seleção de escritos e autores”, mas sim “a difícil questão do *valor*, que tem pouco a ver com os textos e muito a ver com posições políticas e sociais” (ABREU 2006, p. 39).

Nesse sentido, o autor se contradiz, pois ao mesmo tempo em que critica as antologias de cordel, afirmando que elas “são segregadoras, arrastando cada vez mais o cordel para o gueto”, e de que devido a elas “a academia fechou suas portas” (LUCIANO 2012, p. 9), ele age da mesma forma, selecionando alguns poetas que considera como mais importantes para a história do cordel brasileiro, e ‘fechando as portas’ para um grupo considerável de outros poetas.

Apesar dessas ressalvas, *Apontamentos para uma história crítica do cordel brasileiro* tem o mérito de estimular a reflexão nos pesquisadores, já que questiona várias definições e generalizações sobre o cordel. A obra é quase como um manifesto em favor dos poetas de cordel, o que demonstra o envolvimento do autor com o seu objeto de estudo. Não sabemos se a pretensão do autor, de “conduzir os estudos sobre o cordel norteando-os por sua filiação ao todo poético brasileiro” (LUCIANO 2012, p. 8), irá se realizar, mas podemos dizer que a obra é mais um livro importante que se soma à historiografia sobre o cordel brasileiro, e que merece a atenção dos pesquisadores.

Referências bibliográficas

- ABREU, Márcia. **História de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- _____. **Cultura letrada**: literatura e leitura. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- ARANTES, Antonio Augusto. **O trabalho e a fala (estudo antropológico sobre os folhetos de cordel)**. Campinas: Kairós; FUNCAMP, 1982.
- BARBOSA, Walmir de Albuquerque. **O cordel na Amazônia**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Cavalaria em cordel**: o passo das águas mortas. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel**: leitores e ouvintes. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- KUNZ, Martine. **Cordel**: a voz do verso. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.
- LUCENA, Bruna Paiva de. **Espaços em disputa**: o cordel e o campo literário brasileiro. Dissertação (Mestrado em Literatura e Práticas Sociais) – Universidade de Brasília – UNB, Brasília, 2010.
- MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.
- QUINTELA, Vilma Mota. **O cordel no fogo cruzado da cultura**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2005.
- SLATER, Candace. **A vida no barbante**: a literatura de cordel no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- TERRA, Ruth Brito Lêmos. **Memória de lutas**: literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930). São Paulo: Global Editora, 1983.

Jacques Rancière, cenografias políticas

Jacques Rancière, political scenographies

RANCIÈRE, Jacques. *La méthode de l'égalité*: entretien avec Laurent Jeanpierre et Dork Zabanyan. Paris: Bayard, 2012, 333 p.

Marlon Salomon*

marlonsalomon@gmail.com

Professor associado

Universidade Federal de Goiás

Faculdade de História, UFG, Campus II, Caixa Postal 131

74001-970 - Goiânia - GO

Brasil

Palavras-chave

Acontecimento; Filosofia da história; Política.

Keywords

Event; Philosophy of history; Policy.

226

Recebido em: 6/3/2013

Aprovado em: 14/4/2013

* Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq

Desde 2005, conhecíamos em bloco o crítico, o escritor de textos curtos de jornal sobre arte, política, filosofia, o cronista dos tempos consensuais. Nos últimos anos, vimos aparecer na cena intelectual um Jacques Rancière “falante”. Não nos referimos ao pequeno *A partilha do sensível* (2005), livro-entrevista que acreditávamos ser um trabalho à parte entre seus livros. A publicação de *Et tant pis pour les gens fatigués. Entretiens* (2009) colocou à disposição do público um conjunto extenso e importante de entrevistas concedidas pelo filósofo francês (muitas das quais desconhecidas ou de difícil acesso) ao longo de décadas de trabalho. A publicação dessa coletânea, para além de sua importância particular para aqueles que se interessam pela história do seu pensamento, mostrou o estatuto particular que esse tipo de atividade possui, em geral, em sua filosofia: não se trata de um momento de interrupção de sua reflexão com o intuito de promover ou vulgarizar suas ideias, mas de um momento efetivo de exercício do pensamento – que não se confunde, no entanto, com seu trabalho de pesquisa e de escrita. Não se trata da tagarelice tão comum em nossos dias, de opinião sobre assunto qualquer, cuja solicitação seduz amiúde muitos intelectuais.

Não deixa de ser interessante observar que apenas três anos após essa coletânea, Rancière conceda uma longa entrevista a Laurent Jeanpierre e a Dork Zabunyan, que sai agora em livro sob o título *La méthode de l'égalité*. Poderíamos falar sobre esse “gênero” literário tipicamente francês, o livro-entrevista com intelectuais, mas o importante aqui é situar seu estatuto na trajetória desse autor que desde os anos 70 vem pensando contra a própria ideia de “gêneros”. Se a entrevista pode se tornar um lugar para o pensamento, é porque não há lugar exclusivo para ele – Foucault havia nos mostrado o pensamento arredo a toda e qualquer assinalação topográfica. Essa equivalência dos lugares, essa igualdade de estatuto das vozes, dos modos de fazer e de dizer, encontra-se posta em prática aqui nessa entrevista. Eis aí o método da igualdade, noção que ressoa sem dúvida o aspecto jacotista de seu pensamento. “O pensamento está em trabalho por tudo”. Há, no entanto, uma diferença não desprezível entre esses dois volumes. Ao passo que *Et tant pis pour les gens fatigués* se constitui como um importante instrumento de trabalho para a compreensão da trajetória intelectual de seu autor (na medida em que permite cruzar sua leitura e a publicação de seus livros com entrevistas que tornam possível compreender não apenas a recepção de seu trabalho, mas também o que esteve em jogo no momento em que vieram a público), *La méthode de l'égalité* apresenta a história dessa trajetória segundo seu próprio autor. A sobreposição da leitura desses dois livros pode ser bastante útil para o historiador. A indistinção de seus estatutos pode ser um problema.

La méthode de l'égalité é dividido em quatro blocos de entrevistas. No primeiro deles, “Gêneses” (RANCIÈRE 2012, p. 13-87), Rancière relembra sua origem familiar, os anos de sua educação fundamental, o percurso que o conduziu ao ingresso na prestigiosa *École Normale Supérieure* (ENS) e à filosofia, suas ligações com o Partido Comunista no início dos anos 1960, sua militância na Esquerda Proletária, sua entrada no departamento de filosofia da Universidade de Paris VIII (criada no contexto das lutas libertárias de maio de 1968) e a criação do Coletivo-Revista *Revoltas Lógicas*, em meados dos anos 1970.

Foi na ENS que se produziu, como se sabe, um encontro intelectual importante, aquele com Louis Althusser e com seu projeto de combate da ciência contra a ideologia. É no final de 1961 que Althusser inicia seu famoso seminário sobre Marx. Nessa época, Rancière preparava uma monografia sobre a ideia de crítica no jovem Marx, inspirado pela interpretação de Jean-Yves Calvez. É sob a influência de Althusser que o objetivo desse projeto se transforma naquele de mostrar a existência de um “corte epistemológico” entre o “jovem” e o “verdadeiro” Marx. É a partir daí que esse trabalho é inscrito no plano do seminário althusseriano sobre *O capital*, de 1964, que pretendia extrair a racionalidade filosófica que se encontrava em “estado bruto” nessa obra e elaborá-la teoricamente. É interessante descobrir que esse e outros textos não estavam inicialmente destinados a se transformarem em livro. O texto de Rancière, por exemplo, foi confiado a Robert Linhart para se tornar uma apostila voltada à formação teórica de militantes. A decisão de publicá-lo (sem revisão, correção e na forma oral) no *Lire le capital* foi exclusiva de Althusser e se inscrevia em uma estratégia política a qual Rancière não se vinculava. A partir daí, Rancière relembra todos os problemas ligados à reedição desse livro e de como foi conduzido a romper com o althusserianismo.

228

Essa ruptura não foi indiferente aos acontecimentos de maio de 1968. Em Althusser, havia a compreensão de que a prática social é produtora de toda uma série de ilusões que eventualmente se tornam objeto de reivindicações ou que aparecem até mesmo no marxismo espontâneo de certos militantes. Para ele, tudo isso não era senão ideologia; caberia à ciência corrigi-la, retificá-la. Nesse sentido, o althusserianismo foi, de certa forma, um mecanismo de poder e de centralização teórica, visto que essa posição se confrontava diretamente com a diversidade de tendências e a pluralidade de interrogações que então existiam e que ficavam reduzidas à ideologia. No entanto, as reivindicações que brotaram em 1968 eram, a partir desse ponto de vista, exclusivamente de “ordem ideológica” e “iam totalmente de encontro ao marxismo que se havia ao mesmo tempo aprendido e ensinado” (RANCIÈRE 2012, p. 37). Essa compreensão althusseriana implicava, ao mesmo tempo, um corte, uma partilha no mundo entre aqueles que possuíam e não possuíam a palavra da ciência, entre sujeitos aptos a ela (neste caso, os intelectuais e os dirigentes do Partido Comunista) e aqueles que apenas poderiam tomar parte nela como objeto. O althusserianismo dizia pouco sobre a teoria de Marx e muito sobre a situação então do marxismo.¹ Maio de 68 marca o momento de um *encontro* inesperado entre estudantes e operários e produz, dessa forma, um curto-circuito nessa partilha ao mostrar que havia uma considerável distância entre o marxismo de escola e a realidade do mundo operário. Essa ruptura e esse encontro marcaram o devir filosófico rancieriano.

A reorientação do trabalho de Rancière, a partir de 1972, é um efeito desse encontro. É a partir de então que ele inicia, ainda sem um objetivo definido, suas

¹ Assinalemos de passagem que *La leçon d'Althusser*, originalmente publicada em 1974, acaba de ser reeditada a partir do texto original. Ela recebeu, no entanto, um novo prefácio e notas explicativas que ajudam o leitor a se situar em relação ao contexto de sua publicação (RANCIÈRE 2012).

pesquisas nos arquivos operários, justamente com essa ideia de que era preciso encontrá-los em sua própria história. Não devemos nos esquecer de que é nessa mesma época que Michel Foucault organiza o Grupo de Informações sobre as Prisões (GIP). O GIP não criticava apenas o princípio de falar por alguém, a noção de uma consciência ou voz autorizada que tomava a palavra e a fala no lugar de alguém. Ele punha em cheque a própria partilha que dividia a legitimidade dos discursos sobre as prisões, segundo o lugar de sua proveniência. Os prisioneiros possuíam uma teoria das prisões que era absolutamente equivalente às teorias sancionadas ou que os juristas delas possuíam. Daí se atribuía um novo papel para o intelectual: não mais ser a consciência dos movimentos sociais, mas dar voz ao outro, fazer circular esses saberes emudecidos e desqualificados. Essa reorientação do trabalho de Rancière se faz nesse contexto de transformação do estatuto desses saberes e não foi indiferente a ele. São as pesquisas iniciadas nesse período que o conduzem *À noite dos proletários* (originalmente apresentada como uma tese de doutorado), um livro que não apenas destrói os limites que separam os discursos histórico e filosófico, mas que questiona o modo como os historiadores articulam em uma intriga os acontecimentos e a ordem cronológica, e a maneira como os filósofos concebem o que é o texto filosófico.

O segundo bloco de questões denomina-se “Linhas” (RANCIÈRE 2012, p. 89-166). Trata-se de uma preparação pelos caminhos que conduzem ao seu “edifício filosófico”. Rancière evita falar em linhas de filiação de seu pensamento. Há, antes, encontros que o marcaram e que em determinados momentos foram decisivos em sua trajetória. O interessante é que, nessa descrição, Rancière deixa implícito de que aponta nesses encontros apenas aquilo que deles reteve. Na época de estudante, Sartre e o afastamento “em relação às explicações psicológicas e sociológicas”. Em seguida, Althusser e o modo como questionava certa concepção de história por meio da “ideia da multiplicidade dos tempos” (que será fundamental, como sabemos, em *A noite dos proletários* [1988] e no modo como praticará a história e criticará a historiografia dos *Annales*). Depois, Foucault e a reviravolta do que constitui o próprio problema da filosofia: não mais o que é pensar, mas o que faz com que tal coisa seja pensável, o que conseqüentemente o levava a uma nova maneira de articular pensamento e prática.

A essas referências que poderíamos chamar de formativas, há outras que, segundo Rancière, intervieram em momentos precisos de seu trabalho. A reflexão schilleriana sobre a “transformação das formas da experiência sensível”; a crítica kantiana sobre as condições de possibilidade do conhecimento (revisitada, sem dúvida, por Foucault, tal como Rancière o afirma textualmente em *O desentendimento* [1996]); a compreensão hegeliana de que o pensamento não apenas não se separa, mas concomitantemente se transforma com seus objetos; a reflexão marxista sobre a divisão, de que o que se supõe dado já se encontra em “uma divisão de dados”. A essas dívidas, Rancière acrescenta um conjunto de outras que são propriamente extra-filosóficas. Com Flaubert, Conrad e Woolf, ele aprendeu a reconhecer o que chama de “micro-acontecimentos”: transformações na paisagem do sensível; primordialmente, no que é pensável, perceptível. Essa dívida literária o marcou no modo como trabalhou com os

arquivos operários e não apenas em sua escrita da história. Dívidas que nos mostram que o trabalho de Rancière não se filia a uma escola, mas que está atravessado por toda uma série de múltiplas referências não necessariamente convergentes entre si.

Esse segundo bloco dedica-se ainda a explorar a “sistematicidade antissistemática” da filosofia rancieriana. Ela é sistemática, no sentido de que há um conjunto de preocupações recorrentes em seu trabalho. Ela é assistemática no sentido em que recusa a própria formulação de uma teoria global que se desdobraria em diferentes domínios. A heterorracionalidade em marcha em diferentes práticas não se unifica em uma teoria global. Em seguida, trata da importância das figuras espaciais em seu pensamento. Por meio delas, critica-se a noção marxista de ideologia e busca-se pensar o modo de distribuição, de disposição dos corpos em sociedade segundo as capacidades que lhe são atribuídas. A noção de espaço liga-se aqui àquela de tempo. É nessa ligação que a noção de “cena”, fundamental em Rancière de um ponto de vista metodológico e teórico, torna-se importante. Em detrimento da noção de origem (do pensamento, da política etc.), trata-se de pensar a configuração de cenas a partir das quais certas distribuições se operam. É a partir daí que ele retomou uma crítica do tempo como princípio de interdição, espacializando essa noção. Sua crítica ao modo como se compreendeu a disciplina como tecnologia de poder (no final dos anos 1970), sua análise dos discursos do fim (a partir do final dos anos 1980) e sua crítica à noção de identidade se fizeram a partir daí.

230

Por isso, Rancière caracteriza seu trabalho como uma poética ou teoria geral das multiplicidades. Não se trata de ontologizar a diferença e a singularidade, mas de pensar que as cenas políticas se configuram a partir de uma não-concordância entre o excesso de nomes e a multiplicidade de corpos. Para ele, a literatura se constituiu precisamente nesse intervalo, buscando tratar esse excesso e essa não-concordância: nesse traço reside sua contradição fundadora. A constituição das identidades deve ser pensada em relação às multiplicidades (de lugares, de pertencimentos, de experiências possíveis) e não remetida ao enraizamento em um lugar e em uma cultura. É aí que se situa a importância da noção de “palavra” (muda, errante, operária), capaz de qualificar um acontecimento (por meio da auto-declaração), da subjetivação nas palavras, i.e., a capacidade de se apropriar de uma palavra que permite frasear de outro modo a experiência. Um acontecimento, assim, não é uma ruptura em uma cadeia causal (o que pressupõe uma lógica hierárquica), mas uma “alteração”, “uma reconfiguração de um campo de possíveis” (RANCIÈRE 2012, p. 117; 119).² Essa discussão leva àquela sobre o estatuto da estética em seu pensamento, à definição da noção de revolução estética, à relação entre a língua filosófica e a língua ordinária em sua escrita, que toma distância do comentário filosófico tradicional, que prefere falar em “processos de conceitualização” ou “de constituição de uma paisagem

² Essa noção de acontecimento distancia-se daquelas de um Foucault ou de um Deleuze. A questão que seria interessante considerar é como Rancière a articula com a história ou, dito de outro modo, como a explicitação dessa noção permite acessar sua teoria da história.

conceitual” ao invés de simplesmente em conceitos, e que se afasta da ideia da filosofia como “caixa de ferramentas”.

O terceiro bloco de perguntas intitula-se “Limiões” (RANCIÈRE 2012, p. 167-253). Ele se inicia com a discussão da ideia de crítica em seu trabalho. É explícito seu afastamento da teoria crítica ou da lógica tradicional da desmistificação (“lógica da autoridade”), segundo a qual há sempre aqueles que, em função de seu conhecimento, sabem o que se passa em determinado momento, e que legitimamente se voltam para aqueles que acreditam saber o que se passa com o intuito de lhes mostrar ou que nada se passa ou que aquilo que ocorre é coisa diferente do que se acredita (vemos hoje na ecologia política a última atualização desse discurso). Suas crônicas dos tempos consensuais interferem na cena contemporânea a partir de outra ideia de crítica, como “desconstrução da autoridade”: não revelar aos ignorantes a verdade escamoteada em um conflito, mas mostrar no coração de sua própria cena a confrontação de dois mundos sensíveis nos quais não há verdade das coisas (um inteligível necessário sob o sensível irracional) – encontramos aí uma definição mínima de política: manifestação brutal do conflito entre dois regimes de identificação do sensível. Trata-se de pensar em termos dissensuais, de que é a própria articulação entre sentido e sensível que está em jogo em uma cena. E é aí que se situam suas análises sobre a ordem consensual. Mas é também aí que poderíamos situar sua recusa e crítica às posições de autoridade de uma sociologia da distinção de um Bourdieu, ao modo como a história cultural e das mentalidades analisaram a palavra herética e ao revisionismo historiográfico.

Rancière não é despreocupado com os efeitos dessa crítica. É pelo fato de que ela intervém em nossa atualidade, que se preocupa com seus efeitos. Isso é particularmente sensível em relação ao campo artístico: críticos, historiadores da arte, curadores e até mesmo artistas se inspiram em seu trabalho. “Partilha do sensível” tornou-se uma noção repetida em todas as línguas (no final do livro, ele aborda essa questão). E não se trata de um tipo de conceito que se possa facilmente “aplicar”. E esse é um traço do procedimento de Rancière: seu modo de trabalhar, suas descrições empíricas, o emprego e a construção de conceitos encontram-se todos imbricados em uma mesma operação inseparável de escrita (a noção historiográfica de “tratamento das fontes” é totalmente estranha ao seu modo de trabalhar). Daí certa dificuldade intrínseca a essa obra que não quer fornecer uma teoria ou um quadro de conceitos “aplicáveis” em diferentes domínios. Por isso, esse livro não pode ser pensado desconectado dessa preocupação. Algumas das questões propostas pelos entrevistadores remetem a críticas que se fizeram ou a objeções que poderiam ser feitas ao seu trabalho, ao modo como foi recebido ou a interpretações de que ele poderia ser objeto. Certas questões buscam precisar noções (emancipação, igualdade/desigualdade, subjetivação, simbolização, desidentificação, sobre a suposta raridade da política, lugar do social), figuras (cultura popular) e passagens difíceis de serem totalmente compreendidas. Muitas outras dizem respeito a possíveis aproximações que podem ser feitas entre suas noções e aquelas de diferentes autores e a de seu pensamento com o trabalho de personagens

importantes na paisagem filosófica contemporânea, particularmente com os de Foucault e Deleuze. Foucault, aliás, de longe, o autor mais citado ao longo do livro – sem dúvida em função da insistência dos entrevistadores para que Rancière se posicionasse sobre certas noções políticas e filosóficas de seu antigo professor.

Nessa terceira parte do livro, os entrevistadores introduzem ainda a tão esperada questão sobre sua “concepção de história a partir do problema do novo” (RANCIÈRE 2012, p. 223). O problema é que colam essa pergunta a uma explicação sobre as metamorfoses dos regimes de identificação da arte (que ele havia estabelecido n’*A partilha do sensível*). Isso o conduz muito mais a uma explicitação sobre os elementos que permitem apontar uma mudança nesses regimes do que a uma explicitação de sua concepção de história. Os três “regimes de historicidade” da arte (sem relação com os regimes de François Hartog, que curiosamente desconhece o trabalho de Rancière) não devem ser confundidos com “três idades da humanidade”. Não há entre eles um “corte radical”. Da mesma forma, essa mudança é lenta, visto que uma nova lógica de identificação da arte não se impõe imediatamente. A estética é, nesse sentido, um domínio distinto em relação àquele da política, onde a novidade se “impõe em um ritmo acelerado” (RANCIÈRE 2012, p. 228). O acontecimento político é vertiginoso. Essa transformação de regime não é consciente ou explicitamente anunciada: pode-se mostrar como o sentido da palavra literatura se transforma no final do século XVIII, mas essa mudança não é então conceitualizada e nem tampouco declarada. Isso porque esse tipo de novidade seguidamente advém de uma “declaração retrospectiva”. Assim, se se pode reconhecer historicamente a emergência desses regimes, que podem mesmo coexistir, eles não se confundem com uma época histórica.

232

Os historiadores, sem dúvida, lamentarão o fato de os entrevistadores não terem explorado toda a série de questões suscitadas pela publicação de um livro como *Les noms de l’histoire* (1992). Seria interessante conhecer o contexto de sua elaboração e o interesse de Rancière em escrever essa inaudita arqueologia da Nova História – pouquíssimo lida e comentada pelos historiadores que se mostram, em geral, mais receptíveis aos manuais escolares. Isso decorre do próprio fato de como os entrevistadores conceberam-no. Ao contrário, por exemplo, dos livros de entrevista feitos por Didier Eribon com Claude Lévi-Strauss e com Georges Dumézil, não há uma preocupação com a história da elaboração dos problemas e do pensamento de Rancière. Só há gênese na parte inicial do livro.

A quarta e última parte de *La méthode de l’égalité* intitula-se “Presentes” (RANCIÈRE 2012, p. 255-321). Rancière caracteriza seu trabalho como uma “cartografia dos possíveis”. Possível não é o que se opõe ao real, pois real é o que é possível. Se há aí bergsonismo, ele é inconfesso. O possível não é algo que se atualizará. Os possíveis de que ele fala já se efetuaram, foram atualizados. Trata-se, portanto, de “uma maneira de pensar o que é” (RANCIÈRE 2012, p. 256), de pensar o estatuto de uma atualidade. Ele se opõe, assim, ao necessário, que é o conjunto de encadeamentos que precedem o que é, fazendo com que o real não possa ser diferente do que ele é. Trata-se de recolocar o

possível no real e subtraí-lo do necessário. O modo como ele pensa a política e como a articula com a história pode ser entrevisto a partir daí, de descrições cartográficas, topográficas, cenográficas, visto que a importância na descrição de cenas de manifestação do sensível em seu trabalho nos leva a enxergá-lo, antes de tudo, como um novo cenógrafo da política. Pois não se trata de pensar como, por meio de conexões precedentes e de articulações necessárias, um tempo substitui outro, mas na coexistência de diferentes modos de presença, quer dizer, de presentes em um presente, de diferentes temporalidades em um mesmo tempo – poderíamos lembrar aqui de como a anacronia desempenha um papel importante em suas cartografias e cenografias políticas.

Assim, a revolução, o acontecimento por excelência, não deve ser entendida como a culminância temporal necessária de uma ordem causal. Deve-se evitar falar em “a” revolução em proveito do plural “revoluções”. Uma revolução é “o momento em que toda uma ordem do visível, do pensável, do possível se encontra brutalmente demitida e substituída” (RANCIÈRE 2012, p. 269). É a “interrupção de toda uma ordem simbólica dada”: torna-se possível uma série de coisas até então consideradas impensáveis, impossíveis, e uma nova figura do povo, até então sem lugar e sem parte nessa ordem, entra em cena. Ela não é a realização de uma necessidade histórica, a tomada do poder e a transformação da ordem econômica que determinava a configuração da ordem social e política. Ela é antes a possibilidade de construção de outro “mundo sensível e pensável”, de um comum outro. É nesse sentido que, para ele, a Primavera Árabe, mas também toda uma série de acontecimentos passados pode ser qualificada como revolução, visto que esse conceito não remete à ideia de um ponto de intersecção entre épocas ou se mede em função de suas consequências futuras. Se Rancière, portanto, não define um papel para o intelectual atualmente, de sua parte, esforça-se para que o espaço de pensamento sobre as possibilidades de emancipação permaneçam abertas e mesmo desejáveis.

Jeanpierre e Zabunyan, a partir daí, conduzem-no a pensar como seus trabalhos estiveram quase sempre ligados à emergência de problemas específicos. Aqui aparece a discussão sobre as noções de polícia (que não se confunde com o braço armado do Estado), epistemocracia e consenso, com as quais buscou qualificar nossa democracia atual, ou melhor, o modo como se construiu nossa atual configuração do sensível, como um mundo da necessidade onde não há mais possível e no qual não mais se permite construir outras formas do comum. Todas essas questões desenvolvidas em *O desentendimento* (1996) podem aqui ser situadas em relação a conjunturas específicas de sua elaboração. É nessa última parte do livro, mais do que em outras, que Rancière conecta as reflexões que se encontram em seus livros com problemas atuais: polícia global, política mundial, novas formas de dominação, destruição dos empregos e do tecido social, ONGs, reafirmação da importância dos movimentos sociais locais na construção de cenas políticas universalizáveis, imigração, os sem-documentos, ecologia política, circulação da informação (e a importância dos artistas do Oriente Médio, por ex., que nos fazem ver coisas sobre essa região que não víamos), arte contemporânea, *fait divers*, invenção de artes de viver em meio à precariedade, futuro do socialismo, economia política.

O *corpus* rancieriano cresceu sobremaneira nos últimos anos. Não nos referimos aos inúmeros livros oriundos de pesquisas originais publicados há pouco, que mostram a vitalidade de um pensamento que adquiriu recentemente importante reconhecimento. É perceptível sua preocupação em reunir em livro textos esparsos. *Les écarts du cinéma* (2011) é um exemplo. *Moments politiques* (2009), que reúne suas intervenções na opinião pública entre 1977 e 2009, é outro. Reeditar outros há tempos desaparecidos das livrarias, eis aí *La parole ouvrière* (2007), essa coletânea de escritos proletários do século XIX. Seus “escritos” vão assim sendo inscritos, reinscritos nesse *corpus*, desnaturados, por assim dizer, dos lugares e contextos originais de sua publicação. O mesmo pode se afirmar sobre seus inúmeros “ditos” reunidos no volume de entrevistas de 2009. Sem dúvida, esse livro-entrevista também se inscreve nesse *corpus*. Mas, ao contrário das outras publicações, ele não se situa apenas ao lado de todos esses outros volumes da biblioteca rancieriana. Ele intervém na própria disposição desse *corpus*, visto que lhe dá, de certa forma, um sentido.

A publicação desse livro é indissociável não apenas ao crescente interesse pelo trabalho de Rancière, mas ao surgimento dos primeiros debates e estudos sobre sua obra. Trata-se, portanto, de um livro inseparável de uma preocupação com os efeitos de sua obra. E é talvez a esse público – o de seus leitores interessados – que ela esteja voltada. Esse mestre ignorante, sem escola e sem discípulos, que há alguns anos retirou-se do púlpito do magistério universitário, dirige-se aqui diretamente aos seus leitores sobre questões suscitadas pela sua leitura. É sobre o modo como ela é lida, sobre certas incompreensões, sobre precisões necessárias ou conflitos de interpretação por ela gerados que esse livro ressoa. Trata-se, antes de tudo, de um diálogo com seus leitores.

234

Referências bibliográficas

- RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. Trad. Marilda Pereira. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- _____. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; ed. 34, 2005.
- _____. **Chroniques des temps consensuels**. Paris: Seuil, 2005.
- _____. **Et tant pis pour les gens fatigués. Entretien**. Paris: Amsterdam, 2009.
- _____. **La leçon d’Althusser**. Paris: La Fabrique, 2012.
- _____. **La parole ouvrière. Textes présentés para Jacques Rancière et Alain Faure**. Paris: La Fabrique, 2007.
- _____. **Les écarts du cinéma**. Paris: La Fabrique, 2011.
- _____. **Les noms de l’histoire**: essai de poétique du savoir. Paris: Seuil, 1992.
- _____. **Moments politiques**: interventions 1977-2009. Paris: La Fabrique, 2009.
- _____. **O desentendimento**: filosofia e política. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

Lázarus de papel: sobre a arte de reviver manuscritos

Lazarus of paper: on the art of reviving manuscripts

GREENBLATT, Stephen. *A virada: o nascimento do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 291 p.

Marcos Antônio Lopes*

marlopes_61@yahoo.com.br

Professor

Universidade Estadual de Londrina.

Rua Denis Papin, 487 - Jardim Pinheiros

86063-270 - Londrina - PR

Brasil

Palavras-chave

Humanismo; Homem de letras; Renascimento.

Keywords

Humanism; Man of letters; Renaissance.

235

Recebido em: 20/3/2013

Aprovado em: 22/4/2013

* Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq

Ele nunca deixou de se ocupar com a busca por textos perdidos.

Após ter concebido *Como Shakespeare se tornou Shakespeare*, o historiador da literatura Stephen Greenblatt cometeu outra proeza historiográfica: escreveu um empolgante livro sobre a atividade intelectual dos humanistas do Renascimento. Em *A virada*, Greenblatt narra as aventuras de Poggio Bracciolini (1380-1459), um maníaco incurável por textos da antiguidade clássica, textos que ia descobrindo nas bibliotecas de mosteiros espalhados por diferentes regiões da Cristandade no alvorecer da Idade Moderna.

A tese de Greenblatt pode ser assim sintetizada: o mundo em que vivemos hoje não existiria da forma como o concebemos não fosse a redescoberta e a circulação da doutrina do atomismo, tal qual descrita por Lucrecio em *De rerum natura* (*Sobre a natureza das coisas*). Uma versão da doutrina epicurista jazia na forma de um extenso poema, soterrada num mosteiro da Alemanha, zelosamente guardada por frades na forma de um manuscrito, e coube a Poggio Bracciolini ressuscitá-la. De fato, ouve-se dizer que de tempos em tempos tais sortilégios acontecem na história. Cristo e Lázaro são os protagonistas mais conhecidos na matéria. A se crer em Greenblatt, Poggio Bracciolini também operou milagre de semelhante natureza, ainda que suas intenções, as circunstâncias que o rodeavam e os desdobramentos de seu empreendimento estivessem destinados a produzir efeitos bem distintos da célebre passagem bíblica. Mas o que de fato Poggio Bracciolini tinha em mente em suas andanças pela Itália, Alemanha e Inglaterra nos meados da segunda década do século XV? Nada menos do que fazer ressurgir das cinzas o nobre cadáver da antiguidade. Aliás, tarefa por ele considerada simples, bastando para o pleno êxito pôr as mãos sobre corpos de letras trajando trapos de pergaminho ou papiro.

236

Além do texto de Lucrecio, Poggio Bracciolini retirou das trevas muitos manuscritos em que foram fixados textos célebres da antiguidade. Conta-se, entre suas "caçadas", também ter encontrado o *Institutas*, texto do retórico latino Quintiliano. A obra é reputada simplesmente como o mais genial conjunto de ensinamentos sobre a arte da eloquência que já se escreveu no mundo antigo. Como se referiu Stephen Greenblatt acerca do temperamento de Bracciolini quando diante desses textos, ele "reagia a livros como se fossem seres humanos vivos" (GREENBLATT 2012, p. 152). Quando em visitas à bibliotecas de um mosteiro qualquer, seu propósito era libertar os livros como se eles fossem almas nobres que se encontrassem sob ferros em calabouços. Os textos por ele "desenterrados" eram vozes humanas que desejavam encontrar um interlocutor, não simples manuscritos em decomposição. "O que emergia da escuridão da biblioteca não era um elo numa longa cadeia de textos, um copiado do outro", diz Greenblatt. O texto era "... na verdade a coisa em si, trajando vestes emprestadas, ou até o autor em si, amortalhado e cambaleante sob a luz" (GREENBLATT 2012, p. 153). Para Bracciolini, esses "defuntos" eram capazes de propiciar uma vida boa e honrada aos homens que vivem no presente, pois os brindam com o patrimônio de sua eloquência e sabedoria. Talvez se possa afirmar que, nos primórdios da Época Moderna, Poggio Bracciolini foi um herói

cultural de alta envergadura. Operando os seus milagres de ressurreição ele provou, à saciedade, possuir os talentos para promover a recomposição de corpos dilacerados e já quase dissolvidos pela incontornável e incontrolável energia corruptora do tempo. E não é demais dizer que, nos tempos de Bracciolini, a “ressurreição” de manuscritos era um fenômeno que já deitava raízes na primeira metade do século XIV. O marco inaugural de tal atividade fora lançado por Petrarca, em 1330, quando descobriu fragmentos da obra do historiador romano Tito Lívio.

Petrarca abriu a porteira. E os humanistas do Renascimento passaram a integrar às suas agendas o exercício de descobrir e recuperar os registros da sabedoria greco-romana, para imitá-los e, se possível, ultrapassá-los em forma e conteúdo. Petrarca lançou uma moda duradoura que, na época de Bracciolini e seus colegas (entre os quais Niccolò Niccoli, Leonardo Bruni, Lorenzo Valla e muitos outros de equivalente estatura), estava em plena ebulição em diferentes comunas da Itália. E a descoberta e emulação dos tesouros literários da antiguidade não era mera recreação de humanistas bem nascidos e endinheirados. Isso porque a atividade exigia capacitação, além de conferir distinção social a seus praticantes. Tanto assim que as grandes descobertas dos tesouros culturais acabaram por lançar as bases dos *studia humanitatis*, o conjunto de princípios que deu forma ao currículo educacional em torno das línguas e literaturas grega e latina. Como se pode presumir, Poggio Bracciolini era especialmente vocacionado para a empresa de desencavar manuscritos perdidos, atuando não somente na descoberta de textos raros, mas compondo obras em variados estilos literários. Seus conhecimentos do grego e do latim atingiram um padrão somente alcançado por poucos, da mesma forma que o seu treinamento em caligrafia, arte da qual possuía domínio incomum, o que lhe foi de grande valia em suas embaixadas políticas para a conquista de seu cobiçado emprego em Roma.

Mas a questão central ao redor da grande descoberta de Bracciolini, o *De rerum natura*, do poeta romano Lucrécio, repousa no gênero de serviço que o texto deveria prestar à cultura ocidental. No ano de 1417, Poggio Bracciolini, até então o prestigiado primeiro escriba do papa João XXIII, havia perdido o seu posto de secretário apostólico da Santa Sé, logo após a deposição do santo padre pelo Concílio de Constança. Desocupado e possuído de ímpeto descobridor, perambulou por alguns mosteiros da Alemanha, até chegar à abadia de Fulda. Ali farejou e tirou de sua cova um manuscrito integral do livro *Sobre a natureza das coisas*, de Lucrécio. Profundo conhecedor das latinidades clássicas, Bracciolini conseguiu supervisionar em Fulda uma cópia da obra que a Europa culta de seu tempo conhecia apenas por breves referências, nas citações esparsas dos escritores antigos. Com sua iniciativa, a simples curiosidade de um homem estava prestes a pôr em circulação uma teoria destinada à desintegração da cosmologia cristã. Junto com outras correntes de ideias, o poema de Lucrécio ajudaria a promover a dessacralização da filosofia natural ortodoxa e as doutrinas sociais consolidadas pela Igreja medieval em quinze séculos de cristianismo.

Nos inícios do século XV as doutrinas sociais já se encontravam amplamente

dominadas pela tradição clerical. E a Igreja não aceitava sentimentos e atitudes de indiferença ou oposição às hierarquias estabelecidas no mundo pela religião oficial. As questões de fé comandavam as relações sociais, e o campo dos saberes era muito vigiado justamente por ser fonte de novidades não desejadas, que surgiam nas diversas formas de heresias. As descobertas dos mais belos frutos do paganismo – os livros de Platão, de Aristóteles, de Cícero e de outros grandes autores – podiam até ser recebidas com admiração nos altos círculos da Igreja, desde que não representassem riscos à ordem do mundo, que fora fixada em longos séculos de intenso labor doutrinal. No mundo de Poggio Bracciolini, nada menos do que o centro da Cristandade, seguir princípios morais das antigas culturas do paganismo até era possível, desde que eles trouxessem a sua pedra à consolidação das tradições cristãs. Platão e Aristóteles eram exemplos dessa boa associação, haja vista que alguns de seus elementos ofereceram bases filosóficas para o catolicismo, naquilo que se mostraram compatíveis e assimiláveis. A cosmologia aristotélica, por exemplo, sofreu algumas conversões e acomodações úteis no tomismo. Mas ideias divergentes ou não aclimatáveis à ortodoxia eram vistas como um tipo especial de peste, uma enfermidade a requerer combate à altura de seu poder de destruição da estabilidade do mundo. O livro que Poggio Bracciolini desenterrou em Fulda, em 1417, trazia ao mundo das ideias os germes de um terrível mal. Bracciolini fez circular os miasmas de um corpo que continha o registro do elogio da vida sem privações e sem culpas, e a busca pelo prazer e felicidade na Terra. Diante de seu feito, o mundo cristão haveria de conhecer a sua virada particular.

238

Com efeito, a obra de Lucrecio não possuía uma natureza compatível com a cultura cristã. Na verdade, *Da natureza das coisas* poderia ser concebida pelos contemporâneos de Bracciolini como uma fonte de perplexidades, a começar de seus pilares filosóficos: o universo e tudo o que nele existe é matéria formada por partículas invisíveis, e em movimento constante. Tais partículas se agregam e se desagregam numa dança que nunca termina. Nesse sentido, tanto o corpo quanto a alma são matérias efêmeras, e que necessariamente serão desfeitas ao término de um ciclo, para depois reagrupar-se na natureza, sob outras formas. Então, fica evidente a temeridade da ação do caçador contumaz de manuscritos antigos: sem querer e sem saber avaliar a dimensão de sua atitude, ele ajudou a promover um assalto ao dogma cristão da imortalidade da alma. Mas seu ato não ficaria apenas por aí. Ao simplesmente erguer sua mão e dirigi-la a uma prateleira empoeirada de uma biblioteca, por este pequeno e aparentemente inofensivo gesto, Bracciolini ajudou a fixar uma desconfiança em toda a mitologia criada ao redor de céu e de inferno, de pecado e de juízo final, de salvação e de condenação eternas, e todo um rico cortejo de dogmas longamente embalados pela criativa imaginação teológica da Igreja.

Nos tempos de Bracciolini a prática da queima de livros era o artifício comum das autoridades, quando se tratava de tirar de circulação ideias envenenadas, processo no qual os responsáveis quase nunca escapavam sem sequelas. Aliás, a queima de livros era um expediente até então muito eficaz para tal intento, pois os manuscritos se reproduziam com lentidão, circulando em pequeno número.

Depois de Gutenberg a realidade alterou-se de forma expressiva quanto à capacidade de reprodução de textos, mas a queima de livros seguiu adiante mesmo assim. De todo modo, a descoberta de *Sobre a natureza das coisas* estava destinada a despertar uma onda de indagações morais das mais variadas espécies no interior da até então estável e relativamente confortável unidade cristã. Alguns de seus leitores conheceram o poder das chamas purificadoras em praça pública, como o filósofo napolitano Giordano Bruno, em fevereiro de 1600. Outras conhecidas conexões subversivas com a obra de Lucrecio e os princípios epicuristas por ele afirmados passaram perto de tal situação, como o conhecido caso de Galileu. Igualmente célebres foram os casos de outros filósofos modernos que, de modo particular, também experimentaram o impacto do epicurismo e de sua teoria atomista.

Segundo a concepção de Lucrecio, a teoria atomista pode ser metaforizada pela ideia de uma "virada", movimento que ilustra hipoteticamente as colisões entre pequenas partículas. Esses entrecosques estabelecem o movimento de tudo o que existe em uma infindável cadeia de trombadas invisíveis. De tal movimento incessante resulta o baile da natureza, razão pela qual "os rios saciam o ávido mar, que a terra, aquecida pelo vapor do sol, renova as suas produções e florescem todas as raças de seres vivos, se sustentam os fogos errantes do céu", diz o poeta latino (GREENBLATT 2012, p. 159). Se tudo é formado por átomos desprovidos de qualidades especiais, nem a Terra nem a humanidade podem ocupar lugar privilegiado em qualquer organização hierárquica supostamente estabelecida por uma divindade. Nunca houve uma idade de ouro na história humana. A vida dos homens nos tempos remotos começou com uma luta violenta pela sobrevivência, dá a entender Lucrecio. As pessoas não podem pretender uma superioridade nem sobre os insetos nem sobre os elefantes ou sobre qualquer outra espécie animal. Tampouco existem variações de qualidade entre as sociedades humanas, e nenhuma delas ocupa um lugar de distinção, como julgavam a si próprios os romanos, os judeus e outros povos supostamente predestinados a cumprir uma missão superior, como os cristãos dos tempos de Bracciolini. Segundo permite intuir as convicções de Lucrecio, um romano dos tempos de Cícero equivaleria a um judeu dos tempos de Cristo. Apenas suas crenças particulares poderiam levá-los a pensar em termos de dignidades superiores.

E prossegue o desfile de iniquidades em *Da natureza das coisas*: não há vida depois da morte simplesmente porque a alma também é material e se dissolve com o término da existência corpórea. Ninguém colherá flores em um belo jardim na eternidade. Mas também não haverá um tribunal de condenação das almas. Os corpos apodrecidos e roídos pelos vermes da terra não ressurgirão recompostos em um juízo final. Em suas tumbas, esses corpos já se transformaram tão radicalmente que os seus átomos já circulam pela natureza, sob outras formas. Não há providência divina, a natureza é autorreguladora. O universo não possui os seus círculos sublimes que crescem em pureza à medida que se aproxima dos níveis mais elevados. A natureza é igual em toda parte, sempre formada pela mesma matéria. A humanidade passará, a terra deixará

de existir. E ninguém se ressentirá disso, pois esse é o fluxo natural das coisas. Se não há recompensas nem castigos, se a vida na Terra é única e irrepetível, ela deve ser bem aproveitada com a busca incessante do prazer. E a realização do prazer está em praticar o bem, em ser sóbrio e justo, pois o melhor caminho é sempre aquele que conduzir mais curta e certamente à virtude. Assim sendo, suplícios da carne e demais formas de privação do corpo são aflições desnecessárias. Em sã consciência, ninguém precisa pagar com sacrifícios os débitos supostamente acumulados diante das exigências de um ser enfurecido porque não se agiu a seu gosto nesta ou em outra ocasião. A lição talvez mais aguda contida no manuscrito de Lucrécio: se há uma ordem no universo, ela independe de um ente iracundo a despejar castigos e a distribuir recompensas.

Naturalmente que tais afirmações colidiram com as concepções oficiais acerca da sociedade, da natureza e do universo. E os fundamentos de Lucrécio ajudaram a catalisar o processo de dessacralização do mundo natural e das concepções sociais. As concepções de Lucrécio regaram o terreno para a germinação das raízes da ciência moderna. As ideias do escritor antigo integram, por assim dizer, a carga genética de nosso mundo atual. Além disso, fizeram florescer mais rapidamente as sementes do ateísmo, essa indiferença para com a importância conferida a todas as formas de manifestações divinas, e cujas fontes mais radicais podem ser situadas nos séculos XVII e XVIII, com o pensamento de Hobbes, de Spinoza e dos iluministas. Dessa forma, Poggio Bracciolini, o incansável ressuscitador dos manuscritos perdidos da antiguidade clássica, pode ser justamente retratado como um dos inventores do mundo moderno; ao pôr em circulação um texto sepultado por mais de mil anos de densa história, ele atuou decisivamente.

240

Em vista de tais argumentos, creio que o livro de Greenblatt sobre traços fundamentais do humanismo renascentista pode ser lido com grande proveito, e isso tanto por sua cativante história central quanto pelas intrincadas tramas paralelas. Além da história de Bracciolini, a obra é também uma densa narrativa sobre a vida particular de livros e autores célebres, uma interessante descrição das técnicas de fabricação de livros na antiguidade e Idade Média, além de uma detalhada exposição dos recursos utilizados no processo de circulação de textos, desde os gregos antigos até a invenção da imprensa de caracteres móveis nos meados do século XV. E isso sem deixar de fora considerações de relevo sobre as regras da retórica e da eloquência na Roma antiga e na Itália dos inícios da Renascença, além das práticas de leitura ao longo da história cultural do Ocidente cristão. Quem se interessa por maquinações palacianas azeitadas com traições e jatos de sangue também se sentirá bastante confortável diante da obra. Em suma, *A virada* é um desses livros que possuem a virtude de instruir sem enfadar, fundamento sempre digno de uma menção honrosa, mormente pelo alto grau de dificuldade de se entregar ótimo conteúdo com excelente diversão.

Notas sobre a dissimulação honesta

Notes on truthful dissimulation

MÍSSIO, Edmir. *A civilidade e as artes de fingir: a partir do conceito de dissimulação honesta de Torquato Accetto*. São Paulo: EDUSP, 2012, 245 p.

Cleber Vinicius do Amaral Felipe

clebervafe@gmail.com

Doutorando

Universidade Estadual de Campinas

Rua Cora Coralina, s/n - Barão Geraldo

13083-896 - Campinas - SP

Brasil

Palavras-chave

Ética; Retórica; História dos conceitos.

Keywords

Ethics; Rhetoric; History of concepts.

Aos olhos do leitor que se ocupa desta resenha, o termo “dissimulação honesta” pode denotar uma contradição. Esta contradição se torna verossímil a partir do século XIX, momento no qual a *honestidade* veicula-se aos assuntos *peçoais* descompromissados com a *aparência pública*, por exemplo. O ajuste prudente às circunstâncias, entendido como ato decoroso que concede licença para o uso de *máscaras* em uma sociedade de corte, passa a ser visto como “mentira e artifício em face da verdade profunda, interna, subjetiva que dotou de complexidade psicológica a noção de sujeito nos séculos XIX e XX” (PÉCORA 2001, p. XIX). No século da ilustração, com Kant, a “mentira útil” perde sua legitimidade, de forma que a verdade “constitui-se imperativo categórico estruturante de toda a relação com o outro, uma das condições formais do direito e da vida em sociedade, da civilidade moderna” (SEIXAS 2005, p. 417). São vários, portanto, os desafios de um pesquisador que, em pleno século XXI, busca analisar as ruínas de um conceito há muito perdido e/ou desacreditado.

No livro *A civilidade e as artes de fingir: a partir do conceito de dissimulação honesta* “de” Torquato Accetto, publicado pela EDUSP no ano de 2012, Edmir Míssio estuda o conceito de dissimulação honesta a partir, sobretudo, do tratado moral *Della dissimulazione onesta* (1641), de Torquato Accetto. Como é o final do trabalho que efetivamente determina o seu começo, Míssio admite, nas conclusões, que seu estudo “emulou o seu objeto por meio de jogos de palavras e especialmente pelo recurso a copiosa citação” (MÍSSIO 2012, p. 175). No entanto, o leitor do tratado accettiano e do livro que esta resenha toma por objeto não encontra material indigesto, mas estudo agudo orientado por um mesmo conceito, que o título de Accetto e o subtítulo de Míssio nomeiam: dissimulação honesta. Assim, *A civilidade e as artes de fingir* não é um estudo propriamente sobre Accetto, mas sobre a matéria prima de seu tratado: matéria esta que ecoa nos escritos de outros autores e que, também, é eco de concepções e conceitos antigos que, reciclados, lhe deram nome e fundamento.

Edmir Míssio não descarta o costume do gênero e leva em consideração os argumentos e articulações da arte accettiana. O primeiro capítulo lida com o *ethos* do secretário, ofício do tratadista estudado, e com a técnica da escrita de cartas, que o secretário deveria dominar. O autor estuda uma produção letrada que Accetto muito provavelmente conhecia. No capítulo dois, encontramos reflexões sobre o gênero epidítico (ou demonstrativo) e sobre o gênero do tratado, o que requer do autor conhecimento de diversas referências antigas e de figuras e procedimentos de elocução, como o uso de exemplos, analogias, metáforas, ironias, citações, sentenças. Míssio mostra que, reciclando a tópica da *brevitas*, Accetto recorre a uma escrita “baseada em um composto de clareza e obscuridade análogo ao conceito formulado e à ação elogiada e preconizada” (MÍSSIO 2012, p. 60). Em outras palavras, Torquato Accetto não apenas escreve sobre a dissimulação honesta, mas dissimula honestamente ao longo de seu tratado para mostrar, na prática, os elementos que prescreve.

No terceiro capítulo, Míssio retoma o conceito aristotélico de prudência (*phrônesis*) e as categorias ciceronianas *dissimulatio* e *honestas*, com o intuito de polir melhor o conceito “de” Torquato Accetto. Utilizo as aspas,

aqui, para imitar o procedimento do autor, que também as utiliza no subtítulo de seu livro. Na conclusão, ele lembra que a “dissimulação honesta pode ser união de palavras em *Accetto* e *Refuge*, mas é pensamento (enquanto fingimento não danoso) contido já em Homero, Xenofonte, Platão etc., tendo obviamente perpassado incontáveis mentes” (MÍSSIO 2012, p. 174). Ainda no terceiro capítulo, deparamo-nos com um estudo dos tratados de civilidade de Baldassare Castiglione e Giovanni Della Casa, sendo que o primeiro chega a nomear um procedimento que faz largo uso da dissimulação, a saber, a *sprezzatura*, que “opera pela dissimulação ao esconder a arte e demonstrar facilidade no fazer e dizer” (MÍSSIO 2012, p. 103). O conceito *accettiano*, para Míssio, apoia-se “em bases retórico-ético-teológicas das quais não pode ser dissociado, e tem como uma de suas funções principais a manutenção da paz por meio do decoro e das boas maneiras, em meio às amabilidades e agudezas” (MÍSSIO 2012, p. 111).

No quarto capítulo, visualizamos possíveis nexos entre o conceito *accettiano* de dissimulação honesta e concepções partilhadas por Maquiavel, Gracián, Giovanni Botero, Pedro de Rivadeneira e Saavedro Fajardo. Tomemos, por exemplo, o caso de Maquiavel: para ele, a arte da aparência, crucial no domínio da política, associa o *ethos* do príncipe à persuasão dos demais integrantes do Estado: “os homens são tão ingênuos e tão submetidos às necessidades do momento que o enganador sempre encontrará quem se deixe enganar” (MAQUIAVEL 1996, p. 129-130). Ao contrário do príncipe prudente, o vulgo tende a prender sua atenção e a render elogios às aparências, ou seja, encontra-se em situação de se deixar manipular pelo príncipe, pois direciona seu olhar aos artifícios, às feições do objeto de sua contemplação.

Giovanni Botero, por sua vez, atribui um papel central à Igreja Católica no que se refere à submissão do súdito ao príncipe, e legitima o uso da dissimulação, sobretudo enquanto forma de instaurar o segredo e manter a *riputazione* do príncipe. O jesuíta espanhol Pedro de Rivadeneira afirma que a dissimulação honesta só é legítima quando praticada por “verdadeiros cristãos”, condenando enfaticamente a simulação, a hipocrisia e a mentira. Para Saavedra Fajardo, a dissimulação “de fins lícitos” é conveniente quando manuseada pelo príncipe, funcionando como um escudo contra a adulação. Baltasar Gracián, por fim, ao retratar a descrição dos homens de Corte do século XVII, adverte: “na falta de força, use a destreza. Siga qualquer um dos dois caminhos: o real, de valor, ou o atalho do artifício” (GRACIÁN 1998, p. 109). Como indica Míssio, o discreto de Gracián é “composto de gênio e engenho, sabedoria e valentia no entender, capacidades providas pela natureza e realçadas pela arte” (MÍSSIO 2012, p. 138). Em teoria, como nos indica Hansen, o discreto católico “não poderia mentir ou ser hipócrita. Na prática, contudo, as condutas adaptam-se às conveniências da ocasião, o que determina um duplo padrão de moralidade e o típico casuísmo jesuítico das interpretações” (HANSEN 1996, p. 87).

Retomando os dizeres estoicos, *Accetto* afirma que os homens “fazem-se semelhantes aos lobos, infíéis, pérfidos e insidiosos; outros semelhantes

aos leões, brutais, ferozes e truculentos, e enfim, a maior parte de nós torna-se semelhante às raposas” (ACCETTO 2001, p. 41). A astúcia, representada pela raposa, geralmente retrata a fraude, mas, em alguns sentidos, remonta também à *métis* de Ulisses que, para Accetto, pode muito bem configurar uma ação prudente. A virtude da prudência, inclusive, é central nos escritos destes autores, pois somente o homem prudente é capaz de fazer reto uso da dissimulação.

O quinto e último capítulo realiza um breve levantamento de questões relativas à composição de Accetto, retomando pressupostos maquiavélicos e noções presentes em Sêneca para, mais adiante, tratar da tópica do “coração oculto”, largamente difundida nos escritos cristãos. Ele trabalha, por exemplo, com a tópica da paciência, presente em Maquiavel e em Accetto (MÍSSIO 2012, p. 153-154), e com a possibilidade de uma simulação válida, honesta, pois movida para efetivação de um propósito reto (MÍSSIO 2012, p. 155-157). Não é de se estranhar que a dissimulação honesta esteja presente nas teorizações sobre a razão de Estado e nos tratados de civilidade, já que pode ser entendida como “medida excepcional, remédio e arte virtuosa de governo, cujo uso depende da ocasião” (MÍSSIO 2012, p. 165). Ela é útil quando mobilizada prudentemente, tendo por finalidade restabelecer a harmonia e tranquilidade do Estado. Logo, prescreve-se a dissimulação como forma de assegurar a integridade do bem comum, segundo o decoro e as circunstâncias.

244

O livro de Míssio é circular, pois a última frase remete à primeira: nas palavras do autor, “a quantidade das citações [em Accetto] não impediu a qualidade do escrito, cujo entendimento da questão pôde ser verificado na trama argumentativa” (MÍSSIO 2012, p. 176). Na introdução, por sua vez, Míssio principia dizendo: “Da vida de Torquato Accetto muito pouco se sabe” (MÍSSIO 2012, p. 13). A análise da trama argumentativa supre, em alguma medida, a névoa que encobre a biografia de Accetto. Inversamente, esta mesma névoa parece conferir certa liberdade à mente investigativa do autor do livro, que busca conhecer, com lente de aumento, os argumentos e pressupostos do tratado accettiano. Desta forma, Edmir Míssio não persegue a intencionalidade do autor, pois Accetto não se define como subjetividade psicologicamente expressiva: o que ele busca, na verdade, é sondar a emulação promovida pelo secretário, que recicla *auctores* e preceitos que respaldam suas reflexões sobre a dissimulação honesta. Este procedimento é profícuo na medida em que não supõe que Accetto esteja por detrás da sua obra, mas sim nela, na própria escrita. Em outras palavras, o autor é o estilo que ele comunica ao leitor, e seu estilo é produto da emulação, da reposição de predicados que não apenas o secretário domina, mas também o leitor discreto, capacitado a julgar os méritos da imitação.

A brevidade não é somente procedimento accettiano, mas também uma das características que se espera de uma resenha. Por esta razão, convém encerrar esta por aqui: que o leitor preencha suas lacunas com prudência e acate, sem mais delongas, o convite que ela efetua.

Referências bibliográficas

- ACCETTO, Torquato. **Da dissimulação honesta**. Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- GRACIÁN, Baltasar. **A arte da prudência**. São Paulo: Martin Claret, 1998.
- HANSEN, João Adolfo. O Discreto. In: NOVAES, Adauto. **Libertinos e libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Comentários de Napoleão Bonaparte. São Paulo: Hemus, 1996.
- MÍSSIO, Edmir. **A civilidade e as artes de fingir**: a partir do conceito de dissimulação honesta de Torquato Accetto. São Paulo: EDUSP, 2012.
- PÉCORA, Alcir. Apresentação. In: ACCETTO, Torquato. **Da dissimulação honesta**. Tradução de Edmir Missio. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Dissimulação, mentira e esquecimento: formas da humilhação na cultura política brasileira (reflexões sobre o brasileiro jecamacunaímico). In: MARSON, Izabel; NAXARA, Márcia (orgs.). **Sobre a humilhação**: sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia: EDUFU, 2005.

Afinal, para que serve a história?

After all, what is history for?

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história?* O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 256 p.

João Couvaneiro

couvaneiro@gmail.com
Professor Adjunto
Instituto Piaget
Rua Ramiro Ferrão, 29/10ºD
2805-346 - Almada
Portugal

Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; *Historia magistra vitae*.

Keywords

Historical knowledge; History of historiography; *Historia magistra vitae*.

246

Recebido em: 1/4/2013
Aprovado em: 31/5/2013

O cotidiano das sociedades que vivem conjunturas de crise convoca a necessidade de se encontrarem soluções urgentes para as disfunções instaladas ou emergentes. Nestas há uma certa tendência para o improvisado imediatista, no qual as respostas encontradas têm frequentemente uma epidérmica dimensão reflexiva. A consagração desta atitude, que promove a técnica em detrimento da ciência, faz com que a experiência e o conhecimento do passado raramente sejam levados em linha de conta, na definição das opções do presente. Neste contexto, tende a considerar-se a história e, de uma forma mais geral, os saberes humanísticos como luxos ou frivolidades de eruditos.

Nem sempre a tendência para o descuidar da experiência passada foi prática prevalecente. A centúria de Oitocentos foi particularmente fértil no desenvolvimento de abordagens historiográficas. Nesse período muitos historiadores se afirmaram como pedagogos e ideólogos da nação, colocando o conhecimento que tinham do passado ao serviço da condução das sociedades.

Os textos reunidos no livro *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*, resultam de um desafio lançado pela organização do Seminário Nacional de História da Historiografia, que decorreu em Agosto de 2009, na Universidade Federal de Ouro Preto (<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/anais.html>). O volume, organizado por Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo e Valdeci Lopes de Araujo, reúne uma dúzia de textos que abordam, de forma poliédrica, a questão enunciada.

É possível aprender com a História? Quais as formas de aprender com a História? Qual o eventual alcance dessas aprendizagens? São questões que ecoam na sofisticada análise produzida pelos diversos autores.

247

Metodologicamente rigorosos, narrativamente fluidos e desafiadamente reflexivos, a generalidade dos textos encontra-se nutrida de referências que caucionam as interpretações propostas, são acessíveis a um amplo espectro de leitores e convocam à continuidade da reflexão.

O livro organiza-se em duas partes. Uma primeira que se consagra aos "Desafios teóricos do tempo presente", para o qual contribuíram Hans Ulrich Gumbrecht, Manoel Salgado Guimarães, Sérgio da Mata, Ethel Mizrahy Cuperschmid e Rodrigo Sá Motta. Uma Segunda parte que, sob o título "As histórias da questão", reúne um conjunto de textos da autoria de João Paulo Pimenta, Valdeci Lopes de Araujo, Márcia de Almeida Gonçalves, Moema de Rezende Vergara, Felipe Charbel Teixeira, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin.

O espaço disponível para esta recensão não permite capturar cabalmente a diversidade expressa nos artigos, a amplitude das abordagens e das temáticas. Como sempre, só uma leitura completa permite fazer jus aos méritos dos trabalhos compilados.

A obra é prefaciada por Estevão Chaves de Rezende Martins, que recorre a uma epígrafe lapidar de S. Agostinho: *Nos tempora sumus*. Trata-se de um autêntico programa discursivo, que precede e ilumina esse texto que tem o título feliz de "História: filha e mestra do tempo". Nele sustenta que se aprende com a história, visto que a cultura histórica acumulada forma um acervo, sobre o qual o presente lançará questões, que permitirão elaborar a consciência e o pensamento históricos.

Helena Miranda Mollo assina a introdução do livro com o texto “Formas e dúvidas sobre como aprender com a história: um balanço”. Nele a autora reitera a poderosa ideia de que a história não só acontece no tempo, mas também através dele. Rezende Martins havia alertado para a hipótese do historiador, por via de processos explicativos, poder contribuir para melhorar a relação normativa com o passado. No mesmo sentido vai a concepção de Beatriz Sarlo, referida páginas adiante no artigo de Manoel Luiz Salgado Guimarães, para quem o passado é, antes de mais, uma captura do presente.

Acompanhando a reflexão de Hans Ulrich Gumbrecht, Helena Miranda Mollo salienta que o capital de conhecimento acumulado pela história não permite que se instaure a tentação de mobilizar o conhecimento histórico com vista a domesticar a imprevisibilidade do futuro. A cognição do passado, num quadro pós-positivista, furta-se a um regime de leis, tornando-se a vocação prospectiva menos operativa e mais baças as suas sugestões. Como lembra a professora da Universidade Federal de Ouro Preto, é a percepção da impossibilidade de se aprender com a história que leva a que seja mais questionado o seu papel.

O fascínio pelo passado não dá mostras de diminuir. Segundo Gumbrecht, parece tratar-se de algo antropológico, algo que aparentemente constituiu uma característica matricial das sociedades humanas. Permanece o culto da memória, o esforço de imitação de figuras paradigmáticas e o recurso a exemplos idos.

Apesar do imorredoiro interesse pela história, não existe uma efetiva e inabalável crença no seu valor educativo, nem na capacidade da historiografia oferecer exemplos do passado que permitam projetar predições, que sirvam de orientação segura para a ação. Assim, o interesse pela história não decorre já de uma utilidade instrumental, operativa na condução do quotidiano das sociedades.

248

O texto do saudoso Manoel Luiz Salgado Guimarães intitula-se “História e erudição”. Nessas páginas, percorreu sobretudo a vida de João Pedro Ribeiro (1758-1839), doutorado em Cânones pela Universidade de Coimbra e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, que foi o professor da primeira cadeira de diplomática em Portugal. Deve-se-lhe o levantamento dos cartórios espalhados pelo reino, com intuito de proceder à preservação e crítica documental, que terá contribuído para produção moderna dos arquivos de fontes, recursos essenciais para a geração dos primeiros denominados historiadores, entre os quais se ergue e destaca o nome de Alexandre Herculano (1810-1877).¹

Com o título “Historiografia, normatividade, orientação: sobre o substrato moral do conhecimento histórico”, o texto com que Sérgio da Mata contribuiu para este volume aborda a redescoberta da problemática dos valores e da moral. Na senda de Thomas Luckmann, lembra que a moral é social e culturalmente construída e transmitida. Assumindo que toda a ação comunicativa pode ser também considerada comunicação moral, entende a historiografia como um processo de comunicação moral indireta.

¹ A este respeito vide: SILVA 2010. Este trabalho foi inicialmente orientado por Manoel Luiz Salgado Guimarães e posteriormente, em função do agravamento do seu estado de saúde, passaria a ser orientado por Jacqueline Hermann.

A pluralidade da história é, desde sempre, uma das suas características; não obstante, o contorno das suas fronteiras tem sido cada vez mais transposto e os seus territórios partilhados. Deste encontro resultam desenvolvimentos nas práticas historiográficas, no recurso a novos cruzamentos disciplinares, novas formas de comunicar o conhecimento do passado e novos usos para a história.

Sob o título "Narrativa do Holocausto em quadrinhos: desafios e conquistas", o texto de Ethel Mizrahy Cuperschmid aborda a obra do ilustrador Art Spiegelman, nomeadamente os dois volumes de *Maus* ("A história de um sobrevivente" e "Foi aí que começaram meus problemas"), que narram a história do pai do autor, que sobreviveu aos campos de concentração nazis. Se algumas das "histórias em quadrinhos" são meros produtos de entretenimento, noutros casos tratam-se de criações que legitimamente merecem ser consideradas como manifestações da nona arte. No caso de *Maus* estamos perante um testemunho, um romance gráfico comprometido com a memória, uma obra aberta, multifacetada e interdisciplinar.

O recurso a esta forma distinta de contar a história, recorrendo a um outro tipo de linguagem, com grande poder de síntese, pode conter uma assinalável inteligência narrativa e utilidade na divulgação do conhecimento histórico. Para o caso da história contemporânea de Portugal, nomeadamente para o período da Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974), vale a pena a leitura da obra de João Paulo Cotrim e Miguel Rocha, editada em 2006 sob o título *Salazar: agora e na hora da sua morte*.

Questões como o genocídio de judeus durante a Segunda Grande Guerra, os golpes de 1937 e 1964 no Brasil, foram abordadas no texto a que Rodrigo Patto Sá Motta deu o título "Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos". Nele, recorda que a abordagem de temáticas da história recente é portadora de problemas acrescidos, que decorrem, em muitos casos, do facto do historiador ter de se confrontar com testemunhas vivas, que o interpelam com argumentos e privilégios que lhes advêm de vivências cuja recordação foram processando com base nas idiosincrasias de cada um. Nesse sentido, o autor distingue a memória e a história, referindo que a primeira tem como compromisso uma "fidelidade" ao passado e a segunda à "veracidade".

Sá Motta aborda ainda a invasão que a memória faz do espaço público, frequentemente ao serviço de estratégias de disseminação e legitimação de mensagens políticas, no quadro de disputas de memórias ideologicamente agregadas, que se mobilizam para promover causas passadas, presentes ou futuras.

A segunda parte do livro, organizada sob o título aglutinador de "As histórias da questão", começa por apresentar um texto de João Paulo G. Pimenta intitulado "Passado e futuro na construção de uma história do Brasil no século XVIII". Partindo de premissas de Reinhart Koselleck, atribui às categorias de passado e futuro valor na análise de realidades sociais. Estas duas dimensões temporais conferem inteligibilidade à construção de uma narrativa unificadora do colectivo. Como demonstra o autor, a historiografia portuguesa setecentista começa a ter como parte integrante o tema da história do Brasil, que se vai legitimando como realidade coesa. Verifica-se, então, a afirmação de uma identidade americana

alargada, que se suplanta às especificidades regionais, mas não deixa de se integrar na identidade portuguesa.

No texto com que colabora no livro, Valdei Lopes de Araujo procura avaliar a permanência e dissolução da concepção da *historia magistra vitae* na historiografia contemporânea. Esse conceito de antigas raízes terá permanecido como lugar comum, uma espécie de continuidade que ocorre, não por inércia, mas como novo uso em contexto distinto da experiência clássica.

O contributo de Márcia de Almeida Gonçalves surge sob o título "Aprender com o outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquino de Sousa". No transcurso contextualizador refere-se especialmente aos contributos que emergem com a obra de Wilhelm Dilthey como forma de fundamentar filosoficamente as "ciências do espírito", procurando mostrar "a vida como ela é". Versando sobre o período da história da historiografia brasileira que decorre de 1920 a 1950, a autora desenvolve a análise da dimensão pedagógica da história, suas formas e funções, atendendo particularmente à perspectiva das narrativas biográficas.

Moema de Rezende Vergara escreveu sobre "As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil Oitocentista", aí abordou a questão das diferenças existentes entre a comunicação de pares e a vulgarização científica. Tal como um pouco por todo o mundo ocidentalizado, a circulação do conhecimento fazia-se, no século XIX, em clubes, conferências, cursos e exposições. Contextos que ampliaram significativamente os meios de construção da consciência histórica. Nessa época surgem simultaneamente contributos de indivíduos com reduzida preparação teórico-metodológica, a par do trabalho de académicos que ganha visibilidade junto de um público que parece ser cada vez mais alargado.

250

O contributo que Felipe Charbel Teixeira fez para o debate no congresso vem expresso no texto "O que se pode aprender com a história? As sentenças prudenciais e o género histórico em Leonardo Bruni e Nicolau Maquiavel". Para além da interessante abordagem à obra dos autores italianos, nestas páginas é focada a questão da utilidade da história, evidenciando-se a permanência corriqueira de ser mestra da vida amplificada, nos séculos XV e XVI, como ferramenta ético-retórica.

Coube a Fernando Nicolazzi a autoria da comunicação "Como se deve ler a história: Jean Bodin e a *ars historica* do século XVI". O texto começa com a caracterização do cosmopolitismo vivido na Europa de Quinhentos e as consequências desse tipo de ambiente para as práticas intelectuais. Aí demonstra que apesar da carência de tratados metodológicos, entre os alvares da modernidade e os primeiros clarões do iluminismo, as obras pertencentes ao género *ars historica* teriam elencado os preceitos para as boas práticas historiográficas, garantindo os princípios fundamentais de validade para o saber sobre o passado. Em 1566, Jean Bodin na sua obra *Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, concorreu para esse debate. A sua intervenção terá sido das que mais ecos obteve no estabelecimento de preceitos normativos. Justificando a sua utilidade social e política, visava a construção de uma história que conservasse a sabedoria antiga; integrasse o conhecimento das outras artes e que antevisse novos horizontes de experiência.

O último texto do livro é assinado por Rodrigo Turin e surge com o título: "Entre antigos e modernos: notas sobre o *De nostri temporis studiorum ratione* (1708) de Vico". A obra do filósofo napolitano abordada nestas páginas foi escrita com o propósito de ser lida como oração de sapiência que visava convocar os alunos a dedicarem-se com afinco aos seus estudos. A partir dela se caracterizam as referências, a produção e o legado de Vico. Realçando-se os principais marcos da sua afirmação na República das Letras e apresentando chaves interpretativas que permitem perceber a conciliação que o autor procurava estabelecer entre os modos de saber antigo e moderno.

Ao longo dos diversos artigos verifica-se uma enorme qualidade no tratamento das fontes, na revisão de boa parte da literatura fundamental e do esforço de síntese, que permitem repensar e dar sentido a uma questão antiga. Não que a história seja ainda mestra da vida, mas há na expressão formulada por Cícero algo que nos ilumina ainda, persistindo a compulsiva preocupação de justificar a utilidade desta disciplina científica, como se não fosse bastante a virtude de procurar conhecer e transmitir a experiência humana.

Referências bibliográficas

COTRIM, João Paulo; ROCHA, Miguel. **Salazar**: agora e na hora da sua morte. Lisboa: A. M. Martins Pereira, 2006.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, maio 2009.

SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da razão discreta**: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814), Tese (Doutorado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SPIEGELMAN, Art. **Maus**: a história de um sobrevivente. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Maus**: e foi aí que começaram meus problemas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

A Universidade e os muitos caminhos da História

The University and the many paths of History

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012, 266 p.

Fábio Franzini

fabio.ff.franzini@gmail.com
Professor adjunto
Universidade Federal de São Paulo
Avenida Monteiro Lobato, 679 – Macedo
07112-000 - Guarulhos - SP
Brasil

Palavras-chave

Historiografia brasileira; Universidade de São Paulo; Cursos de história.

Keywords

Brazilian historiography; Universidade de São Paulo; History courses.

252

Recebido em: 25/5/2013

Aprovado em: 6/7/2013

Em minha geração, não se ensinava sistematicamente na Grã-Bretanha aquilo que Marc Bloch chamou “o ofício do historiador”. Íamos aprendendo como podíamos. Muito dependia de quem encontrássemos no tempo de estudantes de graduação (HOBSBAWM 2002, p. 312).

Pode parecer estranho iniciar a resenha de um livro sobre o primeiro curso universitário de História instituído no Brasil com uma epígrafe extraída de *Tempos interessantes*, a conhecida autobiografia de Eric Hobsbawm. No entanto, essa peculiar referência do velho marxista inglês a seus tempos de aluno em Cambridge na década de 1930 me veio à mente repetidas vezes durante a leitura de *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*, de Diogo da Silva Roiz, e acredito que não de forma impertinente ou despropositada: a meu ver, ela é emblemática de uma questão de fundo que perpassa e ultrapassa toda a análise elaborada em suas páginas, questão da qual quero fazer o ponto de chegada deste comentário.

Como antecipado pelo subtítulo, o objetivo do trabalho de Diogo Roiz é mostrar e discutir o processo pelo qual o ensino universitário de História se implementou e se desenvolveu na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1968. Originado de sua dissertação de mestrado, defendida em 2004 na Unesp de Franca sob a orientação de Ivan Aparecido Manoel, o texto ampliou-se com os resultados de uma nova pesquisa, realizada entre 2005 e 2008 já como Professor na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), configurando assim as duas partes que compõem o livro, bem como os assuntos de seus dois apêndices. Trata-se, portanto, do resultado de mais de dez anos de dedicação ao tema, dedicação essa que continua a dar bons frutos (ROIZ; SANTOS 2012; ROIZ 2013) e revela sua perfeita sintonia com os rumos da historiografia brasileira atual, cada vez mais atenta à reflexão sobre as práticas, estratégias, lugares e condições de produção e difusão do conhecimento sobre o passado – basta lembrar, apenas como um exemplo diretamente relacionado ao livro, os expressivos artigos que abordaram os cursos de História no Brasil no último dossiê desta mesma *História da Historiografia* (2013).

Desnecessário dizer que a tarefa de Diogo Roiz não foi simples, nem fácil. Em primeiro lugar, porque ela carrega consigo certo pioneirismo ao tomar o curso da FFCL-USP como objeto de estudo, consciente de que era necessário ir além das interpretações oferecidas pela pequena e pontual bibliografia disponível a seu respeito (a qual, aliás, não deixa de ser comentada pelo autor na introdução);¹ depois, devido ao desafio das fontes, trabalhado de maneira muito original graças ao inteligente equilíbrio que buscou promover entre documentos institucionais (com destaque para os *Anuários da FFCL*), pessoais (como correspondências e depoimentos) e bibliográficos (a produção de Professores-chave no curso); e, por fim, por deparar-se com o incontornável peso da tradição e da memória,

253

¹ Interessante, senão instigante, é notar que o mesmo não acontece com as Ciências Sociais: da ampla e importante *História das Ciências Sociais no Brasil* (MICELI 1989; 1995), na qual a FFCL-USP muito aparece, a discussões mais específicas (apenas como exemplo: PONTES 1998; PULICI 2008), parece haver neste campo uma preocupação muito maior (e mais crítica) com o processo de sua institucionalização.

que também se inventam e se institucionalizam à medida que o curso, seus sujeitos e suas redes de sociabilidade ganham contornos e papéis mais bem definidos e entram em disputa, explícita ou velada.

O resultado é um texto ousado, que assume e enfrenta os riscos inerentes à análise de um objeto tão esquivo por meio da articulação entre as suas dimensões estruturais e conjunturais. A mencionada divisão do livro em duas partes – “A estrutura curricular do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956” e “Escrita da história, civilizações e atores sociais”, respectivamente, cada uma com três capítulos – revela-se, assim, um bom recurso para a recuperação dessa dinâmica, à medida que apresenta os aspectos institucionais e legais que organizaram, dentro da seção de Ciências da FFCL, a subseção de Geografia e História para depois passar à discussão das trajetórias pessoais e dos projetos historiográficos de alguns de seus Professores e, sobretudo, de que forma eles se inseriram no curso e contribuíram para moldá-lo. Longe de buscar o mero enquadramento mecânico e esquemático de uns e outros, Diogo Roiz procura revelar os condicionantes, as intenções, os limites, as brechas, nuances e mudanças que envolveram o curso em suas primeiras décadas, quando definia-se tanto pelo vínculo com a Geografia (que se encerra em 1956) quanto pelo sistema de cátedras (que perdura até a reforma universitária de 1968).

254

Como costuma acontecer com os textos ousados, porém, ele também acaba por oscilar entre interpretações muito agudas e sugestivas e outras superficiais, quando não equivocadas. O primeiro capítulo, “Estrutura e funcionamento do regime de cátedras”, é o que mais sofre com isso: nele, Roiz faz uma boa descrição do que anuncia no título, como também é muito arguto e original ao lançar a hipótese “de que houve tentativas de se construir uma hegemonia masculina entre as cadeiras” de História da Civilização (dividida, a partir de 1939, em História da Civilização Antiga e Medieval e História da Civilização Moderna e Contemporânea), História da Civilização Brasileira e História da Civilização Americana (ROIZ 2012, p. 37); por outro lado, sua reflexão frequentemente se perde quando tenta comprovar como as mulheres foram impedidas de alcançar o cargo de catedráticas, uma vez que a documentação evocada, basicamente memórias e listas de matrículas e de formandos do curso, é muito tênue e superficial sobre o assunto. Dito de outra maneira, ainda que haja pistas e indicações de que a hostilidade, as barreiras e as estratégias masculinas contra a ascensão das Professoras efetivamente existissem, elas não apenas foram insuficientes para sustentar a argumentação como também comprometeram a análise, uma vez que esta acabou por submeter-se aos esforços de transformação de tais indícios em fatos indiscutíveis.²

O capítulo, deste modo, ganharia em precisão caso essa hipótese não fosse o seu fio condutor, o que não significa, bem entendido, deixá-la de lado. Seria perfeitamente possível, por exemplo, apresentá-la como um elemento a

² Para se ressaltar a relevância da questão e, ao mesmo tempo, a importância de se tomá-la de modo menos superficial, cabe citar o trabalho do sociólogo Claudinei Carlos Spirandelli, voltado às trajetórias das Professoras do curso de Ciências Sociais da mesma FFCL entre 1934 e 1969 (SPIRANDELLI 2011).

mais no quadro amplo e complexo que reconstitui, deixando para lhe conferir mais peso no bom Apêndice 1, intitulado "Entre a graduação e a cátedra: a movimentação dos alunos do curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo". Afinal, o duplo exercício que Roiz aqui realiza, de apresentar "a dinâmica entre os sexos segundo a escolha dos cursos [da FFCL], tendo em vista quais eram mais escolhidos por mulheres e quais eram mais escolhidos por homens", e destacar "o perfil social dos alunos selecionados para o exercício de funções docentes no curso de Geografia e História" (ROIZ 2012, p. 187), em relação direta com o primeiro capítulo, acolheria de modo muito mais adequado suas considerações acerca do lugar da mulher no regime de cátedras.

Nos dois capítulos seguintes, "As transformações na estrutura curricular" e "Características e dimensões do ensino e da pesquisa", Diogo Roiz reconstitui os arranjos, adaptações e reformas ocorridos no interior das cátedras, em suas tentativas de melhor se adequarem às demandas postas pelas práticas e possibilidades acadêmicas e, ao mesmo tempo, de contornar ou se conformar às limitações materiais e legais que as envolviam. Ao fazê-lo, consegue recuperar com muita clareza o dinamismo do curso, das preocupações iniciais em "caracterizar, aos alunos, as grandes linhas da História mundial e nacional, os aspectos geográficos do processo e a formação histórica e linguística do território brasileiro" (ROIZ 2012, p. 62) até a separação das cadeiras de Geografia e de História em formações independentes, momento em que cada uma passa a buscar identidade própria.³ Mais importante ainda, ele evidencia com propriedade como as mudanças formais e informais que ocorreram no curso entre as décadas de 1930 e 1950 não deixaram de ser, também, "as primeiras tentativas, por meio de seminários e trabalhos práticos e teóricos, de se formar, senão um 'ofício de historiador (e de geógrafo)' a partir do curso de graduação, pelo menos a iniciativa de se produzir os primeiros profissionais na área" (ROIZ 2012, p. 76-77).

Outro aspecto de grande relevância abordado em ambos os capítulos diz respeito à formação de professores, uma vez que este propósito esteve na raiz da Faculdade de Filosofia. É significativo, nesse sentido, que, como diz o autor, "a primeira alteração representativa no programa curricular do curso" tenha ocorrido no início dos anos 1940, para, entre outras coisas, adequá-lo à legislação federal que redefinira e padronizara as condições para a diplomação de "bacharéis" e "licenciados" (ROIZ 2012, p. 64). Assim, de 1942 em diante, os alunos que concluíssem os três anos da grade receberiam o grau de bacharel; caso quisessem obter também a licenciatura, deveriam ainda cursar, por mais um ano, cadeiras específicas de didática. Isto provocou, na prática, uma apartação entre o bacharelado e a licenciatura, mas nem por isso deixou de haver, segundo Roiz, "tentativas de especializar os programas das disciplinas oferecidas no curso, para adequá-las às necessidades de formação dos alunos,

³ Embora Roiz não avance nessa questão, é sugestivo descobrir que, "com a separação do curso de Geografia e História, verifica-se uma maior incorporação de disciplinas históricas na grade curricular de Geografia, limitando-se no curso de História a apenas uma disciplina geral sobre o 'conhecimento geográfico'" (ROIZ 2012, p. 74).

tanto para o magistério, em nível secundário, como para a carreira de docentes pesquisadores, em nível superior” (ROIZ 2012, p. 68-69). Se esta última acabou por se adequar, forçosamente, às próprias características do sistema de cátedras e à dinâmica de doutoramentos e concursos, a primeira, como todo o terceiro capítulo demonstra, acabou sofrendo com a falta de harmonia entre ensino, pesquisa e preparação pedagógica.

Na segunda parte do livro, cada capítulo volta-se a um catedrático específico: pela ordem, Alfredo Ellis Júnior, que em 1938 assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira no lugar de Affonso de Taunay, nela permanecendo até 1956; Sérgio Buarque de Holanda, seu sucessor pelo período de 1956 a 1968; e Eduardo d’Oliveira França, na cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea desde 1942, primeiro como assistente e, a partir de 1951, como titular. Organizados todos da mesma forma, em torno do tripé vida-obra-atuação no curso, deles se ressalta, em primeiro lugar, a própria atenção dedicada por Diogo Roiz à apresentação desses nomes, com especial destaque para os enfoques acerca de Ellis Júnior e de França, evidentemente. Depois, o contraste entre os catedráticos de História da Civilização Brasileira é outro ponto alto, uma vez que a substituição de Ellis Júnior por Sérgio Buarque trouxe consigo uma transformação crucial na forma pela qual as suas matérias eram vistas, pensadas e, sobretudo, ensinadas, como pode ser percebido na síntese de Roiz:

256

Alfredo Ellis Jr. esteve ligado à historiografia tradicional, nos moldes dos institutos, com posturas próximas aos “positivistas” da escola metódica; por sua proximidade com [Affonso de] Taunay, escreveu uma história dos grandes feitos da população paulista, a qual chamava de “raça de gigantes”. Era, como afirmou Antonio Celso Ferreira, o “último e mais radical expoente de uma safra de intelectuais dispostos a contar as glórias de São Paulo, e com ele se encerra esse capítulo”. Sérgio Buarque, em contrapartida, afinado ao que havia de mais novo no pensamento historiográfico alemão, francês, italiano, norte-americano e inglês, mesmo com toda a sua “paulistanidade”, apresentava um bandeirante que, ao invés de ser um espírito aventureiro e empreendedor, nada mais fazia do que lutar contra a fome. O amor exacerbado a São Paulo levou Alfredo Ellis Jr. a escrever a história do Brasil a partir da história de São Paulo; mesmo ocupando a cadeira de História da Civilização Brasileira, suas pesquisas se concentravam na história de seu Estado. Sérgio Buarque, por sua vez, além de tratar da história de São Paulo, teve como preocupação escrever uma história do Brasil que abarcasse as demais regiões, e em comparação com a América Latina. [...] utilizou o espaço aberto pela cadeira de História da Civilização Brasileira para por no bojo da história do Brasil os atores e aspectos esquecidos pela historiografia tradicional: o “negro da terra”, o bandeirante empobrecido, as minúcias do cotidiano, etc. [...] (ROIZ 2012, p. 159-160).

Ao se chegar ao último capítulo, sobre Eduardo d’Oliveira França, o contraponto entre formas diferentes de se “fazer história” ganha novos contornos. Como Diogo Roiz volta a lembrar, desde a criação da FFCL as cadeiras de História da Civilização ficaram a cargo de professores franceses: Coornaert, Braudel, Gagé, Léonard, que, lado a lado com Taunay e Ellis Júnior, constituíram os pilares da formação das primeiras turmas de Geografia e História. Esta situação

fez com que o curso convivesse, segundo ele, com “duas ‘tradições intelectuais’: uma francesa (e ligada ao movimento dos *Annales*) e outra nacional (e ligada, muito genericamente, ao que se convencionou chamar de ‘escola metódica’), acabando por impedir o desenvolvimento de um procedimento comum de ensino e pesquisa” (ROIZ 2012, p. 185); pela mesma razão, a renovação da historiografia então praticada e ensinada também não se deu por completo, ficando circunscrita, até a década de 1950, às cadeiras de história “geral” (ROIZ 2012, p. 171). Assim, ao inserir França nesse contexto, discutindo sua formação em meio a tais dicotomias e a sua filiação a esse grupo renovador (como aconteceu com outro nome central para o curso e para a própria Faculdade de Filosofia, Eurípedes Simões de Paula),⁴ Roiz demonstra como ele representava, como professor e como pesquisador, mais uma faceta do curso, a da afirmação do historiador “por profissão”.

São evidentes, enfim, as virtudes e a relevância do livro de Diogo Roiz, e seus leitores decerto encontrarão várias outras mais. Há que se enfatizar, contudo, que ele poderia ser melhor, não fossem seus vários e comprometedores problemas de ordem formal e material, a começar dos vícios da escrita acadêmica que atravessam o texto. Embora compreensíveis, todos poderiam ter sido evitados sem muita dificuldade, como a retomada insistente de argumentos considerados centrais, o que na maior parte das vezes gera repetições desnecessárias: apenas na introdução, por exemplo, os propósitos do trabalho são anunciados nada menos que cinco vezes, com praticamente as mesmas palavras... Também causa certo incômodo encontrar, no início de cada capítulo, a apresentação dos objetivos a serem nele alcançados, bem como o seu complemento “natural”, o resumo das análises ao final; depois de mais de duzentas páginas, tal procedimento causa a impressão de que o leitor precisa ser tutelado pelo autor e suas ideias, como se outras leituras, percepções e apropriações do texto não fossem possíveis ou, pior, permitidas. Sem tais enquadramentos, o texto ficaria bem mais fluido e agradável, como também ficaria bem mais fluido e agradável com uma revisão apurada, que o escoimasse de passagens mal redigidas que, ao invés de explicar, atrapalham a compreensão, quando não a confundem – como é o caso, também apenas como exemplo, deste parágrafo inteiro do Apêndice 2:

257

No Brasil, desde, pelo menos, a Independência, que pensar a construção da nacionalidade foi uma constante em todo século XIX, no quadro dos estudos históricos, em que os historiadores se encontravam ligados diretamente à esfera política, lugar que favorecia o desempenho das funções profissionais, por facilitar a pesquisa em arquivos, Museus e Institutos nacionais e estrangeiros. Na qualidade, quase sempre, de funcionários estatais, os historiadores aplicavam-se ao estudo do passado. No século XIX foi comum o desempenho de funções diplomáticas articularem-se ao exercício da escrita da história, a exemplo de: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), (José Maria da Silva Paranhos, mais conhecido como) Barão do Rio Branco (1845-1912) e Manoel de Oliveira Lima (1865-1928), que, não por acaso, seriam historiadores-diplomatas (ROIZ 2012, p. 226).

⁴ Não há como deixar de observar aqui que um capítulo a respeito de Eurípedes Simões de Paula, formado na primeira turma de Geografia e História da FFCL-USP e catedrático de História da Civilização Antiga e Medieval a partir de 1946, completaria perfeitamente o quadro analítico montado por Roiz nesta segunda parte de seu livro.

Uma revisão apurada corrigiria ainda as vírgulas e crases fora de lugar, bem como os problemas de grafia recorrentes ao longo do livro, como o uso do incorreto “sessões” em lugar de “seções” para se referir às subdivisões da FFCL-USP, o que perpassa todo o Apêndice 1, e os deslizos em relação a conhecidos nomes próprios: “Eurípedes” é trocado por “Eurípides”, “Gagé” por “Gajé”, “Shaw” por “Schaw”, “Ayrosa” por “Ayrora”, aparecendo até um certo “Julho de Mesquita Filho” em nota de rodapé (ROIZ 2012, p. 121). Outro deslize, este anacrônico, aparece na nota 116, em que se diz que, em 1936, “Sérgio Buarque ingressou na Universidade Federal do Rio de Janeiro”, quando, na verdade, trata-se da Universidade do Distrito Federal, como irá aparecer na sequência do próprio texto, aliás (ROIZ 2012, p. 142). São coisas que acontecem, mas, reitero, poderiam ter sido facilmente resolvidas com um pouco mais de cuidado e atenção.

Mais complicados, por fim, são os problemas que escapam ao autor, relativos à materialidade do livro. Por mais desagradável que seja apontar isso, ela não é nada sedutora ao leitor: a fonte e o tipo de papel utilizados tornam a leitura cansativa, a editoração do texto é muito ruim e a encadernação, pouco adequada e pouco prática para o manuseio – sem contar, ainda, a imperdoável omissão do nome do autor na lombada, em que aparecem apenas o título do livro e o selo da editora.

De todo modo, é importante voltar a enfatizar que o trabalho de Diogo Roiz deve ser lido, discutido e tomado como inspiração de novos estudos dedicados à formação do historiador no Brasil, que possam iluminar cada vez mais esse ângulo tão marcante e, ao mesmo tempo, tão pouco conhecido da história da historiografia brasileira. Reforço aqui, assim, o que escreveram Teresa Malatian, Marieta de Moraes Ferreira e Ivan Aparecido Manoel em seus textos de apresentação ao livro: trata-se de uma grande contribuição para pensarmos o nosso ofício e, sobretudo, as condições em que ele pode se desenvolver nos primeiros tempos da Universidade, momento que nos é cronologicamente tão próximo e academicamente tão distante. Momento em que, fosse em São Paulo, fosse em Cambridge, tudo era “caminho”, construído pelos próprios caminhantes.

258

Referências bibliográficas

HISTÓRIA da Historiografia. Dossiê “Os cursos de história: lugares, práticas e produções”. Ouro Preto, n. 11, p. 10-171, abril 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes:** uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MICELI, Sergio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** Volume 1. São Paulo: Vértice; Idesp, 1989.

_____. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil.** Volume 2. São Paulo: Editora Sumaré; Idesp, 1995.

PULICI, Carolina. **Entre sociólogos:** versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008.

ROIZ, Diogo da Silva. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese (Doutorado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2013.

_____; SANTOS, Jonas Rafael dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira**: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. **Trajetórias intelectuais**: professoras do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969). São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2011.

Luis de Gusmão contra a *hybris* teórica

Luis de Gusmão against the theoretical *hybris*

GUSMÃO, Luis de. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, 258 p.

Sérgio da Mata

sdmata@ichs.ufop.br
Professor adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto
Rua do Seminário, s/n - Centro
35420-000 - Mariana - MG
Brasil

Palavras-chave

Ciências sociais; História; Explicação histórica.

Keywords

Social sciences; History; Historical explanation.

260

Recebido em: 23/5/2013

Aprovado em: 2/7/2013

Esse bagulho (Stoff) 'bateu' [...]. Nos anos sessenta o número de dependentes aumentou assustadoramente. De início, o bagulho circulou em pequenos grupos, depois passou a ser comercializado em grandes quantidades, principalmente nas universidades. Era tomado por via extravenosa – através de puro trabalho conceitual, através de exercícios de leitura. Os efeitos não traziam qualquer risco. A droga se chamava teoria (RAULFF; SCHLACK 2012, p. 4, grifos nossos).

Assim abriu a prestigiosa *Revista para História das Ideias* um de seus últimos editoriais. O mundo dá voltas, e como: num ensaio originalmente publicado em 1972, Reinhart Koselleck (1977) se levantava contra a “indigência teórica” dos estudos históricos. Já hoje, multiplicam-se os sinais, aqui e ali, de cansaço ante a *hybris* teórica. Não diria tanto que se trata de uma hipocondria teórica, semelhante à hipocondria epistemológica diagnosticada por Clifford Geertz algumas décadas atrás. Mas talvez chegue perto. Mesmo no campo dos estudos literários aumenta número daqueles que abdicam das ilusões do teorismo (PATAI; CORRAL 2005).

Um historiador estrangeiro, em recente visita a nosso país, perguntava: “Por que todos aqui parecem tão preocupados com teoria?”. Numa revista como esta, que se tornou o principal fórum de reflexão sobre a história da historiografia e a teoria da história em nosso país, a discussão sobre os limites da teoria não tem como ser evitada. Seria dar as costas aos “sinais dos tempos”.

O livro do sociólogo Luis de Gusmão presta-se, como nenhum outro disponível em nosso mercado editorial, a esta tarefa – tanto mais porque ele é também a expressão mais visível de uma nova atitude das ciências sociais em relação à ciência histórica. Atitude pautada por uma vontade sincera de diálogo; algo que, seja dito, não existia até bem pouco tempo. Estamos inclinados a ver em *O fetichismo do conceito* um caso exemplar daquele gênero que, em outras plagas, foi batizado de antissociologia. Gusmão se encontra numa situação similar à de autores como Helmut Schelsky e Friedrich Tenbruck, os mais conhecidos antissociólogos produzidos pela tradição sociológica alemã. Trata-se de um gênero kamikase, onde a desmistificação das pretensões desmedidas da própria disciplina confunde-se com a crítica dos intelectuais, e no qual a afinidade em relação ao pensamento histórico é inegável. Até onde pude perceber, participando de um ou outro debate, conversando com um ou outro colega, a reação ao livro de Gusmão entre os sociólogos brasileiros foi de uma discreta simpatia, mais que de rejeição.

Isso valerá também para os historiadores? Quando da publicação da primeira edição – que se esgotou rapidamente – deu-se uma acalorada discussão a seu respeito nas “redes sociais”. Como sempre, entre nós, as polêmicas em torno de uma obra são mais intensas quando ninguém teve ainda ensejo de ler o livro. Esta resenha é resultado de minha tentativa de submeter as críticas de Gusmão, duras muitas delas, a um escrutínio mais cuidadoso e sereno.

Primeira constatação: a sociologia de Gusmão não padece deste pecado típico da juventude, a arrogância (e isso talvez descreva com relativa precisão a atitude das disciplinas mais novas ante as mais velhas). Desde princípios do século passado, passou-se a acreditar que esta vetusta senhora, a história,

nada tinha a ensinar às nascentes ciências sociais. Não: ela, a história, é quem deveria aprender com as novas ciências do homem. *Praesens tempus magister vitae et historiae...* Mas em Gusmão, felizmente, não se vê nada disso.

Alguma confusão pode ser suscitada pelo título escolhido por Gusmão. *O fetichismo da teoria* certamente seria mais adequado. De toda forma, tudo está dito no subtítulo, e para o qual o leitor deverá estar atento: *Limites do conhecimento teórico na investigação social*. O que Gusmão nos propõe é colocar em questão as ilusões do "teoricismo". Em certo sentido, ele escreve o livro que Thompson verdadeiramente deveria ter escrito em seu *A miséria da teoria*. Depois de tomar de assalto as ciências sociais pelo menos desde meados do século passado, o teoricismo adquiriu, gradativamente, o estatuto de atitude intelectual dominante. Diante disso, trata-se, acredita Gusmão, de reabilitar a importância das "investigações sociais conteudísticas" (GUSMÃO 2012, p. 127-137). E, inclusive, de defender o emprego da "terminologia vulgar" ante as pretensões do "jargão técnico" (GUSMÃO 2012, p. 50).

Antes de ceder à tentação de desqualificar tais críticas recorrendo a este termo inapelável (posto que vago, e quanto mais vago mais inapelável), o de "positivismo", proponho ao leitor acompanhar os argumentos e a exposição de Gusmão. O teoricismo estaria caracterizado, por exemplo, na "apresentação quase ritual de credenciais teóricas" (GUSMÃO 2012, p. 21). Ninguém há de negar que a carteirada teórica é o pão nosso de cada dia nas humanidades hoje. Basta pensar ainda no famoso "capítulo teórico" de nossas dissertações e teses universitárias (o autor desta resenha receia ter de admitir que não foi capaz fugir à regra). O automatismo em torno das "premissas teóricas" levou-nos a um ponto tal em que não mais se sabe onde termina o esforço analítico e onde começa a mera observância das rígidas regras de composição do texto acadêmico; onde termina a teoria e onde começa a retórica. As analogias estruturais entre teoria e retórica, de resto, há muito foram postas às claras por Hans Blumenberg. A retórica, como a teoria, é tudo o que resta "aquém da evidência". Sendo o efeito retórico a alternativa "à evidência que *não* se pode, ou ainda não se pode obter, pelo menos aqui e agora" (BLUMENBERG 2001, p. 411-412), fica claro por quê o "capítulo teórico", via de regra, é posto na abertura dos trabalhos acadêmicos. Cumpre-se uma obrigação e, então, finalmente se pode passar ao que interessa. Se o leitor e o próprio autor do trabalho ainda se lembram das premissas teóricas assumidas lá no início, já é outra história.

Gusmão entende que faríamos melhor em deixar de lado a parafernália dos modelos e o jargão teoricista, pois "a leitura mais atenta, mais exaustiva dos grandes teóricos sociais [...] não transforma, como num passe de mágica, pessoas intelectualmente acanhadas em indivíduos de espírito" (GUSMÃO 2012, p. 45). Significa assim colocar em campo, subrepticiamente, uma noção tornada politicamente incorreta hoje em dia, mas que o nosso cotidiano não se cansa de evocar e confirmar: a de talento. Talento, esse imponderável da vida, é sem dúvida mais decisivo que a teoria.

O elogio que Gusmão faz da obra historiográfica de Tocqueville (GUSMÃO 2012, p. 93-94) expressa a sua rebelião contra as ilusões holísticas de autores

como Marx, Bourdieu, Luhmann e tantos outros. O que propriamente atua ali são as “classes”, os “campos” ou os “sistemas”, enquanto que os indivíduos não passam de peões no grande tabuleiro das teorias sociais de longo alcance. Ao usuário de tais esquemas teóricos resta uma única e pequena satisfação: a de encaixar as peças no tabuleiro – algo que Arnold Gehlen ironizava com a expressão *Erfüllungsglück*. A reabilitação ora em curso de estratégias individualizantes de pesquisa, inclusive no campo da sociologia qualitativa e da história das ideias, é atestada pelo recente livro de Dieter Heinrich (2011) sobre a lógica e a história dos grandes *insights* filosóficos. É precisamente nesse espírito que Gusmão fala no “risco de negligenciarmos o papel do indivíduo na vida social” (GUSMÃO 2012, p. 156). Tendo sido, desde sempre, a ciência do individual, do singular, é apenas natural que para ele a história se torne um interlocutor privilegiado na crítica ao teorismo e às ilusões holísticas.

Que qualidades fazem o grande historiador, ou o grande estudioso da *conditio humana*? Para Gusmão bastaria um forte senso de honestidade intelectual e acuidade de visão para que as ciências sociais e a história fossem capazes de levar adiante sua tarefa de interpretar/explicar a realidade. É como se tudo se resumisse a uma questão de vocação, por um lado, e de bom senso, por outro (talvez devesse ainda acrescentar: de amor à verdade). Bastaria, numa palavra, recorrer ao que Gusmão chama de “senso comum”.

Mas o que vem a ser tal coisa? Gusmão não enfrenta a questão. Ele apenas nos mostra como grandes escritores (Stendhal, Flaubert, Eça de Queirós etc.) foram perfeitamente capazes de descrever e dar explicações adequadas para uma infinidade de questões unicamente à base do “senso comum” (GUSMÃO 2012, p. 100). Ao mesmo tempo, porém, Gusmão critica duramente todo aquele que desrespeita o imperativo da neutralidade axiológica. Censura Leon Tolstoi por seu tom “moralista e doutrinário”, por “confundir sermão e realidade” (GUSMÃO 2012, p. 40); enquanto que Georg Simmel mais lhe parece um “filósofo moral travestido de sociólogo” (GUSMÃO 2012, p. 147).

Tal juízo está longe de fazer justiça a Simmel. Fará também justiça a Tolstoi? Coloca-se, antes, a questão: a literatura não estabelece ou se baseia *amplamente* em juízos de valor?¹ Ademais, há algo de demasiado ligeiro na ideia de que as obras daqueles grandes romancistas expressaria o “senso comum”. Diria que Gusmão se torna vítima do efeito bumerangue do próprio argumento. O fato de que se possa fetichizar conceitos não significa que devamos abrir mão do conceito *tout court*. O uso pouco elucidativo que faz da noção de “senso comum” é prova disso. Veja-se, por exemplo, sua crítica – que em larga medida partilhamos – à fetichização das generalizações nas ciências do homem. Gusmão defende, sadiamente, que não estabeleçamos “uma ruptura epistemológica com o universo intelectual do homem comum” (GUSMÃO 2012, p. 54). Todavia, a realização de um trabalho sistemático de investigação por vezes exige que façamos exatamente isso: que não tomemos por expressão

¹ O Settembrini de *A montanha mágica* não estava tão longe assim de Tolstoi quando perguntava: “A arte é moral na medida em que desperta. Mas o que sucede quando ela faz o contrário?”. A tentativa de depuração moral da literatura me parece ainda menos factível que a da historiografia.

de verdade expressões do senso comum tais como “todo político rouba”, “o povo brasileiro é simpático” etc. Para retomar o pensamento de um autor que Gusmão dá mostras de apreciar, Alfred Schütz, pode-se dizer que a partir do instante em que eu reflito sobre o alcance, motivações e consequências de minhas ações, não mais me situo no âmbito do “senso comum”. Eu me desloco para uma outra região da consciência que não aquela voltada para a *paramount reality* do mundo da vida (onde tudo é aceito como não-problemático porque sempre-foi-e-há-de-ser-assim). Adoto assim uma postura reflexiva, em suma: teórica (SCHÜTZ 1973, p. 207-259). Trata-se, aqui, mais de atitude teórica que de “teoria”. *Theoria* em seu sentido primevo: capacidade de ver e tornar visível aquilo que, no automatismo das rotinas, fora naturalizado e, precisamente por isso, tornado “invisível”. *Theoria* como sinônimo de reflexividade. A contrapelo, se necessário for, da “teoria”. Como expressão, e para dizê-lo de forma concisa, de uma atitude de vigília: “reflexão permanente”, dizia Schelsky.

Ora, salvo engano, os “literatos de gênio” (GUSMÃO 2012, p. 43) que Gusmão nos propõe tomar como exemplo raramente expressam ou reproduzem o “senso comum”. Do contrário dificilmente seriam literatos de gênio.² Por outro lado, não deixa de ser legítimo que a nós outros, seres humanos medianos, vez por outra seja facultado o direito ao eventual uso das muletas conceituais, dos modelos, dos tipos ideais. O recurso pouco esclarecedor ao termo “senso comum” em *O fetichismo do conceito* não deixa de soar como uma advertência nesse sentido.

264

Nas duas primeiras partes do seu livro, Gusmão volta suas baterias contra o teorismo, como já foi dito. Na última parte, intitulada “Notas epistemológicas sobre Sérgio Buarque de Holanda historiador” (GUSMÃO 2012, p. 172-336), ele aplica as premissas ali desenvolvidas à análise de uma obra clássica de nossa historiografia. O argumento central pode ser resumido em bem poucas palavras: à medida em que se afasta de seu livro de estreia e amadurece como historiador, Sérgio Buarque torna-se cada vez menos suscetível à tentação do teorismo. Seu famoso artigo de 1974 sobre Ranke tende a confirmar esta leitura. O gradativo esvaecimento do “sociologismo” (o termo é de Gusmão) em suas obras caminha par e passo com uma redescoberta, mesmo revalorização, do historicismo.

Gusmão percorre *Raízes do Brasil*, *Monções*, *Visão do paraíso* e *Do Império à República* à caça daqueles momentos em que o historiador deixa trair um “sociologismo confuso” (GUSMÃO 2012, p. 201) ou que evidenciariam recaídas no “dedutivismo” (GUSMÃO 2012, p. 258). Sua crítica à metafísica buarquiana do *ethos* do aventureiro (GUSMÃO 2012, p. 242) são convincentes e ecoam aquelas feitas por Jessé Souza (2000). É certo que, ao se colocar esta tarefa, Gusmão não estava obrigado a se familiarizar – visto que sua intenção é de natureza estritamente epistemológica – com uma vasta literatura produzida

² Não evitarei esta palavra, sobre a qual a última palavra ainda não foi dita. Embora Gadamer tenha escrito que o século XIX assistira a “apoteose” do gênio, Thomas Carlyle já acreditava presenciar o seu ocaso (se subjaz uma deliciosa ironia a esse desacordo entre duas mentes brilhantes, que não se a impute a mim). Ver a história do conceito de “gênio” em Joachim Ritter (1974).

nas últimas décadas sobre o mestre paulista. Por esta razão, o pesquisador interessado em aprofundar-se no estudo dos livros de Sérgio Buarque extrairá relativamente pouco das análises de Gusmão.

De toda sorte, não é pouco o que Gusmão poderia ter ganho caso tivesse prestado maior atenção às muitas investigações “conteudísticas” que a respeito têm sido publicadas. Várias delas têm, inclusive, relativizado cada vez mais a hipótese do weberianismo latente de *Raízes do Brasil*. Onde Gusmão crê identificar um excesso de ascendência do sociólogo alemão em *Monções* (GUSMÃO 2012, p. 262-263), poder-se-ia igualmente apostar (convém ser cuidadoso) numa ascendência spengleriana. A passagem de *Monções* em que se explora a conexão entre o uso de canoas e racionalização do habitus sertanejo só aparentemente se baseiam em Weber. Há aqui, provavelmente, muito maior influxo do estilo de pensamento característico de *O declínio do Ocidente*. Este não é o lugar para discutir a importância que teve o grande nome da filosofia vitalista do entre-guerras sobre Sérgio Buarque. O que cabe ressaltar é antes o fato de que, neste ponto, a abertura do sociólogo Gusmão face à historiografia não chega às últimas consequências. Se no início de *O fetichismo do conceito* a história surge um exemplo a ser seguido, ao fim ela se torna objeto de dissecação, sem que, para isso, a própria história tenha sido chamada a contribuir. Fosse este o caso, Gusmão teria evitado formulações como a da página 272, em que lamenta a “adesão incondicional” de Sérgio Buarque “à tese weberiana”. Na verdade, Buarque aproximou-se relativamente cedo de um dos primeiros grandes críticos da chamada tese weberiana: Henri Hauser, de quem foi assistente na Universidade do Distrito Federal.

A excessiva acribia com que Gusmão localiza e critica longamente (GUSMÃO 2012, p. 310-314) um suposto “paramarxismo” em Buarque – pelo simples fato de fazer uso, inclusive com as devidas ressalvas, do conceito de “classes médias” em *Do Império à República* – é no mínimo desproporcional. Desproporcional face à acuidade e liberdade de pensamento ali expressas. Desproporcional, se pensarmos no emprego infinitamente mais rígido e mecânico que, àquela época, se costumava fazer dos conceitos marxistas. Desproporcional, enfim e sobretudo, porque, como reconhece Gusmão, são bem “raras” (GUSMÃO 2012, p. 319) as evidências de “paramarxismo” em Sérgio Buarque! Se os riscos do paramarxismo para a história e para as ciências sociais são assim tão iminentes como acredita Gusmão, bastaria o exemplo do próprio Max Weber para matizar um pouco o furor antimarxista de *O fetichismo do conceito*. De Weber, Gusmão parece ter assimilado como poucos o postulado da neutralidade axiológica; entretanto Weber estava longe de demonstrar a mesma rejeição pelo materialismo histórico. O estudo cuidadoso das primeiras grandes publicações acadêmicas de Weber mostra a que ponto ali se lança mão, de forma criativa e nada subserviente, de inúmeros conceitos marxistas (MATA 2013). Mais: se de fato há um “projeto normativo” em *Raízes do Brasil*, não se pode dizer que um estudo clássico como *A ética protestante e o espírito do capitalismo* estivesse inteiramente livre do que Gusmão rejeita sob a expressão “preocupações normativas tutelares” (GUSMÃO 2012, p. 282). Tais preocupações, a começar por Comte e Durkheim, nunca estiverem inteiramente ausentes das ciências sociais.

A despeito das discordâncias expressas acima, que balanço se pode fazer após a leitura de *O fetichismo do conceito*?

Para mim, seria mais ou menos este: não há como pensar a teoria e os excessos em teoria sem um esforço de falar a partir *de fora* da teoria. E isso por meio de uma *epoché* radical. Atualmente estamos menos necessitados de uma “teoria crítica” que de uma crítica da teoria. Ao tematizar as vantagens e desvantagens da teoria para a vida, algo de que, como sublinhamos, cada vez mais pessoas se dão conta, o antissociólogo Luis de Gusmão vai ao ponto. A imprescindibilidade da teoria está posta em questão. Com a palavra, os partidários (verdadeira legião) do teoricismo.

Não conluo. Concluir soaria pretensioso. Melhor recorrer a outro mestre, um mestre do filosofar-em-histórias, e deleitar-se com esta sua pequena história crítica... da teoria.

Os atenienses não inventaram a filosofia, da qual pareciam estar orgulhosos. Em ambos os pólos do mundo grego, na costa jônica da Ásia Menor e no dórico sul da Itália, haviam nascido puras culturas da teoria. Demonstraram ser totalmente incompatíveis.

Aí radicava a oportunidade dos atenienses de se destacar, eliminando esta insuportável oposição: a que se dá entre a teoria genética da natureza, dos jônios, e a da lógica estática do Ser, de Eléia. Sem dúvida, tinha de ser irreconhecível que se tratava de um trabalho posterior sobre um resultado sem expectativas. Portanto, teve de inventar um protofilósofo ático próprio. Como ele não havia existido, pôde levar o nome mais sensato, atendendo à fonte de sua inspiração. Chamou-se Musaios.

Dele sabemos suficientemente pouco para não inseri-lo na confusão das lutas entre as escolas. Mas sua sentença mais respeitada, introduzida subrepticamente na tradição, é o destilado de uma teoria; como se, por trás, houvesse um processo de otimização, de redução ao essencial. Até os dias de hoje, constitui a medida de uma teoria completa, como se se tivesse pressentido seu alcance – o de uma cosmologia como representação espaço-temporal completa do universo – capaz de a tudo abranger.

A única e singular frase de Musaios é: “Tudo provém da unidade e tudo voltará à unidade”.

Mais não é preciso, e boa é a teoria que não necessita de mais que isso: a dos neoplatônicos, a dos cristãos e a dos modelos cosmológicos mais modernos, entre o ovo originário e a implosão que prepara o ovo seguinte. O mundo é sempre, apenas, o que existe no meio. Não vale a pena falar dele (BLUMENBERG 2003, p. 281-282, tradução nossa).

266

Referências bibliográficas

BLUMENBERG, Hans. Anthropologische Annäherung an die Aktualität der Rhetorik. In: _____. **Ästhetische und metaphorologische Schriften**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001, p. 406-431.

_____. **Conceptos en historias**. Madrid: Sintesis, 2003.

HEINRICH, Dieter. **Werke im Werden**: Über die Genesis philosophischer Einsichten. München: C. H. Beck, 2011.

KOSELLECK, Reinhardt. Über die Theoriebedürftigkeit der Geschichtswissenschaft. In: SCHIEDER, Theodor; GRÄUBIG, Kurt (Hrsg.) **Theorieprobleme der**

Geschichtswissenschaft. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977, p. 37-59.

MATA, Sérgio da. **A fascinação weberiana:** as origens da obra de Max Weber. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

PATAI, Daphne; CORRAL, Will (eds.) **Theory's Empire:** an anthology of dissent. New York: Columbia University Press, 2005.

RAULFF, Ulrich; SCHLACK, Stephan. Zum Thema. **Zeitschrift für Ideengeschichte**, n. 4, p. 4, 2012.

RITTER, Joachim. Genie. In: RITTER, J. (Hrsg.) **Historisches Wörterbuch der Philosophie**, vol. 3. Basel: Schwab, 1974, cols. 279-309.

SCHÜTZ, Alfred. On multiple realities. In: _____. **Collected papers:** the problem of social reality. The Hague: Martinus Nijhoff, 1973, p. 207-259.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 2000.

Debates historiográficos

Historiographical debates

HAHN, Fábio André; MEZZOMO, Frank Antonio; MYSKIW, Antônio Marcos. *Ensaio historiográficos: temas, tendências e interpretações*. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010, 226 p.

Surama Conde Sá Pinto

suramaconde@ig.com.br

Professora adjunta

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Avenida Governador Roberto Silveira, s/ n. - Moquetá

26285-060 - Nova Iguaçu - RJ

Brasil

Palavras-chave

Historiografia; Teoria da história; Metodologia.

Keywords

Historiography; Theory of history; Methodology.

268

Recebido em: 4/10/2013

Aprovado em: 24/10/2013

Não há avanços na pesquisa sem diálogo entre diferentes especialistas, sem debates conceituais ou discussões de temas, tendências e interpretações teórico-metodológicas. O aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil, assim como a crescente formação de grupos de pesquisa, tem estimulado sobremaneira a integração de pesquisadores e a divulgação de sua produção.

O livro em questão, organizado por Fábio Hahn, Frank Mezzomo e Antônio Myskiw, autores de estudos sobre pensamento político moderno, práticas religiosas e história agrária, respectivamente, é o exemplo claro de um esforço de divulgação da investigação desenvolvida por um grupo de pesquisadores reunidos no Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, criado em 2007, na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM).

Trata-se de uma coletânea, dividida em duas partes (Tendências e debates historiográficos; e Oeste do Paraná: temas e interpretações), que reúne ensaios variados focalizando alguns caminhos trilhados pela pesquisa histórica contemporânea, sobretudo no que diz respeito à multiplicidade de objetos, abordagens e aportes teóricos. Sem perder de vista a riqueza de possibilidades ensejada pelo debate interdisciplinar, os autores descortinam temas variados que apresentam como eixo central a questão da escrita da história.

Essa proposta está presente no capítulo intitulado "Paradigmas da historiografia marxista no século XX: notas de leitura", de Petrônio Domingues. Nesse estudo, num primeiro momento, Domingues recupera as bases do materialismo histórico de Karl Marx, utilizando o prefácio do clássico *Para a crítica da economia política*, para em seguida destacar as diferentes apropriações e leituras sobre a relação estabelecida entre estrutura e superestrutura na obra do filósofo alemão. Na segunda parte do texto, o autor discute as inovações ensejadas na historiografia marxista a partir das obras de Antonio Gramsci (1891-1937), Louis Althusser (1918-1990) e Edward Palmer Thompson (1924-1993). Dos três, Althusser, autor bastante influenciado pelo estruturalismo, é o menos trabalhado. A ênfase recai na consagrada contribuição de Edward Thompson para o século XX, sobretudo no que diz respeito à importância conferida à experiência humana, categoria chave na construção do conhecimento histórico no modelo teórico propugnado pelo inglês. Apesar do interessante exercício de reflexão sobre como os historiadores marxistas têm desenvolvido uma nova proposta para recuperar o lugar da pesquisa histórica como fundamento da interpretação, a discussão seria sensivelmente enriquecida se Domingues tivesse utilizado diretamente os textos dos próprios autores citados, e não o trabalho de comentaristas para analisar essas contribuições, conforme é feito na maior parte do capítulo.

Tarcísio Vanderlinde é outro autor que na coletânea se dedica à discussão de questões teóricas e metodológicas relacionadas ao trabalho de investigação histórica. Seu foco está voltado para o debate relativo à autenticidade e origem de documentos, os perigos da mediação dos mesmos, a intencionalidade dos textos e possibilidades de leituras, num recorte que privilegia o século XVI. De forma bastante didática, Vanderline recupera as contribuições de Roger Chartier relativas às práticas de leitura e o método indiciário de Carlo Ginzburg para

reafirmar alguns ensinamentos dos pais da Escola dos Annales, Bloch (s/d) e Febvre (1970): o de que a tarefa do historiador é compreender; o de que o acesso ao passado é sempre feito de forma indireta, mediada; e aquele segundo o qual cada época constrói mentalmente a sua representação do passado histórico.

Questões relacionadas ao conceito e tendências da história intelectual são abordadas no capítulo assinado por Fábio Hahn. Ao refletir sobre as dificuldades de definição termo, Hahn recupera a discussão feita nas tradições francesa, norte-americana e italiana, além de mapear as linhas mestras desse debate no Brasil, capitaneado por Francisco Falcon.¹ No âmbito das tendências da história intelectual, embora reconheça a existência de um grande número de caminhos possíveis, o autor destaca três correntes: a contextualista, de Quentin Skinner e John Pocock, a hermenêutica, de Hans-Georg Gadamer, e o desconstrucionismo de Jacques Derrida. Com base no diálogo com essas correntes, Hahn analisa alguns conceitos que, na sua perspectiva, formam a base estrutural da história intelectual.

Como foi construída discursivamente a ideia de nacionalidade no Brasil ao longo do século XIX e em inícios do XX? Como foi tratada a questão racial? Essas questões são debatidas no capítulo de José Carlos dos Santos, que fecha a primeira parte do livro. A temática já foi objeto de estudo de diferentes especialistas como Skidmore (1976), Lippi (1990), Carvalho (1990), Sandes (2000) e Guimarães (2006), ignorados pelo autor. Em "A Hermenêutica da nação", Santos, professor da UNIOESTE, em vez de dialogar com essa produção, opta por mergulhar no romance histórico *Choque das Raças*, de Monteiro Lobato, para discutir a racialidade e a formação do caráter do brasileiro.

270

A segunda parte do livro reúne trabalhos específicos sobre o Paraná abarcando diferentes temporalidades e temáticas. Falta entre a primeira e a segunda parte uma maior relação, já que no segundo bloco os autores não retomam as reflexões desenvolvidas no primeiro.

Abrindo essa seção, o capítulo assinado por Antônio Marcos Myskiw ao mesmo tempo em que reafirma a importância da história regional produzida nas universidades públicas do estado, como a UFPR, a UEM, a UEL a UNIOESTE e o UNICENTRO, destaca a carência de reflexões em relação a essa produção. Myskiw visa preencher nesse trabalho uma lacuna detectada na história do Oeste do Paraná para o período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, explorando a potencialidade e riqueza dos relatos de viagens, escritos e publicações entre os anos de 1876 e 1946. De acordo com o autor, essas narrativas acabaram constituindo importantes fontes na fundamentação de uma identidade regional paranaense.

O Oeste do Paraná também é trabalhado por Marco Aurélio Sella. O enfoque, contudo, é voltado para a história das mulheres. No capítulo "Mulheres, historiografia, gênero e o Oeste do Paraná", num primeiro momento, Sella discute questões que há muito povoam o universo dos debates empreendidos

¹ Curioso é que o autor não tem a mesma visão de Falcon de que a história intelectual no Brasil há muito caminha a passos lentos. Hahn é mais otimista.

pelos especialistas nas relações de gênero. Em seguida, analisa alguns estudos realizados a partir desse viés para o período da colonização local. O objetivo precípua do trabalho é dar visibilidade às mulheres, personagens ausentes na produção historiográfica relativa à construção da região, mostrando a importância do papel por elas desempenhado nesse processo.

Na sequência, o capítulo escrito por Márcia Regina Ristow se reporta ao debate sobre o saber médico e a saúde pública no Paraná, entre as décadas de 1930 e 1940. Para estudar a formação da intelligentsia médica e o desenvolvimento do sanitarismo no estado, Ristow parte do pressuposto de que a assistência é uma prática discursiva fundadora na definição de políticas de constituição de identidades, concretizada tanto na consolidação do conhecimento médico sobre o corpo quanto de uma identidade nacional. A análise empreendida pela autora, estruturada com base numa pesquisa documental bem conduzida, destacando-se entre as fontes utilizadas os Ofícios da Inspeção de Profilaxia da Leprosia e das Doenças Venéreas, poderia ter sido enriquecida caso a autora comparasse a experiência paranaense com a de outros estados. Na realidade esse é um traço comum à maioria dos textos dessa seção: a escrita de uma história regional que se encerra em si mesma, sem fazer relação com o nacional, sem fazer relação com outras experiências.

Finalizando o livro, Frank Antônio Mezzano lança-se no desafio de trabalhar com outro setor de ponta da pesquisa histórica: o estudo de trajetórias e biografias. Focalizando o campo religioso católico do Oeste do Paraná, Mezzano reconstitui e analisa a trajetória e a biografia de Dom Olívio Aurélio Fazza, bispo da diocese de Foz do Iguaçu entre 1978 e 2002, para compreender a ação da Igreja Católica numa região de fronteira. Para realizar essa empreitada, o autor faz uso de alguns escritos produzidos por agentes da Igreja e de entrevistas. Um dos méritos de sua análise é abrir espaço para a reflexão sobre a questão do indivíduo e a construção dos laços sociais, problemática que há muito vem mobilizando os historiadores.

Num balanço geral, os capítulos veiculados na primeira parte do livro, voltados para um público mais amplo, refletem, simultaneamente, tendências abertas com as mudanças processadas na escrita da história nas últimas décadas, elementos que remetem à herança dos *Annales* (sobretudo no que diz respeito à importância conferida ao método comparativo, à ampliação da noção de documentos e as diferentes formas de leitura) e o espaço que vem sendo conquistado pela chamada história intelectual. Já os textos que fazem parte da segunda seção são direcionados, em particular, para os interessados e estudiosos da história do Paraná.

Por outro lado, para além de um roteiro sucinto de questões e problemáticas, em seu conjunto, as análises desenvolvidas pelos autores do livro destacam os desafios e problemas colocados aos historiadores nos planos teórico e metodológico, além de linhas e tendências da produção historiográfica mundial e nacional. *Ensaio Historiográfico* pode ser considerado ainda um cartão de visitas do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da FECILCAM.

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, s/d.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FEBVRE, Lucien. **O problema da descrença no século XVI**: a religião de Rebelais. Lisboa: Editorial Início, 1970.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Da escola paladina ao silogeu**: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 – 1938). Rio de Janeiro: Editora do Museu da República, 2006.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- SANDES, Noé Freire. **A invenção da nação**: entre a monarquia e a república. Goiás: Editora da UFG, 2000.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

274

Alexander Martins Vianna (UFRRJ)
André Gustavo de Melo Araújo (UnB)
Andrea Barbosa Marzano (UNIRIO)
Angela de Faria Grillo (UFRPE)
Antonio da Silveira Brasil Jr. (UFF)
Arthur Alfaix Assis (UnB)
Breno Sebastiani (USP)
Bruno Franco Medeiros (USP)
Carla Carvalho de Almeida (UFJF)
Cecília Helena de Salles Oliveira (USP)
Christian Hausser (Universidade de Talca)
Daniel Mesquita Pereira (PUC-Rio)
Daniel Pinha Silva (PUC-Rio)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Erivan Cassiano Karvat (UEPG)
Fabio Wasserman (Universidade de Buenos Aires)
Fernando Nicolazzi (UFRGS)
Henrique Espada Lima (UFSC)
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)
Itamar Freitas de Oliveira (UFS)
Juliana Bastos Marques (UNIRIO)
Julio Bentivoglio (UFES)
Kaori Kodama (FIOCRUZ)
Karina Anhezini de Araujo (UNESP)
Lidiane Soares Rodrigues (FECAP)
Luciana Mendes Gandelman (UFRRJ)
Luciana Murari (UCS)
Luís Correa Lima (PUC-Rio)
Luisa Rauter Pereira (UFOP)
Luiz Estevam Fernandes (UFOP)
Marcelo Magalhães (UNIRIO)
Márcia Chuva (UNIRIO)
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)
Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)
Marlon Salomon (UFG)
Paulo Knauss (UFF)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Rebeca Gontijo (UFRRJ)
Rodrigo Turin (UNIRIO)
Rogerio Forastieri da Silva (Etapa)
Silvio de Almeida Carvalho Filho (UFRJ)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

278

Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: _____. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Artigo publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: **SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I**, 2007, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

279

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

Diretrizes para autores

guidelines for authors

1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

1.1. Detalhamento das partes do resumo:

Introdução: a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

Meio: apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

Fim: indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.